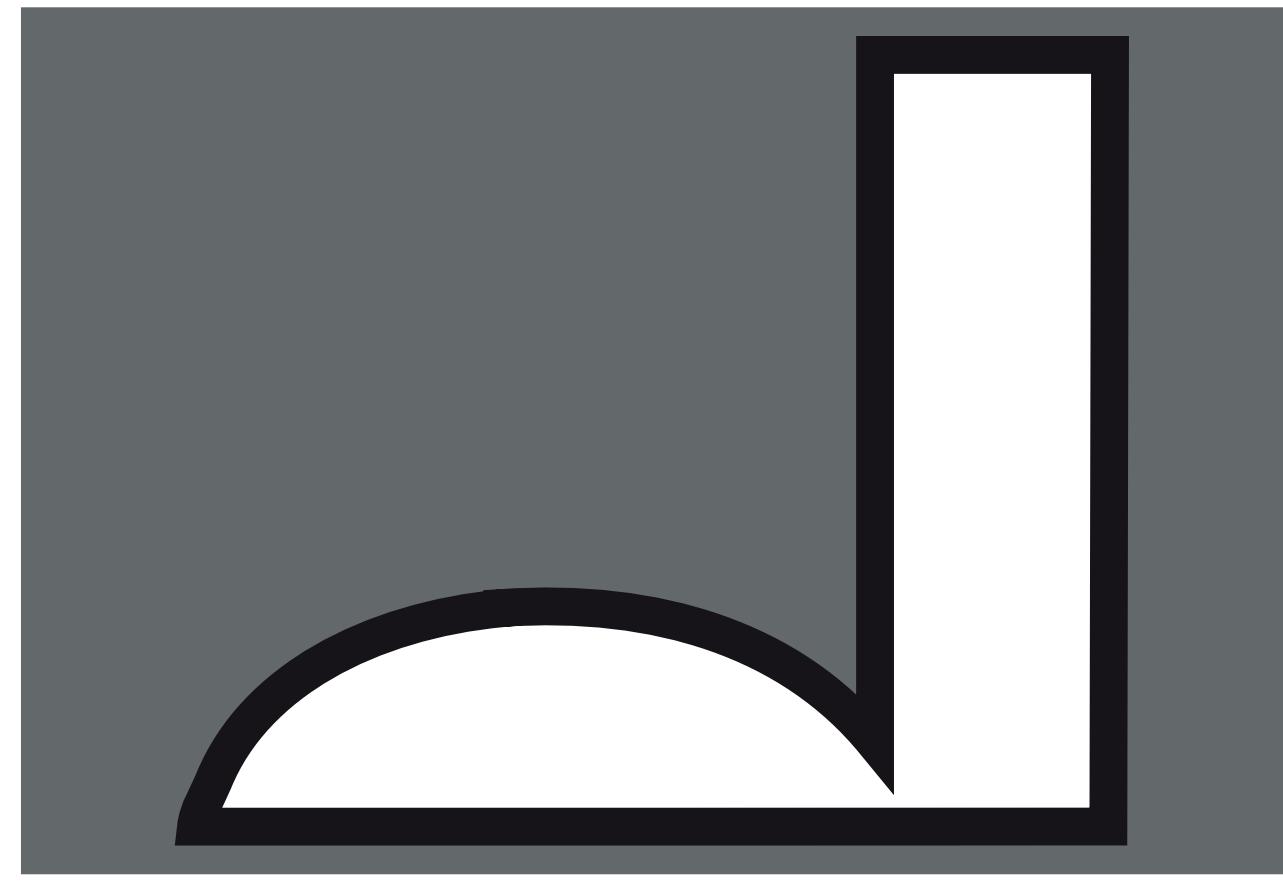




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

**SECRETARIA-GERAL DA MESA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 53ª LEGISLATIVA
RESENHA MENSAL
(269, II DO RISF)
(PERÍODO DE 6 A 9 DE FEVEREIRO DE 2008)
E
ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES**

ANO LXIII - SUP. AO Nº 18 - TERÇA-FEIRA, 04 DE MARÇO DE 2008 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente

Garibaldi Alves Filho – PMDB-RN²

1º Vice-Presidente

Tião Viana – PT-AC

2º Vice-Presidente

Alvaro Dias – PSDB-PR

1º Secretário

Efraim Morais – DEM-PB

2º Secretário

Gerson Camata – PMDB-ES

3º Secretário

César Borges¹ PR-BA

4º Secretário

Magno Malta – PR-ES

Suplentes de Secretário

1º - Papaléo Paes – PSDB-AP

2º - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE

3º - João Vicente Claudino – PTB-PI

4º - Flexa Ribeiro – PSDB-PA

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP) – 28	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (DEM ¹ /PSDB) – 27
LÍDER Valdir Raupp	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER Demóstenes Torres
VICE-LÍDERES	VICE-LÍDERES Epitácio Cafeteira João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Francisco Dornelles	VICE-LÍDERES Flexa Ribeiro Adelmir Santana Eduardo Azereedo Kátia Abreu Mário Couto Heráclito Fortes João Tenório Raimundo Colombo Papaléo Paes Romeu Tuma ⁴
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	LÍDER DO PT – 12 Ideli Salvatti	LÍDER DO DEM – 14 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB Wellington Salgado de Oliveira Valter Pereira Gilvam Borges Leomar Quintanilha Neuto de Conto	VICE-LÍDERES DO PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns	VICE-LÍDERES DO DEM Kátia Abreu Jayme Campos Raimundo Colombo Edison Lobão Romeu Tuma Maria do Carmo Alves
LÍDER DO PTB – 6 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	VICE-LÍDERES DO PSDB Sérgio Guerra Alvaro Dias Marisa Serrano Cícero Lucena
LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	LÍDER DO PSB – 2 Renato Casagrande	
VICE-LÍDER DO PR Expedito Júnior	VICE-LÍDER DO PSB Antônio Carlos Valadares	
LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	LÍDER DO PC do B – 1 Inácio Arruda	
LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	LÍDER DO PRB – 2 Marcelo Crivella	
LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	LÍDER DO PP – 1 Francisco Dornelles	
LÍDER DO PDT – 5 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1 José Nery	LÍDER DO GOVERNO Romero Jucá - PMDB
VICE-LÍDER DO PDT Osmar Dias		VICE-LÍDERES DO GOVERNO Delcídio Amaral Antônio Carlos Valadares Sibá Machado João Vicente Claudino

¹ Senador César Borges comunicou filiação partidária ao PR em 01.10.2007 (DSF 2.10.2007).

² Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado, na Sessão Deliberativa Extraordinária de 12.12.2007 (DSF 13.12.2007)

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
---	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – SECRETARIA-GERAL DA MESA	
1.1 – RESENHA MENSAL (Período de 6 a 29 de fevereiro de 2008)	
2 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES	
2.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE	
Ata da 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 18 de dezembro de 2007, às 10 horas.....	50
Ata da 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de dezembro de 2007, às 10 horas.....	74
2.2 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS	
Ata da 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 11 horas...	98
2.3 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA	
Ata da 1ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2007, às 11 horas e 30 minutos.....	111
Ata da 2ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2007, às 11 horas e 30 minutos.....	122
Ata da 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada dia 26 de Junho de 2007 às 11 horas e 30 minutos.....	127
2.4 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA	
Ata da 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de fevereiro de 2008.....	141
2.5. – COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA – CCT	
Ata da 46ª Reunião Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 2007.....	172
Ata da 1ª Reunião Extraordinária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de fevereiro de 2008.....	192.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**2ª Sessão Legislativa Ordinária da
53ª Legislatura -2008****Resenha Mensal
(269, II, do RISF)****(Período de 6 a 29/02/2008)****A – SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL****I – PROJETOS DE LEI APROVADOS
E ENVIADOS À SANÇÃO**

De iniciativa da Câmara dos Deputados 3
De iniciativa do Senado Federal 1
Total 4

Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2006 (nº 162/2003, na Casa de origem), que acrescenta § 2º ao art. 445 do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 – Consolidação das Leis do Trabalho, impedindo a exigência de comprovação de experiência prévia por tempo superior a 6 (seis) meses.

Sessão: 13.02.2008.

Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004 (nº 5.506/2005, na Câmara dos Deputados), que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em Municípios com menos de 100.000 (cem mil) habitantes.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2003 (nº 3.703/2000, na Casa de origem), que dispõe sobre procedimento na operação de arrendamento mercantil de veículo automotivo (leasing), e dá outras providências.

Sessão: 19.02.2008.

**II – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS
À CÂMARA DOS DEPUTADOS**

De iniciativa da Câmara dos Deputados 4
--

De iniciativa do Senado Federal 15
Total 19

Substitutivo do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 6, de 2005 (nº 3.615/2004, na Casa de origem), que altera o §2º do art. 475 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 – Código de Processo Civil, para limitar o alcance do duplo grau de jurisdição.

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que altera o § 5º do artigo 164 da Consolidação das Leis do Trabalho para determinar a eleição do presidente e do vice-presidente da CIPA pelos seus membros.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 490, de 2003, de autoria da Senadora Patrícia Saboya Gomes, que dispõe sobre a difusão por órgãos públicos dos direitos fundamentais e dos direitos humanos, especialmente os que tratam de mulheres, crianças e adolescentes.

(Decisão terminativa da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 500, de 2003, de autoria do Senador César Borges, que altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, para submeter a processo licitatório os projetos do Programa de Incentivo à Implementação de Projetos Sociais (PIPS), e dá outras providências.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera o art. 51 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para ampliar a abrangência da norma disposta no dispositivo, bem como para nele inserir parágrafo único que prevê a adoção de programas de avaliação seriada anual nos processos seletivos das universidades federais (tratando em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005).

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 214, de 2006, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a redação do § 1º do art. 111 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para estabelecer a aquisição do direito a voto pelos titulares de ações preferenciais sem direito a voto ou com limitação desse direito, no caso de não-pagamento de dividendos pelo prazo de três exercícios consecutivos.

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 194, de 2007, de autoria do Senador César Borges, que *acrescenta o art. 462-A à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre a proibição de descontos nos salários do empregado.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 300, de 2007, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que *acrescenta dispositivos ao art. 392 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a extensão da licença-maternidade, nos casos em que específica.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 456, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Uruaçu, no Estado de Goiás.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 485, de 2007, de autoria do Senador Cícero Lucena, que *autoriza o Poder Executivo a criar o Centro Federal de Educação Tecnológica de Patos, no Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 609, de 2007, de autoria do Senador Paulo Paim, que *autoriza o Poder Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Construção Naval do Município de Rio Grande, no Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Educação)

Sessão: 13.02.2008.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 10, de 2005 (nº 62/2003, na Casa de origem), que acrescenta o inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (torna nula a inclusão automática de consumidor como sócio de sociedade comercial, inclusive de sociedade em conta de participação).

Sessão: 13.02.2008.

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2006 (nº 832/2003, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo à Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, para assegurar que parcela dos recursos alocados em ações de qualificação profissional,

no âmbito do Programa do Seguro-Desemprego, seja destinada à população afrodescendente.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, de autoria do Senador Alvaro Dias, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 262, de 2003, de autoria do Senador Paulo Paim, que *dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano à honra e à dignidade do trabalhador.*

(Decisão terminativa da Comissão de Assuntos Sociais)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 107, de 2007, de autoria do Senador Paulo Duque, que *autoriza a União a doar ao Estado do Rio de Janeiro o imóvel que especifica.*

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 18.02.2008.

Emendas do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2005 (nº 1.447/2003, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997, determinando que as prefeituras municipais convenientes com a Administração Pública Federal dêem ampla divulgação das liberações de recursos decorrentes dos convênios celebrados.

Sessão: 19.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 106, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, que *altera o art. 2º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, que dispõe sobre o Programa Universidade para Todos (PROUNI), para permitir que bolsas remanescentes do programa sejam destinadas a estudantes que tenham cursado parte do ensino médio em escolas privadas.*

(Apreciação terminativa pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte)

Sessão: 25.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 110, de 2004, de autoria do Senador Marcelo Crivella, que *altera a Lei nº 6.905, de 11 de maio de 1981, para destinar a renda líquida de um concurso anual de prognóstico sobre o resultado de sorteios de números para as Associações da Cruz Vermelha Brasileira.*

(Apreciação terminativa pela Comissão de Assuntos Econômicos)

Sessão: 26.02.2008.

III – PROPOSIÇÕES APROVADAS E ENVIADAS À PROMULGAÇÃO

De iniciativa da Câmara dos Deputados	101
De iniciativa do Senado Federal	5
Total	106

Projeto de Decreto Legislativo nº 221, de 2007
(nº 1.978/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Gana, celebrado em Acra, em 12 de abril de 2005.

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Resolução do Senado nº 37, de 2007, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que dispõe sobre o afastamento preventivo do Senador ocupante do cargo de Corregedor do Senado, membro da Mesa Diretora, do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e Presidente de Comissão em caso de oferecimento de representação contra Senador por fato sujeito à pena de perda do mandato ou à pena de perda temporária do exercício do mandato.

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 189, de 2007
(nº 2.436/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Colinas do Tocantins, Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 296, de 2007
(nº 118/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Paraíba TV/FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Tenório, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 302, de 2007
(nº 177/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária dos Moradores do Conjunto Boa Vista para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ubiratã, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 315, de 2007
(nº 102/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão Desenvolvimento Artístico e

Cultural de Sobrália para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sobrália, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 316, de 2007
(nº 107/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Copas Verdes de Prudentópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 320, de 2007
(nº 193/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Graúna de Palotina Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Palotina, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 321, de 2007
(nº 251/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Norte do Paraná Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Rolândia, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 326, de 2007
(nº 189/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural, Comunitária e Alternativa Trespassense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Três Passos, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 328, de 2007
(nº 234/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária (Radcom) Rádio Líder Freqüência Modulada FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chiapeta, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 329, de 2007
(nº 255/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação de Radiodifusão Comunitária do Bairro Nossa Senhora Aparecida – Arcmnossa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campos Sales, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 330, de 2007
(nº 256/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Reduto para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Reduto, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 331, de 2007
(nº 257/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Fundação Vicente Pinzón para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ipojuca, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 332, de 2007
(nº 283/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Televisão Paraíba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 335, de 2007
(nº 161/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à *Rádio Difusora Platinense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santo Antônio da Platina, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 337, de 2007
(nº 166/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Sedenovense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sede Nova, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 340, de 2007
(nº 176/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária de Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Projeto de Vida para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 341, de 2007
(nº 179/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação de Difusão Comunitária – Educacional e Cultural de Urânia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Urânia, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 342, de 2007
(nº 160/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação de Comunicação, Cultura e Educação de Jijoca de Jericoacoara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jijoca de Jericoacoara, Estado do Ceará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 345, de 2007
(nº 106/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à *Associação Comunitária Alternativa de Lins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lins, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 347, de 2007
(nº 120/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à *Empresa de Comunicação Encontro dos Rios Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Benjamin Constant, Estado do Amazonas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 349, de 2007
(nº 141/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à *Rádio Prata FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão*

sonora em freqüência modulada na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 350, de 2007
(nº 144/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação e Movimento Comunitário Rádio Jurema – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jurema, Estado de Pernambuco.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 363, de 2007
(nº 157/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Fundação Mariana Resende Costa para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Sabará, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 368, de 2007
(nº 223/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Diffusão Comunitária de Hidrolina para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Hidrolina, Estado de Goiás.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2007
(nº 254/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária do Bem Estar Social de Pequizeiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pequizeiro, Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 425, de 2007
(nº 210/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Jardim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Onda Verde, Estado de São Paulo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Resolução nº 98, de 2007, que suspende a execução, com efeitos “ex-tunc”, do parágra-

fo único do art. 11 da Lei nº 9.639, de 25 de maio de 1998.

(Decisão terminativa da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 34, de 2007
(nº 1.838/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Cuba em Matéria de Turismo, celebrado em 26 de setembro de 2003, em Havana.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 223, de 2007
(nº 2.074/2005, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 227, de 2007
(nº 2.137/2006, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradução, assinado em Brasília, em 3 de maio de 2005.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Resolução do Senado nº 65, de 2007
(apresentado como conclusão do Parecer nº 952, de 2007, da Comissão de Assuntos Econômicos), que autoriza a União a aceitar dação de imóvel do Governo da Bolívia, como parte do pagamento dos juros da dívida externa daquele País.

Sessão: 13.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2007
(nº 111/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007
(nº 123/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Lourençiana de Artes e Recreação – Solar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2007
(nº 146/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova

o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2007

(nº 153/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2007

(nº 154/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2007

(nº 155/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2007

(nº 159/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2007

(nº 207/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que renova a permissão outorgada à Rede Oeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2007

(nº 218/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2007

(nº 222/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2007

(nº 268/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – Assomira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2007

(nº 272/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2007

(nº 91/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que renova a permissão outorgada à Sistema Bel'Rio de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2007

(nº 78/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova *o ato que outorga autorização à Associação Camaragibana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo do Camaragibe, Estado de Alagoas.*

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2007

(nº 84/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2007

(nº 86/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape – Adecom para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2007

(nº 88/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2007

(nº 109/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2007

(nº 168/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2007

(nº 230/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – Acomant para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2007

(nº 232/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2007

(nº 238/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2007

(nº 245/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camargo, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2007

(nº 248/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2007

(nº 252/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Skala para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2007

(nº 264/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão

sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2007

(nº 270/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Flores Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2007

(nº 286/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Lontrense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2007

(nº 287/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2007

(nº 291/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2007

(nº 292/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2007

(nº 349/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educacio-

nal de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2007

(nº 90/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2007

(nº 117/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2007

(nº 130/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2007

(nº 145/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2007

(nº 170/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Novo Horizonte do Oeste, Estado de Rondônia.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2007

(nº 195/2007, na Câmara dos Deputados), que apro-

va o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2007

(nº 212/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2007

(nº 215/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2007

(nº 227/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2007

(nº 239/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga concessão à Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2007

(nº 77/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 102 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2007

(nº 82/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2007

(nº 169/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Sistema SJV de Comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Varginha, Estado de Minas Gerais.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2007

(nº 187/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Mallet para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2007

(nº 273/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Parense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2007

(nº 194/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2007

(nº 299/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2007
(nº 308/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2007
(nº 310/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2007
(nº 315/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2007
(nº 330/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (Acocalema) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná.

(Decisão terminativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 18.02.2008.

Projeto de Resolução nº 1, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 85, de 2008), que autoriza o Estado do Rio de Janeiro a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), no valor de até quarenta e quatro milhões de dólares, dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET.

Sessão: 19.02.2008.

Projeto de Resolução nº 2, de 2008 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão do Parecer nº 86, de 2008), que autoriza o Estado de São Paulo a contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Banco In-

teramericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até dez milhões de dólares, dos Estados Unidos da América, de principal, para financiamento parcial do programa de fortalecimento da competitividade das empresas localizadas em arranjos produtivos do Estado de São Paulo.

Sessão: 19.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2007
(nº 74/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Avahy FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro.

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 25.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2007
(nº 114/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Macabu Livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro.

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 25.02.2008.

Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2007
(nº 1.506/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Meditantes de Guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mulungu, Estado do Ceará;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2007
(nº 164/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2007
(nº 208/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejipió para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2007
(nº 253/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2007
(nº 275/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2007
(nº 151/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Bananense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bananal, Estado de São Paulo;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2007
(nº 171/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2007
(nº 225/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, Estado de Pernambuco;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2007
(nº 236/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2007
(nº 247/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2007
(nº 217/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2007
(nº 89/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2007
(nº 241/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Acas – Associação Comunitária de Alto Santo – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2007

(nº 297/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Luzia D'Oeste, Estado de Rondônia;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2007

(nº 300/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais;

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2007

(nº 313/2007, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro.

(Aprovada terminativamente pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática)

Sessão: 26.02.2008

IV – ESCOLHA DE AUTORIDADES

Total 2

Parecer nº 96, de 2008, da Comissão de Educação, sobre a Mensagem nº 255, de 2007 (nº 939/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional do Cinema – ANCINE.

Sessão: 26.02.2008.

Parecer nº 90, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem nº 1/2008 (nº 998/2007, na origem), pela qual o Presidente da República submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A da Constituição, o nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Estado do Maranhão, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, na

vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo.

Sessão: 26.02.2008.

V – REQUERIMENTOS DE HOMENAGEM DE PESAR

Total 2

Requerimento nº 140, de 2008, de autoria do Senador Garibaldi Alves Filho e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos dos arts. 218 a 221 do Regimento Interno do Senado Federal, e de acordo com as tradições da Casa, em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro, inserção em ata de voto de profundo pesar, apresentação de condolências à família do parlamentar e ao Estado de Mato Grosso, observância de um minuto de silêncio e levantamento da sessão.

Sessão: 20.02.2008.

Requerimento nº 143, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, solicitando, com fundamento no disposto nos artigos 218 e 219 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em Ata de voto de profundo Pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto. Na mesma sessão, foram também aprovados, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Deputado Federal Francisco Pinto, o **Requerimento nº 146, de 2008**, de autoria do Senador César Borges, e o **Requerimento nº 155, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores.

Sessão: 21.02.2008.

VI – REQUERIMENTOS DE SESSÕES ESPECIAIS E HOMENAGENS NO PERÍODO DO EXPEDIENTE

Total 11

Requerimento nº 2, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 15 de abril de 2008, às 10 horas, destinada a comemorar o bicentenário do Poder Judiciário independente no Brasil.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 3, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial, destinada a comemorar os Duzentos Anos da Abertura dos Portos no Brasil. O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 44, de 2008**, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Srs. Senadores, aprovado em 12.02.2008, solicitando a transferência da realização da Sessão Especial para as 10 horas do dia 21 de fevereiro de 2008.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 4, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 26 de fevereiro de 2008, destinada a homenagear o Dia Nacional do Aposentado.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 46, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Solene, destinada a homenagear a organização “Armazém Paraíba”, pelo transcurso dos 50 anos de criação.

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 114, de 2008, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de sessão especial no dia 6 de março de 2008, em comemoração aos 80 anos de fundação do jornal O Povo. O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 150, de 2008**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Senadores, aprovado em 21.02.2008, que solicita a remarcação da data da Sessão Especial para o dia 11 de março do corrente ano; e pelo **Requerimento nº 164, de 2008**, de autoria da Senadora Patrícia Saboya e outros Senadores, aprovado em 26.02.2008, solicitando que a comemoração seja realizada no Período do Expediente da sessão do dia 11 de março próximo.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 24, de 2008, de autoria do Senador Osmar Dias, solicitando que o período da Hora do Expediente da Sessão Deliberativa Ordinária do dia 18 de março de 2008, seja dedicado a comemorar o Dia Mundial da Água e o lançamento da Campanha “SOS H2O”.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 48, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando a realização de Sessão Especial do Senado, no dia 13 de maio de 2008, destinada a comemorar os 120 anos da abolição da escravatura, assinada pela Princesa Isabel no dia 13 de maio de 1888.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 104, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, solicitando autorização para que seja realizada, no dia 7 de outubro de 2008, Sessão Especial para comemorar os 20 anos da promulgação da Constituição Federal do Brasil, ocorrida no dia 5 de outubro de 1988. Na mesma sessão, foi também aprovado o **Requerimento nº 107, de 2008**, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando a realização de Sessão Especial no dia 7 de outubro de 2008, destinada a comemorar os vinte anos da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 156, de 2008, de autoria da Senadora Kátia Abreu e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro, no dia 28 de fevereiro de 2008. Na sessão de 26.02.2008 foi aprovado o **Requerimento nº 160, de 2008**, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando a realização de Sessão Especial, no dia 28 do corrente mês, destinada a homenagear o Senador Jonas Pinheiro.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 49, de 2008, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Srs. Senadores, que Requerem, com fundamento no disposto no inciso III do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, realização de Sessão Especial Solene do Senado Federal para marcar os 200 anos da Imprensa Brasileira e homenagear o seu patrono, Hipólito José da Costa, a ser realizada, preferencialmente, em 1º de junho de 2008, Dia da Imprensa (Lei nº 9.831, de 13/09/1999). O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 144, de 2008**, de autoria do Senador Pedro Simon e outros Senadores, aprovado na sessão de 21.02.2008, solicitando a alteração da data proposta para a referida Sessão Especial, a fim de que seja realizada no dia 3 de junho do corrente ano.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 50, de 2008, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando a realização de Sessão Especial para comemorar o centenário da fundação da Associação Brasileira de Imprensa, a realizar-se no mês de abril de 2008. O requerimento em referência foi aditado pelo **Requerimento nº 163, de 2008**, de autoria do Senador Inácio Arruda e outros Srs. Senadores, aprovado na sessão de 26.02.2008, solicitando que a Sessão Especial seja realizada no dia 8 de abril.

Sessão: 26.02.2008.

VII – REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES APROVADOS PELA MESA

Total 23

Requerimento nº 1299, de 2007, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti, solicitando informações ao Ministro da Justiça, TARSO GENRO, sobre as despesas de viagem (passagens, estadia, etc) de índios Yanomamis à Inglaterra, Alemanha e Noruega, conforme noticiado pela imprensa.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1301, de 2007, de autoria do Senador Marconi Perillo, solicitando informações ao Ministro da Justiça sobre inquérito ou outro qualquer procedimento investigatório no âmbito da Polícia Fede-

ral sobre a atuação das Construtoras OHL Brasil S.A. e Obrascon Huarte Lain Brasil S.A., em nosso País.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1304, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando sejam prestadas, pelo Ministro de Estado de Minas e Energia, informações acerca da redução no fornecimento de gás para o Estado do Rio de Janeiro.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1310, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal pelo Estado do Piauí, bem como sua situação fiscal e financeira.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1312, de 2007, de autoria do Senador Mão Santa, solicitando informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, sobre as ações que estão sendo adotadas para viabilizar a implantação da Zona de Processamento de Exportação – ZPE no Município de Parnaíba-PI, criada pelo Decreto nº 97.406, de 22 de dezembro de 1988.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1341, de 2007, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, solicitando informações ao Ministro de Estado da Saúde sobre a fiscalização e qualidade dos medicamentos genéricos destinados ao tratamento de pacientes em psiquiatria.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1343, de 2007, de autoria do Senador Expedito Júnior, solicitando informações ao Ministro de Minas e Energia sobre o montante de recursos e qual a previsão de ligações para o Estado de Rondônia até o final do ano de 2008, relativo ao andamento do Programa Luz para Todos.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1347, de 2007, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando informações ao Ministro de Estado da Fazenda sobre o processo de licitação e contratação da empresa Damovo, distribuidora de produtos da empresa de informática Cisco.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1352, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre a atual situação em que se encontra a construção do Terminal Hidroportuário de Boca do Acre.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1357, de 2007, de autoria da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando informações ao Mi-

nistro de Estado das Comunicações, sobre as faixas de freqüência destinadas à Radiodifusão que foram transferidas para serviços de telecomunicações e qual o impacto econômico sugerido sobre a operação de emissoras de Rádio e de Televisão: com base na Consulta Pública nº 833, de 2007 – Anatel.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1375, de 2007, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando informações ao Senhor Ministro de Estado da Fazenda, sobre as investigações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) acerca das operações de compra e venda de ações da Petrobras no período de três semanas anteriores ao dia 8 de novembro de 2007.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1380, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado da Saúde informações sobre as providências que estão sendo tomadas por essa Pasta para conter uma possível epidemia de rubéola no país.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1388, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro-Chefe da Controladoria-Geral da União, informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e do Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1389, de 2007, de autoria da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, solicitando ao Ministro de Estado da Integração Nacional informações acerca da avaliação da execução orçamentária e financeira do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO); Fundo Constitucional do Nordeste (FNE) e Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1393, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores, a respeito de atos internacionais.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1394, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello, solicitando informações ao Ministro das Relações Exteriores, sobre região fronteiriça Brasil-Bolívia.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1395, de 2007, de autoria do Senador Euclides Mello, solicitando informações ao Ministro da Defesa, a respeito da situação de Forças brasileiras na região de fronteira Brasil-Bolívia.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1437, de 2007, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, solicitando sejam prestadas, pelo Ministro de Estado das Cidades, informações sobre providências que têm sido adotadas pelo Ministério para garantir melhor interação entre os diversos usuários das vias urbanas, como motoristas, motociclistas, ciclistas e pedestres, e informações sobre o atual conteúdo temático das auto-escolas e dos exames com vistas à habilitação de motoristas e motociclistas que prevejam a questão da convivência pacífica entre esses segmentos de usuários.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1484, de 2007, de autoria do Senador Heráclito Fortes, solicitando ao Ministro da Agricultura informações sobre as investigações da operação Ouro Branco da Polícia Federal (comercialização de leite supostamente adulterado), no que se refere à área de competência do Ministério.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1485, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, solicitando sejam prestadas pelo Ministro da Defesa, informações concernentes ao vôo entre Caracas e Buenos Aires, no dia 4 de agosto de 2007, que conforme farto noticiário da imprensa, teria transportado numerário para beneficiar candidatura na Argentina.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1486, de 2007, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, solicitando sejam prestadas pelo Ministro da Defesa informações a respeito do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial, relativo às ações necessárias para o reaparelhamento e modernização dos equipamentos das Forças Armadas, bem como o encaminhamento do respectivo documento a esta Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para posterior análise da Subcomissão Permanente para Reaparelhamento e Modernização das Forças Armadas.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 1493, de 2007, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando ao Ministro de Estado dos Transportes informações sobre os contratos vigentes e encerrados, no período de 2002 a 2007, pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Sessão: 29.02.2008

Requerimento nº 11, de 2008, de autoria do Senador Álvaro Dias, solicitando ao Excentíssimo Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, para que este providencie junto à Agência Nacional de Energia Elétrica, no estrito prazo constitucional, estudos sobre os limites do setor elétrico de suprir a demanda por energia para os próximos cinco anos.

Sessão: 29.02.2008

VIII – OUTROS REQUERIMENTOS APROVADOS

Total 1

Requerimento nº 101, de 2008, de autoria dos Senadores José Agripino, Renato Casagrande e Alvaro Dias, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, com o Projeto de Lei do Senado nº 26, de 2000.*

Sessão: 13.02.2008.

IX – MATÉRIAS PREJUDICADAS

De iniciativa do Senado Federal 3

Total 3

Projeto de Resolução do Senado nº 40, de 2007, de autoria do Senador João Durval, que *altera a Resolução nº 20, de 17 de março de 1993 (Código de Ética e Decoro Parlamentar), dispondo sobre hipóteses de impedimento e afastamento de Senador.*

(Prejudicado em virtude da aprovação do PRS nº 37, de 2007, com o qual tramitou em conjunto).

Sessão: 12.02.2008.

Projeto de Lei do Senado nº 65, de 2005, de autoria do Senador Sibá Machado, que *altera os arts. 44 e 51 da Lei nº 9.394, de 1996, para disciplinar o ingresso na educação superior, extinguindo os processos seletivos nos cursos de graduação.*

(Prejudicado em virtude da aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 116, de 2006, como qual tramitou em conjunto).

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 424, de 2006, de autoria do Senador Alvaro Dias, solicitando “ao Presidente do Banco Central do Brasil informações sobre títulos emitidos no exterior pelos bancos BMG e Banco Rural, no período de 2000 até a presente data”.

(Arquivado conforme deliberação da Mesa do Senado Federal em 27.02.2008)

Sessão: 29.02.2008.

X – MATÉRIA REJEITADA

De iniciativa do Senado Federal 1

Total 1

Projeto de Lei do Senado nº 685, de 1999, de iniciativa da CPI do Sistema Financeiro, que altera os arts. 6º e 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, que “dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do Real e os critérios para conversão das obrigações para o Real, e dá outras providências”.

(Rejeitado nos termos do art. 254 do RISF)

Sessão: 19.02.2008.

XI – MATÉRIAS RETIRADAS PELOS AUTORES

Total 2

Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2004, de autoria do Senador Arthur Virgílio, que altera o artigo 57 da Constituição Federal, para reduzir o período de recesso do Congresso Nacional, e dá outras providências.

(Retirado pelo Requerimento nº 119, de 2008).

Sessão: 18.02.2008.

Requerimento nº 103, de 2008, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que requer, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para que seja realizada, no dia 10 de março de 2008, Sessão Especial em razão do Dia Internacional da Mulher, que ocorrerá no dia 08 de março.

(Retirado pelo Requerimento nº 142, de 2008).

Sessão: 21.02.2008).

XII – OUTRAS DELIBERAÇÕES

De iniciativa do Senado Federal 61

Total 61

Requerimento nº 5, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Zilda Monteiro Serrano.

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 6, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Senhora Gleyde Costa Vitor.

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 7, de 2008, de autoria da Senadora Serys Shiessarenko, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Conferência Nacional dos Bispos (CNBB), em Mato Grosso.

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 21, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando voto de congratulação à Escola de Samba Vai Vai de São Paulo.

Sessão: 07.02.2008.

Requerimento nº 22, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel e outros Srs. Senadores, solicitando homenagens de pesar pelo falecimento da Sra. Dulce de Souza Leão Sampaio.

Sessão: 08.02.2008.

Requerimento nº 23, de 2008, de autoria do Senador Papáleo Paes, solicitando voto de aplauso ao povo macapaense pelo transcurso dos 250 anos da fundação da cidade de Macapá – AP.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 26, de 2008, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Norton Nascimento, ocorrido em 21 de dezembro de 2007.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 28, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Anna Leopoldina Alvim Mello Franco Chagas.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 29, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do empresário João Batista Sérgio Murad (Beto Carrero).

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 30, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 31, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-diretor do Jornal do Brasil Liwal Salles.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 32, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Luiz Carlos Tourinho.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 33, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jornalista Paulo Patarra.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 34, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da atleta Dora Bria.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 35, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria do Socorro Leitão Formiga.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 36, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Marina Cruz Lyra.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 37, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Sra. Violeta Jafet.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 38, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao advogado Maurício de Campos Bastos.

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 39, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao professor e economista Gustavo Franco.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 40, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao Município de Envira – AM, pelo transcurso de seu 46º aniversário de criação.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 41, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à Sra. Georgete Abraham Lima.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 42, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso à atleta Elis Regina.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 43, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de aplauso ao professor José Alberto Neves.*

Sessão: 11.02.2008.

Requerimento nº 45, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Estadual da Paraíba Aécio Pereira de Lima.*

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 51, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, *solicitando inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do jornalista Hélio Adami.*

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 54, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Eduardo Danton Vasconcelos Correia Lima.*

Sessão: 12.02.2008.

Requerimento nº 96, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Illy.*

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 98, de 2008, de autoria do Senador Romeu Tuma, *solicitando votos de congratulações aos Senhores Desembargadores: Dr. Roberto Vallim Bellocchi – Presidente do Tribunal de Justiça de SP, Dr. Jarbas João Coimbra Mazzoni – Vice-Presidente do Tribunal de Justiça de SP, Dr. Ruy Pereira Camilo – Corregedor da Justiça de SP, Dr. Eduardo Pereira Santos – Presidente da Seção de Direito Criminal do Tribunal de Justiça de SP, Dr. José Geraldo de Jacobina Rabello – Presidente da Seção de Direito Privado do Tribunal de Justiça de SP e o Dr. Antônio Carlos Viana Santos – Presidente da Seção de Direito Público do Tribu-*

nal de Justiça de São Paulo, pela posse em seus cargos no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, para o biênio 2008/2009.

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 99, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Geraldo Jordão Pereira.*

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 105, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Professor Djalma Antonino de Oliveira.*

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 106, de 2008, de autoria do Senador Cícero Lucena, *solicitando homenagens de pesar pelo falecimento do Dr. Aderaldo Soares de Oliveira.*

Sessão: 13.02.2008.

Requerimento nº 111, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta, *solicitando voto de aplauso ao Chargista Amarildo Luis Leite Lima.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 112, de 2008, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Augusto Botelho, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Zilda Monteiro Serrano.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 113, de 2008, de autoria dos Senadores Flexa Ribeiro e Augusto Botelho, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Salomé de Lucena.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 116, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento de Henri Salvador.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 117, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aloysio Novis.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 118, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, *solicitando voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Salomé de Lucena.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 120, de 2008, de autoria do Senador Mão Santa, *solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Araújo Rocha.*

Sessão: 14.02.2008.

Requerimento nº 126, de 2008, de autoria do Senador Alvaro Dias, *solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do ex-prefeito de Londrina e ex-deputado federal, Wilson Rodrigues Moreira.*

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 135, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de aplauso ao cineasta José Padilha, por ter seu filme “Tropa de Elite”, conquistado o Urso de Ouro, no Festival de Cinema de Berlim.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 136, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio e outros Srs. Senadores, solicitando voto de pesar pelo falecimento do professor Rui Souto de Alencar.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 137, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, solicitando voto de aplausos, congratulações e êxito para José Padilha, diretor, e para todo o elenco do filme “Tropa de Elite”, pela conquista do Urso de Ouro, no Festival de cinema de Berlim.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 138, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao professor Juan Revilla.

Sessão: 19.02.2008.

Requerimento nº 145, de 2008, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao Sr. Euderson Kang Tourinho.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 148, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao velejador Lars Grael.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 157, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Carlos Noronha Portella.

Sessão: 21.02.2008.

Requerimento nº 161, de 2008, de autoria do Senador João Pedro, solicitando voto de pesar pelo falecimento do diretor do “Sistema A Crítica de Rádio e Televisão”, Rui Souto de Alencar.

Sessão: 25.02.2008.

Requerimento nº 165, de 2008, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jogador de futebol Antônio do Nascimento Rodrigues.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 167, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Rubens de Falco.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 168, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelas vítimas do naufrágio do barco “Almirante Monteiro”, ocorrido no dia 20 de fevereiro, no Rio Amazonas.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 169, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do radialista Giuseppe Ghiaroni.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 170, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ator Oswaldo Louzada.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 172, de 2008, de autoria do Senador João Vicente Claudino, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Hildo Diniz da Silva.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 173, de 2008, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ex-Presidente da Assembléia Legislativa de Minas Gerais, o ex-Deputado Agostinho Patrus.

Sessão: 26.02.2008.

Requerimento nº 178, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Professor Georges Kastriget Mehdi.

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 179, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor à sambista cantora Mart Nália.

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 180, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao Clube de Regatas Flamengo, pela conquista da 18ª Taça Guanabara, em 2008.

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 182, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de incentivo ao jogador de futebol Ronaldo.

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 183, de 2008, de autoria da Senadora Fátima Cleide, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Padre José Simionato.

Sessão: 27.02.2008.

Requerimento nº 185, de 2008, de autoria do Senador Gerson Camata, solicitando voto de pesar e de solidariedade à família do Monsenhor Rômulo Neves Balestero, pelo seu falecimento ocorrido em 25 de fevereiro de 2008.

Sessão: 28.02.2008.

Requerimento nº 187, de 2008, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de louvor ao jornalista e escritor Apolonílio Britto, pela publicação de seu livro Lendário Amazônico, coletânea de lendas e mitos da Amazônia, em artística publicação gráfica.

Sessão: 29.02.2008.

(*) XIII – REQUERIMENTOS DE LICENÇAS

Total	40
Requerimento nº 1, de 2008-M , Senadora Ideli Salvatti – art. 43, II – 12 a 14/02/2008.	
Requerimento nº 2, de 2008-M , Senador Antonio Carlos Júnior – art. 43, II – 6, 7 e 12/02/2008.	
Requerimento nº 3, de 2008-M , Senador Cristovam Buarque – art. 13 – 19/02/2008.	
Requerimento nº 4, de 2008-M , Senador Aloízio Mercadante – art. 43, I – 6 a 8/02/2008.	
Requerimento nº 5, de 2008-M , Senador João Pedro – art. 13 – 12/02/2008.	
Requerimento nº 6, de 2008-M , Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 12, 13 e 14/02/2008.	
Requerimento nº 7, de 2008-M , Senador Antonio Carlos Júnior – art. 13 – 12, 13 e 14/02/2008.	
Requerimento nº 8, de 2008-M , Senador Moacir Cavalcanti – art. 13 – 12 a 15/02/2008.	
Requerimento nº 9, de 2008-M , Senador José Sarney – art. 13 – 12/02/2008.	
Requerimento nº 10, de 2008-M , Senador Jonas Pinheiro – art. 43, I – 11/02/2008 a 11/03/2008.	
Requerimento nº 11, de 2008-M , Senador Aloízio Mercadante – art. 43, I – 09 a 23/02/2008.	
Requerimento nº 12, de 2008-M , Senador Renan Calheiros – art. 13 – 12/02/2008.	
Requerimento nº 13, de 2008-M , Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 14/02/2008.	
Requerimento nº 14, de 2008-M , Senadora Kátia Abreu – art. 13 – 14/02/2008.	
Requerimento nº 15, de 2008-M , Senador João Durval – art. 43, I – 12 a 26/02/2008.	
Requerimento nº 16, de 2008-M , Senador Magno Malta – art. 13 – 19/02/2008.	
Requerimento nº 17, de 2008-M , Senador Renan Calheiros – art. 13 – 19/02/2008.	
Requerimento nº 18, de 2008-M , Senador Renato Casagrande – art. 13 – 19/02/2008.	
Requerimento nº 19, de 2008-M , Senador Renan Calheiros – art. 43, II – 20 e 21/02/2008.	
Requerimento nº 20, de 2008-M , Senador Jayme Campos – art. 13 – 21/02/2008.	
Requerimento nº 21, de 2008-M , Senador Raimundo Colombo – art. 13 – 21/02/2008.	
Requerimento nº 22, de 2008-M , Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 21/02/2008.	

(*) Art. 13 – licença / representação a serviço da Casa / missão política ou cultural de interesse parlamentar.

Art. 43, I – tratamento de saúde.

Art. 43, II – interesse particular.

(*) Art. 40 – representação da Casa / missão no País ou no exterior.

Requerimento nº 23, de 2008-M, Senador Flávio Arns – art. 13 – 21/02/2008.

Requerimento nº 24, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 26/02/2008.

Requerimento nº 25, de 2008-M, Senador Eduardo Suplicy – art. 13 – 26 e 27/02/2008.

Requerimento nº 26, de 2008-M, Senador Pedro Simon – art. 13 – 26/02/2008.

Requerimento nº 27, de 2008-M, Senador Aloízio Mercadante – art. 43, I – 24 a 29/02/2008.

Requerimento nº 28, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 26/02/2008.

Requerimento nº 29, de 2008-M, Senadora Patrícia Saboya – art. 43, I – 26/02/2008 a 15/03/2008.

Requerimento nº 30, de 2008-M, Senador Epitácio Cafeteira – art. 43, I – A partir de 26/02/2008.

Requerimento nº 31, de 2008-M, Senador João Durval – art. 43, I – 27/02/2008 a 12/03/2008.

Requerimento nº 32, de 2008-M, Senador Raimundo Colombo – art. 43, II – 28/02/2008.

Requerimento nº 33, de 2008-M, Senador Delcídio Amaral – art. 13 – 27/02/2008.

Requerimento nº 34, de 2008-M, Senador Inácio Arruda – art. 13 – 28/02/2008.

Requerimento nº 35, de 2008-M, Senador Fernando Collor – art. 13 – 27/02/2008.

Requerimento nº 36, de 2008-M, Senador Sérgio Guerra – art. 13 – 28/02/2008.

Requerimento nº 37, de 2008-M, Senador Marcelo Crivella – art. 13 – 11/03/2008 a 19/03/2008.

Requerimento nº 38, de 2008-M, Senador Magno Malta – art. 13 – 28/02/2008.

Requerimento nº 39, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 13 – 04, 05 e 06/03/2008.

Requerimento nº 40, de 2008-M, Senadora Rosalba Ciarlini – art. 43, II – 11, 12, 13, 18 e 19/03/2008.

(*) XIV – REQUERIMENTO APROVADO PARA DESEMPENHO DE MISSÃO

Total	1
-------------	---

Requerimento nº 162, de 2008, Senador Romeu Tuma – de 25 a 26/02/2008 – Simpósio Internacional de Segurança Pública e Políticas Públicas sobre Drogas – Rio de Janeiro – Brasil.

Sessão: 26.02.2008.

**SESSÕES PLENÁRIAS REALIZADAS
(6 A 29 DE FEVEREIRO DE 2008)**

Deliberativas Ordinárias	9
Não Deliberativas	8
Deliberativas Extraordinárias	0
Especiais	3
Total	20
Sessão não realizada	0

**SUMÁRIO DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO
SENADO FEDERAL**

(6 A 29 DE FEVEREIRO DE 2008)

Matérias aprovadas (ITENS I A XI) 168

I – Projetos aprovados e enviados à sanção 4

**II – Proposições aprovadas e enviadas à Câmara
dos Deputados 19**

- 1 – Por decisão do Plenário 5
- 1.1 – Do Senado Federal 1
- 1.2 – Da Câmara dos Deputados 4
- 2 – Em decisão terminativa 14
- 2.1 – Projetos de Lei do Senado 14

**III – Proposições aprovadas e enviadas à promul-
gação 106**

- 1 – Concessões de telecomunicações 97
- 2 – Atos Internacionais 4
- 3 – Operações de crédito 3
- 4 – Suspensão de Atos Normativos declarados in-
constitucionais 1
- 5 – Projetos de Resolução 1

IV – Escolha de Autoridades 2

VI – Requerimentos de Homenagem de Pesar 2

**VII – Requerimentos de Sessões Especiais e Ho-
menagens no Período do Expediente 11**

**VIII – Requerimentos de Informações aprovados
pela Mesa 23**

XI – Requerimentos Diversos 1

Matérias enviadas ao arquivo (Itens XII a XIV) 6

XII – Matérias rejeitadas 1

XIII – Matérias prejudicadas 3

XIV – Matérias retiradas pelos autores 2

Total de matérias apreciadas (Itens I a XIV) 174
Requerimentos de Licença e Desempenho de Mis-
sões 41

B – SECRETARIA DE COMISSÕES

**SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS
COMISSÕES PERMANENTES**

**RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DO MÊS
DE FEVEREIRO DE 2008**

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO
DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 01 – MENSAGENS DO SENADO FEDE-
RAL Nºs 160 E 161, DE 2007, E Nº 05, DE 2008 – NÃO
TERMINATIVAS**

Encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária, nos termos do § 1º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para o quarto trimestre e para o ano de 2007, bem como os Relatórios de Execução Monetária dos segundo e terceiro trimestres de 2007, nos termos do inciso I do art. 7º da mesma lei.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Romero Jucá

Parecer: Favorável à Mensagem nº 160, de 2007, nos termos do PDS que apresenta, e pelo arquivamento das demais Mensagens.

Resultado: O Presidente da Comissão designa o Senador Antonio Carlos Júnior Relator Ad Hoc. Após a leitura do Relatório, a Comissão aprova o Parecer do Relator.

**ITEM 02 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 31, DE 2008 – NÃO TERMINATIVA**

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 44,000,000.00 (quarenta e quatro milhões de dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Programa Estadual de Transportes – PET (Rio de Janeiro Mass Transit Project – PET).

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Gerson Camata

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

**ITEM 03 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 32, DE 2008 – NÃO TERMINATIVA**

Solicita, nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII, da Constituição, seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado de São Paulo e Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 10,000,000.00 (dez milhões de dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento do Programa de Fortalecimento da Competitividade das Empresas Localizadas em Arranjos Produtivos do Estado de São Paulo.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Cícero Lucena

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

**REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO
DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 01 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 02, DE 2008 – NÃO TERMINATIVA**

Solicita seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, entre a República Federativa do Brasil e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor total de até US\$ 7,150,000.00 (sete milhões, cento e cinqüenta mil dólares dos Estados Unidos da América), para financiamento parcial do Programa Diagnósticos, Perspectivas e Alternativas para o Desenvolvimento do Brasil, a ser executado pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, por intermédio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Francisco Dornelles

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

OBS – Em 19/02/08, foi concedida Vista Coletiva.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

**ITEM 02 – MENSAGEM DO SENADO FEDERAL
Nº 254, DE 2007 – NÃO TERMINATIVA**

Propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 13 de novembro de 2007.

Autoria: Presidência da República

Relator: Senador Inácio Arruda

Parecer: Favorável nos termos do PRS que apresenta.

Resultado: A Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria.

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE
ASSUNTOS MUNICIPAIS – CAE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE
FEVEREIRO DE 2008**

ITEM ÚNICO – audiência pública com a presença do sr. Paulo Roberto Ziulkoski, Presidente da Confederação Nacional de Municípios – cnm, a fim de discorrer sobre a situação dos municípios brasileiros.

RESULTADO – Realizada

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS – CAS.

**REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO
DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE
LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2007**

“Dispõe sobre o valor do salário mínimo a partir de 2007 e estabelece diretrizes para a sua política de valorização de 2008 a 2023”.

Autor: Presidente da República

Relator: Senador Valdir Raupp

Parecer: Favorável ao Projeto de lei da Câmara nº 42, de 2007 e pelo não acatamento das emendas apresentadas.

OBS – Em 03/07/2007, a Comissão de Assuntos Econômicos aprovou Parecer favorável ao projeto.

Resultado: Aprovado o Parecer, ressalvando-se a Emenda nº 01 destacada, que foi aprovada. Aprovado Requerimento de Destaque de autoria do Senador Paulo Paim para votação em separado de emenda apresentada (Art 312. RISF).

**ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE
LEI DA CÂMARA Nº 85, DE 2006**

“Dispõe sobre a adição de ácido fólico e de ferro na farinha de trigo, na farinha de milho e na farinha de mandioca”.

Autor: Deputado Luiz Antônio Fleury

Relator: Senador Antônio Carlos Valadares

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 85, de 2006, com as emendas nº 01 e 02 – CRA, e com uma emenda que apresenta.

OBS – em 25/04/2007, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária aprovou Parecer favorável ao Projeto com as emendas nº 01 e 02 – CRA.

Resultado: Aprovado o Parecer com a emenda apresentada

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 277, DE 2004**

“Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para permitir o oferecimento e a contratação de planos de saúde com coberturas reduzidas”.

Autora: Senadora Lúcia Vânia

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 44, DE 2004

“Altera os artigos 10 e 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para incluir os medicamentos utilizados em medicação assistida entre as coberturas obrigatórias”.

Autor: Senador Tião Viana

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 187, DE 2002

“Altera o artigo 12 da Lei nº 9656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde, para facultar a oferta, contratação e vigência de planos segmentados de assistência farmacêutica”.

Autor: Senador Sebastião Rocha

TRAMITANDO EM CONJUNTO COM PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 113, DE 2006

“Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, com a redação dada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, para tornar obrigatória a oferta do regime familiar de plano de assistência à saúde”.

Autor: Senador Arthur Virgílio

Relator: Senador Augusto Botelho

Parecer: Favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004 e dos apensados Projeto de Lei do Senado nº 187, de 2002, nº 44, de 2004, e nº 113, de 2006, na forma do substitutivo que apresenta.

OBS -- A matéria irá à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para prosseguimento de sua tramitação; em 13/02/2008, lido o relatório, foi concedido vista ao Senador Papaléo Paes; em 15/02/2008, o Senador Papaléo Paes devolveu o Projeto, sem manifestações; apresentado, em 27 de fevereiro, um novo parecer favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 277, de 2004 dos apensados PLS nº 187 de 2002, nº 44 de 2004 e nº 113 de 2006, na forma do substitutivo que apresenta.

Resultado: aprovado o parecer. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PETIÇÃO (SF) Nº 10, DE 2004

“Encaminha o documento do Programa de Inclusão Social das Pessoas com Deficiência da Câmara dos Deputados, instando o Senado Federal a apresentar comentários e sugestões para o aperfeiçoamento do trabalho”.

Autor: Presidente da Câmara dos Deputados

Relator: Senador Flávio Arns

Parecer: Pela recomendação de medidas a serem tomadas e posterior arquivamento da matéria.

Resultado: Aprovado o parecer

ITEM 03 – REQUERIMENTO Nº 003, DE 2008 – CAS

“Requeiro que a Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal realize audiência pública para debater a cobertura de atendimentos à saúde mental pelos planos de saúde. A saúde mental é um aspecto da vida humana que merece uma especial atenção por parte desta Comissão, podendo ser causa de diversos distúrbios que comprometem o desempenho das pessoas, especialmente agravados pelo ritmo de vida que a sociedade moderna impõe. A necessidade de que o setor da saúde suplementar incorpore o atendimento à saúde mental é, portanto, uma premência da atualidade. Indico como convidados um representante da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, um representante da Coordenação Geral de Saúde Mental do Ministério da Saúde, um representante do Conselho Federal de Medicina, um representante do Conselho Federal de Psicologia e um representante da Federação Nacional de Saúde Suplementar – FENASAÚDE. Acrescento que a Audiência Pública contribuirá com a relatoria do PLS 164 de 2003, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que altera artigos da Lei nº 9.656, de 1998, dispondo sobre a assistência psicológica no âmbito dos planos e seguros privados de saúde, que me foi confiada por esta Comissão”.

Autor: Senador Flávio Arns

Resultado: Aprovado

ITEM 04 – REQUERIMENTO Nº 002, DE 2008 – CAS

“Nos termos do inciso II, do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para avaliar o aumento dos valores do Seguro DPVAT incidente sobre motocicletas e as suas implicações sociais”.

Autoras: Senadoras Patrícia Saboya e Rosalba Ciarlini

Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA – CCJ

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 88, DE 2007 – TERMINATIVO -

“Altera os arts. 121 e 147 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela”.

Autoria: Senador Alvaro Dias.

Relatoria: Senadora Serys Ikhessarenko.

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com a Emenda que apresenta, e das Emendas nºs 1, 5 e 6; pela aprovação das Emendas nºs 3 e 4, na forma das Subemendas que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2.

Obs: – Em 21/11/2007, foi concedida vista ao Senador Demóstenes Torres, nos termos regimentais, que devolveu com a Emenda nº 1;

– Em 05/12/2007, foram recebidas as Emendas nºs 2 a 5, de autoria do Senador Demóstenes Torres;

– Em 13/02/2008, foi recebida a Emenda nº 6, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que recebeu Parecer favorável.

Resultado: Aprovado o Projeto, acolhidas as Emendas nºs 1, 5 e 6, e as Emendas nºs 3 e 4, na forma das Subemendas; rejeitada a Emenda nº 2.

ITEM 02 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 197, DE 2005 – TERMINATIVO -

“Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, para proibir coligações nas eleições proporcionais”.

Autoria: Senador Leonel Pavan.

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Parecer: Pelo arquivamento do Projeto.

Resultado: Rejeitado o Projeto.

ITEM 03 – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 86, DE 2007 (PL. nº 07711, de 2007, na Câmara dos Deputados) – NÃO TERMINATIVO

“Acresce o art. 19 – A à Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, que estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal”.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Eduardo Suplicy.
Parecer: Pela aprovação do Projeto.
Resultado: Aprovado o Parecer favorável ao Projeto.

REQUERIMENTO APRECIADO

1) REQUERIMENTO Nº 1, DE 2008-CCJ.

“Requeiro, nos termos do artigo 93, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, a dispensa da audiência pública aprovada por esta Comissão, em 19/12/2007, conforme Requerimento nº 40, de 2007-CCJ, referente à PEC nº 49, de 2006”.

Autoria: Senador Sibá Machado.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 01 – MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2008 (Mensagem nº 998, de 2007, na origem)

Não Terminativo

“Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A da Constituição, o nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, Estado do Maranhão, para compor o Tribunal Superior do Trabalho, no cargo de Ministro Togado, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura trabalhista, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gelson de Azevedo”.

Autoria: Presidência da República.

Relatoria: Senador Tasso Jereissati.

Parecer: Votação Secreta.

Obs: – Em 13/02/2008, foi apresentado e discutido o Relatório do Senador Tasso Jereissati concedida, automaticamente, vista coletiva, conforme disposto no art. 2º do Ato nº 1, de 2007-CCJ, referente à primeira etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades nesta Comissão;

– Na presente Reunião, é procedida a arguição da indicada, em cumprimento à alínea “b” do art. 2º do Ato supracitado, referente à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da CCJ.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à escolha do nome da Doutora Kátia Magalhães Arruda para compor o Tribunal Superior do Trabalho, com vinte e um (21) votos favoráveis.

ITEM 02 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 51, DE 2006

“Altera os arts. 28, 29 e 82 da Constituição Federal, para alterar regras pertinentes às eleições, mandato e posse do Presidente da República, Governadores de Estado e Prefeitos, acrescenta os arts. 95, 96, 97 e 98

ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências”.

Autoria: Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores.

Relatoria : Senador Arthur Virgílio.

Relatoria “ad hoc”: Senador Eduardo Azeredo.

Parecer: Pela aprovação da Proposta com quatro Emendas que apresenta, acolhendo parcialmente as Emendas nºs 1, 2 e 3, e a Emenda nº 4, todas do Senador Flexa Ribeiro, com as alterações propostas na Subemenda oferecida à Emenda nº 4;

Obs: – Em 13/02/2008, a Presidência concede vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 20/02/2008, foram oferecidas as Emendas nºs 1 a 4, de autoria do Senador Flexa Ribeiro.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com as Emendas nºs 1-CCJ, 2-CCJ, 3-CCJ, 4-CCJ (que correspondem, respectivamente, às quatro Emendas oferecidas pelo Relator), e a Emenda nº 5-CCJ (que corresponde à Emenda nº 4, de iniciativa do Senador Flexa Ribeiro, na forma da Subemenda oferecida pelo Relator) .

ITEM 03 – EMENDA DE PLENÁRIO Nº 3 oferecida à PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 2, DE 2007

“Acrescenta parágrafo ao Art. 17 da Constituição Federal, para autorizar distinções entre partidos políticos, para fins de funcionamento parlamentar, com base no seu desempenho eleitoral”.

Autoria da Emenda nº 3-PLEN – Senador Antonio Carlos Valadares e outros Senhores Senadores.

Autoria da Proposta: Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador Jarbas Vasconcelos.

Parecer: Pela aprovação parcial da Emenda nº 3-PLEN, na forma da Subemenda que apresenta.

Obs: Em 21/02/2008, foi recebido o Relatório reformulado pelo Senador Jarbas Vasconcelos.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Emenda nº 3-PLEN, na forma da Subemenda-CCJ.

ITEM 04 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 49, DE 2006

“Dá nova redação ao § 2º do art. 20 da Constituição, para dispor sobre a alteração da faixa de fronteira”.

Autoria: Senador SÉRGIO ZAMBIASI e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador EPITÁCIO CAFETEIRA.

Parecer: Pela aprovação da Proposta com a Emenda que apresenta.

Obs: – Em 05/12/2007, foi concedida vista coletiva, nos termos regimentais;

– Em 19/12/2007, a Comissão aprova o Requerimento nº 40, de 2007-CCJ, de iniciativa do Senador Sibá Machado, e o Termo Aditivo nº 1, do Senador Valter Pereira, que solicita a realização de Audiência Pública para instruir a matéria;

– Em 13/02/2008, a Comissão aprova o Requerimento nº 1, de 2008-CCJ, de iniciativa do Senador Sibá Machado, que solicita a dispensa da Audiência Pública aprovada pelo Requerimento nº 40, de 2007-CCJ.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta com a Emenda nº 1-CCJ.

EXTRAPAUTA – ITEM 1 – PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 57, DE 2005

“Dá nova redação ao § 4º do art. 66 da Constituição, para permitir que os vetos sejam apreciados separadamente no Senado Federal e na Câmara dos Deputados”.

Autoria da Emenda nº 1-PLEN – Senador Romero Jucá e outros Senhores Senadores.

Autoria: Senador Marco Maciel e outros Senhores Senadores.

Relatoria: Senador Adelmir Santana.

Parecer: Pela aprovação da Proposta e das Emendas nº 1-PLEN e nº 2-CCJ, com duas Emendas que apresenta.

Obs: Matéria em reexame na Comissão, conforme o Requerimento nº 129, de 2008, de autoria do Senador Marco Maciel.

Resultado: Aprovado o Parecer favorável à Proposta, à Emenda nº 1-PLEN e às Emendas nºs 2-CCJ a 4-CCJ.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008 – ORDINÁRIA

Resultado disponível no endereço eletrônico da comissão <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Comissões/consComPerm.asp?com=34>

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

Reunida a comissão não houve deliberação do item constante na pauta. A matéria foi somente discutida.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008 – ORDINÁRIA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 075, DE 2006

“Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. (Determina

a obrigatoriedade do ensino da arte e da cultura nos diversos níveis da educação básica).

Autoria: Deputado Eduardo Gomes

Relatoria: Senadora Marisa Serrano

Parecer: Favorável, com a emenda oferecida

Resultado: Aprovado

**ITEM 02 – TERMINATIVO – SUBSTITUTIVO
AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 433, DE 2007
(TURNO SUPLEMENTAR)**

“Altera o art. 67 da lei nº 9.394, De 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional”.

Autoria do substitutivo: Senador Cícero Lucena

Autoria do pls 433/07: Senador Cristovam Buarque.

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Parecer: Favorável

Obs.1: Não sendo oferecidas emendas ao projeto até o fim da discussão, a matéria será dada como definitivamente adotada pela comissão, segundo o que preceitua o art. 282, Combinado com o art. 92 Do regimento interno do senado federal

Obs.2: O parecer ao pls 433/07, de autoria do senador cícero lucena, favorável ao projeto, na forma do substitutivo oferecido, foi aprovado na reunião do dia 11/12/07

Resultado: Aprovado

**ITEM 03 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 408, DE 2007**

“Autoriza o poder executivo a criar a escola técnica federal de cacoal, no Estado de Rondônia”.

Autoria: senador Valdir Raupp

Relatoria ad hoc: senador Paulo Duque

Parecer: favorável

Obs.: A matéria constou na pauta da reunião do dia 06/11/07, 20/11/07, 04/12/07 e 11/12/07

Resultado: Aprovado

**ITEM 04 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 410, DE 2007**

“Autoriza o poder executivo a criar a escola técnica federal de vilhena, no estado de Rondônia.”

Autoria: senador Valdir Raupp

Relatoria ad hoc: Senador romeu Tuma

Parecer: favorável

Obs.: A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04/12/07 e 11/12/07

Resultado: Aprovado

**ITEM 05 – TERMINATIVO – PROJETO DE LEI
DO SENADO Nº 236, DE 2007**

“Inscreve o nome de Maria Quitéria de Jesus, no livro dos heróis da pátria”.

Autoria: Senadora Serys Slhessarenko

Relatoria ad hoc: Senadora Fátima Cleide

Parecer: favorável

Obs.: A matéria constou na pauta das reuniões dos dias 04/09/07, 18/09/07, 23/10/07, 06/11/07, 20/11/07, 04/12/07 e 11/12/07

Resultado: Aprovado com a Emenda nº 1-CE

**ITEM 06 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE
LEI DA CÂMARA Nº 067, DE 2007**

“Denomina Ponte Governador Ivar Figueiredo Saldanha a segunda ponte sobre o estreito dos mosquitos, na br-135, ligando a ilha de são luís ao continente, no estado do maranhão”.

Autoria: deputado Pedro Fernandes

Relatoria: Senadora Fátima Cleide

Parecer: favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 07 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO

“Requeiro, com base no artigo 58, § 2º, II, da constituição federal, combinado com os artigos 90, ii e 93, i e ii, do regimento interno do senado federal, a realização de audiência pública no âmbito desta comissão de educação, destinada a instruir o projeto de lei do senado (pls) nº 403, de 2007, de autoria do senador wilson matos. Para a realização da audiência pública deverão ser convidados: maria do pilar lacerda, secretária de educação básica do ministério da educação – seb/mec; reynaldo fernandes, presidente do instituto nacional de estudos e pesquisas educacionais anísio teixeira – inep/mec; maria auxiliadora seabra rezende, presidente do conselho nacional dos secretários estaduais de educação – consed; cleuza rodrigues repulho, presidente da união nacional dos dirigentes municipais de educação – undime; juçara maria dutra vieira, presidente da confederação nacional dos trabalhadores em educação –cnte e paulo renato souza, deputado federal”.

Autoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Obs: aprovado requerimento, a matéria ficará sobreposta na comissão até a realização da audiência pública

Resultado: Aprovado, com aditamento (Item 1 – Extra-pauta)

Extra-pauta – Resultado

**ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO
Nº 01 AO REQUERIMENTO Nº 01/08**

“Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão do ex-senador wilson matos, autor do projeto, para participar de audiência pública, aprovada na reunião do dia 12 de fevereiro de 2008, destinada a instruir o projeto de lei do senado nº 403, de 2007, que institui o exame nacional de avaliação do magistério da educação básica (enameb)”.

Autoria: Senador Cícero Lucena

Resultado: Aprovado

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 02/08

“Requeiro nos termos regimentais, a realização de uma audiência pública para instrução do projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, que “acrescenta o inciso iv ao § 4º do art. 80 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância”, com a presença dos seguintes convidados: representante do ministério da educação; representante da coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior/capes e representante de universidades coordenadoras de pólos”.

Autoria: Senador Flávio Arns

Resultado: Aprovado

ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 03/08

“Tendo em vista que a escola de samba vai-vai de são paulo consagrou-se campeã do carnaval 2008 desenvolvendo o enredo “vai-vai acorda brasil”; que teve como tema a questão da educação no brasil, mostrando que milhões de crianças brasileiras, por uma extrema defasagem na educação, fazem parte de um processo injusto de exclusão social, e, no sentido de ampliar o debate sob o ponto de vista do livro “acorda brasil”, que serviu de inspiração para o enredo desenvolvido pela escola, e de autoria do dr. Antônio ermírio de moraes, e sobre o trabalho social desenvolvido junto à comunidade vai-vai, requeiro, nos termos do regimento interno do senado, a realização de audiência pública com os srs. Edmar tobias da silva, presidente da escola de samba, e dr. Antônio ermírio de moraes, autor do livro “acorda brasil”, que serviu de inspiração para o enredo desenvolvido pela escola, em data a ser oportunamente marcada”.

Autoria: Senador Romeu Tuma

resultado: aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO DE 2008 – CONJUNTA COM A SUBCOMISSÃO DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

Assunto: debater a criação da empresa Brasil de Comunicação (TV pública).

Autoria do requerimento: Senadores Raimundo Colombo e Marisa Serrano.

Convidados:

Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA – Walter Vieira Ceneviva, Vice-

Presidente Executivo da TV Bandeirantes e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Radiofusores – ABRA – Flávio Cavalcanti Jr., Diretor Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Oscar Maurício de Lima Azedo, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

REUNIÃO REALIZADA EM 20 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

Reunida a comissão não houve deliberação do item constante na pauta.

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008 – ORDINÁRIA

(1ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA)

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2006

“Acrescenta parágrafo único ao art. 79 da lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o estatuto da criança e do adolescente e dá outras providências. (Veda a propaganda comercial em livros didáticos).”

Autoria: Deputada Selma Schons

Relatoria: Senadora Ideli Salvatti

Parecer: Pela Rejeição

Resultado: aprovado o parecer pela rejeição

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2007

“Inscreve o nome do marechal osorio no livro dos heróis da pátria.”

Autoria: Deputado Bonifácio de Andrade

Relatoria: Senador Papaléo Paes

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

EXTRA-PAUTA – RESULTADO

ITEM 01 – REQUERIMENTO Nº 04/08 – CE

“Nos termos do disposto no art. 58, § 2º, incisos ii e v, da constituição federal, combinado com o art. 90, Incisos ii, v, ix e art. 93, Inciso ii, do regimento interno do senado federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta comissão de educação, cultura e esporte, com o propósito de debater o papel e a gestão das fundações vinculadas às instituições federais de ensino superior, com os seguintes convidados: 1-timothy mulholland – presidente do conselho de reitores das universidades brasileiras – crab e reitor da universidade de brasília (unb); 2-arquimedes diógenes – presidente da associação nacional dos dirigentes das instituições federais do ensino superior – andifes e 3-leonardo bandarra – procurador-geral do ministério público do distrito federal e territórios”.

Autoria: Senador Cristovam Buarque

Resultado: Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO
DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA.**

**(2ª REUNIÃO REALIZADA NO DIA)
ITEM ÚNICO – NÃO TERMINATIVO – MENSA-
GEM DO SENADO FEDERAL Nº 255, DE 2007**

“Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Sérgio Henrique Sá Leitão Filho, para exercer o cargo de diretor da agência nacional do cinema – ancine, na vaga do senhor leopoldo nunes da silva filho”.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Francisco Dornelles

Parecer: a ser apreciado em votação secreta

Resultado: aprovado por 25 (vinte e cinco) vo-
tos.

**REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO
DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

Item único – audiência pública – assunto:instruir o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2000, que “acrescenta artigos à lei 6001, de 19 de dezembro de 1973(estatuto do índio), dispondo sobre a reserva de vagas nos concursos públicos para os trabalhadores indígenas”.

Autoria do requerimento: senadora fátima cleide.

Autoria do pls nº 155/00: senador mozarildo ca-
valcanti.

Relatoria do pls nº 155/00: senador augusto bo-
telho.

Convidados

Susana Grillo, Coordenadora da Coordenação Escolar Indígena do Ministério da Educação – Déborah Macedo Duprat De Britto, Sub-Procuradora da 6ª Câmara do Ministério Público Federal – Gersem José dos Santos Luciano Baniwa, Assessor Técnico da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira – COIAB – Carlos Henrique de Oliveira, Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores – CUT Nacional.

Resultado: Realizada

**SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA,
TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL**

**REUNIÃO REALIZADA EM 19 DE FEVEREIRO
DE 2008 – CONJUNTA COM A COMISSÃO
DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**

AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA

Assunto: Debater a Criação da Empresa Brasil De Comunicação (TV Pública).

Autoria do requerimento: Senadores Raimundo Colombo e Marisa Serrano.

Convidados:

Tereza Cruvinel, Diretora-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – Alexandre Annenberg, Presidente Executivo da associação Brasileira de TV por Assinatura – ABTA – Walter Vieira Ceneviva, Vice-Presidente Executivo da TV Bandeirantes e Consultor Jurídico da Associação Brasileira de Radiofusores – ABRA – Flávio Cavalcanti Jr., Diretor Geral da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT – Oscar Maurício de Lima Azedo – Presidente da Associação Brasileira de Imprensa – ABI.

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA
DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO
E CONTROLE – CMA.**

**REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO
DE 2008 – ORDINÁRIA**

**ITEM 1 – AVISO Nº 99, DE 2007 – NÃO TER-
MINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.233/2007, proferido nos autos do processo TC 004.468/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram sobre Auditoria Operacional realiza-
da no Programa Morar Melhor, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e executado pela Caixa Econômica Federal.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator “ad hoc”: Senador Adelmir Santana

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remes-
sa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

**ITEM 2 – AVISO Nº 26, DE 2006 – NÃO TER-
MINATIVO**

Encaminha recomendações proferidas por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para apreciação dos proje-
tos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios.

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador Augusto Botelho

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remes-
sa do processado à Comissão Mista de Planos, Orça-
mentos Públicos e Fiscalização

Resultado: Aprovado

**ITEM 3 – AVISO Nº 161, DE 2001 – NÃO TER-
MINATIVO**

Encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 585, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos res-

pectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil S.A., no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu, e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário (TC – 009.538/2001-4).

Autoria: Tribunal de Contas da União

Relator: Senador Adelmir Santana

Parecer: Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo

Resultado: Aprovado

ITEM 4 – PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO

Dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes.

Autoria: Senador Adelmir Santana

Relator: Senador Heráclito Fortes

Parecer: Pela aprovação do projeto

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos – CAE

Resultado: Aprovado

EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008-CMA

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição da República e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Ministros da Agricultura, Reinhols Stephanes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, acompanhada do Presidente do Ibama, Bazileu Alves Margarido Neto, para que prestem esclarecimentos a esta Comissão acerca de suposto conjunto de medidas ora em estudo nos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as quais, segundo reportagens publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo dos últimos dias 10 e 11 de fevereiro, incluiriam a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pela derrubada ilegal de florestas, legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia.

Autoria: Senador Heráclito Fortes e outros

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008 – ORDINÁRIA

01 – REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008-CMA

Requer, nos termos regimentais, a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses dos trabalhos da subcomissão temporária para a discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito desta Comissão, destinada a analisar os problemas ambientais e

sociais decorrentes dos chamados “lixões” e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios.

Autores: Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

02 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008-CMA

Requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, que dispõe sobre “fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”, em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com os seguintes convidados:

Representante do Banco Central do Brasil;

Representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, do Ministério da Fazenda;

Representante da Secretaria de Direito Econômico – SDE, do Ministério da Justiça;

Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS;

Representante da Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Créditos – ANUCC; e Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC.

Autores: Senadores Jefferson Péres, Sibá Machado e Leomar Quintanilha

Resultado: Aprovado

03 – REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008-CMA

Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações a Excelentíssima Governadora do Estado do Pará, Sra. ANA JÚLIA CAREPA, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará:

Cópia dos Processos licitatórios de compra de material e serviços dos anos 2007/2008;

Cópia dos contratos de compra de material, serviços e pagamentos efetivados em 2007/2008;

Relação dos funcionários contratados em 2007/2008, com data de admissão, critério de seleção, função desempenhada, experiência e qualificação na função;

Relatório mensal de atendimento com nome, data de internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007/2008;

Informação sobre contratos e relatórios de serviços prestados pela OSCIP Centro Integrado e Apoio

Profissional (CIAP/PR), que atualmente presta serviços ao HROP, com os respectivos custos; e

Custo mensal de manutenção do HROP nos anos 2007/2008.

Autores: Senadores Cícero Lucena E Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA – CDH**

**REUNIÃO REALIZADA EM 07 DE FEVEREIRO
DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

ITEM Nº 01 – REQUERIMENTO Nº 01, DE 2008

– CDH

Assunto: Requer a realização de Audiência Pública, no dia 12 de fevereiro de 2008, às 09:00 horas, “com vistas a construção de relatório sobre ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil”. Com os seguintes convidados: Paulo Vannuchi, Ministro da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; Representante do Ministério das Relações Exteriores.

Autor: Senador Paulo Paim e outros

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02 – REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008

– CDH

Assunto: Requer a realização de Audiência Pública, conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”. Com os seguintes convidados:

– Geddel Vieira Lima, Ministro da Integração Nacional;

– Ciro Gomes, Deputado Federal;

– Deputado Marcondes Gadelha;

– Dom Luiz Flávio Cappio, Bispo de Barra (BA);

– Letícia Sabatella, atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos;

– João Reis Santana Filho, Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional;

– Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat;

– Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe, Professor da UFRJ;

– Luciana Khoury, Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco;

– Henrique Cortez, ambientalista e sub-editor da revista Ecoambiente;

– João Abner, Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

– Dr. Apolo Heringer Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas

Autor: Senador: Eduardo Suplicy e outros

Resultado: Aprovado.

ITEM Nº 03 – REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008

– CDH

Assunto: Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa com a finalidade de “apurar os fatos divulgados recentemente pela imprensa sobre a Operação Condor”. Com os seguintes convidados:

– Neusah Maria Romanzini Pires Cerveira, autora da tese “Memória da Dor: A Operação Condor no Brasil”;

Representante da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos;

Jair Krischke, representante do Movimento de Justiça e Direitos Humanos no Rio Grande do Sul, autor do livro: “Brasil e a Operação Condor”;

João Leivas Job, ex-Secretário de Segurança Pública do Rio Grande do Sul;

Marco Aurélio da Silva Reis, ex-delegado do DOPS;

Carlos Alberto Ponzi, ex-chefe do SNI no Rio Grande do Sul;

Átila Rohrsetzer, ex-diretor da Divisão Central de Informações (DCI);

Pedro Carlos Seelig, ex-chefe da Divisão de Segurança Política do DOPS no Rio Grande do Sul;

Universindo Rodrigues Diaz, seqüestrado em Porto Alegre em 1978;

Lilian Celiberti, seqüestrada em Porto Alegre em 1978;

Luiz Claudio Cunha, jornalista;

Calos Heitor Cony, jornalista;

Neiva Moreira, ex-exilado político e ex-deputado federal,

Mario Neira Barreiro, ex-agente do serviço de inteligência do governo uruguai, preso desde 2003 na Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas (RS);

João Vicente Goulart, filho do Ex-Presidente João Goulart,

Representante da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

Autor: Senador Cristovam Buarque e outros.

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 12 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA**

Nos termos do Requerimento nº 01, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Paulo Paim e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, a realização de Audiência Pública, “com vistas à construção de relatório sobre ações e políticas de Direitos Humanos no Brasil”.

Convidados que compareceram:

Paulo Vannuchi – Ministro de Estado da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República; e

Ana Lucy Gentil Cabral Petersen – Ministra e Diretora do Departamento de Direitos Humanos e Temas Sociais – Ministério das Relações Exteriores, representando Celso Luiz Nunes Amorim – Ministro de Estado das Relações Exteriores.

EXTRA PAUTA – ITEM ÚNICO – REQUERIMENTO N° 04, DE 2008 – CDH EM ADITAMENTO AO REQUERIMENTO N° 02, DE 2008 – CDH

Assunto: Requeiro, nos termos regimentais, seja aditado ao Requerimento nº 02/2008 desta Comissão, o convite para que Dom ALDO DI CILLO PAGOTTO, Arcebispo da Paraíba, integre a lista de convidados para a audiência de que trata o citado Requerimento.

Autora: Senador CÍCERO LUCENA.

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2008 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA**

Nos termos do Requerimento nº 02, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, a realização de Audiência Pública, conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”.

Convidados que compareceram:

– Geddel Vieira Lima – Ministro De Estado da Integração Nacional;
– Ciro Gomes – Deputado Federal;
– Marcondes Gadelha – Deputado Federal;

– Dom Luiz Flavio Cappio – Bispo de Barra (BA);

– Luciano Marçal da Silveira – Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil – (Articulação para o Semi-árido Brasileiro);

– Letícia Sabatella – Atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos;

– João Reis Santana Filho – Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional;

– Rômulo Macedo – Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat;

– Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe – Professor da UFRJ;

– Luciana Khoury – Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco;

– José Henrique Cortez – Ambientalista e Coordenador do Portal EcoDebate;

– João Abner – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

– Apolo Heringer Lisboa – Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;

– Dom Aldo Di Cillo Pagotto – Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco;

– Osmar Prado – Ator;

– Carlos Vereza – Ator;

– Dom Tomas Balduíno – Bispo Emérito de Goiás e Dirigente da Pastoral da Terra.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**ITEM N° 01 – REQUERIMENTO N° 05, DE 2008****– CDH**

Assunto: “Requeiro a realização de Diligência e reunião na cidade de Porto Alegre – RS, com a finalidade de instruir a Anistia João Cândido, baseada no Projeto Lei nº 7.198/2002, de autoria da Senadora Marina Silva. A diligência deverá ser acompanhada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, Representantes de Entidades Representativas e por Representantes do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio Grande do Sul. A diligência realizar-se-á no dia 29 de fevereiro de 2008”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02 – REQUERIMENTO Nº 06, DE 2008**– CDH**

Assunto: “Requeiro a realização de um ciclo de Audiências Públicas, com vistas a tratar das Questões Atinentes ao Povo Negro, semanalmente, na última semana de abril e no mês de maio de 2008, com os seguintes temas: 120 anos da Abolição não concluída; Projetos de interesse do negro, em tramitação no congresso; Aplicabilidade da Lei, quanto ao currículo escolar, da história do negro; Comunidades negras e suas matrizes religiosas; e Políticas do Governo Lula para as Comunidades negras no Brasil. Os convidados serão aprovados por esta Comissão”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03 – REQUERIMENTO Nº 07, DE 2008**– CDH**

Assunto: Requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a discutir a pertinência ou não do exame de ordem para o registro na Ordem dos Advogados do Brasil, à luz do PLS nº 186 de 2006, (que Altera os arts. 8º, 58 e 84 da Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994, para abolir o Exame de Ordem, necessário à inscrição como advogado na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB). Para tanto, gostaríamos que fossem convidados: Presidente da OAB, representante do MEC e outros a serem indicadas por esta Comissão.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado

EXTRA-PAUTA – ITEM Nº 01 REQUERIMENTO Nº 08, DE 2008 – CDH

Assunto: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de reunião da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em caráter reservado, para ouvir o Senhor João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, sobre o suposto assassinato de seu pai, em 1976”.

Autoria: Senador Geraldo Mesquita Júnior.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02 – REQUERIMENTO Nº 09, DE 2008**– CDH**

Assunto: “Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que no dia 24 de abril de 2008, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa em comemoração ao Dia Nacional das Trabalhadoras Domésticas, com a presença dos seguintes convidados:”

Representante da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial;

Representante do Ministério do Trabalho e Emprego;

Representante do Ministério da Educação;

Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres;

Representante da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03 – REQUERIMENTO Nº 10, DE 2008**– CDH**

Assunto: “Nos termos do inciso I do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro que no dia 10 de abril de 2008, seja realizada audiência pública no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com a finalidade de conhecer e discutir a implementação da declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, com a presença dos seguintes convidados:”

Azelene Kaingang, advogada indígena;

Representante do Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas;

Representante do Ministério das Relações Exteriores;

Representante do Ministério da Defesa;

Presidente da Comissão Nacional de Políticas Indigenistas – FUNAI;

Ella Wieko, Procuradora Federal dos Direitos dos Cidadãos;

Marcos Terena, Memorial dos Povos Indígenas do Distrito Federal.

Autoria: Senadora Fátima Cleide.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 04 – REQUERIMENTO Nº 11, DE 2008**– CDH**

Assunto: “Requeiro, nos termos regimentais, a realização de uma reunião administrativa deste colegiado, nesta sexta-feira, dia 22 de fevereiro às 15:00 horas, a fim de que sejam recepcionados trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios que trarão e discutirão pauta de suas relações de trabalho com vista à dignidade dos trabalhadores.”

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: aprovado

ITEM Nº 05 – REQUERIMENTO Nº 12, DE 2008**– CDH**

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, Requeiro a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar das melhorias nas condições de trabalho, salário, segurança e saúde dos Motociclistas, enfocando questões como DPVAT e práticas que estimulem o aumento de velocidade por motociclistas profissionais. Para tanto, gostaríamos que fossem con-

vidadas representantes da categoria e outros a serem indicados por esta comissão.”

Autoria: Senador Paulo Paim.

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 06 – REQUERIMENTO Nº 13, DE 2008

– CDH

Assunto: “Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da extração ilegal de madeiras na Região Amazônica, Estado do Pará, como desdobramento de seus efeitos na geração de violentos conflitos entre autoridades e madeireiros, bem como, gerando efeitos devastadores no ecossistema amazônico.. Para tanto, gostaríamos que fossem convidadas entidades ligadas à questão e outros a serem definidos pela própria Comissão.”

Autoria: Senadores Geraldo Mesquita E Outros.

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 22 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – REUNIÃO ADMINISTRATIVA

Nos termos do Requerimento-nº 11, de 2008 – CDH, aprovado em 21/02/2008, “afim de que se seja recepcionado trabalhadores e dirigentes sindicais dos Correios que trarão e discutirão pauta de suas relações de trabalho com vistas à dignidade dos trabalhadores”.

Autoria: Senador Paulo Paim.

Convidados que compareceram:

Érika Kokay – Deputada Distrital – Presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Distrital do Distrito Federal;

Vilmar Lacerda – Membro titular do diretório nacional do PT;

Manoel Cantoara – Secretário geral da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares;

Maria de Fátima Gonçalves – Conselheira fiscal da Federação Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telégrafos e Similares.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 28 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM Nº 01 – REQUERIMENTO Nº 14, DE 2008

– CDH

Ementa: Com fundamento no disposto no Art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinan-

do com o Art. 90, inciso II, do Regimento Interno da Casa, REQUEIRO a realização de Audiência Pública, com vistas a tratar da nova legislação referente ao trabalhador rural, com intuito de inibir a possibilidade de trabalho análogo a de escravo. Para tanto, gostaríamos que fossem convidados representes da CONTAG, FAF, FERASP, Ministério Público do Trabalho, representante do Ministério do Trabalho e outros a serem definidos pela própria Comissão

Autor: Senador Paulo Paim

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 02 – REQUERIMENTO Nº 15, DE 2008

– CDH

Ementa: Requeiro, nos termos do artigo 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência publica com vistas a tratar da instalação da Subcomissão de Defesa da Mulher, cujo tema a ser debatido é “A Mulher nos Espaços do Poder”, evento que inicia a semana de atividades do 8 de Março – Dia Internacional da Mulher. Para a composição da mesa, indicamos as seguintes convidadas: Ministra Dilma Rousseff (Ministra da Casa Civil), Ministra Nilcéa Freira (Ministra Especial de Políticas para Mulheres), Ministra Ellen Gracie (Presidente do Supremo Tribunal Federal), Governadora Ana Júlia Carepa – PA, Governadora Yeda Crusius – RS, Governadora Wilma Farias – RN, Fernanda Montenegro (atriz), Hortência (esportista) e Leci Brandão (cantora).

Autora: Senadora Ideli Salvatti

Resultado: Aprovado

ITEM Nº 03 – REQUERIMENTO Nº 16, DE 2008

– CDH

Ementa: Requeiro, nos termos do art. 93, incisos I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública Conjunta, entre as Comissões de Assuntos Sociais – CAS e de Direitos Humanos e Legislação Participativa, objetivando instruir o Senado da República sobre quais as melhores alternativas para incrementar o processo de adoção de crianças no Brasil, cuja audiência deverá contar com a participação dos seguintes convidados: – Srª. Elizabete Borgianni – Conselho Federal de Serviço social; – Srª. Carmem de Oliveira – Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA; – Representante do Fórum Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente; – Representante da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal; – Chefe da Promotoria de Defesa do Cidadão – Ministério Público.

Autor: Senador Inácio Arruda

Resultado: Aprovado

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES
E DEFESA NACIONAL – CRE**

**REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO
DE 2008 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES
DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA, DE SERVIÇOS
DE INFRA-ESTRUTURA E
DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
E TURISMO**

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Requerimento nº 02, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, a realização de Audiência Pública, conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”.

Convidados que compareceram:

- Geddel Vieira Lima – Ministro De Estado da Integração Nacional;
- Ciro Gomes – Deputado Federal;
- Marcondes Gadelha – Deputado Federal;
- Dom Luiz Flávio Cappio – Bispo de Barra (BA);
- Luciano Marçal da Silveira – Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil – (Articulação para o Semi-árido Brasileiro);
- Letícia Sabatella – Atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos;
- João Reis Santana Filho – Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional;
- Rômulo Macedo – Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat;
- Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe – Professor da UFRJ;
- Luciana Khoury – Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco;
- José Henrique Cortez – Ambientalista e Coordenador do Portal EcoDebate;
- João Abner – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- Apolo Heringer Lisboa – Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;

– Dom Aldo Di Cillo Pagotto – Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco;

– Osmar Prado – Ator;

– Carlos Vereza – Ator;

– Dom Tomás Balduíno – Bispo Emérito de Goiás e Dirigente da Pastoral da Terra.

Resultado: Realizada

**REUNIÃO REALIZADA EM 21 DE FEVEREIRO
DE 2008 – ORDINÁRIA**

ITEM 01 – exposição do Senador Eduardo Suplicy sobre sua viagem ao Iraque ocorrida nos dias 16 e 17 de janeiro de 2008, a convite oficial do Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, Mahmoud Dawud Al-mashhadani.

Resultado: Realizada

**REUNIÃO REALIZADA EM 28/02/2008
– ORDINÁRIA**

**ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM
(SF) Nº 274, DE 2007**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, Inciso iv, da Constituição Federal, com § 1º do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o § 1º do art. 46 do anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, a escolha do senhor Sergio Luiz Canaes, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do ministério das relações exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, e, cumulativamente, o cargo de embaixador do Brasil junto à república do Iêmen, e, também, o cargo de embaixador do Brasil no Sultanato de Omã, desde que obtido o agrément do governo daquele país.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Cristovam Buarque

Parecer: Dependendo de parecer.

Resultado: Apreciada

**ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM
(SF) Nº 275, DE 2007**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, Inciso iv, da Constituição Federal, com § 1º do art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, e com o § 1º do art. 46 do anexo I ao Decreto nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, a escolha da senhora Maria Auxiliadora Figueiredo, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do ministério das relações exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à república da Costa do Marfim, e, cumulativamente, o cargo de embaixadora do Brasil junto à república da Libéria, e, também, o cargo de embaixadora do Brasil

na república de serra leoa, desde que obtido o agrément do governo daquele país.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador César Borges

Parecer: a Comissão dispõe das condições necessárias para deliberar sobre a indicação.

Resultado: Apreciada

**ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – MENSAGEM
(SF) Nº 34, DE 2008**

Nos termos do art. 52, Inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submete à apreciação do senado federal, a indicação da senhora débora vainer barenboim, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do quadro permanente do ministério das relações exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do brasil, junto à república da eslovênia.

Autoria: Presidente da República.

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Parecer: Dependendo de Parecer.

Resultado: Apreciada

**COMISSÃO DE SERVIÇOS
DE INFRA-ESTRUTURA – CI**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO
DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**EXTRA PAUTA – ITEM 1 – Requerimento nº
01, de 2007 – CI**

“Requer a realização de Audiência Pública conjunta com as Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH, Comissão de Relações Exteriores de Defesa Nacional – CRE e Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo – CDR, para debater acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”. Com as presenças dos Senhores:

Ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima,

Deputado Federal Ciro Gomes,

Deputado Marcondes Gadelha,

Bispo de Barra/BA, Dom Luiz Flávio Cappio,

Letícia Sabatella, integrante do Movimento Humanos Direitos,

Senhor João Reis Santana Filho, Secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional,

Senhor Rômulo Macedo, Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat,

Professor Paulo Canedo de Magalhães, da CO-PPE, da UFRJ,

Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco, Luciana Khoury,

Jornalista Henrique Cortez,

Professor João Abner, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte,

Dr. Apolo Heringe Lisboa, Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas.

Autor: Senador Eduardo Suplicy e outros

Resultado: Aprovado

ITEM 2 – Requerimento nº 02, de 2007 – CI

“Requer a realização de Audiência Pública para debater acerca da situação em que se encontram as investimentos do Governo Federal nos sistemas de prospecção e produção e comercialização do gás natural no País, em especial as novas jazidas prospectada no Norte de Minas, para a qual sugiro convidar para expor sobre o assunto o Diretor-Geral da Agência Nacional do Petróleo – ANP, Doutor Haroldo Borges Rodrigues Lima”.

Autor: Senador Eduardo Azeredo

Resultado: Aprovado

**REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO
DE 2008 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES
DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E TURISMO**

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Requerimento nº 02, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, a realização de Audiência Pública, conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”.

Convidados que compareceram:

– Geddel Vieira Lima – Ministro De Estado da Integração Nacional;

– Ciro Gomes – Deputado Federal;

– Marcondes Gadelha – Deputado Federal;

– Dom Luiz Flávio Cappio – Bispo de Barra (BA);

- Luciano Marçal da Silveira – Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil – (Articulação para o Semi-árido Brasileiro);
- Letícia Sabatella – Atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos;
- João Reis Santana Filho – Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional;
- Rômulo Macedo – Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat;
- Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe – Professor da UFRJ;
- Luciana Khoury – Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco;
- José Henrique Cortez – Ambientalista e Coordenador do Portal EcoDebate;
- João Abner – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
- Apolo Heringer Lisboa – Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;
- Dom Aldo Di Cillo Pagotto – Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco;
- Osmar Prado – Ator;
- Carlos Vereza – Ator;
- Dom Tomás Balduíno – Bispo Emérito de Goiás e Dirigente da Pastoral da Terra.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM 1 – Mensagem do Senado Federal nº 39, de 2008

“Submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Fernando Brito Fialho, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ”.

Autor: Presidência da República

Relator: Senador Romero Jucá

Relatório: A Comissão dispõe de todos os elementos necessários para deliberar sobre a indicação. Resultado: Aprovado, com 18 votos “Sim”, 01 voto “Não” e nenhuma “Abstenção”. Total – 19 votos.

ITEM 2 – Decisão Não Terminativa – Projeto de Lei da Câmara, nº 51, de 2007

“Dispõe sobre a validade dos bilhetes de passagem no transporte coletivo rodoviário de passageiros e dá outras providências.”

Autor: Deputado Jovair Arantes

Relator: Senador Expedito Júnior

Parecer: Pela rejeição da matéria.

Resultado: Rejeitado o Parecer do Relator, Senador Expedito Júnior e aprovado o Voto em Separado, de autoria do Senador Marconi Perillo, que passa a ser o Parecer da Comissão.

ITEM 3 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado, nº 506, de 2007

“Altera a Lei nº 11.445, de 05 de janeiro de 2007, que “estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico”, para determinar a manutenção preventiva nas galerias de águas pluviais.”

Autor: Senador Marconi Perillo

Relator: Senador Flexa Ribeiro

Parecer: Pela aprovação do Projeto, com três emendas que apresenta.

Resultado: Aprovado o Projeto e as Emendas 1, 2 e 3-CI.

ITEM 4 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 731, de 2007

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Nacional, o acesso da BR-116 ao Aeroporto do Planalto Serrano, no Município de Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina.”

Autora: Senadora Ideli Salvatti

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 5 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 732, de 2007

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que “aprova o Plano Nacional de Viação”, de modo a incluir, na Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, o acesso da BR-101 ao Aeroporto Regional Sul, no Município de Jaguaruna, no Estado de Santa Catarina.”

Autora: Senadora Ideli Salvatti

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 6 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 693, de 2007

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-251.”

Autores: Senadora Serys Slhessarenko e outros

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 7 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 694, de 2007

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-242.”

Autores: Senadora Serys Slhessarenko e outros

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 8 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 695, de 2007

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-174.”

Autores: Senador Jonas Pinheiro e outros

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

ITEM 9 – Decisão Terminativa – Projeto de Lei do Senado nº 696, de 2007

“Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (Plano Nacional de Viação), para modificar o traçado da BR-080.”

Autores: Senador Jayme Campos e outros

Relator: Senador Eliseu Resende

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Resultado: Aprovado o Projeto.

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – Requerimento nº 03, de 2008 – CI

“Requer seja dirigido convite às autoridades relacionadas para, em Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, seja debatido o desenvolvimento do transporte hidroviário urbano de passageiros no Brasil”:

– Ministro dos Transportes, Senhor Alfredo Nascimento;

– Presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Aquaviários e Afins, Senhor Ricardo Leite Goulart Ponzi,

– Diretor de Portos e Costas, Marinha do Brasil, Capitão-de-Mar-e-Guerra Milton Benevides dos Guarany,

– Presidente da Federação das Indústrias de Navegação – FENAVEGA, Senhor Luiz Rebelo Neto e Professor e Consultor, Senhor Carlos Neves.

Autor: Senador Flexa Ribeiro

Resultado: Aprovado

ITEM 02 – Requerimento nº 04, de 2008 – CI

“Requer seja realizada Audiência Pública, no âmbito desta Comissão, com o fim de debater sobre a transposição do Rio São Francisco, o impacto Ambiental e Social dessa obra”, sendo formulado convite às seguintes autoridades:

– Ministro da Integração Nacional, Senhor Geddel Vieira Lima,

– Diretor do Departamento de Licenciamento e Avaliação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, Senhor Volney Zanardi Junior,

– Pesquisador Titular da Fundação Joaquim Nabuco, Senhor João Suassuna,

– Presidente da Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Senhor Márcio Augusto Freitas de

Meira e Professor da COPPE/UFRJ, Senhor Paulo Canedo de Magalhães.

Autor: Senador Marconi Perillo

Resultado: Aprovado

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO – CDR

REUNIÃO REALIZADA EM 14 DE FEVEREIRO DE 2008 – CONJUNTA COM AS COMISSÕES DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA E DE RELAÇÕES ESTERIORES E DEFESA NACIONAL

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Nos termos do Requerimento nº 02, de 2008 – CDH, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Senhores Senadores, aprovado em 07/02/2008, a realização de Audiência Pública, conjunta com as comissões permanentes de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Serviços de Infra-Estrutura e a de Desenvolvimento Regional e Turismo “para esclarecer os Senhores Senadores acerca do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional em razão de sua importância para toda aquela região e para o Brasil”.

Convidados que compareceram:

– Geddel Vieira Lima – Ministro De Estado da Integração Nacional;

– Ciro Gomes – Deputado Federal;

– Marcondes Gadelha – Deputado Federal;

– Dom Luiz Flávio Cappio – Bispo de Barra (BA);

– Luciano Marçal da Silveira – Representante da Coordenação Executiva da ASA-Brasil – (Articulação para o Semi-árido Brasileiro);

– Letícia Sabatella – Atriz e integrante do Movimento Humanos Direitos;

– João Reis Santana Filho – Secretário de Infraestrutura Hídrica do Ministério de Integração Nacional;

– Rômulo Macedo – Gerente do Programa São Francisco, de responsabilidade do Consórcio Logos-Concremat;

– Paulo Canedo de Magalhães, da Coppe – Professor da UFRJ;

– Luciana Khoury – Promotora de Justiça da Bahia e Coordenadora da Promotoria de Justiça do Rio São Francisco;

– José Henrique Cortez – Ambientalista e Coordenador do Portal EcoDebate;

– João Abner – Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

– Apolo Heringer Lisboa – Professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Minas Gerais e presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas;

– Dom Aldo Di Cillo Pagotto – Presidente do Comitê Paraibano em Defesa da Integração de Bacias e de Transposição das Águas do Rio São Francisco;

– Osmar Prado – Ator;

– Carlos Vereza – Ator;

– Dom Tomas Balduíno – Bispo Emérito de Goiás e Dirigente da Pastoral da Terra.

Resultado: Realizada

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM UM – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2008 – CRA

Requer, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, objetivando discutir o embargo da União Européia à carne bovina brasileira.

Autor: Senador Neuto de Conto

Resultado: Aprovado.

ITEM DOIS – AUDIÊNCIA PÚBLICA

Audiência Pública, em cumprimento ao Requerimento nº 1, de 2008 – CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado em 13/02/08, com a finalidade de discutir e analisar o embargo da União Européia à carne bovina brasileira, com a participação dos seguintes convidados:

Sr. Reinhold Stephanes – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA;

Sra. Leslie Cohen – Representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC;

Sr. Altino Rodrigues Neto – Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, representando a Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais.

Sr. Fábio Salles Meirelles – Presidente da Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA.

Resultado: Realizada

EXTRA-PAUTA – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008-CRA

Requer, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a finalidade de analisar e discutir notícias referentes a

medidas em estudo nos seguintes Órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério do Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis– IBAMA, sobre a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal, legalizando 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, com a presença das seguintes autoridades:

1) Dep. Reinhold Stephanes – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;

2) Sen. Marina Silva – Ministra de Estado do Meio Ambiente;

3) Sr. Bazileu Alves Margarido Neto – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis–IBAMA.

Autor: Senador Neuto de Conto

Resultado: Aprovado.

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

01 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2008 – CRA

Requer nos termos do inciso II do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada Audiência Pública perante a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, com a participação de Rolf Hackbart, presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a fim de debater a implementação do trabalho de recadastramento de imóveis rurais localizados no Bioma Amazônia, conforme previsto no Decreto nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007.

Autora: Senadora Kátia Abreu

Resultado: Aprovado.

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS – CRA

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, DE 2008 – CRA-BIO

Requer nos termos regimentais, adendo ao Requerimento nº 13, de 2007, aprovado em 11/07/2007, para que também seja ouvida a Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, a respeito do Zoneamento Agrícola Brasileiro e a Expansão de culturas para Biocombustíveis e outras culturas.

Autor: Senador João Tenório

Resultado: Aprovado.

ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008 – CRA-BIO

Requer nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública para tratar do seguinte tema: Pesquisa e viabilidade de matérias primas para produção de etanol e combustíveis automotivos

Autor: Senador João Tenório

RESULTADO – Aprovado.**ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 3, DE 2008 – CRA-BIO**

Requer nos termos regimentais, seja realizada, no âmbito desta Subcomissão, audiência pública para tratar do seguinte tema: Aspectos sobre a expansão da produção de álcool na visão dos produtores.

Autor: Senador João Tenório

Resultado: Aprovado.

**COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO
E INFORMÁTICA – CCT**

**REUNIÃO REALIZADA EM 13 DE FEVEREIRO
DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA**

**ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE
LEI DO SENADO Nº 220, DE 2007**

“Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo.”

Autoria: Senador Renato Casagrande

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Parecer: Favorável, com a emenda oferecida
obs.: matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Resultado: aprovado o parecer favorável com a Emenda nº 01 – cct

**ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE
LEI DO SENADO Nº 293, DE 2007**

“Acrescenta parágrafos ao art. 37 Da lei nº 8.078, De 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade.”

Autoria: Senadora Serlys Shessarenko

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Parecer: Favorável

Obs.: Matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA

Resultado: Aprovado

**ITEM 03 – NÃO TERMINATIVO – PROJETO DE
LEI DO SENADO Nº 398, DE 2007**

“Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela internet, e o art. 14 do decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – código de processo penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito.”

Autoria: Senador Expedito Júnior

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Parecer: Favorável

Obs.1: Matéria Terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – CCJ

Obs.2: A matéria constou nas pautas das reuniões dos dias 12/12/07 e 19/12/07

Resultado: Aprovado

ITEM 04 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 03 DE 2008 – CCT

“Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da constituição federal, combinado com o inciso ii do art. 90 do regimento interno do senado federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta comissão de ciência e tecnologia, inovação, comunicação e informática (CCT), para debater sobre o tema “os radiodifusores e a tv digital: desafios e perspectivas do processo de migração”. Deverão ser convidados a apresentar seus pontos de vista os expositores nominados a seguir, representantes das redes de tv aberta, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da cct: 1 – josé bonifácio de oliveira sobrinho (BONI) – empresário de comunicações; 2 – gilberto verzoni, diretor de engenharia e tecnologia da rede bandeirantes de televisão; 3 – kalled adib, superintendente de operações da rede tv!; 4 – José roberto do amaral, diretor de tecnologia da rede record de televisão; 5 – roberto franco, presidente do fórum nacional de tv digital e diretor de tecnologia do sbt; e 6 – fernando bittencourt, diretor da central globo de engenharia.”

Autoria: Senadores Romeu Tuma e Wellington Salgado de Oliveira

Resultado: Aprovado

ITEM 05 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 02 DE 2008 – CCT

“Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, v, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do regimento interno do senado federal, seja realizada nesta comissão audiência pública para debater a implementação do programa de biodiesel urbano para o país, com os seguintes convidados: 1) dom mauro morelli, fundador e presidente do instituto harpia harpia; 2) prof. Dr. Antônio José da silva maciel, professor de tecnologia de biodiesel da faculdade de engenharia agrícola da unicamp.”

Autoria: Senador Marcelo Crivella

Resultado: Aprovado

ITEM 06 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 466, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de são gonçalo, estado do rio de janeiro.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Marcelo Crivella

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 07 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 462, DE 2007

“Aprova o ato que renova a concessão outorgada à emissoras Santa Cruz S/A – rádio e televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de pará de minas, estado de minas gerais.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Eduardo Azeredo

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 08 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 360, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejipió para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de recife, estado de pernambuco.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Marco Maciel

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 09 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 392, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de lagoa do itaenga, estado de pernambuco.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Marco Maciel

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 10 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 429, DE 2007

“Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Itda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de maranguape, estado do ceará.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria Ad Hoc: Senador Cícero Lucena

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 11 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 376, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de presidente epitácio, estado de são paulo.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Romeu Tuma

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 12 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 387, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Bananalense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de bananal, estado de são paulo.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Romeu Tuma

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 13 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 390, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de itaquaquecetuba, estado de são paulo.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Romeu Tuma

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 14 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 395, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Cidade Doçura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de amérigo brasiliense, estado de são paulo.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Romeu Tuma

Parecer: Favorável

RESULTADO – APROVADO**ITEM 15 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 448, DE 2007**

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Senhor Menino Deus para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de aurora, estado do ceará.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Heráclito Fortes

Parecer: Favorável

Resultado: Adiado

ITEM 16 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 369, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de nova santa bárbara, estado do paraná.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Flávio Arns

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 17 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 454, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à ACAS – Associação Comunitária de Alto Santo – ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de alto santo, estado do ceará.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senador Cícero Lucena

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 18 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 400, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa

para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de viçosa, estado de alagoas.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 19 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 443, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz – fm para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de cezarina, estado de goiás.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria Ad Hoc: Senador Flexa Ribeiro

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 20 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 263, DE 2007

“Aprova o ato que outorga autorização à associação dos meditantes de guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de mulungu, estado do ceará.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria: Senadora Rosalba Ciarlini

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 21 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 458, DE 2007

“Aprova o ato que outorga permissão à rádio candelária FM Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de santa luzia d'oeste, estado de rondônia.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria Ad Hoc: Senador Cristovam Buarque

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

ITEM 22 – TERMINATIVO – PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 336, DE 2007

“Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio Belo Horizonte Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de belo horizonte, estado de minas gerais.”

Autoria: Poder Executivo

Relatoria Ad Hoc: Senador Eduardo Azeredo

Parecer: Favorável

Resultado: Aprovado

EXTRA-PAUTA

ITEM 01 – NÃO TERMINATIVO – REQUERIMENTO Nº 01 DE 2008 – CCT

“Requeiro, nos termos constitucionais e regimentais, seja formulado convite a sua excelência o senhor hélio costa, ministro de estado das comunicações e o senhor ronaldo mota sardenberg, presidente da agência nacional de telecomunicações – anatel, a comparecerem perante a esta comissão de ciência e tecnologia, inovação, comunicação e informática (cct), em data a ser marcada, para ouví-los sobre a criação da super-tele nacional.”

Autoria: Senador Renato Casagrande E Outros

Resultado: Aprovado

ITEM 02 – NÃO TERMINATIVO – ADITAMENTO N.º 01 AO REQUERIMENTO Nº 38, 2007 – CCT

“Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o senhor marcelo bechara – consultor jurídico do ministério das comunicações, para participar da audiência pública que debaterá sobre a criação e a implantação da tv pública, nos moldes de medida provisória (mpv) nº 398, de 2007 e, em conjunto com os demais convidados, abordarem, ainda, sobre o princípio da “complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão, conforme prevê o art. 223, Caput, da constituição federal”.

Autoria: Senador Wellington Salgado De Oliveira

Resultado: Aprovado

REUNIÃO REALIZADA EM 26 DE FEVEREIRO DE 2008 – EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA – assunto:

“debater sobre a criação e a implantação da tv pública, nos moldes da medida provisória (mpv) nº 398, de 2007 e o princípio da complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão, conforme prevê o art. 223, Caput, da Constituição Federal”.

Autoria do Requerimento e Aditamento: Senador Wellington Salgado de Oliveira.

Convidados:

Franklin De Souza Martins, Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República – Maria Tereza Cruvinel, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – Helena Chagas , Diretora de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – Leopoldo Nunes Filho, Diretor de Programação da Empresa Brasil de Comunicação – EBC – Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações.

Resultado: Realizada

REUNIÃO REALIZADA EM 27 DE FEVEREIRO DE 2008– EXTRAORDINÁRIA

ITEM ÚNICO – AUDIÊNCIA PÚBLICA – assunto:

“debater sobre os valores das tarifas dos serviços de telecomunicações”

Autoria do Requerimento e Aditamento: Senador Renato Casagrande

Convidados:

Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações – Ercio Zilli, Presidente Executivo da Associação Nacional das Operadoras Celulares – ACEL – Jarbas José Valente, Superintendente de Serviços Privados da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL – Aristóteles Dos Santos, Ouvidor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL.

Resultado: Realizada

CONGRESSO NACIONAL – 2008
RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS
NO PERÍODO DE 6 A 29 DE FEVEREIRO

PRN – 01

MÊS	MENSAGEM	TIPO E Nº	EMENTA	SESSÃO	OBS.
Fevereiro	-	PR nº 2/2007-CN	Altera a redação do § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 1970-CN (Regimento Comum), para ampliar o número de vice-líderes do Governo no Congresso Nacional.	21-2-2008, às 13 horas	Resolução nº 1/2008-CN (DOU 29-2-2008)
Fevereiro	-	RQN nº 2/2008-CMP	Com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônomo.	21-2-2008, às 13 horas	A publicação.

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS PELO CONGRESSO NACIONAL NO PERÍODO DE 6 A 29 DE FEVEREIRO DE 2008

RQNs – Leitura..... 01

PRNs – 01

Total de matérias apreciadas..... 01

ATOS DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

1/2008 (public. no DOU de 18-2-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 25 de fevereiro de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 401, de 13 de novembro de 2007, que “Altera as Leis nºs 11.134, de 15 de julho de 2005, e 11.361, de 19 de outubro de 2006, dispõe sobre a remuneração devida aos militares da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal e sobre os subsídios das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal”.
2/2008 (public. no DOU de 28-2-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 8 de março de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 402, de 23 de novembro de 2007, que “Abre crédito extraordinário, em favor de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 1.646.339.765,00, para os fins que específica”.
3/2008 (public. no DOU de 29-2-2008)	Prorroga, pelo período de sessenta dias, a partir de 9 de março de 2008, a vigência da Medida Provisória nº 403, de 26 de novembro de 2007, que “Dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal e dá outras providências”.

**CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS PELA
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL**

Of. nº 2/2008-CN	Sen. José Maranhão – Presidente da CMO	Encaminhando o Projeto de Lei nº 31, de 2007-CN. (Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2008-2011 – PPA)
Of. nº 12/2008-CN	Dep. Osmar Serraglio – Primeiro Secretário da Mesa da Câmara dos	Encaminhando os originais dos documentos protocolizados na Secretaria da Comissão Representativa do Congresso Nacional, no período de 25-12-2007 a 5-2-2008.

Of. nº 39/2008-CN	Deputados Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Solicitando o processado do Projeto de Lei nº 2.674, de 2007, de autoria do Dep. Eduardo Sciarra, tendo em vista requerimento apresentado por S. Ex ^a , dentro do prazo regimental para oferecimento de emendas, para que a referida proposição tramite sob a forma de emenda à MPV nº 417/2008, conforme disposto no § 2º do art. 4º da Resolução nº 1, de 2002-CN.
Of. nº 42/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Consultando nos termos do art. 2º do Regimento Comum, sobre a viabilidade de realização de sessão solene do CN, no dia 11-3-2008, às dez horas, no Plenário do SF, para Comemoração do Dia Internacional da Mulher e agraciamento das vencedoras do Diploma da Mulher Cidadã Bertha Lutz, tendo em vista o requerimento de autoria da Senadora Serys Sihessarenko e outros Senhores Parlamentares.
Of. nº 55/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “ <i>Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos</i> ”, solicita a indicação dos membros titulares e membros suplentes, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 56/2008-CN	Sen. Arthur Virgílio – Líder do PSDB	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “ <i>Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos</i> ”, solicita a indicação de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a participação desse Partido no Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB).
Of. nº 57/2008-CN	Sen. Valdir Raupp – Líder do PMDB	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “ <i>Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos</i> ”, solicita a indicação de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.

Of. nº 58/2008-CN	Sen. José Agripino – Líder do DEM	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos”, solicita a indicação de 2 (dois) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão, de acordo com a participação desse Partido no Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB).
Of. nº 59/2008-CN	Sen. Ideli Salvatti – Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos”, solicita a indicação de 3 (três) membros titulares e 3 (três) membros suplentes desse Bloco, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 60/2008-CN	Sen. Epitácio Cateteira – Líder PTB	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos”, solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 61/2008-CN	Sen. Jefferson Peres – Líder do PDT	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF (Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados econômicos”, solicita a indicação de 1 (um) membro titular e 1 (um) membro suplente desse Partido, que deverão integrar a referida Comissão.
Of. nº 62/2008-CN	Sen. José Nery - Líder PSOL	Tendo sido criada a CPMI, através do RQN nº 2/2008, que “Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, com a finalidade de investigar o uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal – CPGF

		(Cartões Corporativos) por integrantes da Administração Pública Federal, denominados ecônominos”, solicita a indicação de 1 (um) membro desse Partido, que deverá integrar a referida Comissão, de acordo com a Resolução nº 2, de 2000-CN.
Of. nº 69/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Consultando sobre a realização de sessão solene do CN, no dia 13-3-2008, destinada a reverenciar a memória do Cardeal D. Aloísio Lorscheider, Ex-Arcebispo de Fortaleza e de Aparecida do Norte, tendo em vista o requerimento de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Pedro Simon.
Of. nº 102/2008-CN	Sen. José Agripino – Líder do DEM	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, solicita a indicação dos nomes de três (3) membros titulares e igual número de suplentes, em entendimento com o PSDB, referente à participação do Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB), na referida Comissão.
Of. nº 103/2008-CN	Sen. Arthur Virgílio – Líder do PSDB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, solicita a indicação dos nomes de três (3) membros titulares e igual número de suplentes, em entendimento com o DEM, referente à participação do Bloco Parlamentar da Minoria – (DEM/PSDB), na referida Comissão.
Of. nº 104/2008-CN	Sen. Ideli Salvatti – Líder do Bloco de Apoio ao Governo	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, solicita a indicação dos nomes de três (3) membros titulares e igual número de suplentes desse Bloco, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 105/2008-CN	Sen. Valdir Raupp – Líder do PMDB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, solicita a indicação dos nomes de dois (2) membros titulares e igual número de suplentes desse Partido, que integrarão a referida Comissão.

Of. nº 106/2008-CN	Sen. Epitácio Cafeteira – Líder PTB	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, solicita a indicação dos nomes de um (1) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 107/2008-CN	Sen. Jefferson Peres – Líder do PDT	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, solicita a indicação dos nomes de um (1) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 108/2008-CN	Sen. José Nery – Líder PSOL	Tendo em vista a Resolução nº 2, de 2007, do Congresso Nacional, que “Cria a Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas – FIPA”, e nos termos da Resolução nº 2, de 2000, do Congresso Nacional, solicita a indicação dos nomes de um (1) membro titular e igual número de suplente desse Partido, que integrarão a referida Comissão.
Of. nº 109/2008-CN	Dep. Arlindo Chinaglia – Presidente da CD	Encaminhando nos termos do disposto nos arts. 142 e 143 do Regimento Comum, os originais de quatro projetos de lei, apresentados como conclusão do Relatório nº 3, de 2007-CN, referente às Atividades de 2007 da Comissão Especial Mista criada através do Ato Conjunto nº 1, de 2007, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, destinada a acompanhar, monitorar e fiscalizar as ações referentes às mudanças climáticas no Brasil.

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

Ata da 40ª da Comissão de Assuntos Econômicos, Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária Da 53ª Legislatura, realizada em 18 de dezembro de 2007, às 10:00 horas, na sala de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e trinta e oito minutos do dia dezembro de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador Eliseu Resende, Vice-Presidente da Comissão, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Renato Casagrande, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, Paulo Paim, Ideli Salvatti, Sibá Machado, Antônio Carlos Valadares, César Borges, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Neuto de Conto, Leomar Quintanilha, Edison Lobão, Adelmir Santana, Heráclito Fortes, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Jonas Pinheiro, Antonio Carlos Júnior, Flexa Ribeiro, Tasso Jereissati, Osmar Dias, Jefferson Péres, e, ainda, o Senador José Agripino. Deixam de comparecer os Senadores Delcídio Amaral, Euclides Mello, João Vicente Claudino, Kátia Abreu, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, e, ainda, o Senador Aloizio Mercadante, por estar participando da 8ª Sessão do Parlamento do Mercosul em Montevideu; o Senador Garibaldi Alves Filho, por estar exercendo o cargo de Presidente do Senado Federal; e o Senador Jayme Campos, por estar participando de missão política de interesse parlamentar em Mato Grosso. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. O Presidente comunica o recebimento dos seguintes documentos, para conhecimento, Aviso nº 105/07, nº 444, na origem, de 29 de novembro de 2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43/01, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de outubro de 2007, tabela demonstrativa da Dívida Consolidada Líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a Dívida Consolidada Líquida e a Receita Corrente Líquida dos Municípios; e Mensagem nº 257/07, nº 941, na origem, de 5 de dezembro de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da Lei nº 9.069/95, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de outubro de 2007, as razões delas determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular. Em seguida, a

Presidência passa à apreciação dos itens constantes da Primeira Parte da Pauta da Reunião, Item 01-Projeto de Resolução do Senado nº 83, de 2007, não terminativo, que “dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”, de autoria do Senador Romero Jucá, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável ao Projeto com a Emenda de Redação nº 01 que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, usam da palavra os Senadores Antonio Carlos Júnior e Expedito Júnior. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado, também, Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 02-Ofício nº 263, de 2007, Ofício “S” nº 69, de 1998, não terminativo, que “encaminha ao Senado Federal, para os devidos fins, o termo aditivo ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ativos, celebrado entre aquele Estado e a União, nos termos da Resolução do Senado nº 94, de 1998 (OFS 69/98), e cópia da Lei Estadual nº 8.910, de 2006”, de autoria do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, tendo como Relator o Senador Eliseu Resende, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 11/12/07, foi realizada Reunião Técnica, com a presença de Representantes do Tesouro Nacional, a fim de instruir a Matéria. A Matéria é retirada de pauta; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 254, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a adição do terceiro termo aditivo de retificação e ratificação ao Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações sob Condição, celebrado entre a União e o Estado do Piauí, em 13 de novembro de 2007”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Inácio Arruda, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 04-Projeto de Lei da Câmara nº 121, de 2007, não terminativo, que “altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Flexa Ribeiro, que oferece Parecer favorável ao Projeto. Após a leitura do Relatório pelo Senador Flexa Ribeiro, faz uso da palavra o Senador Antonio Carlos Júnior. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 05-

Mensagem do Senado Federal nº 261, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Pelotas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de US\$ 18,900,000.00 (dezoito milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Antônio Carlos Valadares, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antônio Carlos Valadares, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 06-Mensagem do Senado Federal nº 262, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Canoas – RS e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 15,076,000.00 (quinze milhões e setenta e seis mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de Macrodrrenagem, Recuperação Ambiental e Desenvolvimento Urbano de Canoas, Fase I”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Flávio Arns, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. O Presidente da Comissão designa o Senador Adelmir Santana Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Senador Adelmir Santana, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 07-Mensagem do Senado Federal nº 263, de 2007, não terminativa, que “requer ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US 35,900,000.00 (trinta e cinco milhões e novecentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, para financiamento Parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Leomar Quintanilha, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Leomar Quintanilha, usam da palavra os Senadores José Agripino e Antonio Carlos

Júnior. Colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 08-Mensagem do Senado Federal nº 264, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Feira de Santana e a Corporação Andina de Fomento – CAF, no valor de até US\$ 11,737,000.00 (onze milhões e setecentos e trinta e sete mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Pedro Simon, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Pedro Simon, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; Item 09-Ofício “S” nº 12, de 2003, não terminativo, que “submete à apreciação do Senado Federal o termo Aditivo de Re-ratificação do Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de ativos celebrados em 12 de fevereiro de 1998, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário S/A – RONDONPOUP, com a interveniência do Banco do Brasil S/A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1654, de 15 de abril de 2003, para as ressalvas legais necessárias em sua Resolução autorizativa, conforme as Notas Técnicas nº 058 e nº 065, de 08 e 12 de fevereiro de 1999, respectivamente e a Exposição de Motivos s/nº de 03 de abril de 2003, da liquidante do Banco do Estado de Rondônia S/A – BERON”, de autoria do Governador do Estado de Rondônia, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Em 21/08/07, foi realizada Audiência Pública, a fim de instruir a Matéria, com a presença de Representantes dos Tribunais de Contas da União e do Estado de Rondônia, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil. Em 07/12/07, em atendimento ao RQS nº 34/07-CAE, aprovado em 21/08/07, foi encaminhado pelo Tribunal de Contas da União-TCU o Aviso nº 1920-Ses-TCU-Plenário, do Presidente do TCU, que encaminha cópia do Acórdão proferido nos autos do processo nº TC 022.437/2007-6, pelo Plenário daquela Corte na Sessão Ordinária de 5/12/2007, bem como do Relatório e do Voto que fundamentam aquela deliberação. Em 18/12/07, foi apresentado Voto em Separado de autoria do Senador Expedito Júnior, favorável ao Projeto nos termos do PRS que apresenta. Após a

leitura do Relatório pelo Senador Romero Jucá, usam da palavra os Senadores Expedito Júnior, Jefferson Péres, Jose Agripino, César Borges, Flexa Ribeiro, Antonio Carlos Júnior, Valdir Raupp e Heráclito Fortes. Encerrada a discussão e colocado em votação, a Comissão rejeita o Parecer do Relator, Senador Romero Jucá. Nos termos do art. 128 do Regimento Interno do Senado Federal, o Presidente designa o Senador César Borges Relator do Vencido. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria. Dando prosseguimento, a Presidência passa à Segunda Parte da Pauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 209, de 2007, não terminativa, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o 4º da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Enéas Costa de Souza, para exercer o cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça, na vaga do Senhor Luis Fernando Schuartz”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Mão Santa, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. A apreciação da Matéria é adiada; Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 210, de 2007, não terminativa, que “submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea “f” da Constituição Federal, combinado com o art. 11 da Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, o nome do Senhor Arthur Badin, para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Cícero Lucena, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. O Presidente da Comissão designa o Senador Mão Santa Relator *Ad Hoc*. Após a leitura do Relatório pelo Senador Mão Santa, usa da palavra o Sr. Arthur Badin para fazer sua exposição. Em seguida, usam da palavra para interpelar o Sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Paim. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Dr. Arthur Badin para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção; Item 03-Mensagem do Senado Federal nº 252, de 2007, não terminativa, que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do Senhor Paulo Furquim de Azevedo, para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE do Ministério da Justiça”, de au-

toria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Expedito Júnior, que oferece Parecer a ser apreciado em votação secreta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Antonio Carlos Júnior, usa da palavra o Sr. Paulo Furquim de Azevedo para fazer sua exposição. Em seguida, usam da palavra para interpelar o Sabatinado os Senadores Eduardo Suplicy e Paulo Paim. Encerrada a votação secreta, a Presidência convida os Senadores Mão Santa e Eduardo Suplicy para atuarem como escrutinadores. Procedido o escrutínio, a Comissão aprova a indicação do Dr. Paulo Furquim de Azevedo para ser reconduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, por 17 (dezessete) votos favoráveis, nenhum contrário e nenhuma abstenção. Em seguida, a Presidência coloca em apreciação, com a aprovação dos membros da Comissão, os seguintes itens constantes da Extrapauta da Reunião, Item 01-Mensagem do Senado Federal nº 267, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de até US\$ 22,500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil dólares dos Estados Unidos da América), cujos recursos destinam-se ao “Financiamento Adicional do Projeto de Combate à Pobreza Rural no Estado do Rio Grande do Norte”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador César Borges, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador César Borges, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado também Requerimento de Urgência para a Matéria; e Item 02-Mensagem do Senado Federal nº 268, de 2007, não terminativa, que “propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, no valor de até US\$ 176,775,000,00 (cento e setenta e seis milhões, setecentos e setenta e cinco mil dólares) dos Estados Unidos da América, de principal, destinada a financiar, parcialmente, o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal – Brasília Integrada”, de autoria do Presidente da República, tendo como Relator o Senador Heráclito Fortes, que oferece Parecer favorável nos termos do PRS que apresenta. Após a leitura do Relatório pelo Senador Heráclito Fortes, e não havendo quem queira discutir, colocado em votação, a Comissão aprova o Parecer do Relator. Aprovado

também Requerimento de Urgência para a Matéria. Foram aprovados, ainda, o Requerimento nº 63/2007-CAE, de autoria dos Senadores Tasso Jereissati e Francisco Dornelles, que requer, nos termos regimentais, a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária pelo prazo de 6 (seis) meses; e o Requerimento nº 64/2007-CAE, de autoria da Senadora Ideli Salvatti, que requer, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para discussão dos aspectos econômicos relacionados ao recente leilão da hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira (RO), com a presença do Excelentíssimo Sr. Nelson José Hubner Moreira, Ministro de Estado de Minas e Energia Interino, e do Sr. Maurício Tiomno Tolmasquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e cinqüenta e dois minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador **Eliseu Resende**, Vice-Presidente no exercício da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 40ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, extraordinária. Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. Os Srs. Senadores que concordam, queiram permanecer como se encontram. A Ata está aprovada e será publicada no Diário Oficial, no Diário do Senado Federal.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente

(soa a campainha).

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – ...Uma informação da Presidência. Sei que V. Exa. é Vice, mas a Secretaria pode informá-lo. Em Sessão passada, foi aprovado o Requerimento de convite ao Ministro Mangabeira Unger para vir a esta Comissão, acompanhado de Sr. Márcio Pochmann, Presidente do IPEA. A minha pergunta é se foram feitas diligências no sentido de convidar essas duas autoridades.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Os expedientes já foram encaminhados

aos convidados, Senador. Como não dá para Pautar esse exercício, vai ficar para o próximo ano.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu alerto os Senadores do PSDB. O Requerimento foi do Senador Arthur Virgílio, Líder do partido. Esse assunto não pode cair no esquecimento. Eu creio... Não pode cair no esquecimento. Isso tem que ser esclarecido e debatido nesta Comissão. Eu sugiro, se me permitem a sugestão, que reapresente o Requerimento, agora convocando o Ministro Mangabeira Unger para vir a esta Comissão. É uma sugestão que eu faço aos Senadores do PSDB e do DEM.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Senador Jefferson, eu também fui subscritor do Requerimento.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Ficamos atentos ao Jefferson Peres. Já foi feito o encaminhamento do convite. Caso não haja aceitação ou delonga, então, haverá convocação.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Sr. Presidente, nós vamos iniciar pela sabatina e depois vai haver a...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Primeiro vamos fazer comunicações aqui ao Plenário e depois a idéia é fazer a sabatina inicialmente, rapidamente, para sabatinar dois indicados para serem membros do CADE. Em seguida, nós iniciamos a Pauta rapidamente.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu queria solicitar que fosse possível, na Pauta deliberativa, que nós pudéssemos apreciar primeiro, a pedido do próprio Senador Dornelles, a possibilidade de prorrogação dos trabalhos da Subcomissão que está tratando da Reforma Tributária. A Subcomissão tem realizado as suas Reuniões, seus trabalhos, de forma muito dedicada, mas ainda não concluiu. E, portanto, nós precisaríamos de uma prorrogação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Nós estamos aguardando a apresentação do Requerimento, que ainda não chegou à Mesa.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – ...Do Senador Dornelles. E eu gostaria, se for possível, incluir na Pauta, para um Requerimento que eu estou apresentando, não para realizar, obviamente, este ano, que não haveria mais tempo hábil, mas que pudéssemos realizar, no início dos trabalhos da Comissão de 2008, uma Audiência Pública com a presença do Ministro de

Minas e Energia, Nelson Hüber, e também com o Dr. Maurício Tomalsquim, que é Presidente da Empresa de Pesquisa Energética, por conta do resultado do leilão da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. Tendo em vista o deságio, os 35% no preço do MegaWatt, quando nós tivemos o preço final de 78,9 reais pelo MegaWatt, isso tem um impacto futuro no preço da energia, porque a tarifa de energia elétrica, para o futuro, ela vai estar influenciada com este preço que foi obtido no leilão. E como nós teremos outros leilões de complexos hidroelétricos também de grande porte, acho que podemos fazer uma avaliação da consequência econômica da tarifa de energia a partir do deságio obtido de 35%, no leilão da Usina do Rio Madeira, é algo extremamente importante a ser feito pela Comissão de Assuntos Econômicos.

A Comissão de Assuntos Sociais e Direitos Humanos já aprovou uma audiência para tratar do impacto social da construção da Usina do Rio Madeira, principalmente na capital do Estado de Rondônia. E acho que, na consequência econômica do resultado do leilão, principalmente pelo valor do MegaWatt obtido naquele leilão, de não chegar nem a R\$80,00, quando o preço médio do MegaWatt atualmente praticado é da ordem de R\$125,00, é algo que mereceria uma atenta análise da Comissão de Assuntos Econômicos. Por isso eu estou apresentando o Requerimento e, se for possível aprová-lo para uma audiência na retomada dos trabalhos em fevereiro, eu apreciaria muito.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria é de alta relevância, Senadora, nós apreciaremos o seu Requerimento na oportunidade. Talvez no desenvolvimento da segunda parte dos nossos trabalhos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)
– Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Senador Francisco Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)
– Sobre o assunto levantado pela Senadora Ideli, eu queria dizer a V. Exa. que o requerimento do Senador Tasso Jereissati já está em poder de V. Exa., e que eu, inclusive, já discuti o assunto também só para... O Senador Aloizio Mercadante, que não tem nenhuma objeção a que o assunto seja tratado nessa Sessão, de modo que...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – O requerimento será apreciado logo no início da segunda parte dos nossos trabalhos.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)
– Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Comunico aos membros que essa Comissão recebeu os seguintes documentos para seu conhecimento. Aviso 105/2007, do Ministério da Fazenda, encaminhando, em cumprimento ao art. 41 da Resolução do Senado Federal nº 43, relatório contendo as características das operações de crédito analisadas no âmbito do Ministério da Fazenda, no mês de outubro, tabela demonstrativa da dívida consolidada líquida dos Estados e do Distrito Federal e a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida dos Municípios.

2. Mensagem 257, de 05 de dezembro de 2007, encaminhando, nos termos do inciso II do art. 7º da lei 9069, o demonstrativo das emissões do real correspondente ao mês de outubro de 2007, as razões dela determinantes e a posição das reservas internacionais a ela vinculadas. Os expedientes serão encaminhados aos membros da Comissão por meio de ofício circular.

Vamos dar início à primeira parte dos nossos trabalhos, iniciando a sabatina de indicados para assumir posições no CADE, no Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Temos as indicações do Sr. Enéas Costa de Sousa, do Sr. Arthur Badin, do Sr. Paulo Furquim de Azevedo. Nós convidamos os... Nós convidamos os futuros sabatinados para comparecerem à Mesa dos trabalhos.

O primeiro sabatinado é o Sr. Enéas Costa de Sousa, que não compareceu. A autoria é da Presidência da República e o Relator é o Senador Mão Santa. Fica essa sabatina, então, adiada para uma próxima oportunidade. O segundo sabatinado é o Sr. Arthur Badin. Submete a mensagem do Senado Federal... Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 2º, alínea “f” da Constituição Federal, segundo, o nome do Sr. Arthur Badin para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, do Ministério da Justiça. Bem-vindo.

O segundo sabatinado é o Sr. Paulo Furquim de Azevedo, para ser conduzido ao cargo de Conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Ministério da Justiça. Nós vamos dar a palavra aos Relatores. O Relator do credenciamento do Sr. Arthur Badin é o Senador Cícero Lucena. Com a palavra, o Senador Cícero Lucena. Na ausência do Senador Cícero Lucena, nós queríamos designar o Senador Antônio Carlos Júnior para ser o Relator *ad hoc*.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)
– Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Senador Dornelles.

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ)

– Eu pergunto a V. Exa., com autorização do Senador Antônio Carlos, que nós temos aqui, na primeira parte, uma série de resoluções, dentro do interesse de Estados e Municípios. Eu pergunto a V. Exa.: não seria possível inverter a Pauta e fazer a sabatina posteriormente? Se houvesse concordância aqui? Porque eu vejo aqui, existe uma série de operações relacionadas com Estados, com Municípios e que, talvez, eu acredito que serão muito rápidos todos esses assuntos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG)

– Submeto ao Plenário. Não obstante nós já tenhamos os convidados aqui à Mesa, eu submeto ao Plenário inversão de Pauta proposta pelo Senador Dornelles. Os que estão de acordo, permaneçam como se encontram. Nós pedimos paciência aos nossos entrevistados. Estejam à vontade, por favor.

Item 01 da Pauta: “Projeto de resolução do Senado, não terminativo. Dispõe sobre os limites globais para as operações de crédito externo e interno da União, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, e estabelece limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno”. Autoria, Senador Romero Jucá; relatoria, Senador César Borges. Parecer favorável ao Projeto com a Emenda da redação nº 01, que apresenta. Com a palavra, o Relator.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores, a proposta que foi apresentada em 05 de dezembro último é composta por 16 artigos, sendo que os 15 últimos estão agrupados em seis capítulos. O art. 1º estipula o alcance da norma a ser editada em consonância com o disposto em sua epígrafe. O capítulo primeiro, arts. 2º a 4º tratam das definições empregadas no cálculo da dívida consolidada. O capítulo segundo, art. 5º, discrimina as vedações, inclusive prevendo a não observação das restrições e dos limites que serão fixados, que impedirá a União de realizar operações sujeitas à resolução a ser gerado pelo presente Projeto. O capítulo 03, art. 6º a 8º, estabelece os limites e condições para realização de operações de crédito, com destaque para a limitação a 60% da receita corrente líquida do montante de operações de crédito que podem ser realizadas em um exercício.

O capítulo 4º, arts. 09 e 10 faz o mesmo com relação a concessões de garantias, as quais também não poderão exceder, em um exercício, a 60% da receita corrente líquida. O capítulo 5º, arts. 11 a 14, dispõe sobre a instrução dos pedidos de autorização para contratação de operações de créditos e para as concessões de garantias por parte da União.

O capítulo 6º, arts. 15 e 16, por fim, contém a cláusula de vigência e arrola as normas que deverão ser revogadas, quais sejam, as resoluções 96/89 e 23/2004. É atribuição dessa Comissão a iniciativa de proposição sobre os limites para operações de crédito da União e para as concessões de garantia para essa última, conforme previsão contida no art. 99, inciso VI e 393, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal. O presente PRS é um desdobramento... Eu peço atenção dos Senadores que estão interessados no assunto, o PRS é um desdobramento da mensagem nº 154/2000, que teve o nº 1069/2000 na origem, na Presidência da República, que encaminha ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União, objeto de parecer aprovado pela CAE, em 04 de dezembro do ano em curso. Essa mensagem, entretanto, ao tratar de limites e condições para as operações de crédito e para as concessões de garantia no âmbito da União, e ainda sobre os procedimentos para instrução dos pleitos correspondentes, violava o art. 2º, inciso VI a VIII da Constituição Federal e art. 393, parágrafo único, do Regimento Interno do Senado Federal, os quais estipulam, de forma cristalina, que a iniciativa da apresentação da proposta sobre esses temas é do Senado Federal, em geral, e da CAE, em particular.

Em 2001, o então Senador Lúcio Alcântara, relator da Mensagem 154-A, de 2000, deparou-se com problema semelhante. Naquela ocasião, como agora, a análise da mensagem da Presidência da República restringiu-se à parte relativa aos limites globais para os montantes das dívidas consolidadas e das dívidas imobiliárias dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios. Essa análise resultou na Resolução 40/2001. Os demais aspectos da mensagem foram contingenciados no PRS 68/2001 e convertidos na Resolução 43/2001, que dispõe sobre operações de créditos externos e internos dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios, inclusive, concessão de garantias, seus limites e condições de autorização e outras providências.

O atual PRS 83, esse que estamos apreciando, dá à União um tratamento similar àquele adotado nos casos dos entes sub-nacionais, com a proposta encaminhada pelo Governo Federal na situação em tela, sendo tratada como simples sugestão, o que evitará possíveis questionamentos acerca da constitucionalidade da norma a ser editada. Tanto é assim que o autor, Senador Romero Jucá, fez vários acréscimos na minuta sugerida pelo Governo Federal, procurando aproximar o Projeto em questão do teor de normas equivalentes desta Casa, em especial a Resolução 43/2001. E aí foram feitas várias inserções pelo autor, o Senador Romero Jucá.

Deve ficar claro para todos que o controle do nível de endividamento do setor público é de extrema importância para a sociedade. Níveis excessivos de endividamento geram o comprometimento de parte substancial da receita futura com pagamento dos serviços da dívida, tendo efeitos deletérios sobre a quantidade e a qualidade dos serviços públicos prestados à população. Na ausência de limites, há uma tendência em favor do excesso do endividamento que, já que o Administrador beneficiado não é necessariamente aquele que incorrerá na obrigação de pagar o acréscimo das despesas financeiras. Dessa forma, o tipo de controle ora propugnado contribui para uma política fiscal responsável.

Então, Sr. Presidente, apresentando uma Emenda, que na verdade é quase uma Emenda de redação, onde se substitui a expressão “conceder qualquer subsídio ou isenção” pela expressão “a concessão de qualquer subsídio ou isenção”, o nosso voto, em face do que foi exposto, bem como considerando a inexistência de óbice de natureza constitucional, legal e regimental, é recomendando que a CAE manifeste-se favoravelmente ao presente Projeto com essa Emenda à qual já me referi.

Então, Sr. Presidente, só um breve resumo. Este é um Projeto que leva para que a União tenha os mesmos parâmetros de endividamentos que os entes federativos já hoje são impostos a cumprir. E a iniciativa é que a CAE, através dos seus membros, no caso o Senador Romero Jucá, tenha a iniciativa do Projeto para dar constitucionalidade ao mesmo. É essa a nossa... O nosso relato e o nosso voto pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, eu vou aqui dar um testemunho, digamos, dessa questão que foi relatada pelo Senador César Borges. É porque eu era membro da CAE quando, em 2001, o Senador Lúcio Alcântara se deparou com essa questão e foi um extenso debate aqui na CAE e, finalmente, se montou a Resolução nº 43, que passou, então, a ser um parâmetro importante na avaliação dos empréstimos e do nível de endividamento do Governo Federal. Mas, de qualquer maneira, é meritória... Esse Projeto é meritório porque, ao estabelecer limites detalhados para operações de crédito e garantias, o Projeto vem na direção do... Digamos, do controle da gestão fiscal, que

é muito importante para o que nós estamos debatendo aqui no Senado bastante, nesses últimos meses, e principalmente nesses últimos dias, que culminou, inclusive, com a não aprovação da CPMF porque nós estávamos numa batalha de questão... De controle fiscal. E, portanto, o Governo gastando demais, não se propondo a um ajuste fiscal mais duro.

No momento em que medidas vão no sentido de controlar o endividamento público e, consequentemente, os encargos da dívida, que são gastos fiscais, nós ficamos, com certeza, ao lado dessas medidas. E, portanto, eu também sou favorável ao parecer do Senador César Borges.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra, o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, só a título de sugestão, todos Senadores já têm, já tiveram e já têm conhecimento aqui do Relatório, já de todos os demais Senadores que, daqui a pouco, hão de fazer outros relatórios também. Como é o caso, daqui a pouco, do Senador Pedro Simon, está fazendo o Relatório. Vamos sintetizar. Como já temos conhecimento do Relatório, vamos tentar agilizar para que nós possamos votar rápido a Pauta, para que nós possamos adentrar no segundo item da Pauta, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Agradeço a contribuição do Senador Expedito Júnior. Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável ao Projeto de emenda de redação nº 01 da CAE.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Eu gostaria de solicitar, se houvesse acordo entre todos os membros participantes da Reunião, que nós pudéssemos aprovar o regime de urgência para este Projeto. Inclusive para nós podermos levá-lo à Reunião de líderes hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senadores que concordam com o regime de urgência, permaneçam como estão. Fica aprovado. Item 02. Ofício nº 2263, encaminha ao Senado Federal, para os devidos fins, o termo aditivo ao contrato de abertura de crédito e de compra e venda de ativos, celebrado entre aquele Estado e a União,

nos termos da Resolução do Senado. Autoria: Governo do Estado do Rio Grande do Norte. Relator, Senador Eliseu Resende. Quanto a esse item, como estamos aguardando parecer do Tesouro Nacional, ele vai ser retirado de Pauta, como aconteceu na última Sessão.

Vamos ao item 03. Esse item, de autoria da Presidência da República, será... Para celebrar contrato entre a União e o Estado do Piauí. O Relator é o Senador Inácio Arruda. Como o Senador não se encontra presente, nós retiramos de Pauta e transferimos para a próxima Sessão.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pois não, Senadora.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Não, só apenas assim, eu queria sugerir, porque, no caso da incorporação do BESC, Banco do Brasil-BESC, a Secretaria do Tesouro veio aqui, na semana passada, e prestou todos os esclarecimentos aos Senadores da CAE, a respeito do processo de incorporação Banco do Brasil-BESC. E eu acho que até, tendo em vista que o próprio Senador Relator, que é o Senador Inácio Arruda, não se encontra presente, talvez nós pudéssemos tomar o mesmo... A mesma Previdência, no sentido de que, na próxima Sessão, o Secretário do Tesouro possa comparecer à CAE para prestar os esclarecimentos, caso algum Senador tenha alguma questão a levantar a respeito do processo do Banco do Piauí.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – O assunto será considerado na próxima Sessão, Senadora.

Item nº 04. Projeto de Lei da Câmara nº 121. Não terminativo: “Altera e revoga dispositivos da lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Autoria, Presidência da República; Relator: Senador Flexa Ribeiro. Com a palavra, o Relator.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Eliseu Resende, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o Projeto de Lei da Câmara, PLC 121, tem uma necessidade premente de aprovação, pois o Brasil sofre com a crescente defasagem de seus procedimentos contábeis frente aos países desenvolvidos e aos seus concorrentes diretos, como Índia, China e Rússia. Quando o Projeto em discussão foi enviado ao Congresso, em 2000, nós estámos falando, Senador Antônio Carlos Júnior, de sete anos atrás, as normas contábeis propostas colocavam o Brasil na vanguarda dos procedimentos adotados internacionalmente. A crise asiática e a sucessão de escândalos contábeis em

grandes incorporações americanas, como ENROW, a WORLDCOM e outras demonstraram a necessidade de se reformarem as normas contábeis internacionalmente utilizadas para fortalecer a transparência, facilitar a comparação entre as demonstrações e prover os órgãos reguladores com informações mais fidedignas da real situação das empresas e dos mercados.

Por esses motivos, o padrão contábil internacionalmente aceito, que vinha sendo construído pela *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelo *Financial Accounting Standards Board* (FASB), americano, teve a sua convergência acelerada e hoje as normas contábeis são adotadas por mais de 100 países. No Brasil, as normas contábeis adotadas são determinadas em lei, fato que dificulta muito e até impossibilita os ajustes necessários para convergirmos para os padrões contábeis internacionais.

Dessa forma, a edição de lei que flexibilize o ajuste das nossas normas contábeis e que possibilite a adoção dos padrões contábeis internacionalmente aceitos é condição premente para a continuidade da inserção do Brasil e das nossas empresas no mercado mundial de capitais e para o próprio fortalecimento do nosso mercado doméstico de capitais.

É importante ressaltar, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, que os Estados Unidos, em decisão recente, instituiu a adoção das normas contábeis internacionais como pré-requisito para a atuação de empresas estrangeiras no mercado de capitais. Segundo linha semelhante, o *The Commit(F) of European Security Regulator* passará a admitir, nos mercados europeus, somente companhias emissoras de países cujas normas contábeis forem equivalentes.

Embora o pré-requisito europeu tenha sido prorrogado até 2009, é urgente a aprovação do PLC 121/2007, ainda em 2007. De forma... 121/2000, ainda em 2007... De forma que seja possível editar normas contábeis compatíveis com as normas internacionais, ainda em 2008, de modo que as empresas possam publicar seus demonstrativos, já em 2009, em conformidade com as normas internacionalmente aceitas. O prazo adotado pela CVM e pelo BACEN prevê que, em 2010, com o comparativo de 2009, as companhias abertas e as instituições financeiras brasileiras sejam capazes de emitir demonstrações contábeis consolidadas, segundo padrão internacional.

Na prática, isso implica, na melhor das hipóteses, as transações contabilizadas devam ser tratadas no âmbito de uma nova regulação, a partir do final de 2008, e que também sejam aplicáveis às demonstrações individuais dessas entidades. Haverá ainda a necessidade de um grande esforço de preparação por parte das companhias abertas, do Comitê de Pronun-

ciamentos Contábeis, CPC, dos órgãos reguladores, CVM e BACEN, da sociedade como um todo, através da participação nas Audiências Públicas, das novas normas contábeis para o pleno ajuste das nossas demonstrações contábeis e dos nossos normativos.

Além da defasagem do Brasil frente às demais economias e da possibilidade de passarmos a sofrer restrições para realização de investimentos por parte de investidores estrangeiros, principalmente os institucionais, a discrepância das nossas normas contábeis impõe custos e trabalhos duplicados a nossas empresas, que têm que elaborar demonstrativos em conformidade, tanto com a Legislação nacional, quanto com a internacional.

Por estes motivos, considero aprovação do Projeto ainda esse ano fundamental para as empresas brasileiras e para a economia nacional de forma geral. O texto do Projeto aprovado na Câmara dos Deputados, adequadamente, traz as seguintes inovações em relação à Legislação vigente: A. Substitui a demonstração das origens e aplicação dos recursos pela demonstração dos fluxos de caixa, dispensando de sua elaboração a companhia fechada, com patrimônio líquido inferior a dois milhões de reais. B. Inclui a demonstração do valor adicionado no rol das demonstrações obrigatórias para empresas abertas. C. Determina que as disposições da lei tributária que obriguem à utilização de métodos ou critérios contábeis diferentes não elidem a obrigação de elaborar demonstrações financeiras em consonância com a lei das sociedades por ações. D. Determina que as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários deverão ser elaboradas em consonância com padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores imobiliários. E. Faculta às companhias fechadas observar as normas sobre demonstrações financeiras expedidas pela CVM para as companhias abertas. F. Estabelece novos critérios para a avaliação do ativo e do passivo das sociedades por ações. G. Determina aplicação às sociedades de grande porte que tiverem ativo total superior a 240 milhões de reais ou receita bruta anual superior a 300 milhões de reais, ainda que não constituída sob a forma de sociedade por ações das disposições da lei nº 6404, de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Aprovado na Câmara dos Deputados, o Projeto foi encaminhado ao Senado Federal e distribuído a essa Comissão de Assuntos Econômicos para manifestação quanto ao mérito e a constitucionalidade, juridicidade e técnica Legislativa da proposição. Não foram apresentadas Emendas ao Projeto. Não foram

apresentadas Emendas ao Projeto. Vamos ao voto, Sr. Presidente. Pelas razões apresentadas, manifestamos-nos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 101/2007. É o Projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão. Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, o mercado de capitais brasileiro vem tendo um vigoroso crescimento nos últimos quatro anos, em função de melhorias na economia internacional, estabilidade na economia internacional até então, o crescimento da economia local e o fortalecimento do mercado de capitais pela auto-regulação promovida pela BOVESPA em relação à governança corporativa.

Ora, nossa Legislação, que trata de matéria de demonstrações contábeis e financeiras, está defasada. Ela vem da lei 6404/76. E, com os avanços dos padrões internacionais geralmente aceitos, nossa legislação ficou defasada.

Portanto, esse Projeto vem nos aproximar do padrão internacional, coisa que as empresas brasileiras, que negociam títulos e ações, e títulos de dívida no exterior, elas têm que se adaptar para conseguirem registros nos mercados internacionais. Portanto, essa Legislação vem numa boa hora para dar mais transparência, que é um dos pontos fundamentais da governança corporativa, e, portanto, nós estamos num momento importante, que é mais um passo para o fortalecimento do mercado de capitais e, portanto, eu aqui endosso o Relatório do Senador Flexa Ribeiro e também peço o voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator. Item 05.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem, pediria urgência para o encaminhamento ao Plenário desse Projeto.

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – É na mesma linha, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Submeto ao Plenário o pedido de urgência proposto pelo Senador Flexa Ribeiro. Aprovado. Item 05. Mensagem nº 261: “Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, no valor de 18 milhões e 900 mil

dólares, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas". Autoria, Presidência da República. Relator, Senador Antônio Carlos Valadares. Com a palavra, o Relator. Item 05, Senador.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)

– O item 05 é do interesse do... Da bancada do Rio Grande do Sul, inclusive do Senador Pedro Simon. Corre o risco de não passar, não é, Senador? A última Sessão, realmente...

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Não tem ninguém do PMDB para...

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE)

– Não, não tem ninguém. Nos termos do art. 52, incisos V, VII e VIII da Constituição, propõe seja autorizada a contratação de operação de crédito externo com garantia da República Federativa do Brasil entre o Município de Pelotas e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD, no valor de 18 milhões e 900 mil dólares dos Estados Unidos da América, cujos recursos destinam-se ao financiamento do Projeto Integrado de Infra-Estrutura Municipal de Pelotas, de conformidade com a inclusa exposição de motivos do Sr. Ministro de Estado.

Sr. Presidente, em razão da importância do crédito, dirijo-me a V. Exa. para solicitar que essa matéria seja votada em caráter de urgência e prioritária. Agradeço a V. Exa. Sou pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator, em homenagem ao Senador Pedro Simon. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como estão. Aprovado o parecer do Relator favorável, nos termos do PRS apresentado.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Sr. Presidente, dá para pedir urgência?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Submeto à aprovação regime de urgência, solicitado pelo Senador Pedro Simon. Aprovado o regime de urgência. Mensagem nº 262. "Propõe ao Senado Federal seja autorizada a contratação de cooperação de crédito externo, no valor de 15 milhões e 76 mil dólares, cujos recursos destinam-se ao financiamento parcial do Projeto de macro-drenagem, recuperação ambiental e desenvolvimento urbano do Município de Canoas, no Rio Grande do Sul.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Pelo visto, Sr. Presidente, mais uma vez assunto de interesse do Senador Pedro Simon, de forma que eu quero parabenizá-lo por mais esse recurso destinado ao Rio Grande do Sul, que é fundamental. Canoas.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Autoria: Presidência da República. Relator, Senador Flávio Arns. Senador Flávio Arns não está presente. Solicitamos que relate o voto do Senador Flávio Arns o Senador Adelmir Santana. Item 06. Item 06, Senador.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF)

– Como, Sr. Presidente, o Relatório trata de empréstimo internacional de interesse, como foi dito, do Rio Grande do Sul, eu vou me limitar apenas à leitura do voto do Relator, Senador Flávio Arns: "Em conclusão ao pleito encaminhado pela Prefeitura Municipal de Canoas, encontra-se de acordo com o que preceitua a resolução nº 96/89, 40 e 43/2001, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação da operação de crédito externo pretendido, nos termos do seguinte... Vem o Projeto de Resolução, que eu deixo de fazer a leitura, e esse é o voto proposto pelo Relator Flávio Arns.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão. Projeto que favorece o Município de Canoas, no Rio Grande do Sul, região metropolitana de Porto Alegre. Em votação o parecer do Relator. Os Srs. Senadores que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como se estão. Aprovado o parecer do Relator, favorável, nos termos do PRS apresentado. Item 07 da Pauta.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Foi pedida urgência, Sr. Presidente? Foi solicitada urgência?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não, não houve pedido.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Solicito urgência, em homenagem ao Senador Pedro Simon.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Urgência solicitada pelo Senador Heráclito Fortes. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Aprovado novamente em homenagem ao Senador Pedro Simon.

Item 08 da Pauta. Mensagem nº 264: "Propõe ao Senado Federal seja autorizada contratação de operação de crédito externo, no valor de 11 milhões, 737 mil dólares, cujos recursos destinam-se ao Projeto de Integração Urbana de Feira de Santana". Autoria, Presidência da República. Relator, Senador Pedro Simon. Com a palavra, o Relator.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Totalmente favorável, Sr. Presidente. Pena que seja tão pouco, mas Feira de Santana merece.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão. Em votação o parecer do Relator Pedro Simon. Os Senadores que concordam com o parecer do Relator, permaneçam como estão...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Eu pediria urgência, Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Aprovado o parecer do Relator favorável, nos termos do PRS apresentado...

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Eu pediria urgência...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – ...O pedido de urgência do Senador Antônio Carlos Júnior. Aprovada a urgência. Retornaremos brevemente ao item 07.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Presidente, uma questão de ordem rápida, muito rápida, enquanto V. Exa. retorna ao item, eu queria apenas agradecer ao Senador Pedro Simon pelo relato que ele fez, preciso, desse empréstimo para a cidade de Feira de Santana, que é a maior cidade interiorana do Estado da Bahia, vem após Salvador, em nível de população, a segunda maior do Estado, mas a maior do interior, cidade importante, e esses 11 milhões de dólares, com certeza, vão servir muito para melhorar o Projeto urbano da cidade de Feira de Santana, com a construção de diversos viadutos, numa administração que tem sido extremamente proveitosa para Feira de Santana, que é a administração do atual Prefeito, José Reinaldo.

Portanto, é essa questão de ordem que eu queria fazer para consignar essa posição. E tenho certeza que aprovaremos no Plenário, ainda hoje, com o pedido de urgência, por essa Comissão, feito pelo Senador Antônio Carlos Magalhães Júnior. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Item 09 da Pauta. Ofício S nº 12/2003, não terminativo. “Submete à apreciação do Senado Federal o termo aditivo de rerratificação(F) do contrato de abertura de crédito de compra e venda de ativos, celebrado em 12 de fevereiro de 98, entre a União, o Estado de Rondônia, o Banco do Estado de Rondônia, BERON, e a Rondônia Crédito Imobiliário – RONDON-POP, com a interveniência do Banco do Brasil S/A”. Autoria, Governador do Estado de Rondônia. Relator, Senador Romero Jucá. Observação: Em 21/08/2007, foi realizada Audiência Pública a fim de instruir a matéria, com a presença de representantes dos Tribunais de Contas da União, do Estado da Rondônia, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Tesouro Nacional e do Banco Central do Brasil. Em atendimento

ao Requerimento nº 34 da CAE, aprovado em 2007, em 21 de agosto de 2007, foi encaminhado pelo TCU o aviso nº 1920, do Presidente do TCU, que encaminha cópia do acórdão proferido nos autos do processo, pelo Plenário daquela Corte, na Sessão Ordinária de 05 de dezembro de 2007, bem como do Relatório e do voto que fundamentam aquela deliberação. Com a palavra o Relator, Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores. Sr. Presidente, essa é uma matéria que retorna à Comissão de Assuntos Econômicos após debate feito nesta Comissão e envio de um pedido de informação e de análise ao Tribunal de Contas da União.

Eu não vou ler o parecer, Sr. Presidente, porque ele é bastante extenso, mas o parecer ele remete à análise feita pelos técnicos do TCU e pelo posicionamento do TCU através dos seus Ministros. O TCU levanta algumas contradições de andamento do processo e remete ao Senado para que o Senado se pronuncie sobre as outras questões.

Eu quero dizer que não vou questionar a decisão do TCU, pelo contrário, nós temos que nos apoiar nela. Mas, no meu Relatório, eu entendo que, independente do prosseguimento das providências que precisam ser tomadas nesse processo, pode ser rerratificado(F) o contrato, portanto, pode ser saneado o processo, e, mais do que isso, esses procedimentos, no pleito que diz respeito ao pedido do Governo de Rondônia, do Senador Expedito Júnior, de todos os Senadores de Rondônia, da suspensão do contrato de refinanciamento, eu entendo que o Senado não tem poderes para suspender ou determinar a suspensão de um ato perfeito, jurídico, que é esse contrato que está, inclusive, em andamento, com o pagamento sendo feito.

Então o meu Relatório é no sentido de acatar o posicionamento do Tribunal de Contas da União, indicar a rerratificação(F) para o saneamento dos procedimentos e, no que diz respeito ao pedido de suspensão de contrato, que seja encaminhado ao Ministério Público e à Justiça para o devido embate jurídico porque só uma decisão judicial poderá efetivamente suspender esse contrato. Administrativamente, não vejo como o Senado possa se imiscuir e suspender qualquer contrato de qualquer Estado de refinanciamento, numa posição unilateral. Portanto, esse é o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão. Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, em que pese eu considerar muito o Relatório do Senador Romero Jucá, eu não posso concordar com o relatório do Senador Romero Jucá. Já apresentei

na... Esse é o segundo Relatório que o Senador Romero Jucá está lendo. Foi lido um, antes da Audiência Pública proposta pelo Presidente da CAE, e nós apresentamos nosso voto em separado, que inclusive não consta nos autos, mas vou fazer menção do nosso voto em separado. E hoje, depois da Audiência Pública feita com os conselheiros do... Com os Ministros do Tribunal de Contas da União, com os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, com membros do Tesouro Nacional, decidiu-se que esse processo iria ser remetido novamente ao Tribunal de Contas da União para que se fizesse uma nova auditoria dessas contas.

O Senador Romero Jucá, ele passa por cima, sim, ele não cita o Relatório, o novo Relatório do Tribunal de Contas da União, aonde o acórdão aprovado pelo Tribunal de Contas da União é claro que deve ser responsabilizado o Banco Central. Sr. Presidente, o Banco Central, quando interviu no Banco de Rondônia foi numa dívida de 42 milhões que nós tínhamos. Ele interviu para fazer ou sanear o banco ou para liquidar o banco. Nem liquidou o banco, nem saneou o banco. Nos devolveu com uma dívida de mais de 600 milhões e o que não é justo. Hoje essa dívida já está em quase cinco bilhões, que é o valor dessa dívida, porque nós estamos pagando em torno de 10 a 12 milhões em todos os meses, no estado de Rondônia.

Então, Sr. Presidente, eu apresento aqui um voto em separado porque o que o Senador Romero Jucá está fazendo, consertando somente um erro que tinha no processo. Porque este processo não foi autorizado pela CAE, não foi autorizado pelo Senado. E a única oportunidade que nós temos de reabrir a discussão é exatamente porque houve falhas, houve vício de erro nesse processo que o Senador Romero Jucá está fazendo a leitura, porque não passou pela CAE e, é claro, a Legislação é clara: toda e qualquer negociação e renegociação de dívida de Municípios e de Estados têm que ser aprovada pela Comissão da CAE. É tanto, que eu tentei levar esse Projeto direto para o Plenário, em regime de urgência, e não foi possível porque esse assunto tem que ser discutido primeiro pela CAE, pela nossa Comissão.

Então, eu faço um apelo aqui aos Senadores: O que nós estamos pedindo é a revisão dessa dívida. Isso de que o Senador Romero Jucá disse que administrativamente não é possível, mas, administrativamente, então, é possível corrigir uma falha que eles fizeram lá no passado, quando Rondônia sequer foi ouvida, essa Comissão sequer foi ouvida sobre essa dívida.

Então, eu faço um apelo para que simplesmente não se corrija aqui nesta Comissão uma falha que foi feita lá atrás e nos deu esse prejuízo. Esse prejuízo que os cofres públicos do nosso Estado, já é um Estado

pequeno, e ainda tem que arcar com uma responsabilidade que não é sua, sair dos cofres do nosso Estado em torno de 12 milhões todos os meses, isso não é justo para com o meu Estado. Esse é um compromisso que fiz e, inclusive, gerou comentário sobre a CPMF, que nós estaríamos negociando com o Governo sobre essa questão do BERON, e não estou negocian- do nada. O que estou buscando aqui na Comissão é justiça. Por isso que estou apresentando aqui o nosso voto em separado, concordando em quase tudo o que diz o Senador Romero Jucá. Única e simplesmente nós queremos parar de pagar esta dívida até que se faça essa revisão para saber quem realmente é que deve: Se é o Estado de Rondônia ou se é o Banco Central da União. Pelo Tribunal de Contas da União, ficou claro. A responsabilização, responsabilizando o Tribunal de Contas da União.

Então, eu faço um apelo aqui aos Senadores, que é um dever de justiça até com o meu Estado, o Estado de Rondônia, votando no nosso voto em separado, Sr. Presidente. Eu gostaria de verificar se foi distribuído esse voto. Se não foi, eu faria só a leitura dos três artigos aqui, que o primeiro: "os contratos e os termos de rerratificação(F) firmados entre a União, o Estado de Rondônia e o Banco Central do Brasil, em decorrência dos ajustes de contas necessários ao disposto nessa autorização, deverão ser aprovadas pelo Poder Legislativo do Estado de Rondônia e submetidos à apreciação do Senado Federal, no prazo de até 120 dias após a publicação desta Resolução. Esta Resolução produz efeitos retroativos às datas das assinaturas dos termos aditivos referidos ao art. 1º. O prazo para o exercício da presente autorização é de 260 dias, contados da data de sua publicação". E o Parágrafo Único: "Ficam suspensos todos os pagamentos de amortizações e encargos relativos aos contratos referidos no art. 1º e aos respectivos termos aditivos, enquanto as partes contratantes não determinarem o valor efetivo do saldo devedor, corrigido nos termos do capítulo". Esta resolução, Sr. Presidente, entra em vigor na data de sua publicação. Faço um apelo a esta Comissão para que vote, portanto, com o nosso voto em separado.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Me inscreva, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Jefferson Peres.

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Sr. Presidente, o Senador Romero Jucá, no seu parecer, toca num ponto que me parece fulcral. Diz ele: "Não apoarei minha análise nessa constatação técnica, que é o Relatório do TCU, mas acredito que, para análise

dessa matéria pelo Senado, seja mais relevante questionar se o Senado Federal tem competência, ou não, para fazer “ressalvas legais” a um contrato firmado entre o Estado de Rondônia e a União, como requer o Estado, porque se trata de um aço jurídico perfeito”. Enfim, há uma questão jurídica que eu creio que deveria ser remetida, na minha opinião, à Comissão de Constituição e Justiça, para dirimir essa dúvida. Se o Senado tem ou não competência, acho que não é a CAE que vai decidir isso não. Seria a CCJ, me parece.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Senador Jefferson Peres, gostaria só de colocar um argumento complementar. Eu respeito tudo que... Toda a condição de luta dos Senadores de Rondônia. Mas acontece o seguinte: O que nós temos hoje é um contrato refinanciado entre a Secretaria do Tesouro e o Governo de Rondônia. Portanto, o ente, Secretaria de Governo de Rondônia. Vamos dizer que o Governo de Rondônia tenha razão no que está dizendo no que diz respeito ao Banco Central. Essa relação entre o Governo de Rondônia e o Banco Central. Você não pode pegar um outro contrato, de um outro ente, que é a Secretaria do Tesouro, e dizer: “não paga lá enquanto o Banco Central...” Não é coisa que se tira de um canto e bota no outro. São questões distintas. Então, tecnicamente, para se suspender um contrato em vigência, só há um caminho: É uma decisão judicial. Então, eu não vejo como nós vamos aqui, por conta de um erro ou não do Banco Central, vamos dar...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não é do Banco Central, o erro é dessa Comissão...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Não, o erro não é dessa Comissão. Senador Expedito, essa Comissão, a Comissão... A discussão é se renovou por oito meses o processo de regime especial. Isso é um detalhe...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Nisso, o Tribunal de Contas é claro...

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – O que estamos discutindo é o seguinte, houve malversação de dinheiro público e houve prejuízo para o Estado de Rondônia? Se houve, o Banco Central é responsável. Se o Banco Central for responsável, não é a Secretaria do Tesouro que é responsável. É o Banco Central. Há uma outra implicação nesse processo todo. Então, não é suspendendo um contrato pronto, acabado, negociado, em vigência, em pagamento, que nós vamos resolver uma outra pendenga. Pelo amor de Deus...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Esse contrato pronto, acabado e negociado não foi analisado por essa Comissão, não foi analisado pela CAE. Essa é a falha do processo. E a falha aqui não é do Banco Central. A falha é desta Comissão. É por isso

que eu acredito, Sr. Presidente, que é que nós não podemos penalizar o Estado de Rondônia por uma falha e por um erro nosso. Agora, nós vamos conservar tão-somente o erro dessa Comissão neste parecer do Senador Romero Jucá? Então, é justo que se dê o direito do Estado de Rondônia se defender de uma coisa que não deve.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Antes de dar seqüência à matéria, eu queria consultar o Senador Jefferson Peres se ele apresentaria um Requerimento para uma audiência prévia da CCJ nessa matéria. Fica submetido, então, à concordância do Plenário o Requerimento do Senador Jefferson Peres para uma Audiência Pública à CCJ sobre essa matéria. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Fica aprovado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, o que o senhor colocou em votação?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Uma audiência pública de...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não, Sr. Presidente, pelo amor de Deus. Isso aqui nós já fizemos várias Audiências Públicas. Nós fizemos Audiências Públicas com todo mundo, com o Tesouro Nacional, com o Banco Central, com todo mundo aqui. Não adianta fazer uma outra Audiência Pública na Comissão de Constituição e Justiça...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Ele está sugerindo uma audiência pública.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Audiência prévia na CCJ.
(falas sobrepostas).

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu faço um apelo, então, a V. Exa. Vamos votar o Relatório, vamos votar aqui o Relatório e encaminha para a Comissão de Justiça. Mas vamos votar aqui hoje o Relatório, até porque já estamos em processo de votação, Sr. Presidente.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – E se derrotar o Projeto?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Se derrotar, eu arco com o ônus. Eu arco com o ônus.

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Não precisa.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Expedito Júnior, se colocar a matéria em votação aqui e o Requerimento do Relator for aprovado, não há sentido mais de ir à CCJ.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, eu faço um apelo a V. Exa. Vamos votar essa matéria, essa matéria já foi discutida por exaustão nesta Comissão, e eu gostaria que essa decisão fosse consultado

ao Plenário. Gostaria que fossem consultados aqui os demais membros desta Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com relação ao mérito? Ou com relação à audiência prévia na CCJ?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com relação ao mérito, Sr. Presidente. Aliás, os dois, Sr. Presidente. Os dois.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Sr. Presidente, o Senador Jefferson Peres está retirando o Requerimento que apresentou anteriormente. Acho que o Senador Expedito Júnior tem toda razão em querer uma definição desta Comissão. É muito fácil entender. Eu, quando fui Governador, peguei o Estado com o Banco do Estado do Rio Grande do Norte sob intervenção. Eu vivi o drama a que se refere o Senador Expedito Júnior. Os intervenientes do Banco Central, do Banco do Estado do Rio Grande do Norte, fazendo um festival de gastos. Todos os meses, acumulando gastos a um passivo. Os débitos do Banco do Rio Grande do Norte foram incorporados à dívida do Estado do Rio Grande do Norte. A mesma coisa que está acontecendo com o BERON. Só que, no caso do BERON, ocorreu um fato de proporções estratosféricas. Uma dívida que era de X passou a ser de 20, 30 ou 100 vezes X, sem que essa dívida fosse apreciada pelo Senado, através da Comissão de Assuntos Econômicos e do seu Plenário. O que S.Exa. está querendo é que a Comissão de Assuntos Econômicos e o Senado apreciem a dívida decorrente de uma incúria administrativa, e dê um veredito político a um problema técnico. Ele tem toda razão, e eu gostaria de insistir com V. Exa. para que o voto em separado do Senador Expedito Júnior fosse colocado em apreciação, junto com o parecer do Senador Romero Jucá, para que esta Comissão desse um parecer e oferecesse uma opinião sobre uma injustiça que se praticou e pela qual paga o Banco do Estado, paga o Estado de Rondônia.

Eu acho que S.Exa. tem inteira razão e quero dizer que os meus companheiros dos Democratas acompanharão a posição e voto separado do Senador Expedito Júnior para que esta questão seja reaberta em termos justos. E aquilo que se cobra hoje do Estado de Rondônia, em função de uma extorsão dos intervenientes no BERON, seja saneado através de uma palavra de aconselhamento ou uma decisão política com embasamento técnico por parte do Senado da República.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – O procedimento da Mesa será o seguinte: Nós vamos colocar em votação o parecer do Senador Romero Jucá. Do Relator.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Então, nós teríamos que derrubar, para votar o meu voto em separado, nós teríamos que derrubar o parecer do Senador Romero Jucá?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Exatamente.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, então, eu gostaria já que fizesse, então, votação nominal.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Colocamos em votação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, então, eu faço um apelo para que os Senadores votem, então, “não”, contra o Relatório do Senador Romero Jucá, para que depois possa ser apreciado o nosso voto em separado.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, queria orientar aos meus companheiros Democratas que votassem com o voto em separado do Senador Expedito Júnior. E quero dizer também, quero aqui fazer às vezes do Senador Arthur Virgílio, que tem também compromisso semelhante com o Senador Expedito Júnior. Então, faria um apelo aos Democratas e aos tucanos para que acompanhassem o voto em separado do Senador Expedito Júnior.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Presidente, estou inscrito para discussão e tinha uma lista de inscrição para discussão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Temos efetivamente uma lista de inscritos para discussão. Senador César Borges, está incluído. Tem a palavra V. Exa.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Sr. Presidente, sem desejar retardar, em hipótese nenhuma, a votação desse Projeto, que considero de suma importância, eu queria aqui registrar em primeiro lugar a incúria do Banco Central com relação a essas intervenções. Até que fique bem claro, não vem deste Governo não. Vêm lá de atrás. São intervenções que não foram decididas, e, quando tem alguma decisão, como é o caso de Rondônia, se faz contra um Estado, um Estado que diria pequeno, da nossa federação, um Estado que necessita mais de apoio do que se sobre uma dívida desse montante. Pelo que foi explanado aqui, é de uma clareza meridiana o fato de que essa Comissão não se pronunciou e se imputou ao Estado de Rondônia uma penalidade, o pagamento de uma dívida que, para ele deve ser muito grande, fundamental. Agora, seria reparar o mal que foi feito, inclusive, com o respaldo do Tribunal de Contas da União.

Então, por isso que eu quero emprestar, não pelo fato de ser meu companheiro de partido hoje o Senador Expedito Júnior. Faria também por ser companheiro de partido. Mas, muito mais pela justeza com relação ao Estado de Rondônia, quando se pratica o Banco Central, por uma incúria, por um determinado momento não resolver os problemas, aqui foi colocado pelo Senador José Agripino o que fizeram no Rio Grande do Norte, se faz uma intervenção, não se dá tempo, intervenções que não têm compromisso com o verdadeiro saneamento da instituição e que vai ampliando o débito e depois se devolve para o Estado numa dívida impagável. Esse é um caso muito sério e que está também abalando a própria União com relação a outras intervenções.

Então, sem querer prejudicar mais a votação, desde já, Sr. Presidente, me coloco inteiramente favorável à posição do Senador Expedito Júnior, votando contra o relato do Senador Romero Jucá.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, pela ordem, Presidente. Pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Apenas para solicitar aos meus pares do PSDB para que votemos contra o parecer do Senador Romero Jucá e a favor do voto em separado do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra, o Senador Antônio Carlos Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é só para reafirmar aqui a minha posição de que votar no voto em separado do Senador Expedito Júnior e, porque, inclusive, o TCU é amplamente favorável a uma... A um repositionamento dessa dívida. Portanto, respaldado no parecer do TCU, vou votar com o voto em separado do Senador Expedito Júnior.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Romero Jucá.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Sr. Presidente, eu quero deixar bem claro que eu também sou favorável à reestruturação dessa dívida. Eu acho que o Estado de Rondônia está penalizado. Não sei se deve tanto quanto está sendo imposto, mas esta é uma discussão à parte. Não é o que estamos discutindo aqui. Gostaria apenas de alertar os Srs. e Sras. Senadores para que efetivamente se esclareça o que nós estamos votando. A proposta do Senador Expedito Júnior diz, no art. 2º, Parágrafo Único, o seguinte, vou ler o Parágrafo Único e vou ler o art. 4º. O Parágrafo Único diz: "Ficam suspensos todos os pagamentos

de amortizações e encargos relativos aos contratos referidos no art. 1º e aos respectivos termos aditivos, enquanto as partes contratantes não determinarem o valor efetivo do saldo devedor corrigido, nos termos do *caput*." E mais, art. 4º: "Essa resolução produz efeitos retroativos à data da assinatura do termo aditivo". Ou seja, além de suspender o contrato, em tese, administrativamente está se mandando devolver os recursos que foram pagos ao longo desse período. Claro. Está aqui. "Essa resolução produz efeitos retroativos à data da assinatura (...)"

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Não, mas é.... Na verdade, o que nós estamos querendo é a suspensão do pagamento para rediscutirmos sobre essa dívida. E aí, sim... Então, suprima-se o art. 4º.

SENADOR ROMERO JUCÁ (PMDB-RR) – Vamos fazer só uma barbaridade, não duas, Sr. Presidente. Portanto, eu encaminho voto contra.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Gostaria, só para efeito de esclarecimento, eu tive a oportunidade de fazer uma recomendação aos meus companheiros Democratas. Como o Senador Valdir Raupp é do Estado do Rondônia, é o líder do PMDB, gostaria de conhecer a opinião de S.Exa. e que recomendação ele daria à bancada de S. Exa., do PMDB?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Tem a palavra o Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Isso aí está bem claro que há um acordo do Senador Expedito Júnior com a oposição para votar esse Projeto contra o Governo. Eu acompanho o voto em separado. Essa dívida, senão 100%, porque foram pagos aí 60 e tantos milhões para o PDV dos servidores, todos receberam todos os seus direitos, isso foi dinheiro do Tesouro Nacional. Tinha já uma dívida de 90 milhões de reais do Banco do Estado e da RONDOPOP, que eram praticamente dois Bancos, então, somando tudo isso, acredito que daria em torno de 50% da dívida hoje que o Estado de Rondônia assumiu.

Então, até conversei com o Governador a semana passada, para ver aquele entendimento que o Expedito estava traçando com o Governo Federal, inclusive com o Ministro da Fazenda Guido Mantega em razão da votação da CPMF, e que não foi possível atender o pleito do Senador Expedito e do Governador para sanar essa dívida do Banco do Estado de Rondônia, a proposta que fiz é que se 50%... Se chegassem a um entendimento de que 50% dessa dívida era devida ao Estado e 50% foi imposta pelo Banco Central, na época da intervenção, eu acho que seria um entendimento que os dois lados sairiam ganhando. Teria aí

o ganha-ganha. Nenhum ganharia 100% e nem perderia 100% também. Acho que o justo seria fazer um repactuamento(F) e ver o que o Estado deve e o que o Estado não deve. Nesse ponto, eu sou favorável. Acho que 100% da dívida, a não ser que haja a benevolência do Governo Federal e do Banco Central para simplesmente quitar 100% dessa dívida. Porque tinha dívida. Não é 100% da dívida foi imposta ao Estado pelo Banco Central. Aí também já não é verdadeiro. Mas, parte dessa dívida, sim. Acho que foi um aumento muito grande e que o Estado não tem condições de continuar arcando e bancando essa dívida. Esse é o nosso entendimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Solicita a palavra o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu queria apenas de pedir ao Senador Valdir Raupp que não fosse injusto com a oposição. Até porque, Senador Valdir Raupp, a oposição não fez um acordo com o Senador Expedito Júnior. Fez um acordo com o Estado de Rondônia. E acho que V. Exa., como ex-Governador, como Senador, deve aplaudir a sensibilidade que nós tivemos com relação a seu Estado. Aliás, nós não podemos mais permitir no Brasil tratamentos desiguais a Estados de uma federação igual.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Mas estou defendendo o Estado de Rondônia. Estou defendendo o que é justo. Acho que toda a dívida não é justa.

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – V. Exa. confirmou, ele confirmou que houve um acordo do Senador e ele é a favor. Não está dizendo que houve acordo com a oposição e ele é a favor.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Não estou falando nenhuma inverdade, Sr. Presidente. Estou falando apenas a pura verdade e sou a favor da repactuação(F) da dívida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Gostaria de saber com o nobre Senador Valdir Raupp como é que ele encaminha o voto da bancada do PMDB?

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Vamos colocar em votação. Foi solicitada a votação nominal. Nós vamos fazer promover a votação nominal. Quem votar “sim” vota a favor do Relator Romero Jucá. Quem votar “não” rejeita o voto do Relator e aprova o voto em separado do Senador Expedito Júnior. Vamos promover a contagem. Pela ordem aqui, como vota o Senador Eduardo Suplicy?

SENADOR EDUARDO SUPILCY (PT-SP) – Com o Relator, senhor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com o Relator. Como vota o Senador Francisco Dornelles?

SENADOR FRANCISCO DORNELLES (PP-RJ) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Renato Casagrande?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Voto com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Expedito Júnior?

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Voto conhecido, Sr. Presidente, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Romero Jucá? Senadora Serys, por favor, me desculpe, Senadora Serys, pensei que estava ausente.

SENADORA SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) – Com o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com o Relator. Senador Valdir Raupp.

SENADOR VALDIR RAUPP (PMDB-RO) – Voto com o Estado de Rondônia, voto não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não. Senador Pedro Simon?

SENADOR PEDRO SIMON (PMDB-RS) – Voto com o meu líder, com o Estado de Rondônia. Eu voto não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não. Senador Mão Santa?

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) – Eu voto pela sensibilidade política e pela responsabilidade administrativa. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não. Senador Gilvam Borges?

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Voto com o meu líder, apoiando o Estado de Rondônia. Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não. Como vota o Senador Neuto de Conto?

SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não. Como vota o Senador Adelmir Santana?

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Heráclito Fortes?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Flexa Ribeiro?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para fazer justiça com o Estado de Rondônia, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Tasso Jereissati?

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Osmar Dias? Como vota o Senador Jefferson Peres?

SENADOR JEFFERSON PERES (PDT-AM) – Eu gostaria de ter dado voto embasado em manifestação da CCJ. Como isso foi derrubado, voto com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Vota com o Relator. Vamos convocar o voto dos suplentes. Como vota a Senadora Ideli Salvatti?

SENADORA IDELI SALVATTI (PT-SC) – Com o Relator, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Como vota o Senador Sibá Machado?

SENADOR SIBÁ MACHADO (PT-AC) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador César Borges.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) – Não, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Não. Senador Antônio Carlos Júnior?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Não.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Resultado: 14 não, 08 sim. Parecer do Relator foi rejeitado. Nos termos do art. 128, vencido o Relator, o Presidente da Comissão designará um de

seus membros e maioria. Fica designado o Senador Expedito Júnior. Já foi lido o parecer.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Já podemos fazer a votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Fica aprovado o voto em separado do Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, gostaria de fazer uma solicitação, também aproveitando o *quorum*, pedindo a urgência para que fosse remetido ao Plenário, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Solicitamos ao Plenário a manifestação com relação à urgência da matéria. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Aprovada a urgência.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, quero fazer um agradecimento aqui a todos Senadores, ao Senador Romero Jucá também, ontem fiz uma defesa sua no Plenário da Casa do Senado, que é um homem que sempre honrou com suas palavras, sempre buscou entendimento, mas, acima de tudo, quero cumprimentar aqui todos os demais Senadores. É uma luta nossa, do nosso Estado, e estamos corrigindo uma injustiça com o Estado de Rondônia, com o povo do meu Estado. Estou prestando contas do nosso mandato, Sr. Presidente, a mim, ao Senador Raupp que também, com certeza, é parceiro nessa injusta cobrança que fazia o Governo Federal por intermédio do Banco Central.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, pela ordem. Queria cumprimentar aqui de público a união de Rondônia. A bancada do PMDB toda seguiu a orientação do líder Valdir Raupp e com isso acho que se vai dar a oportunidade ao Estado de Rondônia de reabrir a discussão para que o Estado mereça justiça.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Retornaremos ao item nº 07, já que está presente o Senador Leomar Quintanilha. É a mensagem 263. Requer ao Senado Federal...

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Senador Tasso Jereissati.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE) – Presidente, gostaria de solicitar a V. Exa., nós temos aí em cima da Mesa um Requerimento, solicitando prorrogação da Subcomissão de Reforma Tributária, que foi uma Subcomissão criada nesta... Foi uma Subcomissão criada neste ano, para estudar justamente a inserção da CPMS e acompanhar a questão tributária

no país. Acho que, mais do que nunca, essa Subcomissão fará um papel importante. Ela tem como Relator o Senador Dornelles, que já fez um Relatório parcial e temos o acordo do Presidente Aloizio Mercadante, e é... Hoje seria a última Sessão de prorrogação dessa Subcomissão. Por isso que eu encareço a V. Exa. que faça, inverta a ordem e coloque em votação esse Requerimento.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Temos o item 07. Colocaremos em votação aqui o Requerimento de V. Exa.

SENADOR TASSO JEREISSATI (PSDB-CE)
– Muito obrigado pela atenção, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra, o Senador Leomar Quintanilha. Financiamento parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO)
– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é submetido à apreciação do Senado Federal o pleito do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da mensagem 263/2007, solicitando a autorização para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o BIRD. Os recursos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo do programa está orçado em 59.8 milhões de dólares, financiado parcialmente com o presente empréstimo do BIRD, a ser embolsado nos anos de 2007 a 2011, com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até 23.9 milhões de dólares.

A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente incluídas no sistema de registro de operações financeiras, ROF, do Banco Central do Brasil, sob o nº TA 435101. Ademais, as condições financeiras do empréstimo são as usualmente praticadas pelo BIRD, que geralmente se encontram em condições mais favoráveis do que as oferecidas pelas instituições privadas.

A presente operação de crédito com o BIRD se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa, *fixed spread loan*, na qual incidem juros vinculados a *Libor* de seis meses, mais despesas e margem fixa relativa à remuneração do seu capital ordinário. De acordo com o cálculo da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 4.90% ao ano.

Explicitado o pleito e o financiamento, Sr. Presidente, nós vamos passar diretamente ao voto, uma vez que as demais condições e exigência estipuladas pelas resoluções nº 96, de 1989, 40 e 43 de 2001 do Senado Federal, são atendidas pelo Estado do Rio Grande do Norte, conforme evidenciados documentos que acompanham a mensagem em questão.

Em conclusão o pleito encaminhado pelo Estado do Rio Grande do Norte encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções nº 96, de 1989 e 40 e 43, de 2001, do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para a contratação da operação de crédito externo pretendida, nos termos do seguinte Projeto de Resolução: Projeto de Resolução de 2007: “Autoriza o Estado do Rio Grande do Norte a contratar operação de crédito externo com a garantia da União com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de até 35.9 milhões de dólares dos Estados Unidos da América”. Senado Federal resolve: Art. 1º

– É o Estado do Rio Grande do Norte autorizado a contratar operação de crédito externo com garantia da União, com o banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, no valor de 35.9 milhões de dólares, dos Estados Unidos da América. Parágrafo 2º

– Os recursos advindos do financiamento parcial do Programa Estadual de Desenvolvimento Sustentável e Convivência com o Semi-árido Potiguar. Art. 2º: A operação de crédito referido no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições: Primeiro, devedor, o Estado do Rio Grande do Norte. Segundo, credor, Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento. Terceiro, garantidor, República Federativa do Brasil. Quarto, valor: Até 35.9 milhões de dólares dos Estados Unidos da América. Prazo de desembolso, até 30 de novembro de 2012. Sexto, amortização: Em 26 parcelas semestrais e consecutivas com vencimento dia 15 mês de maio e novembro de cada ano, iniciando em 15 de novembro de 2011 e terminando em 15 de maio de 2024, sendo que cada uma das 25 primeiras corresponderá a 3.85% do valor desembolsado e a última a 3.75%. Sete: Juros. Exigidos semestralmente no dia 15 dos meses de maio e novembro de cada ano, calculados sobre o saldo devedor periódico do empréstimo a uma taxa anual composta pela *Libor* semestral, para o dólar dos Estados Unidos da América, acrescido de um spread a ser fixado pelo BIRD em cada exercício fiscal, e fixado na data de assinatura do contrato. Oitavo: Juros de mora: 0,5% ao ano acrescido aos juros devidos e ainda não pagos, vencidos 30 dias após a data prevista para o pagamento dos juros. Nono: Comissão à vista: 0,25% sobre o valor do empréstimo a ser debitado na data em que o contrato entrar em efetividade. Parágrafo Único: As datas de pagamento do

principal e dos encargos financeiros, bem como dos desembolsos, poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo. Art. 3º: Fica a União autorizada a conceder garantia ao Estado do Rio Grande do Norte na contratação da operação de crédito externo referida nesta resolução. Parágrafo Único: O exercício da autorização prevista no *caput* fica condicionado a que o Estado do Rio Grande do Norte célébre contrato com a União para a concessão de contra-garantias sob a forma de vinculação de receitas próprias de que trata o art. 155 e das contas de repartição de receitas de que tratam os arts. 157 e 159, todos da Constituição Federal, e outras garantias em Direito admitidas, podendo o Governo Federal poder requerer as transferências de recursos necessários para a cobertura dos compromissos honrados, diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Estado ou das transferências federais. Art. 4º: O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 dias, contados a partir da vigência desta resolução. Art. 5º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Senador José Agripino.

SENADOR JOSÉ AGRIPINO (DEM-RN) – Sr. Presidente, essa matéria é de extrema importância para o meu Estado porque trata de um empréstimo no valor de 35 milhões de dólares para serem aplicados na gestão de recursos hídricos da inteligência. O meu Estado dispõe de grandes reservatórios, pequenos e médios reservatórios d'água. A barragem Armando Ribeiro Gonçalves, a Barragem Santa Cruz e tantas outras barragens são utilizadas, eu diria, com restrições. Mesma coisa diria com relação às barragens de porte médio e pequenas barragens. Há muito de adutora a ser feito, há muito de irrigação a ser feito e há muito de utilização correta de recursos hídricos a ser planejada. Os recursos virão exatamente nessa direção. Nessa direção, da otimização do uso de recursos hídricos. Na inteligência é que vai ser aplicada, e isso exige recursos financeiros, para que a pouca água disponível seja aplicada de forma correta, ou seja, pretende-se otimizar com adutoras, com Projetos de irrigação, com programas de água de beber, utilizar o aproveitamento hídrico do meu Estado. Para isso, um banco estrangeiro, uma agência de fomento estrangeiro se dispõe a garantir um financiamento de 35 milhões de dólares e aqui estou para pedir aos meus companheiros da Comissão de Assuntos Econômicos

o voto favorável para esse pleito do meu Estado, o Rio Grande do Norte.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Em votação o parecer do Relator. Os Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Fica aprovado. Há dois requerimentos sobre a Mesa.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Presidente, pedir urgência para...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Urgência solicitada pelo Senador Antônio Carlos Júnior. Os que estiverem de acordo, permaneçam como estão. Urgência aprovada.

Primeiro Requerimento, assinado pelo Senador Tasso Jereissati, Senador Francisco Dornelles: “Nos termos do art. 76, § 1º, inciso I do Regimento Interno deste Senado Federal, requeiro a prorrogação do prazo de funcionamento da Subcomissão temporária de Reforma Tributária pelo prazo de seis meses, no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos”. Submete-se a matéria à aprovação. Os que estiverem a acordo, permaneçam como estão. Aprovado o Requerimento.

Segundo Requerimento, da Senadora Ideli Salvatti: “Nos termos regimentais, requeiro a realização de Audiência Pública na Comissão de Assuntos Econômicos, CAE, em data a ser adotada pela Presidência dessa Comissão e os convidados para a discussão dos aspectos econômicos relacionados com o recente leilão da hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira. Indicamos como candidatos Nelson José Hüber Moreira, Ministro das Minas e Energia; Maurício Tomás Tomalsquim, Presidente da Empresa de Pesquisa Energética”. Submete-se o requerimento à aprovação deste Plenário. Senadores que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

Queremos submeter à aprovação do Plenário a inclusão extrapauta de dois itens. O primeiro item é a autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Estado do Rio Grande do Norte e o BIRD, no valor de 22 milhões e 500 mil reais. Os recursos destinam-se ao financiamento adicional do Projeto de combate à pobreza rural, no Estado Rio Grande do Norte. O segundo item propõe ao Senado Federal autorização para contratação de operação de crédito externo entre o Governo do Distrito Federal e o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, no valor de 176 milhões, 775 mil dólares, destinado a financiar parcialmente o Programa de Transporte Urbano do Distrito Federal, Brasília Integrada.

Primeiro, nós gostaríamos da aprovação do Plenário para inclusão desses dois temas extrapauta. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Fica aprovada.

O Relator do primeiro item é o Senador César Borges e do segundo item o Relator é o Heráclito Fortes. No entanto, os pareceres ainda não chegaram. Então, nós proporíamos iniciar a sabatina para os membros do CADE.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Sr. Presidente, gostaria de saber se o parecer está a caminho. E eu pediria a V. Exa. porque eu tenho um outro compromisso e pediria a colaboração de V. Exa., se fosse o caso...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) –

Há uma solicitação de mais 15 minutos para os pareceres chegarem aqui à Mesa. Os dois. Talvez seja o caso de nós iniciarmos a sabatina. Se for o caso, interrompemos quando os pareceres chegarem.

Convidamos os membros do CADE para comparecerem à Mesa dos trabalhos nossos. Nós pedimos desculpas ao Sr. Arthur Badin e ao Sr. Paulo Furquim de Azevedo pela paciência que tiveram para aguardar a condução da primeira parte dos nossos trabalhos.

Vamos dar a palavra ao Senador Expedito Júnior. Vamos dar a palavra, com relação ao segundo item, para Senador Cícero Lucena. Nós solicitamos ao Senador Antônio Carlos Júnior para ser o Relator *ad hoc*, relacionado ao Sr. Paulo Furquim de Azevedo.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) –

É o item 03: "O Sr. Presidente da República, através da mensagem 252/2007, submete à apreciação do Senado Federal o nome do Sr. Paulo Furquim de Azevedo para recondução ao cargo de conselheiro do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, do Ministério da Justiça. O indicado é graduado em Administração Pública pela escola de Administração de Empresas de São Paulo, da FGV, e é Mestre em economia, pela Universidade de São Paulo. E, depois, também, doutor pela mesma universidade, em economia, em 1966. Ele é conselheiro do CADE desde 2006, é professor da Escola de Economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, desde 2004, e exerceu o cargo de coordenador de pós-graduação acadêmica da FGV, em São Paulo, no período de junho de 2004 a junho de 2006. Também foi professor na Faculdade de Economia e Administração, no campus de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Foi coordenador de programa de pós-graduação e gestão da produção da Universidade Federal de São Carlos, e curso de graduação de engenharia da produção agroindustrial da universidade de São Carlos. Desempenhou outras atividades em relação à área econômica, como pesquisador de programas da estudos e negócios do sistema agroindustrial e pesquisador do grupo de pesquisas agroindustriais, além de ter sido consul-

tor Júnior do Banco Mundial. Tem diversos trabalhos em economia, e trata-se, portanto, de candidato cuja formação acadêmica e profissional o credencia pelo pleno desempenho do cargo ao qual foi indicado pelo Sr. Presidente da República.

Assim, submetemos à apreciação e julgamento dessa Comissão a indicação do Sr. Paulo Furquim de Azevedo, constante da referida mensagem presidencial, em cumprimento às exigências constitucionais contidas no art. 52, inciso III, alínea "f" c/c art. 4º da lei 8.884, de 11 de junho de 94". Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) –

Na ausência do Relator, solicitamos ao Senador Mão Santa apresentar o Relatório relacionado com o Dr. Arthur Badin. Senador Mão Santa.

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) –

O nosso indicado, Arthur Badin, ele tem um currículo extraordinário, apesar de ser muito jovem. Mas tem um título aqui muito importante. Eu acho que vale mais que Senador. Ele é solteiro...

(risos).

SENADOR MÃO SANTA (PMDB-PI) –

O Senado Federal é chamado a manifestar-se sobre a indicação que o Sr. Presidente da República faz do Sr. Arthur Badin: "Mensagem nº 847, de 13 de novembro de 2007. Para ser reconduzido ao cargo de Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, materializada no aviso nº 1111 da Casa Civil, assinado por S.Exa. a Ministra de Estado Chefe da Casa Civil e protocolizado(F) nessa Casa Legislativa em 19 de novembro do corrente ano. A Constituição atribui competência ao Senado Federal para examinar previamente e deliberar, por voto secreto, sobre a escolha de titulares dos cargos que a lei determinar, art. 11 da lei 8884, de junho de 94. Por sua vez, exige a aprovação do Senado para nomeação do Procurador-Geral do CADE. Ressalte-se que o cargo para o qual o candidato foi indicado é de grande importância para a defesa da concorrência no Brasil, haja vista sua participação em todas reuniões do Conselho e sua competência para promover a execução dos julgados da autarquia, requerer medidas judiciais para cessar infrações à ordem econômica, travar acordos judiciais e emitir pareceres em processos, entre outras atribuições. Acompanha a mensagem o *curriculum vitae* do candidato, em cumprimento ao art. 383 do Regimento Interno. De acordo com esse documento, o candidato nasceu em São Paulo, em primeiro de fevereiro de 1976, filho de Armando João Badin e Louise Beatriz Badin. É bacharel em direito, desde 1998, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Especialista em Direito Empresarial, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, desde 2001, e especialista em

defesa da concorrência e regulação, desde 2005, pela Escola de Direito de São Paulo e Fundação Getúlio Vargas. Além disso, concluiu outros cursos, de aperfeiçoamento de extensão. Dentre os cargos que ocupou, cumpre destacar os seguintes.:Procurador-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, 2005 a 2007; Secretário-Executivo do IRB, Brasil Resseguro S/A, 2005; Presidente do Conselho Federal, gestor do Fundo de Defesa de Direitos Difusos do Ministério da Justiça, 2003 a 2005; Conselheiro do Conselho Nacional de Seguros Privados de Minérios da Fazenda, 2004/2005. E conselheiro do Conselho Nacional da Metalurgia, Normalização e Qualidade Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2003/2005. Na iniciativa privada, foi sócio de Lilla, Huck, Otranto, Camargo e Messina Advogados, 1999 até 2002. Por fim, como docente, proferiu diversas aulas e palestras, nos anos de 2004 e 2005, principalmente sobre temas ligados à defesa da concorrência, e publicou artigos em jornal de grande circulação e revistas especializadas. Diante da natureza da matéria, eram essas as considerações pertinentes no âmbito do presente Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Feitas as exposições dos pareceres de cada indicação, eu vou dar a palavra ao Dr. Arthur Badin e ao Dr. Paulo Furquim para que façam uma breve manifestação da sua vontade de contribuir para o CADE e para o desenvolvimento do Brasil. Tem a palavra o Sr. Arthur Badin.

SR. ARTHUR BADIN – Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A mais breve palavra possível.

SR. ARTHUR BADIN – Srs. Senadores, o instituto da recondução nos dá a oportunidade de vir novamente perante V.Exas. prestar contas da nossa atuação nesse primeiro mandato. Muito brevemente, o que eu poderia dizer, cunhar a minha gestão na frente, o que nós procuramos, nesses dois primeiros anos à frente da Procuradoria-Geral do CADE, foi buscar aumentar a eficácia das decisões do Conselho. Com esse objetivo, nós recrudescemos, nós aprimoramos a defesa judicial da autarquia e nós implementamos mecanismos de execução administrativa, de incentivo ao pagamento e ao cumprimento das decisões do CADE, com a implementação do setor de dívida ativa.

Nós paralelamente reduzimos substancialmente o prazo e tempo de análise, algo que o empresariado e a comunidade antitruste sempre reclamaram, e como resultados, eu posso mencionar, com algum orgulho, ter multiplicado por oito a média de recolhimento das

multas do CADE nesse biênio em que estive à frente, comparado com o quadriênio anterior.

Então, Sr. Presidente, essas são as rápidas colocações que eu tenho para inaugurar o debate e fico à disposição para as perguntas e para os questionamentos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Muito obrigado, Dr. Arthur Badin. Com a palavra, o Dr. Paulo Furquim.

SR. PAULO FURQUIM DE AZEVEDO – Obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, resumindo um constrangimento de tempo de todos os senhores, farei uma apresentação bastante sintética. Esses dois anos que estive como conselheiro no CADE, a atuação foi pautada por três princípios: Transparência, eficiência e eficácia. Transparência é o mecanismo pelo qual a sociedade fiscaliza as ações do CADE. Por isso é tão essencial. E também nos provê com informações que são relevantes para análise dos nossos casos. O segundo princípio, o princípio da eficiência, está no sentido de melhor uso dos recursos para atender os direitos difusos que temos que zelar, por meio da lei 8884, que disciplina a defesa da concorrência, no sentido de reduzir tempos de análise, no sentido de aumentar a qualidade das decisões. E o terceiro princípio, a eficácia, o objetivo da eficácia é com que as ações tomadas pelo Plenário do CADE sejam, de fato, produzam, de fato, efeito. E o mecanismo mais interessante para isso são soluções negociadas de acordo, que foram implementadas mais recentemente.

Talvez o melhor exemplo seja a hidrovia do Rio Madeira, em que houve um leilão, muito recentemente, e a companhia Odebrecht detinha alguns contratos de exclusividade que, no âmbito do CADE, por meio de acordo, a companhia abdicou de tais contratos, isso fez com que houvesse mais concorrência no leilão, e resultou num leilão com deságio de 35% em relação ao preço de face, o que certamente não teria ocorrido na ausência de concorrência.

Esses são os mecanismos que temos utilizado para aumentar a eficácia das nossas decisões. Fico por aqui e antecipando qualquer... Preparo para qualquer manifestação dos senhores. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Sr. Paulo Furquim, chegaram aqui os pareceres dos dois itens extrapauta, que tinha sido decidido pelo Plenário interromper aqui a apuração dos votos dos dois membros novos do CADE, para tratar desses dois assuntos extrapauta. Vamos dar a palavra ao Senador César Borges para relatar a mensagem relacionada com a operação de crédito externo, para o financiamento adicional do Projeto de combate à pobreza rural, no Estado de Rio Grande do Norte.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Sr. Presidente, eu solicitei ao Senador César Borges, como cavalheiro de sempre, concordou, a inversão da Pauta...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Inversão de Pauta concordada pelo Senador César Borges. Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes sobre o Programa de Transportes Urbanos do Distrito Federal, financiamento do Governo Federal junto ao BID. Com a palavra, o Senador Heráclito Fortes.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) –

Primeiro lugar, Sr. Presidente, agradeço a lhaneza do Senador César Borges, como sempre, para com os companheiros, concordando na inversão da Pauta, uma vez que eu tenho outro compromisso de natureza partidária.

Encontra-se nessa Comissão, Sr. Presidente, uma solicitação enviada pela Presidência da República, mediante mensagem 268, que submete um pedido de autorização para a contratação de crédito externo, com garantia, pela República Federativa do Brasil, no valor de até 176 milhões, 775 mil dólares dos Estados Unidos da América, sendo esse o principal, entre o Governo do Distrito Federal e o Banco Interamericano de Desenvolvimento. A operação de crédito já foi analisada pelas assessorias técnicas, ela cobre todas as... As necessidades legais, principalmente no que diz respeito a controle de dívida e capacidade de endividamento. O Distrito Federal oferece, por outro lado, todas as garantias consideradas idôneas e suficientes para ressarcir a União, no caso de que essa venha honrar compromisso na condição de garantidora da operação. Satisfaz, assim, as condições exigidas pela resolução 96 de 1899 para tal concessão.

Dante do exposto, Sr. Presidente, pra poupar o tempo dos companheiros, voto pela aprovação, uma vez que cópia dessa proposta encontra-se na banca da todos os companheiros. Daí porque solicito V. Exa. que seja posta em votação a presente resolução. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Em discussão a matéria. Não havendo quem queira discutir, submeto à aprovação o Relatório do Senador Heráclito Fortes. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Fica aprovado.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Solicito urgência, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pedido de urgência requerido pelo Senador Heráclito Fortes...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Quem pede é o Senador Adelmir, eu quero deixar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) –

Pedido de urgência pelo Senador Adelmir Santana. Os que estiverem de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Com a palavra, o Senador César Borges, para o financiamento ao Estado do Rio Grande do Norte, do Projeto de combate à pobreza rural.

SENADOR CÉSAR BORGES (PR-BA) –

Sr. Presidente, Srs. Senadores, senhores sabatinados que estão aqui acompanhando os trabalhos da Comissão de Assuntos Econômicos, é submetido à apreciação do Senado Federal um pleito do Estado do Rio Grande do Norte, por intermédio da mensagem 267/2007, solicitando autorização para contratar operação de crédito externo com garantia da União e com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento, o conhecido BIRD. O recurso dessa operação de crédito destina-se ao financiamento adicional ao Projeto de combate à pobreza rural no Estado do Rio Grande do Norte. Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo desse projetos adicionais será orçado em 25,87 milhões de dólares, financiados parcialmente com o presente empréstimo do BIRD, a ser desembolsado nos anos de 2008 a 2010, com a contrapartida de recursos do Estado, estimada no montante de até 3.37 milhões de dólares. A operação de crédito externo pretendida já se acha com suas condições financeiras devidamente concluída no sistema de registro de operações financeiras do Banco Central do Brasil, sob o nº TA 434182. A presente operação de crédito com o BIRD se processará na modalidade de empréstimo com margem fixa, na qual incidem juros vinculados à *Libor* de seis meses, mais despesas e margem fixa relativa à remuneração de seu capital ordinário. De acordo com cálculos da Secretaria de Tesouro Nacional, o custo efetivo desse empréstimo deverá ser da ordem de 6,09% ao ano.

Todas as demais condições estão satisfeitas, Sr. Presidente, e, em conclusão o pleito encaminhado pelo Estado do Rio Grande do Norte encontra-se de acordo com o que preceituam as resoluções nº 96/89, 40 e 43/2001 do Senado Federal, devendo ser concedida autorização para contratação de operação de crédito externo pretendida, nos termos que se seguem no Projeto de Resolução.

Ressalto que esse é o segundo empréstimo para o Estado do Rio Grande do Norte. Já aprovamos empréstimo hoje de 35 milhões de dólares para um programa estadual de desenvolvimento sustentável e convivência com o semi-árido, que aplicação e recursos hídricos, mostrando que os Estados do Nordeste Setentrional têm capacidade hídrica de utilizar recursos que não precisam de transposição do São Francisco, basta que

haja recursos necessários, como foi dito aqui pelo Senador Agripino Maia, esses recursos hídricos existentes devem ser melhor aproveitados, havendo recursos financeiros, as obras da jusante dos grandes barramentos, sem necessidade de a União se lançar num Projeto faraônico, tão complexo e tão também polêmico como esse da transposição do São Francisco.

Queria realçar esse aspecto e votando favoravelmente ao tempo que solicito também que V. Exa. possa submeter à apreciação da urgência para que possa ser votado em Plenário ainda hoje.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – A matéria está em discussão. Os que estiverem de acordo com o parecer do Relator, permaneçam como se encontram. Aprovado. Submeto à aprovação do Plenário a solicitação de urgência. Os que estiverem de acordo, permaneçam como se encontram. Fica aprovada a urgência da matéria.

SENADOR EDUARDO SUPILY (PT-SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Pela ordem, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPILY (PT-SP) – Gostaria de formular perguntas aos indicados para o CADE, por favor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra, o Senador Suplicy para indagação aos membros sabatinados.

SENADOR EDUARDO SUPILY (PT-SP) – Sr. Presidente, ambos... Senador Eliseu Resende, ambos os indicados, Arthur Badin e Paulo Furquim de Azevedo, já aqui uma vez estiveram presentes e têm dado uma contribuição muito importante ao CADE. Mas eu gostaria, inclusive, à luz da experiência que ambos têm tido, que possam responder a duas indagações. Em primeiro lugar, como caracterizam o grau de competitividade da economia brasileira? Se podem nos indicar quais são aqueles setores que mais tem preocupado o CADE. Se podem nos informar quais são os segmentos econômicos brasileiros que mais têm levado a situações de análise do CADE por causa de eventual ferimento do grau de competitividade que deveria, em princípio, existir numa economia de mercado. E num... Numa área em especial, que acredito tenha sido objeto de exame pelo CADE, se foi observado, quando da compra... Do controle do Banco Real pelo Santander e outros grupos, se foi examinado pelo CADE e se houve conclusão a respeito de qual... Se houve ou não qualquer preocupação da parte do CADE, no que diz respeito aos efeitos da... No grau de competitividade, e qual foi a conclusão, então, adotada? Faço essa pergunta também porque houve uma preocupação dos segmentos de trabalhadores, de funcionários na área

do setor financeiro, com respeito a esta operação, e, como normalmente o há, quando há operações de absorção de grandes instituições financeiras por outras que já estão no mercado.

Então, eu deixo para os dois o critério de responder a ambas as perguntas. Muito obrigado. Eu até faço uma sugestão, de que se, ao responder quais os segmentos que mais preocupam por seu grau de... Digamos, de oligopolização, de monopolização, se podem dar exemplos daqueles setores que, do ponto de vista da competitividade na economia brasileira, são considerados pelo CADE, e ambos, inclusive, são professores ou deram contribuições acadêmicas em seus artigos e livros, se podem nos dizer, por exemplo, na economia brasileira, tipicamente, são setores altamente competitivos, digamos, eu diria... Produção de calçados... Porque aí há sapateiros que fazem calçados, há pequenas empresas, médias empresas e grandes empresas, mas se podem nos dar exemplos de setores altamente competitivos, digamos, bordados e tal, mas, por suas próprias palavras, que, portanto, acho que nunca chegou a uma... Ao CADE alguma preocupação ou alguma ação de exame para se analisar, digamos, o sistema... A indústria de calçados ou a indústria de bordados, indústria têxtil ou de confecções, por exemplo, porque, nas mais longínquas cidades de todo o Brasil, há, por exemplo, pessoas que fazem... Que costuram, e assim produzem, e tipicamente é um setor altamente competitivo. Acho que nunca chegou ao CADE exame de abuso de poder econômico nessa área. Mas por favor, tenham toda liberdade de responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Dispõem da palavra os Srs. Arthur Badin e Paulo Furquim para responder as indagações do Senador Eduardo Suplicy.

SR. ARTHUR BADIN – Sr. Senador, nesses dois anos, na Procuradoria, nós fizemos uma correição para analisar todas as decisões que o Conselho tomou, de 94 a 2006. Um dado curioso, que certamente não revela, talvez, uma preocupação do CADE, mas que é importante ser debatido, é que, em 70% dos casos condenados pelo CADE, entre 94 a 2005, se referiu ao setor de saúde. Há uma preocupação em práticas de... Exclusionárias por parte de cooperativas médicas que, muitas vezes, em pequenas comunidades, pequenos Municípios, fecham possibilidade de prestações de serviços por outros planos de saúde, ao impedir que o seu médico ou cooperado atue. Essa é a chamada cláusula de unimilitância ou cláusula de exclusividade, que foi responsável por 35% das condenações do CADE.

Outro volume significativo de condenações se refere à tabela de honorários médicos. É uma questão

importante, que tem sido debatida no Conselho. Agora, certamente esses números não revelam, talvez, a prioridade da política antitruste brasileira, se revela sim um maior volume de representações e denúncias e processos instaurados pela Secretaria de Direito Econômico, para apurar as infrações.

Eu diria que o CADE é um Tribunal. Ele julga as investigações que são instauradas pela Secretaria de Direito Econômico, que funciona, que mimetizam, esses dois órgãos, a Secretaria de Direito Econômico e o CADE, o papel da Polícia ou do Ministério Público e do Juiz. Portanto, a política, a escolha dos mercados que vão ser prioritários em termos de investigação, não é propriamente do CADE, mas sim da Secretaria de Direito Econômico, que anunciou recentemente, como prioridade, o setor da construção civil, como um dos mercados problemáticos em termos de práticas anti-competitivas. Foi, inclusive, objeto de recentes condenações e importantes casos de cartel desbaratados nesse setor, que é um setor importantíssimo; representa 70% do investimento capital fixo no país, tem uma... Um impacto significativo na cesta que compõe os índices de inflação, representa a casa própria, no final das contas, para os cidadãos brasileiros.

Portanto, acho que esse setor construção civil, desde todos os elos da sua cadeia, tem sido destaque na preocupação da Secretaria de Direito Econômico.

Eu chamaría atenção para um outro mercado também bastante importante para a economia nacional, onde há, segundo uma certa... Eu diria, uma certa unanimidade entre os analistas e os comentaristas e os estudiosos, que é o setor financeiro, e V.Exas., o Senado Federal, recentemente deu um passo importante, ao aprovar um Projeto de Lei de autoria do Senador Antônio Carlos Magalhães, em que atribuía ao CADE ou pelo menos, eu diria, esclarecia, esclarece uma questão jurídica que coloca dúvida sobre a competência do CADE, colocava dúvida sobre a competência do CADE para atuar no âmbito do sistema financeiro nacional e, com esse Projeto de Lei, se for aprovado pela Câmara, essa dúvida deixará de ter, e, aí sim, o CADE poderá atuar com mais firmeza nesse setor.

Com relação à operação específica Santander-Real, eu não participei da Sessão, do julgamento. Não me sentaria confortável em opinar.

SENADOR EDUARDO SUPILY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PAULO FURQUIM DE AZEVEDO – Senador Suplicy, vou fazer comentários complementares aos do Arthur Badin. Primeiro, a atuação do CADE, ela se dá em três vias. Primeiro é de controle de estruturas, onde se dá a análise de fusões e aquisições, que é o caso do Santander/Banco Real-ABN. Essa é uma

análise preventiva. Não há... As empresas ainda não realizaram qualquer conduta anti-competitiva, mas é necessário se precaver para que a estrutura não seja propensa a esse tipo de conduta.

A segunda intervenção é a repressiva, no caso contra condutas, estratégias das empresas que são anti-competitivas. Foi a maior parte dos exemplos relatados pelo Dr. Arthur Badin.

E uma terceira é a advocacia da concorrência, é fomentar com cultura da concorrência. A sua pergunta nos remete principalmente à primeira linha, análise da estrutura de mercado, características da indústria, que levariam a uma preocupação maior por parte do Conselho. Setores industriais são variadíssimos, como sua própria pergunta já mostrou, com alguns exemplos, setores em que há grande pulverização de competidores e setores em que há muito poucos concorrentes. Na maior parte das vezes, por uma consequência da tecnologia, por economias de escala muito acentuadas, por exemplo, setor siderúrgico, conta com poucos atuantes. E setor de mineração conta com poucos atuantes; setor de cimento conta com poucos atuantes. E isso, é claro, com uma estrutura mais concentrada, a preocupação na análise preventiva é mais acentuada e é mais comum se observar alguma restrição por parte do CADE, como alienação de ativos ou no limite, até o desfazimento de uma operação.

No caso específico do setor financeiro, os problemas maiores, e isso foi possível a partir dessa análise, que foi a primeira de maior vulto, que foi feita no âmbito do CADE, nessa fase de colaboração recente entre Banco Central e CADE. Têm atuado conjuntamente para uma análise do setor financeiro. A parte de estrutura de mercado não é aquela mais preocupante do setor. Especificamente nesse caso, embora seja uma operação de extremo vulto, a participação de diversos mercados em que essa nova empresa passa a atuar, na maior parte deles, é inferior a 20%. E alguns outros é entre 20 e 30% de mercado. Ou seja, ainda não é... Não são níveis de concentração comparáveis à indústria siderúrgica, indústrias de cimento e tal. Mas há, claro, preocupações de outra natureza com o setor e que devem agora passar por um escrutínio por parte do CADE. Preocupações relacionadas à simetria de informação entre o cliente e o banco, que faz com que haja muito custo de mudança do cliente em relação a outros bancos, e ele pode, por esse motivo, ser objeto de um abuso de uma posição dominante, que é dada pelo fato de ele ser correntista de um banco. Embora haja diversos outros bancos, uma vez estabelecido um contrato e conta corrente em outro banco, isso cria a possibilidade de exercício de uma estratégia anti-competitiva e esse tipo de preocupação passa a

fazer parte da nossa agenda, com essa mudança do marco legal recente.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Vamos terminar a votação. Por favor, se algum Senador não tiver votado... Antes de iniciar a apuração da sabatina, eu quero retornar ao item 09 da nossa Pauta normal de trabalhos para dizer que, em decorrência de um acordo de lideranças que um Senador não pode relatar matéria de interesse do seu Estado, ao invés de designar o Senador César Borges... Perdão, ao invés de designar o Senador Expedito Júnior, designo o Senador César Borges, Relator do vencido. Vamos partir a apuração da votação. Gostaria de convidar o Senador Eduardo Suplicy e o Senador Mão Santa para nos ajudar no escrutínio da apuração.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Convidamos o Senador Paulo Paim para promover o seu voto. Aprovados por unanimidade os nomes do Dr. Arthur Badin e Paulo Furquim como novos membros do CADE. Meus parabéns. A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Antes de encerrar, gostaria de um minutinho só.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Gostaria de dizer ao Sr. Arthur e ao Sr. Paulo que eu estava presidindo uma outra Comissão, mas fiz questão de vir aqui para votar em ambos porque sei que farão um excelente trabalho. E segunda questão, Sr. Presidente, é dizer que eu queria cumprimentar V. Exa. e a Comissão de Economia porque hoje nós aprovamos aqui dois empréstimos importantes para duas cidades que eu sou muito ligado, inclusive, Canoas é a cidade onde escrevi minha vida política, que foi o caso de Canoas e Pelotas. Agradeço a V. Exa., aos Relatores e à Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ELISEU RESENDE (DEM-MG) – Meus parabéns, Senador.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a Sessão, convocando os membros da CAE para uma próxima Sessão, na quinta-feira, com a presença do Presidente do Banco Central. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h52.)

Ata da 41ª Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, Extraordinária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 20 de dezembro de 2007, às 10:00 horas, na sala

de reuniões nº 19 da Ala Alexandre Costa, Senado Federal.

Às dez horas e quarenta e um minutos do dia vinte de dezembro do ano de dois mil e sete, na sala número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Senador Aloizio Mercadante, reúne-se a Comissão de Assuntos Econômicos com a presença dos Senadores Eduardo Suplicy, Francisco Dornelles, Delcídio Amaral, Renato Casagrande, Marcelo Crivella, Inácio Arruda, Antônio Carlos Valadares, Neuto de Conto, Edison Lobão, Heráclito Fortes, Kátia Abreu, Romeu Tuma e Flexa Ribeiro. Deixam de comparecer os Senadores Euclides Mello, Expedito Júnior, Serys Slhessarenko, João Vicente Claudino, Romero Jucá, Valdir Raupp, Pedro Simon, Mão Santa, Gilvam Borges, Gerson Camata, Adelmir Santana, Eliseu Resende, Raimundo Colombo, Cícero Lucena, Sérgio Guerra, Tasso Jereissati, Osmar Dias e o Senador Jayme Campos, por estar participando de missão política de interesse parlamentar em Mato Grosso. Havendo número regimental, é declarada aberta a Reunião, dispensando-se a leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidência dá início à Primeira Parte da Reunião, Audiência Pública com a presença do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, Presidente do Banco Central do Brasil, para prestação de contas trimestral, em atendimento ao Requerimento nº 16/2007-CAE, de autoria do Senador Aloizio Mercadante. São convidados para comporem a Mesa, juntamente com o Presidente do Banco Central, o Diretor de Política Econômica, DIPEC, Sr. Mário Magalhães Carvalho Mesquita; e o Diretor de Administração, DIRAD, Sr. Anthero de Moraes Meirelles. Após a exposição do Exmo. Sr. Henrique Meirelles, usam da palavra os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Flexa Ribeiro, Renato Casagrande, Kátia Abreu, Edison Lobão, Antônio Carlos Valadares e Marcelo Crivella. Em seguida, a Presidência adia a Segunda Parte da Pauta para a próxima Reunião da Comissão, Mensagens do Senado Federal nºs 160 e 161, de 2007, não terminativas, que “encaminha ao Senado Federal a Programação Monetária, nos termos do inciso I do art. 7º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, para o quarto trimestre e para o ano de 2007”, de autoria da Presidência da República, tendo como Relator o Senador Romero Jucá, que oferece Parecer favorável nos termos do PDS que apresenta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e dezesseis minutos, lavrando eu, Luiz Gonzaga Silva Filho, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra do seu registro de Estenotipia Informatizada. – Senador

Aloizio Mercadante, Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Eu queria agradecer e convidar os demais diretores do Banco Central, a presença do Presidente Henrique Meireles, Ministro... Nós temos tido, trimestralmente, essas Audiências Públicas, que agora é uma lei aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos pelo Plenário do Senado, uma Resolução; é um procedimento para que o Senado possa acompanhar a evolução da política monetária e, sobretudo, as decisões do COPOM. O regime de metas, a credibilidade do regime de metas está também na transparência das informações. A Ata é um instrumento dessa transparência e as Audiências Públicas serão um instrumento adicional que vem fortalecendo a credibilidade do Banco Central do Brasil, pela qualidade das informações que oferece, e pela possibilidade de todo e qualquer interessado poder, de forma muito detalhada, acompanhar a evolução das reservas cambiais, índice de inflação, os agregados monetários, evolução do crédito, nível de atividade, enfim, todas as informações relevantes para o cenário econômico, macroeconômico do país.

Nós temos feito essas audiências com uma certa periodicidade; eu já pediria ao Presidente, eu acho que há dois temas que estão muito... Há um grande interesse, neste momento, para que o Presidente possa se pronunciar, um deles é o fim da CPMF e os desdobramentos dessa decisão da política monetária do Banco Central, qual a influência que pode ter, quais as implicações do fim da CPMF na política fiscal e seus desdobramentos para a política monetária.

E uma segunda informação é um pouco o IPCA e as perspectivas da inflação. Nós estamos aí diante da inflação internacional, um choque externo na área de alimentos e os desdobramentos desse quadro, mas, de qualquer forma, vamos primeiro ter um... E também a oportunidade de termos um balanço de um ano econômico muito promissor, muito consistente, acho que temos aí um nível de atividade como não tínhamos há muito tempo, inflação sobre controle, o crédito avançando, emprego, melhora nos indicadores sociais. Acho que é um excelente ano econômico, com perspectivas ainda melhores para 2008. E nós vamos ter a oportunidade especial com apresentação do Presidente do Banco Central, Henrique Meireles. Eu queria agradecer, portanto, a toda a Diretoria...

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – V.Exa. me permite acrescentar um terceiro item de preocupação...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não, Senador Suplicy.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Presidente, Senador Aloizio Mercadante, eu acho que, aproveitando, então, agradeceria, se o Presidente Henrique Meireles pudesse também enfatizar, na sua análise, como vê essa inversão, no que diz respeito ao saldo das contas correntes, com o exterior, pois, foi dada a informação, pelo próprio Banco Central, que, depois de muito tempo de o Brasil ter apresentado o saldo, no último mês, em novembro, houve uma inversão, embora moderada, e que resulta do fato de as importações estarem crescendo, há algum tempo, mais rapidamente do que as exportações e que pode-se estar se prevendo, para o próximo ano, um possível déficit, diferentemente do que aconteceu nesses anos.

Então, nós sabemos perfeitamente que um país pode apresentar períodos de saldos e depois períodos de déficits, diferentemente do que, em 1999, quando tínhamos um regime de câmbio fixo, e agora, obviamente o regime de câmbio flexível possibilita ajustes com respeito a essa questão, mas eu agradeceria se V.Exa. pudesse também enfatizar a análise neste ponto.

Eu quero pedir licença, eu já faço a pergunta antecipadamente, porque, mais tarde, eu estarei na homenagem ao arquiteto Oscar Niemeyer, no Plenário.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Suplicy. Vamos dar início, então, à apresentação inicial, teremos a oportunidade de ter um balanço econômico do final do ano. Com a palavra o Presidente do Banco Central, Henrique Meirelles.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Presidente, Senador Suplicy, Senador Delcídio Amaral. Prazer estar mais uma vez aqui, na Comissão de Assuntos Econômicos. Vamos começar, já que é uma prestação de contas do Banco Central sobre política monetária, vamos começar com a visão do IPCA acumulado em 12 meses, até novembro de 2007, e o consenso de mercado para o IPCA de 2008, que é de 4,2%. O IPCA acumulado, até novembro de 2007, 12 meses, é 4,19%.

Eu apenas gostaria de mencionar que o IPCA de 4,2, na projeção IPCA acumulado em 12 meses, mas, a projeção de mercado para 2008 também é 4,2. Se nós olharmos um pouco mais em detalhe, nós vamos verificar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Tivemos um choque, mas não foi de preços aqui.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Já resolvemos o choque, Senador. Mas, olha aí, o IPCA e inflação de alimentos nos países selecionados: nós vamos ver, no Brasil, a inflação de alimentos, em azul, e o IPC, em vermelho; nós vamos ver claramente como

houve esta evolução da inflação de alimentos, que colaborou positivamente, durante um bom período, 2004, 2005 e 2006 com a evolução de inflação menor do que o índice geral e que teve um comportamento menos benigno, no ano de 2007. Mas que é uma linha similar ao que está acontecendo em outros países; nós vamos ver um movimento muito pronunciado nos Estados Unidos, inclusive, mais pronunciado do que no Brasil.

Temos aqui um problema técnico, que talvez tenhamos que, Senadores, voltar ao sistema mais antigo, Senador, de projeções impressas, isto é, material impresso ao invés de projeção, eu acredito que os jornalistas também devem ter o material impresso. Bom, já voltou? Vamos, de qualquer maneira, deixar o material impresso à mão, de maneira que não possa haver problema.

Em relação à China, por exemplo, também vemos um movimento extremamente pronunciado, a inflação de alimentos, e a África do Sul, um movimento menos pronunciado. Mais em linha com o que está acontecendo no Brasil. Em resumo, nós temos uma pressão de alimentos, que muito provavelmente decorre da maior demanda mundial por alimentos, principalmente devido à incorporação no mercado formal e de mão-de-obra e o aumento do padrão de vida de vastos seguimentos da população mundial, hoje resultado da globalização e do maior crescimento econômico.

Em relação também a esse assunto, devo se mencionar que alguns alimentos estão pressionados pela competição da energia, isto é, para alimentos que estão sendo usados também para a produção de etanol. Mas, de qualquer maneira, esse é um quadro que deve ser levado em conta. Em relação ao IPCA, percentagem dos itens com aumento de preço, desde 2002, nós vamos ver a linha de tendência, como ela está evoluindo, com uma queda pronunciada até o início de 2007 e um aumento moderado a partir daí.

Um dado importantíssimo, que nós temos que levar em consideração, é a surpresa inflacionária; a surpresa inflacionária, no caso, é medida pela expectativa de inflação 12 meses à frente, comparada com a inflação medida nesses 12 meses, então, nós vamos ver que, neste caso, a inflação medida nos 12 meses, por exemplo, em maio de 2003, atingiu um valor superior a 12%, isto é, a inflação medida 12 meses superior à inflação projetada 12 meses anteriormente para este período. Tivemos uma surpresa inflacionária positiva no ano de 2004 e, posteriormente, tivemos uma surpresa inflacionária positiva, desculpe, negativa, durante o ano de 2005, aqui aparece positiva, matematicamente, e, posteriormente, uma surpresa inflacionária positiva, no sentido de que a inflação foi menor do que a esperada pelos agentes econômicos, e temos, nos últimos,

meses visto uma surpresa inflacionária tendendo para zero. Isso significa que a inflação medida tem estado em linha com as expectativas nos últimos meses.

Como consequência direta da queda da probabilidade de uma surpresa inflacionária negativa, nós estamos vendo, juntamente com uma queda de outros prêmios de risco na economia, nós estamos verificando uma queda consistente da taxa geral de juros na economia brasileira; essa taxa é medida pela inflação projetada 12 meses à frente, sendo usada como taxa de desconto, e, portanto, essa taxa é o desconto da taxa de juros nominal, de mercado, 360 dias, Suop(F) da BMF. Então, nós temos Suop(F) da BMF nominal, descontado pela taxa de inflação esperada pelos 12 meses à frente. Portanto, nós temos uma queda gradual da taxa de juros, de novo, resultado da queda de prêmios de risco, consequência da estabilização cada vez mais consolidada da economia brasileira.

Se nós passarmos agora para o setor externo, nós vamos olhar a evolução de taxa de câmbio, é interessante darmos uma olhada, não só na evolução da taxa de câmbio, do Real contra o Dólar, em vermelho, mas também do Real contra o Euro, em amarelo claro, e nós vamos ver que, claramente, houve uma desvalorização pronunciada, no ano de 2001 e, depois, 2002, posteriormente, uma apreciação do Real durante um certo período, falando agora em comparação com o Euro e, a partir de um certo momento, uma relativa estabilidade em relação ao Euro, com episódios de valorização e com episódios de desvalorização.

Em relação à conta-corrente, nós tivemos uma evolução, de fato, positiva de conta corrente, nos últimos anos, e uma previsão de uma conta-corrente menor do ano de 2007, e o Banco Central, ontem, divulgou uma previsão de uma possível conta-corrente negativa, durante o ano de 2008. Não é novo, Senador, no nosso relatório de inflação, desculpa, nas nossas contas externas, num relatório anterior, nós já prevíamos que haveria uma possibilidade de ter um saldo negativo de contas-correntes, no ano de 2008. Como o senhor mencionou, isso é um processo natural, dentro de um regime de câmbio flutuante, principalmente num país como o Brasil que, num momento de crescimento, está gerando uma alta demanda de bens importados, particularmente máquinas e equipamentos, além do mais, está recebendo um grande volume de investimentos estrangeiros, seja investimento direto, na expansão da capacidade produtiva das empresas, seja investimento de portfólio, nas Bolsas de Valores, seja através da emissão primária de ações, seja através da compra secundária.

Mas o importante disso tudo é que não há dúvida que existe um investimento maior hoje na economia

brasileira, feito por estrangeiros, e isso é resultado, de novo, do dinamismo e do crescimento grande da economia brasileira, como nós estamos mostrando. Com o nível de equilíbrio atual da economia, com o equilíbrio de política monetária, que está consolidada através de uma trajetória de inflação, com uma trajetória de cadência da relação dívida/produto, nós temos, claramente, uma economia que tem condições, juntamente com um volume de reserva muito elevado, de olhar com tranquilidade para esse tipo de evolução da conta-corrente. Quer dizer, fui muito positivo e muito importante, num certo momento, que o Brasil tivesse conta-corrente positiva, não é? Para, inclusive, permitir toda essa reversão estrutural do setor externo brasileiro. A partir de um certo momento, não é necessário que, a todo momento, a cada ano, necessariamente, nós tenhamos saldos positivos de contas-correntes, de novo, principalmente pelo grande ingresso de capitais de investimento no Brasil.

Se nós olharmos agora a evolução da balança comercial, nós vamos ver que as exportações continuam crescendo e temos aí uma dimensão da evolução do setor externo da economia brasileira, com o crescimento de exportações e ultimamente um crescimento vigoroso das importações. Se nós olharmos apenas exportações, nós vamos ver a comparação da exportação brasileira, em verde, com as exportações do mundo, em azul, e nós vamos ver a evolução importante das exportações brasileiras, a partir de 2002; de 2002 a 2006, as importações brasileiras cresceram 132%, versus uma evolução da exportação mundial de 41%. Isso mostra claramente a evolução competitiva do setor produtivo brasileiro.

Se nós olharmos agora a diversificação das exportações por mercado, 12 meses até novembro de 2007, nós vamos ver a União Européia com 24.9%; a América Latina, 22.6; a Ásia, 5.7, excluindo o Oriente Médio; Estados Unidos 15.6, e outros, 21.2. Se nós compararmos isso com alguns países, inclusive da região, que tem uma dependência muito maior da exportação para os Estados Unidos, inclusive, alguns países, até 80%, das exportações totais vão para os Estados Unidos, nós vamos ver que tem países que são muito mais vulneráveis à eventual desaceleração da economia americana do que o Brasil. Não há dúvida que de o Brasil exporta para países que, por sua vez, exportam para os Estados Unidos. Mas, em dito isso, hoje a dependência da economia brasileira em relação a uma possível recessão americana, independentemente de alguns considerarem ou não provável, o fato é que é possível, então, nós vemos claramente que também nesse aspecto a dependência da economia brasileira é menor em relação à economia americana.

A diversificação das exportações, 12 meses até novembro, por tipo de produto, nós vamos que manufaturados são responsáveis por 53.8% do total da nossa exportação; produtos primários, 32.1, e semimanufaturados, 14. Portanto, é uma saudável. Se nós olharmos a balança comercial por preços e quantidades, nós vamos verificar de que as exportações, por exemplo, no período de dezembro de 2006/novembro de 2007 a dezembro de 2005/novembro de 2006, nós vamos ver que a variação de preços das exportações foi de 10,2%, em variação de quantidade de 6,3. Importações 6%, variação de preço 23,2 de quantidade. Em resumo, está existindo, sim, um aumento importante da quantidade importada, mas está existindo também um aumento da quantidade de produto exportado. Em resumo, a evolução das exportações, favorável, não diz respeito apenas a preço, mas também à quantidade.

Se nós olharmos agora, vamos verificar aqui... A balança comercial de importação e exportação... Aqui nós vamos quebrar por componentes básicos, semimanufaturados e manufaturados, nós vamos ver que, no caso de básicos, a evolução de quantidade é 11,7%; semimanufaturados 2% e manufaturados, 4,5%. É importante mencionar aqui que mesmo manufaturados está havendo um aumento da quantidade.

Reservas internacionais. A evolução, extremamente saudável e salutar para a economia brasileira. Investimento estrangeiro direto, líquido, como eu mencionei, na pergunta do Senador, sobre a questão da conta-corrente e investimento estrangeiro direto líquido, a previsão, para 2007, é de 35 bilhões de dólares, a projeção, que é superior ao período de pico das privatizações, isto é, um movimento extremamente saudável da economia brasileira, porque isso é investimento direto na expansão da capacidade produtiva.

Se nós analisarmos o investimento estrangeiro direto, líquido, acumulado nos 12 meses, nós vamos ver mais claramente ainda essa evolução. Se nós analisarmos, agora, os investimentos por setor, nós vamos ver claramente que está bastante diversificado: metalurgia básica, 35%; papel celulose, 12; químicos, 11, alimentos, 10; petróleo, álcool e coca 9,7; veículos 3,9, equipamentos, 3,3 etc. Outras indústrias, 8,8. Em resumo, é um quadro bastante saudável e bastante diversificado de investimentos.

Distribuição de setor, agora, por serviços, naquele caso, por indústria, nós vamos ver serviços financeiros, 30%, houve um aumento importante; comércio, 14; empresa, 10; telecomunicações etc. Serviços financeiros eu destacaria os IPOs dos bancos médios; existe um grande volume de bancos médios que fizeram lançamentos em ações e se capitalizaram e estão colocando agora uma pressão competitiva importante

no mercado financeiro. Os bancos médios, agora, bem capitalizados, recebendo investimento externo através do mercado de ações, estão, portanto, podendo competir com maior agressividade.

Investimento estrangeiro direto líquido, agora comparando com o portfólio e de renda fixa. Nós vamos ver que o investimento estrangeiro direto, em azul claro, a 36,2 bilhões de dólares, compara-se com um movimento de portfólio mais renda fixa de 32,5. E ambos numa trajetória crescente e ascendente.

A dívida externa líquida, um outro dado da maior importância, que atingiu, no primeiro trimestre de 2003, 165 bilhões de dólares, agora, 17 bilhões de dólares, no terceiro trimestre. Em consequência, os indicadores de sustentabilidade externa estão carentes, numa trajetória extremamente positiva da dívida externa líquida sobre exportações e dívida externa líquida sobre produto.

O resultado desse processo de estabilização da economia brasileira é uma diminuição da vulnerabilidade da economia e, portanto, do risco percebido. O que é que ocorre, em consequência? Existe uma medida internacional chamada índice de aversão ao risco. O que é que é índice de aversão ao risco? É o índice que mede de a disposição dos investidores de procurar artigos mais seguros, digamos quanto maior o índice de aversão, mais seguro é o artigo procurado pelo investidor. E nós vemos, portanto, como um índice de aversão ao risco crescente, nós sempre tínhamos o risco Brasil seguindo o índice de aversão ao risco, isto é, subia a aversão risco, subia o risco Brasil. Agora, nós temos uma situação onde sobe o índice de aversão ao risco e o risco Brasil não sobe proporcionalmente; isso mostra que o Brasil está se descolando daquela percepção de risco que está adicionada, principalmente, à média dos emergentes e aos chamados Rail(F), aqueles papéis de maior risco dos mercados mais maduros. Portanto, de novo, isso é uma nova demonstração da estabilização da economia brasileira.

Se nós olharmos agora crédito, muito importante para o crescimento econômico, para o crescimento do consumo, nós vamos ver que o Brasil ainda tem um índice de crédito com percentagem do produto relativamente baixo, comparado com outros emergentes, tipo Filipinas, Hungria, Tailândia, Chile, Coréia, Malásia etc. A boa notícia é que está crescendo, e outra boa notícia é que está crescendo em função da estabilização da economia brasileira; nós temos aqui um crescimento altamente relacionado com a expectativa de inflação 12 meses à frente. Quer dizer, quanto mais estabilizada a expectativa inflacionária, maior é o crescimento do crédito, na medida em que os tomadores e aplicadores tenham maior disposição para assumir risco.

O prazo médio também crescendo no gráfico da direita, não é? Em vermelho, nós vemos um crescimento do prazo médio dos empréstimos; no gráfico à esquerda, do volume. Bom, eu espero que todos estejam também podendo acompanhar com o material escrito.

Um dado da maior importância é que, num primeiro momento, a inadimplência, em azul, começou a crescer mais, a partir de janeiro de 2005, fevereiro, março, começou a crescer mais rapidamente do que o aumento do volume dos empréstimos, isso poderia ser um sinal preocupante para o sistema financeiro. Mas, através de uma maturação do mercado, uma consolidação das perspectivas de manutenção de emprego de aumento da renda, de aumento da massa salarial e da estabilização da economia, com o aumento de emprego, nós não estamos vendo uma reversão dessa tendência; em azul, temos o índice de inadimplência caindo.

Outro dado da maior importância, o crédito habitacional em países selecionados com percentagem do produto. Nós vamos ver que, no Reino Unido, por exemplo, chega a 80% do produto; na Inglaterra, a mais de 70; no Brasil, nós temos um índice baixo, em linha com países como Turquia, Argentina, maior do que a Rússia, mas, muito menor, por exemplo, do que México, Chile, França, essa é a má notícia. A boa notícia é que tem espaço para crescer. O crédito habitacional, em azul, está crescendo de forma pronunciada, e de novo um resultado direto da estabilização da economia brasileira, isso é uma boa correlação com a expectativa de inflação em 12 meses ou mesmo com a inflação medida.

Um dado importante é a evolução dos desembolsos, em amarelo, e a evolução do número de unidades financiadas, em azul; nós vemos ver claramente essa evolução extremamente favorável para o crescimento do mercado habitacional brasileiro e a oferta de moradia. E também de empreendimentos comerciais.

No caso de crédito imobiliário, se nós olharmos com o maior cuidado as fontes de financiamento, nós vamos olhar que recursos das poupanças ainda representam a maior parte, tem aumentado, inclusive, substancialmente os volumes de recursos provenientes da poupança; existe um aumento menor de recursos do FGTS; o crédito livre está aumentando, ainda é minoritário, mas está crescendo de forma importante, em vermelho; e o CRI está crescendo. Mercado de capitais: Outro dado da maior importância, durante muitos anos, muitas décadas, a grande dificuldade de crescimento das companhias brasileiras, empresas nacionais era exatamente a falta de fontes de financiamento competitiva com as empresas internacionais. Com a estabilização da economia brasileira, nós estamos tendo, cada

vez mais, uma evolução positiva nesse sentido, isto é, as empresas brasileiras estão sendo capazes de ir ao mercado captar com um processo que é um processo virtuoso, que é capital de risco, o que significa que é um capital que divide o risco e, em consequência, dá maiores condições competitivas às empresas. Nós vemos, por exemplo, que as ações crescendo, que é exatamente o que representa o que eu estou falando, debêntures, que é uma operação de crédito, também crescendo, apesar que, em 2007, crescendo menos, outros em vermelho, mas apesar de ser operação de crédito, ela tem claramente um nível, um custo de intermediação muito menor porque não há processos de intermediação, na medida em que ela é colocada diretamente no mercado. Portanto, mais uma forma de baratear o custo de financiamento das empresas brasileiras.

Atividade econômica passando, portanto, para a fase final da apresentação, nós vamos ver duas coisas interessantes: em primeiro lugar, o crescimento robusto da economia brasileira, quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, nós vamos ver que, no primeiro trimestre de 2007, um crescimento em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de 5,7%; é um crescimento bem superior o que esperava a média dos analistas até recentemente. E o mais importante, uma certa estabilização ao redor e até um pouco acima de 5%. Tivemos um dado pontual do segundo trimestre de 2006, de 1,5%, mas nós vamos ver claramente como, a partir do início de 2005, temos uma tendência crescente de evolução do produto.

Consumo das famílias, dado da maior importância, em última análise, política econômica, visa aumentar o padrão de vida da população, o que significa aumentar renda, emprego, consumo, em consequência de tudo isso, em última análise, o padrão de vida da população. Nós estamos vendo claramente que o consumo das famílias, no terceiro trimestre, comparado com o trimestre igual do ano anterior, foi de 6%, inclusive, um crescimento, portanto, até acima do crescimento do produto. Portanto, nós vemos claramente aí um dado da maior importância para nós medirmos um padrão de vida, a evolução do padrão de vida da população.

Dado a maior importância, mas investimento, sabemos que um dos problemas crônicos da economia, brasileira através das últimas décadas, foi exatamente o investimento. E nós estamos vendo claramente que o investimento está tendo um crescimento, que, se medirmos pela formação bruta do capital fixo, no caso, 14,4%, no terceiro trimestre de 2007 sobre o mesmo trimestre de 2006, portanto, o crescimento da formação bruta do capital fixo é extremamente vigoroso, mostrando de novo o grau de confiança dos empresários no

crescimento da economia brasileira e na estabilidade, na medida em que estão se arriscando cada vez mais a fazer investimento, isto conjugado com o menor custo de capital, trazidos por todos esses fatores, que eu já mencionei, melhor custo de crédito, maior possibilidade de emissão de ações, um menor custo de emissão externa também, devido à taxa de câmbio.

Se nós olharmos a produção industrial, nós vamos ver claramente uma evolução também extremamente positiva, de novo acima de 5%, no comparado com o mesmo mês do ano anterior. Se nós olharmos por tipo de produto, nós vamos ver bens de capital, mais uma vez, crescendo aqui 18,8% no ano; bens intermediários, 4,7; consumos duráveis, 8,7; semi e não duráveis, 3,4. Então, nós temos claramente aqui, primeiro um dado de confiança importante, que é o crescimento dos bens de capital e, segundo, bens de consumo duráveis, isto é, de um lado, empresas que estão cada vez mais confiantes em investir e apostar no crescimento, e consumidores que estão confiantes que vão manter os seus empregos e, portanto, estão assumindo financiamento para a compra de duráveis.

Se nós olharmos a evolução da taxa de juros real, em vermelho, como já mostrei, mas agora correlacionada com a produção industrial, com uma defasagem de seis meses, nós vamos claramente o impacto da queda da taxa de juros real, no aumento consistente da produção industrial.

Se nós olharmos agora a formação bruta do capital fixo, de 99 a 2007, em vermelho, a linha de tendência, a linha de tendência fala por si só, Presidente. É uma evolução, de fato, vigorosa, robusta, sólida, da capacidade de crescimento da economia brasileira.

Uma outra medida de investimento a absorção doméstica de bens de capital, que seria a produção doméstica de bens de capital, menos exportações, mais importações, e nós temos claramente uma evolução também vigorosa e pronunciada recentemente. Quer dizer, na margem, nós vamos ver que, nos últimos meses, tem-se acentuado o crescimento da absorção doméstica de bens de capital, mostrando, mais uma vez, que existe uma confiança das empresas brasileiras de que a demanda está robusta, vai continuar robusta e a economia vai continuar estável. Em resumo, não poderemos ter uma maior demonstração de confiança na economia do país.

Insumos da evolução civil, uma evolução similar, de novo uma aceleração na margem; vendas no varejo, mantendo um crescimento próximo de dois dígitos ao redor de 29, 11, chegando a 14 em alguns momentos... 08, mas o fato é que temos uma vigorosa expansão das vendas no varejo, de novo, em virtude do aumento da renda, o aumento do emprego e o au-

mento da massa salarial, como vamos mostrar. Vendas no varejo. De novo, veículos e motocicletas, uma venda vigorosa, liderando o processo móveis e eletrodomésticos, inclusive, supermercados, e interessantemente, supermercados muito voltados à expansão por seguimentos de baixa renda, que estão crescendo a taxas mais vigorosas ainda.

E tecidos, roupas e sapatos. Um mercado muito impactado, num primeiro momento, pela evolução na taxa de câmbio, mas que a demanda doméstica está mais do que compensando isso, nós estamos vendo aqui a evolução também vigorosa de tecidos roupas e sapatos.

Se nós passarmos agora à utilização da capacidade instalada, nós vamos ver, na coluna da esquerda, uma comparação com o nível máximo atingido pela utilização da capacidade instalada desde 95. Então, nós vamos ver, por exemplo, pegar bens de consumo, para tomar como exemplo, o nível máximo de uso da capacidade instalada, desde 95, foi 87,7%; data: novembro de 2007. Portanto, estamos no máximo da série. Bens de capital, o máximo 87,3, em setembro de 2007. Então, para bens de capital, houve interessantemente uma expansão da capacidade instalada, o que é um dado positivo. Em resumo, a utilização da capacidade instalada está em patamares bastante elevados, mostrando de novo a força da demanda hoje doméstica.

Criação de emprego formal, de novo, temos uma criação média de cerca de um milhão e 300 mil empregos, de 2004 até 2007, mas claramente, no ano de 2007, nós deveremos, temos boa possibilidade de bater o record, isto é, de ter uma criação de empregos, inclusive, superior até 2004. É importante mencionar que, como resultado dessa evolução favorável, vamos comparar de novo rendimentos reais médios e massa salarial, não é? Massa salarial em azul e o rendimento real médio em vermelho. Nós vamos ver que o rendimento real tem subido e mesmo quando ele cai um pouco na ponta, em consequência da expansão do emprego para classes de rendas mais baixas, pronunciado por seguimentos da construção civil, mas nós vemos que a massa salarial como um todo continua a aumentar, não é? E, por exemplo, de novembro de 2007 a novembro de 2006, saiu hoje esse dado, nós temos 6,4%, não é? Então, vamos comparar com a transparência que estamos mostrando. Na transparência, nós tínhamos, até outubro de 2007, sobre outubro de 2006, nós tivemos um crescimento de 4,4%, que era um pouquinho menor do que o crescimento da massa salarial de 2006. No entanto, dados divulgados hoje, Srs. Senadores, já mostram que a evolução da massa salarial já foi superior a evolução da massa

salarial até outubro, atingindo de novo o patamar de 6,4% de evolução da massa salarial.

Esses fatores, evolução da renda, evolução do emprego, evolução da massa salarial, além dos programas sociais, fez com que, segundo dados do IBGE, nos últimos cinco anos, 20 milhões de pessoas tivessem migrado das classes D e E para a classe C; esse é o grande movimento social que está acontecendo hoje no país. 20 milhões de pessoas migraram das classes D e E para a classe C.

Safra agrícola...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MER-CADANTE (PT-SP) – Tem um problema com esses números todos, que o Presidente Henrique Meirelles vem apresentando, a oposição vai ficando mais nervosa, eu proponho parar, tomar um pouco de água, esperar um tempo, para a gente continuar o debate, quer dizer, senão vai ficar difícil negociar as coisas aqui, vai ficar muito nervoso...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, oposição é ao Governo não é ao Brasil; nós ficamos bastante felizes, já disse isso várias vezes aqui, em todas as vindas do Presidente do Banco Central, de que ele faz um trabalho meritório, e destaco sempre que ele foi uma das coisas inteligentes e boas que o Presidente Lula fez, ao convocá-lo para o seu grupo de Ministros, quando era Deputado Federal, eleito pelo PSDB. Isso a gente nunca pode esquecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MER-CADANTE (PT-SP) – Está registrado, mais uma vez, mas não exagera nos dados, essas coisas: 20 milhões mudaram de patamar... A massa salarial cresceu 6,4... Vai bater record de geração de emprego... O pessoal fica nervoso. Ainda bem que não tem Pauta hoje no Plenário, senão não votava mais nada. Então, vai com calma, para não assustar o nosso bom clima que nós temos no Senado nesse momento.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Então, continuando, além da estimativa do IBGE, que nós vamos ter também uma safra record, de 133 milhões de toneladas no ano de 2007, que está adicionando também o momento favorável da economia brasileira.

Finalizando, nós temos o crescimento médio da economia brasileira, se acelerando de 2004 a 2007, de 4,4%, e a previsão do Banco Central ainda é de setembro, de 4,7; o Banco Central está revisando isso, deve divulgar uma nova previsão na semana que vem, mas o mercado já prevê um crescimento, segundo dado do Focus, para o ano de 2007, um pouco acima de 5%. Nós já incorporamos, inclusive, o dado de mercado nesse crescimento médio. Portanto, de novo, uma evo-

lução da economia brasileira, de forma sustentável, o que é importante.

E em julho de 2003, falando em uma associação empresarial em São Paulo, eu mencionei, na oportunidade, que o Brasil estava iniciando um ciclo de crescimento sustentável. Naquela época, isso não foi levado muito a sério, mas se nós olharmos os gráficos, nós vamos ver contrariamente que julho de 2003 foi o ponto de reflexão, a partir do que a economia brasileira entrou num ritmo, de fato, de crescimento sustentável, com impactos diretos na perspectiva de emprego e, em consequência, na capacidade de empresas e de consumidores de assumirem riscos e, em consequência, aumento de consumo, aumento de investimento etc. Em resumo, a conjugação de crescimento forte com previsibilidade.

Passando agora para as perguntas já antecipadas pelo Senador, eu mencionaria que, no caso da... De novo, do saldo de contas-correntes, eu já mencionei, acredito que a resposta já foi dada durante o correr da apresentação, Senador Suplicy.

Em relação à questão da inflação, a previsão de mercado para o ano de 2007 está em cerca de 4,2%, que é compatível, evidentemente, com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, de 4,5%. A previsão de mercado, publicada pelo Focus, na segunda-feira, foi de 4,2%, para 2008, portanto, de novo, também em linha com a meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional.

Em relação à questão da CPMF, a outra pergunta do Presidente, nós diríamos que o importante, um dado da maior importância para a política monetária, é a manutenção do superávit primário, quer dizer, isto sim é algo que tem influência na política monetária futura. E a consistência da política fiscal, isto é, uma relação cadente dívida/produto. Isso é algo que tem, evidentemente, um componente importante na produção de expectativas, na formação de taxa de juros, de prêmio de risco etc. Na medida em que existe um compromisso do Presidente, do Governo, com a manutenção de uma política fiscal sólida e uma relação cadente de dívida pública sobre o produto, a nossa hipótese de trabalho no Banco Central é de uma continuada manutenção do superávit primário e, em consequência uma continuada cadência da relação dívida/produto e, portanto, a manutenção das condições favoráveis para a economia brasileira, e, portanto, são, digamos, é esse o sumário da nossa avaliação. Evidentemente que nós temos que fazer uma avaliação do ponto de vista no Banco Central, do ponto de vista de política monetária, que inclusive, foi a pergunta do Senador.

Portanto, muito obrigado, isso que eu gostaria de dizer, e gostaríamos agora de partir para a parte

mais interessante, que é exatamente as perguntas e respostas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Então, vamos fazer... Eu queria agradecer ao Presidente Henrique Meirelles pela qualidade da apresentação, e, sobretudo, pela exuberância dos dados, que eu acho que refletem o momento importante, extremamente favorável, que atravessa a economia brasileira e também a repercussão disso nos indicadores sociais, que são indicadores que nós não vimos há muito e muito tempo neste país.

Vamos abrir a discussão, nós faremos todas as atribuições e o Presidente responde de uma vez só, e, assim, atendo especialmente à expectativa da imprensa, que já está toda em clima natalino e pediu que nós dessemos agilidade aqui aos encaminhamentos e o espírito geral do país é esse. O primeiro inscrito é o Senador Delcídio Amaral.

SENADOR DELCÍDIO AMARAL (PT-MS) – Primeiro, Sr. Presidente, acatando aí o espírito natalino que V.Exa.... Eu primeiro quero cumprimentar o Presidente Henrique Meirelles, Ministro Henrique Meirelles, cumprimentar os demais Diretores também, parabenizá-lo pelo trabalho, a despeito de muitas pressões, e sei das dificuldades que o senhor enfrentou nessa dura tarefa de conduzir o Brasil e conduzir as políticas do Banco Central, com isenção, com espírito público e, mais do que nunca, ajudando o nosso país a virar uma página na sua história econômica.

Então, Sr. Presidente, eu vou ser muito sucinto, nós estamos vendo... Nós tivemos agora a rejeição da CPMF, em princípio, são 40 bilhões, não são exatamente 40 bilhões, mas vamos considerar os 40 bilhões, aprovamos ontem a DRU, e, Sr. Presidente, nós estamos vendo que, e o Senador Aloizio Mercadante, o Presidente sempre fez questão de registrar isso, as preocupações com o mercado internacional, nós temos verificado, inclusive, na semana em que a DRU foi rejeitada, nós vimos alguns números preocupantes no mercado internacional; o mercado financeiro internacional preocupado ainda com os últimos acontecimentos, principalmente de crédito imobiliário nos Estados Unidos, a questão da sub-prime, essa capitalidade e a dificuldade de mencionar o tamanho desse impacto e fatos que levaram, inclusive, os bancos centrais Europeus a interferirem, atuarem no mercado, de uma forma bastante vigorosa, exatamente para trazer a tranquilidade que o mercado internacional, pelo menos esperava, fruto ainda desse quadro bastante preocupante que a economia mundial enfrentou e tem enfrentado.

Então, Sr. Presidente, a minha pergunta é: Em função desse quadro, qual é a leitura de V.Exa. com

relação ao ano de 2008, até porque é evidente que o crescimento brasileiro, ele tem uma ligação estreita com a economia globalizada desses bons ventos, desses momentos favoráveis que o mercado internacional viveu, nos últimos anos.

Então eu queria ouvir de V.Exa., como é que V.Exa., evidente que isso é uma coisa dinâmica, mas, dentro do Banco Central, o Presidente do Banco Central avalia desse quadro, principalmente do mercado internacional, como é que nós vamos, qual é o cenário, do cenário pessimista, do otimista e daquele cenário no meio do caminho, como é que... Qual é a leitura do Banco Central com relação ao mercado internacional, o ano que vem e, evidentemente, as consequências, em termos de Brasil e em termos de crescimento, que V.Exa. apresentou aí um crescimento robusto, de 5,7%, no último trimestre. Então, eu queria que o senhor fizesse um pouquinho mais sobre essa questão, que isso nos aflige bastante e nos preocupa.

E, no mais, desejar a toda a diretoria do Banco Central, a toda a imprensa aqui presente um Feliz Natal e um 2008 de prosperidade; 2008 é o ano do 08. O 08 é prosperidade na China. Os jogos Olímpicos, Presidente, vão ser, vão iniciar no dia 08/08/2008; não é à toa que eles escolheram essa data. Então, eu desejo um ano de prosperidade a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCANTANE (PT-SP) – Eu queria passar a palavra agora para o Senador Eduardo Suplicy e também agradecer a presença do Mário Mesquita e do Antero Meirelles, amplamente conhecido, no Banco Central, como Júnior, que está presente hoje aqui, participando e enriquecendo mais uma vez essa Comissão, Presidente.

Senador Suplicy. Não tem nepotismo. É Júnior, mas não tem nepotismo. Banco Central não tem. É só o nome e estimula o talento. Senador Suplicy, com a palavra.

SENADOR EDUARDO SUPLICY (PT-SP) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Presidente Henrique Meirelles, do Banco Central, Srs. Mário Mesquita e Antero Meirelles. Presidente Henrique Meirelles, V.Exa., de todas as exposições que fez aqui, desde 2003, pelo que posso avaliar, essa apresentação sua é aquela que tem o melhor quadro de todas as ocasiões em que V.Exa., inclusive, tem feito questão de apresentar sempre os dados, tanto na Comissão Mista do Orçamento, mas, aqui no Senado Federal, mas, na minha lembrança, este é o conjunto de dados, o mais positivo desde que V.Exa. assumiu o Banco Central. E eu quero cumprimentá-lo pelo feito, porque em praticamente em todas as áreas, os dados são altamente positivos, sobretudo no crescimento, no ritmo de crescimento da economia, no ritmo de crescimento do emprego,

da massa de salários, o ritmo de investimentos é o mais alto, inclusive, comparado a... O ritmo de crescimento do PIB, trimestralmente, o senhor apresentou na memória, num dos trimestres de 2004, houve até um crescimento maior, mas o ritmo hoje está crescendo, de maneira sustentada e reforçada pelo ritmo de crescimento de investimentos, aí sim, o maior, o que constitui um indicador muito positivo de que a economia deve continuar crescendo, e até em melhor ritmo, e eu espero, inclusive, que possamos entrar na faixa de crescimento superior aos 6,7%, como, aliás, ontem, o Presidente Lula dizia que tem essa esperança, expectativa que compartilho.

Gostaria de fazer a sugestão que, em suas exposições, também traga sempre a evolução do coeficiente de Gini, de desigualdade, porque V.Exa. aqui ressaltou que 20 milhões de pessoas passaram das classes D e E para as classes superiores, C, e assim por diante, mas, inclusive, porque as pesquisas, do PNAD e do IBGE têm mostrado, nos últimos cinco anos, uma evolução muito positiva, gradual, mais consistente, da direção de o coeficiente de Gini diminuir, na direção de maior equidade e justiça, então, que possa também trazer porque é um quadro adicional também positivo que... Sobre o qual sempre precisaremos estar dando muita atenção.

No que diz respeito à preocupação relativa à ausência da CPMF, e como há uma votação que, inclusive, ontem foi objeto de grande polêmica entre a oposição e a base de Governo, agradeceria se puder nos informar e, certamente, a Senadora Kátia Abreu terá grande atenção para a sua resposta, porque houve um consenso relativamente a se retirar dos gastos em Educação, a DRU – Desvinculação das Receitas da União, mas há uma proposição que os Democratas e o PSDB estão considerando formular, e também fazer o mesmo para a área da Saúde. Então, surgiu uma grande polêmica, um impasse, eu acho que seria importante se pudesse nos informar para qual seria a sua análise em previsão de uma alternativa versus a outra.

E, finalmente, com respeito... A Senadora Kátia quer saber qual é a proposta da DRU, se vai só ser desvinculada da Educação ou também da área da Saúde, qual seria a consequência para as finanças públicas? E, finalmente, em que medida poderíamos estar aguardando o prosseguimento, ao longo de 2008, da tendência de diminuição da taxa de juros básica SELIC, em que medida, dado que as metas de inflação estão sendo cumpridas, poderíamos também prever uma maior diminuição da taxa de juros básica, SELIC, com que tipo de ritmo e se isso iria ajudar esta tendência de agora as exportações estarem crescendo em ritmo menor, ainda muito que positivamente, do que as

importações, mas quero saudar este ponto que V.Exa. nos trouxe, que o ritmo das exportações brasileiras, ainda que menor do que das importações, está crescendo bem mais rapidamente do que das exportações mundiais. Os meus cumprimentos pelo desempenho alcançado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Suplicy. Agora vamos passar a palavra para o mais assíduo, presente e ativo Parlamentar da oposição nessa Comissão, Senador Flexa Ribeiro, que esteve sempre muito ativo em todos os momentos do trabalho da Comissão de Assuntos Econômicos. Senador Flexa Ribeiro, com a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Muito obrigado, Presidente Aloizio Mercadante, isso é para equilibrar a provocação que V.Exa. fez ainda há pouco, a respeito dos dados que todos nós exultamos com ele. Sr. Ministro Henrique Meirelles, Srs. Diretores do Banco Central, Antero Meirelles e Mário Mesquita, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Eu quero dizer a V.Exa., Senador Aloizio Mercadante, já estou imbuído do espírito Natalino, e quero desejar a todos os nossos visitantes, aos nossos Senadores, Senadoras, ao quadro que assessorava a Comissão de Assuntos Econômicos, aos jornalistas que cobrem as Sessões da CAE, um Feliz Natal; Natal muito santo, abençoado por Deus, e um ano de 2008 de paz, saúde e de realizações pessoais e também para o nosso Brasil.

Eu, antes de fazer as perguntas, quero fazer aqui uma correção ao que foi dito pelo nobre Senador Delcídio Amaral. Ele iniciou as suas palavras, Presidente Aloizio Mercadante, dizendo que, me parece, se não me falha a memória, o Governo aprovou a aprovação da DRU. Eu quero chamar a atenção do Senador Mercadante que é necessário que o Governo tome providências urgentes com a sua base. E o Brasil precisa tomar conhecimento que, de forma patriótica e responsável, quem prorrogou a DRU foi a oposição; dos 65 votos que prorrogaram a DRU, somente 42 foram da base do Governo, o que nos leva à conclusão que a base do Governo está minguando. De uma semana para outra, já perdeu três Senadores. Na não continuidade da CPMF, a base do Governo teve 45 votos. Na prorrogação da DRU, teve 42 votos. Quer dizer, Senador Suplicy, V.Exa... O Senador Renato Casagrande diz que confia na oposição porque ele sabe que essa oposição que preparou o Brasil para essa situação de estabilidade que nós todos conquistamos, mas também não nos ponham nas costas essa responsabilidade por inteiro. É preciso mobilizar a base do Governo para que

a gente possa, juntos, construir esse país. E, mais do que isso, a oposição responsável...

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Senhor Flexa, vamos respeitar a premonição do Senador Casagrande. Ele falou na oposição, na confiança da oposição porque ele sabe que é para lá para onde ele vai. É só uma questão de mais dias, menos dias.

(risos).

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu espero que não só o Casagrande, mas grande parte desses 42 votos que ainda estão dando apoio à base do Governo, à base governista. Mas eu queria dizer...

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA) – V.Exa. até poderia aperfeiçoar a frase, dizendo que não só o Casagrande.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – V.Exa. quer vir também? É bem-vindo...

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA) – Não só o Casagrande, mas grande parte da Casa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Senador Edson Lobão, V.Exa. é muito bem-vindo ao retorno. V.Exa. tem que retornar. V.Exa., até pouco tempo atrás, era da oposição.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – A Presidência não quer interferir nas intervenções, mas vamos ver se a gente consegue aproveitar a presença...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Já vou, já, aos questionamentos. Só para concluir essa questão, que a prorrogação da DRU foi apoiada pelo PSDB, pelo DEM, pelos Senadores que... Mão Santa, Expedito Júnior, Romeu Tuma e César Borges, que votaram contra a prorrogação da CPMF pelos compromissos que o líder Romero Jucá assumiu com a oposição, não haver aumento de impostos, não haver remição de CPMF, fazer a reforma tributária e discutir os cortes, entre os outros. Então, é a demonstração de que nós estamos no processo construtivo, num processo de colaboração.

Mas, Ministro Meirelles, eu não canso de parabenizá-lo. Realmente o país, ele se encontra numa situação que todos nós temos que reconhecer, é uma construção que vem, há 15 anos, mais de 15 anos, estamos construindo o Brasil. Então, nós temos que reconhecer isso, porque nada que está acontecendo hoje poderia ser realidade se não houvesse os pilares da economia que nós temos certeza, com o Plano Real, que deu o equilíbrio da moeda, a questão da Lei de Responsabilidade Fiscal e outras, questão das privatizações, outras ações que foram feitas no Governo passado, continuados nesse Governo, e a política macroeconômica, que V.Exa. deu continuidade, com sua competência, colocou o país numa situação de

equilíbrio inflacionário, e de superávit fiscal, que todos nós reconhecemos.

Agora, nos preocupa, e aí a pergunta, Ministro, é que nós sabemos que, lamentavelmente também, nós crescemos menos do que os países emergentes, parceiros do Brasil. V.Exa. apresenta um gráfico, e estatística me preocupa muito também porque estatística, se você colocar uma pessoa com a cabeça no forno e o pé na geladeira, na média, ele sobrevive, quando a gente sabe que ele está morto, ele está morto. Então, V.Exa. diz aqui que, nas exportações de bens e serviços, o Brasil cresceu 132% contra uma média mundial de 41. Isso me parece e eu queria que V.Exa. fizesse um comparativo do crescimento das exportações brasileiras, em comparação ao crescimento das exportações dos países emergentes. Quanto cresceu a exportação da China? Quanto cresceu a exportação da Rússia? Com certeza absoluta... Da Índia... Com certeza absoluta, as informações que eu tenho, o Brasil cresceu muito aquém desses países, nas suas exportações. Existe uma bolha mundial de crescimento da economia, e nos preocupa que a gente não perca essa onda porque não é permanente, é cíclico, que a gente não perca essa onda para que também, mais adiante, nós não venhamos a nos... Ter uma culpa de não termos crescido na época que estavam os ventos favoráveis, e agora nós sabemos que existem nuvens cinzas, pelo menos, em nível da economia, isso o Senador Mercadante tem nos dito sempre.

Com relação... Uma outra pergunta, que preocupa principalmente meu estado, Estado do Pará, V.Exa. diz que a diversificação das exportações... V.Exa. não acha exagerado um terço das exportações brasileiras ser de produtos primários? Nós estamos portando empregos; o que nós temos visto é que as indústrias brasileiras estão saindo no Brasil e indo montar as suas plantas fora do Brasil, na China, em outros países, para, de lá, exportar para cá; daí o aumento da exportação, da importação em relação a exportações.

No mês de novembro, a balança comercial foi deficitária. Agora em novembro... Este ano de 2007, nós vamos fechar a balança comercial com 39 bilhões de superávit, quando já foi de 46. E há uma expectativa da CNI de que, em 2008, esse superávit chegue a 25 bilhões somente, em função do aumento da receita. Isso é uma preocupação que eu gostaria de ouvir a opinião de V.Exa. a respeito dessa questão.

E, por último, e por último, gostaria de ter uma visão sua com relação à reforma tributária que foi iniciada com a não prorrogação da CPMF. Se o Brasil está maduro, está maduro, para que possamos, e a CAE, na presidência do Senador Aloizio Mercadante, tem um papel importante, possamos efetivamente, como

foi o compromisso assumido pelo líder do Governo, em nome do Presidente, possamos fazer, logo no inicio da legislatura de 2008, possamos fazer a reforma tributária que a Nação espera há décadas; não é nosso Governo não, desde Governo passado, nós clamamos por uma reforma tributária que diminua a carga sobre a sociedade e aumente a competitividade, e aumente a receita dos entes federativos. Parabéns a V.Exa..

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao senhor Flexa Ribeiro. Senador Renato Casagrande com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Senador Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Henrique Meirelles, Sr. Mário Mesquita, Sr. Antero Meirelles, Srs. Senadores, Sras. Senadoras... Sr. Presidente Henrique Meirelles, os números e os dados apresentados por V.Exa. são, de fato, muito bons. Se o Presidente Lula aqui estivesse, todos nós saberíamos o que ele ia lhe dizer, que nunca na história desse país tivemos uma situação tão venturosa e tão boa...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Desde o tempo de Cabral.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– ...Como nós estamos tendo agora. Mas essa é a realidade. Há muito tempo, nós não temos uma convergência de dados tão positivos como nós temos na economia brasileira hoje, essa é a realidade. Então, eu acho que essa é uma construção de muita gente, mas o senhor tem uma responsabilidade protagonista e maior nesse processo, junto com a sua equipe, a equipe do Ministério da Fazenda, junto com o Presidente Lula. Então, também, final de ano, cabe um elogio e sabe um reconhecimento de que nós estamos levando a economia brasileira para um porto seguro, o que nós dá uma certa tranquilidade e com relação até a algumas crises médias que possam acontecer fora do nosso país e para enfrentarmos também dificuldades como essas que enfrentamos, enquanto Governo, na não aprovação da CPMF. Talvez, em outros momentos, a não aprovação da CPMF teria causado uma instabilidade maior na economia brasileira do que causou porque dá um sinal de fragilidade política e retira do orçamento 40 bilhões de reais. Mas os dados são tão positivos, que o impacto foi amortecido. E o meu primeiro questionamento se dá nessa direção. Nós tivemos a rejeição da CPMF; a população claramente deu uma demonstração, através do apoio que deu a oposição de não prorrogação da CPMF, de que rejeita efetivamente qualquer aumento de carga tributária. E aí, quando a oposição diz que este é um processo, o que nós conquistamos hoje na economia é um processo, e eu reconheço que é um processo; e eu não estou

achando que seja uma obra de um governo. É lógico que esse Governo teve a capacidade de manter uma ação efetiva na sua condução de política econômica e de aumentar investimentos nas aéreas sociais que, além de ter uma boa condução de política econômica, tem essa entrada, como o senhor disse aí, de 20 milhões de pessoas da classe D e E, para a classe C.

Então, o que tem de diferente neste Governo para o Governo passado eu acho que é isso, uma sensibilidade maior, efetivamente, para os problemas sociais, mas a condução da política econômica, de fato, é um processo. Mas nós temos, se é um processo, se é uma responsabilidade de todos, as coisas boas são de todos, as coisas ruins também tem que ser de todos. Então, a carga tributária que aumentou neste Governo, do Presidente Lula, já vem aumentando desde o primeiro ano do Governo Fernando Henrique Cardoso, em torno de 1% do PIB ao ano, mais ou menos em torno de 1% do PIB ao ano. Então, a carga tributária vem aumentando, chegando, aí, a esse patamar de 35, 36, 37% do PIB. E a população claramente deu demonstração de que não quer nenhum aumento de carga tributária, chegou a um limite. A bola da vez é a CPMF, que estava ali colocada, para ser votada. Se fosse IPI, seria IPI; se fosse qualquer outro tributo, seria qualquer outro tributo. É uma pena que foi a CPMF porque é um tributo fácil de arrecadar, é um tributo que tem uma destinação, uma destinação para programas importantes; deixamos de ter um financiamento da saúde, e eu acho que eu tenho duas perspectivas de a CPMF voltar: Ou um valor simbólico para controle de crime fiscais, que é fundamental, ou na recriação dela, numa discussão onde se abra mão de outros tributos para que não haja aumento de carga tributária.

Mas a minha pergunta se deve e se direciona com o seguinte objetivo: Essa decisão da CPMF pode atrasar a velocidade que o Brasil estava se dirigindo a graus de investimentos mais privilegiados? Pode ter alguma influência na confiança? Essa fragilidade que o Governo mostrou, nessa votação, pode nos impedir de chegar com maior velocidade a esse grau de investimento?

Uma outra questão, que eu acho que é importante, nós estamos debatendo aqui a questão da Venezuela no Mercosul; está na Câmara ainda. A Câmara não votou esse ano, votou na Comissão, não votou aqui. Vai vir para cá, deve votar na Câmara, vai vir para cá. Nós estamos debatendo. Então, a vertente da discussão política quer saber se a Venezuela tem democracia ou não tem. Mas tem uma vertente econômica, que é importante para nossas relações também. A Venezuela hoje responde, aproximadamente, por três e pouco, quatro bilhões de dólares de superávit na nossa balança

comercial; dentro dessa diversidade aqui a Venezuela tem um papel na América Latina importante. Com a briga da Venezuela com a Colômbia, isso tem de aumentar ainda mais a nossa relação comercial.

A posição econômica é fundamental para que a gente possa ter uma posição positiva. Eu seu defensor da entrada da Venezuela. Apesar de discordar de diversas posições do Presidente Hugo Chaves, sou defensor da entrada da Venezuela na Mercosul. Estou defendendo isso. V.Exa. acha que essa relação econômica com a Venezuela tem uma importância relativa e proporcional para o nosso país? Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MER-CADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Renato Casagrande. Senadora Kátia Abreu, depois, Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Eu cumprimento o Presidente do Banco Central e os seus diretores. Colegas Senadores e Senadoras. Presidente Henrique Meireles, eu sei que, apesar de o senhor ser um homem bastante ocupado, mas talvez, por notícias dadas dos seus assessores, talvez tenha a informação de que, durante a discussão da CPMF, por várias e, na maioria dos meus posicionamentos, eu tomei a liberdade de dizer que o senhor devia perder noites de sono com a política fiscal do Brasil, haja vista que a sua função, e o senhor tem cumprido ela bastante bem, que é conter a inflação, trabalhar com a sua política de contenção de inflação, e a minha impressão é que, do Banco Central, lá na altura do Banco Central, quando o senhor olhava para o Ministério da Fazenda, o senhor, à noite, perdia o sono por ver uma política fiscal totalmente oposta à política monetária que V.Exa. pratica tão bem.

Então, eu tomei essa liberdade, eu quero aqui antecipadamente perdoar as minhas desculpas se o senhor não perdia a noite de sono, mas perdia o dia, horas, analisando e coçando a sua cabeça desesperadamente por ver o Brasil apenas surfando na onda do crescimento. Quando vem uma onda, o surfista pega a sua prancha e vai na carona dessa onda praticar o seu esporte. E nós poderíamos, nessa onda de crescimento mundial, nós poderíamos estar fazendo a nossa parte, se a política fiscal estivesse acompanhando a política monetária, nós poderíamos, não só estar indo na carona dessa onda, mas nós poderíamos estar fazendo muito mais piruetas positivas e levando o Brasil a um patamar bem acima do que hoje está.

O grande problema do Governo é o Governo compara o Brasil de hoje com o Brasil de ontem. E, como disse o quando Flexa Ribeiro, desse ponto de vista, é óbvio, foi construída uma política fiscal e monetária para

que o Governo atual chegasse até aqui. E concordo ainda com o Flexa quando diz que uma das maiores vantagens desse Governo foi ter mantido a política monetária anterior, sob a batuta de V.Exa.. Então, nós estamos hoje com esses indicadores e nós não estamos ficando sem sono, os bons indicadores não nos tiram o sono, como o disse o Presidente Mercadante, agora há pouco. O PT insiste sempre na prerrogativa da defesa dos pobres e oprimidos da economia nacional, muito pelo contrário, ao finalizar com a CPMF, nós fizemos um grande favor ao Governo brasileiro e fizemos um grande bem à sociedade brasileira.

Quando nós comparamos Brasil de hoje com o Brasil de ontem, claro que os indicadores são extraordinários, mesmo porque tudo que foi feito e preparado foi para chegar a esses indicadores hoje e, aproveitando esse bom momento, foi que a oposição, com muita firmeza, trabalhou para a rude ação de carga tributária, finalizando com a CPMF. Nós jamais teríamos essa atitude se o Brasil estivesse num momento de crise.

Mas, Sr. Presidente, quando nós comparamos o Brasil de hoje com os nossos concorrentes, com os nossos competidores, com os países em desenvolvimento, a questão é desalentadora. Eu acho que quem fica sem sono, quando observa esses indicadores, são o Governo e a base do Governo.

Apenas para os Estados Unidos, do ano passado para cá, nós perdemos um bilhão de dólares em exportações para China. A nossa participação nas exportações para a União Européia está em torno, se eu não me engano, Sr. Presidente, de 0.7%, o que nós representamos nas importações na União Européia. Sendo que a China, que já representou menos de um, hoje representa, nas importações da União Européia, mais de 5% das exportações.

Então, eu sempre digo que um fabricante, um industrial, ele está sempre de olho no seu concorrente; o que é que ele está fazendo de bom que eu não estou fazendo para que eu possa não perder meu mercado e ampliá-lo? Então, a indústria que eu chamo de Brasil tem que ficar de olho na indústria China, na indústria Rússia, na indústria Índia, na indústria México, na indústria Chile, para que nós não possamos continuar perdendo os nossos mercados.

E eu não quero apenas responsabilizar a questão tributária; nós temos outros problemas gravíssimos, de logística, que o país não tem; uma malha rodoviária de péssima qualidade, apenas 10% do país com estradas asfaltadas, que não é responsabilidade apenas desse Governo, nós temos uma malha ferroviária que houve uma regressão, uma redução na malha ferroviária brasileira nos últimos 40 anos e hidrovia, que ninguém se fala nesse assunto. Nós temos, apenas no Centro-

Oeste brasileiro, para ocupar de toda a produção, nós temos o equivalente a três Mississippis, que estão sendo abortados pela construção de hidroelétricas, sem a construção declusas.

Mas não podemos também deixar de atribuir essa falta competitividade à questão da carga tributária. Quando nós observamos a questão da China, principalmente, e do próprio Chile, em menor patamar, nós estamos vendo esses dois países, esses dois países num círculo virtuoso, num círculo virtuoso de redução de gastos públicos, de uma baixa inflação, de uma poupança elevadíssima, que leva a um investimento elevado, que leva ao crescimento do PIB e que leva à geração de empregos.

A China, não dá nem para comparar com o Brasil, que chega a ser até brincadeira. Mas, com o Chile; o Chile tem apenas 2% a mais de poupança do que o Brasil, 2% a mais, nos dados de 2005, tem uma poupança a mais apenas dois pontos percentuais e, no entanto, teve um crescimento do PIB quase três maiores do que o Brasil. Então, é muito triste para nós vermos esses países crescendo mais do que o Brasil e o Governo brasileiro se conformando em comemorar um Brasil de hoje com um Brasil de ontem, evitando olhar para frente. Então, é bastante triste essa condição e essa situação.

Agora, Sr. Presidente, eu gostaria de lhe fazer uma pergunta bastante específica. No relatório de novembro do FMI para a América Latina, o FMI, como sempre, também não deixa de... É um órgão técnico, mas também político, vem elogiando as questões, os indicadores da América Latina. É um relatório denso, mas eu tive a preocupação e o desejo de me aprofundar nele. Entre tantos elogios, do relatório do FMI de novembro para a América Latina, o FMI vem dando um puxão de orelha nas países da América Latina, especialmente um recado muito forte ao Brasil, com relação ao aumento de gastos públicos.

Então, Sr. Presidente, é uma unanimidade mundial, é unanimidade entre os economicistas do país, é unanimidade entre os tributaristas do país, os empresários do país, aqui nessa Casa, os Senadores mesmo que votaram a favor da CPMF, nunca vi nenhum Senador dessa Casa dizer que os gastos públicos não tenham que ser reduzidos. É uma unanimidade nacional e mundial, quando eu passo para a FMI, com todas as recomendações. Eu não sei se V.Exa. teve a oportunidade de ler o livro de Alan Greenspan, que é um livro extraordinário, e que também aponta essa questão da América Latina como uma política econômica populista, que é o que caracteriza hoje as economias da América Latina; infelizmente, é a tendência de uma política populista. Aonde a palavra PIB e produtividade

não existem, segundo palavras de Alan Greenspan. Não existe a palavra PIB e produtividade, apenas a seguimentação de classes, rico contra pobre, pobre contra rico. Tirar de um para dar para outro. Penalizar os talentos, penalizar o crescimento, penalizar o empresário que está crescendo, mas está gerando emprego. Então, é uma política que me preocupa e entristece muito, que não é só característica brasileira, mas de toda a América Latina.

Mas Alan Greenspan ainda diz que o Brasil tem concerto, que o Plano Real foi um sinal claríssimo de que poderia ter sido dado um basta e um freio nessa política populista, que foi um grande exemplo foi a implantação do Plano Real no Brasil. Então, que nós temos essa esperança, que o Brasil é capaz de reverter essa característica, e essa continuidade dessa política econômica péssima para os países.

Então, Sr. Presidente, eu queria lhe fazer uma pergunta, como disse agora há pouco, bastante específica. É nítida hoje a preocupação dos analistas e dos mercados com relação ao aumento da inflação. Quando V.Exa., o Conselho Monetário congelou a queda da taxa de juros, eu sei que o senhor deve ter sofrido muito pressão. Mas sou uma pessoa leiga, não sou economista, mas eu entendo e aplaudo o que V.Exa. fez. Foi o único instrumento que V.Exa. teve para conter o oposto da política fiscal brasileira. O senhor não tinha outra alternativa a não ser, de forma ruim para o Brasil, congelar a queda dessa taxa de juros. Foi a única forma que V.Exa. encontrou para dar uma retida nesse aumento da inflação. Se eu estiver errada e devo estar...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senadora, eu só queria pedir, se pudesse concluir, porque vários Senadores querem participar, o Oscar Niemeyer... Inclusive, eu sou o autor da Sessão de homenagem, vai entrar agora para fazer uma intervenção aos Senadores no Plenário...

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Eu tenho certeza, Presidente, que eu não ocupei nem metade do tempo que os outros demais colegas utilizaram. Mas eu estou chegando ao fim da minha pergunta, e estou especificamente nela. Eu não estou querendo lhe tirar o sono, e quero que o senhor vá lá assistir à homenagem ao Oscar Niemeyer.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de saber o que V.Exa., quais as providências que V.Exa. vai tomar, além desse congelamento da taxa de juros, que foi péssimo para o país, mas que o senhor não teve outra alternativa, qual é a outra providência que o Banco Central vai tomar para conter essa pressão inflacionária, que todos nós sabemos, no país, que essa expansão, que a expansão dos gastos públicos é que

está pressionando a demanda além da capacidade da produção do país.

Então, o senhor manda fechar a mão para conter a inflação. A política fiscal do Sr. Guido Mantega manda abrir. Então, eu tenho certeza que a confusão está instalada. Qual é a providência que V.Exa. pretende tomar com relação a essa situação, haja vista que não existe, por parte da chefe da política fiscal, o Ministro Mantega, o desejo de finalizar com a expansão dos gastos públicos. A capacidade da produção não vai atender a essa expansão e a essa demanda. Então, eu gostaria que especificamente V.Exa. me respondesse a essa pergunta, muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Senador Antônio Carlos Valadares com a palavra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central...

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Apesar de V.Exa. está desde início da Audiência, ele se inscreveu antes.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Não, mas, aí, eu... Mas, por favor, pelo direito, é V.Exa., não é porque V.Exa. vai ser Ministro não, é porque V.Exa. merece.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – V.Exa. está sentido que está havendo uma mudança de tratamento em relação a V.Exa..

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA) – Positivo, não é? Altamente positivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – altamente positiva, mas V.Exa. depois vai ver o número de audiências que o Senador Antônio Carlos Valadares vai encaminhar ao Ministério de Minas e Energia.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sempre houve harmonia entre nós dois; fomos governadores praticamente na mesma época.

SENADOR EDISON LOBÃO (PMDB-MA) – Sr. Presidente, Aloizio Mercadante, Sr. Presidente Meirelles, Srs. Diretores Mário Mesquita e Meirelles. Sr. Presidente, eu não posso deixar exaltar a iniciativa de V.Exa. com a criação dessa Audiência com a diretoria do Banco Central com regularidade. Isto nos tem dado oportunidade para um relato como este que acabamos de ouvir, do Presidente do Banco Central. Não se governa em estado de pessimismo, eu não exalto o otimismo irresponsável. O otimismo irresponsável é querer viver num colchão de facilidades, de conforto, inexistentes, químérico; não é o caso da política econômica do Governo e da ação do Banco Central durante todo esse tempo. A política de juros do Governo foi duramente

criticada por muito tempo, inclusive, dentro do próprio Governo. Hoje verifica-se que ela estava correta, ela estava correta. Nós estamos paulatinamente avançando na economia. Eu não desejo me alongar, quero apenas que o Presidente do Banco Central, peço isso a S.Exa., esclareça a sua manifestação, o seu ponto de vista quanto ao ingresso de capitais; o ingresso de capitais externo, nós todos sabemos, que foi altamente benéfico, mas S. Exa. acha que já não é tanto. Ou... Aa minha pergunta é a seguinte: Não é tão benéfico ou já não é benéfico o ingresso de capital, nesse momento? Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Edson Lobão pela objetividade. Senador Antônio Carlos Valadares.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente do Banco Central, Henrique Meireles, nós temos a absoluta certeza de que o Brasil está atravessando um momento especial na sua vida econômica e monetária. O Governo dirige com responsabilidade a Administração Pública, o governo mantém a inflação em nível baixo, porque a inflação é o pior imposto, age contra a população mais pobre; os preços dos produtos alimentícios sofrem o impacto da inflação, e o Banco Central, com mão de ferro, tem segurado a inflação, esse imposto tão danoso à nossa sociedade. E, por esta razão que o Brasil hoje é visto mundialmente. E o Banco Mundial já divulgou os resultados de estudos feitos recentemente, onde o Brasil desponta como a sexta economia do mundo. E, em termos de valorização do poder de compra, se rivaliza, por exemplo, com o Reino Unido. Isso, na história do nosso país, é raro. Não sei se algum tempo da nossa história econômica aconteceu anteriormente. Deve ser visto, como disse o Senador Edson Lobão, com muito otimismo. Afinal, o Brasil está vivendo um momento edificante da sua história economia. Se há falhas, a falhas ocorrem por uma estrutura herdada, de anos e anos a fio, de uma inflação continuada, de irresponsabilidade fiscal, tudo que o Governo está consertando. E, consertando, levando a bom termo os investimentos, o crédito do Brasil lá fora, o risco do país diminuindo, reduzindo substancialmente. O crédito, inclusive, para as classes menos aquinhoadas, funcionários públicos, não é? Aposentados... Quem já viu tanto crédito como se a obtém hoje junto aos bancos, não só oficiais quanto também particulares, fazendo com que se aumente a geração de emprego, quer dizer, a intermediação no comércio, enfim, as facilidades para a melhoria da nossa economia, as conquistas de um país democrático.

Mas, Sr. Presidente, eu acho que a queda a CPMF, aqui falou o nosso líder do PSB, o Senador Ca-

sagrande, a meu ver não é o fim porque nós temos um país com a economia organizada. Logicamente, que a derrubada de 40 bilhões de um dia para o outro, não é fácil recompor essa receita, considero que não é fácil, mas, como dizia o velho Churchill, naqueles momentos dramáticos da Segunda Guerra Mundial, quando o poderio nazista invadiu a Europa, derrubou a França, estava vencendo céus, inclusive, contra os aviões britânicos, o que é que ele falou? "Isso não é o fim, nem sequer o começo do fim. Talvez seja o fim do começo". Quem sabe nós estaremos mergulhando numa nova era, onde surgirá a gente oportunidade histórica de fazermos uma reforma tributária consequente, justa, que seja aplaudida pelo povo brasileiro.

E eu quero enaltecer o trabalho de V.Exa., que agüentou firme as prisões. Não é fácil dirigir um Banco Central, principalmente o Banco Central do Brasil; uma comunidade que acostumou-se a viver no colchão da inflação. E através do... Inclusive, da remarcação de preços, como já houve aqui no nosso país. Mas tem aqui uma crítica que eu acho que V.Exa. tinha que explicar ao Senado, para que ela não fique em branco, eu leio aqui no "Correio da Cidadania": "O novo Presidente do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada, Márcio Pochmann, tão perseguido pela mídia hegemônica por sua postura independente, é atualmente um dos principais críticos dos efeitos destrutivos da política monetária. Na mesma toada, o Diretor de Estudos Macroeconômicos do IPEA, João Sicsú, afirmou, logo na sua posse, em outubro, que a taxa de juros é criminosa porque eleva a dívida pública e trava o crescimento do Brasil. De cara, ele apresentou uma proposta concreta: "Acho que poderia haver uma regra para limitar quando o Governo pode gastar na rubrica de despesa de juros. O Governo gastou, entre 2003 e 2006, segundo ele, cerca de 600 bilhões reais. Essa despesa não gera empregos, nem bem estar social". É a pergunta que eu faço a V.Exa.: Está certo o técnico do IPEA, com esta afirmação? O que tem a V.Exa. a se contrapor a essa afirmação a que eu me refiro neste momento? Agradeço a V.Exa. a essa participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Antônio Carlos Valadares. E gostaria apenas, para concluir, Presidente, lembrar, essa a nossa última Reunião. Nós tivemos 53 reuniões realizadas pela Comissão. Tivemos 11 Audiências Públicas, oito reuniões técnicas, uma delas, inclusive, tratando o problema das tarifas bancárias, o que foi muito oportuno. Porque o Conselho Monetário Nacional já estabeleceu algumas regras básicas. V.Exa., depois, se for possível, poderia comentar a expectativa em relação às tarifas bancárias.

Nós aprovamos 14 Projetos da Câmara dos Deputados, 42 Projetos de Senadores e quatro Projetos de resolução do Senado. Entre esses Projetos, é o total, aprovamos 170 proposições, rejeitamos 24, duas foram prejudicadas, apreciamos 196 matérias que foram a voto nessa Comissão. Fizemos também sabatina de vários membros, inclusive, do Banco Central, os que aqui estão. E queria dizer que algumas matérias que nós votamos, como a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, desoneração do setor de bens de capital, dos setores, o RECIN(F), que vários programas que nós ajudamos a construir, entre essas construções importantes da Comissão de Assuntos Econômicos, está também essa resolução e nós temos audiências trimestrais. Eu acho que foi uma grande conquista da democracia brasileira esse procedimento. Essas audiências tem permitido uma exposição ampla do Banco Central, isso vai ajudando a formar convicção, esclarecer e convergência no pensamento econômico do Senado. E o papel do Senado, que é quem aprova as autoridades do Banco Central, de ter mais atenção à política monetária e ao desempenho do Banco Central.

Eu queria concluir essa nossa única... Última Sessão, dizendo que eu acompanho atentamente a economia brasileira há pelo menos 35 anos. E, se a gente olhar a história econômica do Brasil nesse pós-guerra, são raríssimos os momentos que nós encontramos essas características combinadas. Primeiro, uma estabilidade já duradoura. Quer dizer, nós estamos com uma estabilidade da economia, enfrentamos fortes turbulências externas, mas o país hoje tem moeda, tem medida do valor e tem uma estabilidade. A inflação brasileira está abaixo da inflação mundial já há algum tempo. E está dentro da meta, não só neste ano, mas, ao contrário de algumas previsões aqui, a projeção do mercado para o ano que vem também é abaixo da inflação da meta programada.

Segundo a característica, um crescimento que há muito tempo a gente não via. Quer dizer, um crescimento de 4,4%, nos últimos cinco anos, mais de 5% esse ano, é um crescimento consistente, com perspectiva de sustentabilidade, que é o mais importante, não é uma bolha. Quer dizer, nós estamos ouvindo essa conversa de vôo de galinha, de bolha já, há quatro, cinco anos, não é; não é porque a formação bruta de capital fixa, a formação de capacidade produtiva está crescendo muito além do crescimento do PIB, o que demonstra sustentabilidade nesse processo. Portanto, estabilidade e crescimento. Tivemos momentos de crescimento bem acima do que nós temos hoje? Tivemos, mas nem sempre com estabilidade econômica.

Terceiro, que eu acho que é uma grande novidade, crescimento com distribuição de renda. As políticas

sociais de inclusão social, a recuperação do salário mínimo, o Bolsa Família, a massa salarial está aí de novo, cresceu 6,4%, as categorias estão tendo reajustes muito acima da inflação; o emprego esse ano está batendo recorde histórico de crescimento de emprego formal; carteira de trabalho registrada, massa salarial, e essa inclusão social... Os dados que a ONU promulgou do Brasil com o alto índice de desenvolvimento humano são os dados de 2005; os dados de 2007 são muito mais consistentes que 2005 e nós vamos ter posição muito melhor, em termos de coeficiente de Gini, em termos de criar um mercado de consumo de massas, que é uma das razões da nossa estabilidade, que vão esses 20 milhões de pessoas, que estão acessando o mercado de consumo e estavam fora até então.

E, finalmente, a democracia plena porque nós tivemos momentos da ditadura que o país crescia com estabilidade sem distribuição de renda. Mas não tinha democracia, nós temos um amplo Estado de Direito, Congresso funcionando, liberdade de imprensa. Então, eu acho que é um momento muito excepcional, muito favorável. O que é... Em alguns aprimoramentos funcionais são absolutamente decisivos, Presidente. O país não pode perder a responsabilidade fiscal, quer dizer, a trajetória de queda na relação dívida/PIB não pode ficar comprometida. O superávit primário é absolutamente essencial para que isso seja feito. E nós estamos aprovando algumas matérias, como controle da folha do pagamento, folha de pagamento mais 2,5%, aprimoramento dos mecanismos de controle da receita, que eu acho que são muito importantes.

E eu tenho certeza que, no início da próxima Legislatura, nós vamos encontrar uma solução, no debate da reforma tributária, de retomar instrumentos fiscais que são... E tributários, que são indispensáveis ao país. Um deles, seguramente, é a CPMF. Talvez, com uma alíquota menor, com a receita totalmente vinculada à Saúde Pública, compensando com outros impostos. E eu tenho certeza que nós não podemos perder por uma característica fundamental: Não é só que no destino ela era excepcionalmente distributivista, mas, sobretudo porque, de 2001 para cá, quando a receita passou a usar a CPMF para combater a sonegação e a evasão fiscal, foram lançados mais de 19.000 autuações, no valor de 43,6 bilhões de reais. Esse instrumento de tributar a economia formal e de poder combater a sonegação, esse papel fiscalizatório da CPMF, eu tenho certeza que o Congresso saberá reconsiderar no debate de uma verdadeira reforma tributária.

Então, eu acho que nós terminamos muito bem o ano. E o com essa, eu diria, importante Audiência Pública, onde o Presidente do Banco Central pode apresentar todos os dados, mostrando a consistência

das contas externas, das contas públicas, do aumento do crédito, o aumento da massa salarial, do aumento do crescimento do PIB. Eu acho que é um excelente momento e a nossa Comissão tem se esforçado bastante para contribuir para a construção desse Brasil. Então, eu queria agradecer a toda a diretoria.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Pois não, Senador Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– V.Exa. fez um diagnóstico tão brilhante do momento econômico que nós vivemos, que eu só tenho apenas um pequeno senão, quer dizer, quer dizer, na verdade um grande senão para acrescentar. Nós ainda não fomos criativos o suficiente para inverter a seguinte situação: Como usamos um instrumento de política monetária, altas taxas de juros para conter a nossa inflação, isso é fato, geramos, no nosso país, uma estrutura macro de poder; concentrarmos riqueza e renda na mão de cada vez menos brasileiros, temos uma distribuição, mas ainda muito pequena diante da regressividade(F) da nossa carga tributária. E isso se manifesta com índices de violência anômicos nas nossas grandes cidades. Isso ainda, Senador Mercadante, nós não conseguimos vencer, e eu acho que seria como dizem os ingleses, *cherry on the top* para que a gente pudesse realmente estar convencidos, nós todos estarmos convencidos de que avançamos num país menos desigual, mais solidário, e numa distribuição mais acelerada, diante desses problemas sociais que enfrentamos hoje. Imagina, no Rio de Janeiro, no ano passado, tinham 311.000 crimes; esse ano vamos fechar com 330. Só roubo de automóveis, 60 mil. Isso não vem de agora, vem crescente. Mas eu acho que, na raiz de todos esses, eu diria, dessas ignomias que atormentam o cotidiano dos brasileiros, poluição, corrupção, racismo, mistificação, desemprego, miséria, aí está essa brutal desigualdade, essa concentração de poder e renda que, aliás, eu não sei se você soube, mas eu li que 25% dos títulos da dívida pública pertencem a 15.000 famílias brasileiras, o que é um dado assustador e preocupante no Brasil, que concentra e continua concentrando riqueza e renda.

É a minha preocupação, Sr. Presidente. Mas a V.Exa. faz um discurso aqui extraordinário e brilhante, e que tem todos os motivos e razões para nos dar, eu diria, essa alegria e terminarmos de maneira efusiva os trabalhos dessa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOIZIO MERCADANTE (PT-SP) – Agradeço ao Senador Crivella e, para concluir o nosso ano, o Presidente Henrique Meireles, com a palavra.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Muito obrigado, Presidente. É realmente um momento extremamente positivo e favorável da economia brasileira. E, portanto, eu acho que o que se torna ainda mais importante é chegarmos às conclusões corretas sobre as razões disso para que possamos solidificar essa trajetória.

Em primeiro lugar, a pergunta do Senador Delcídio Amaral, em relação ao cenário internacional. Eu vou usar os dados do FMI, aonde ele, o FMI tem uma projeção, para 2008, de uma queda, no crescimento mundial, de cerca, um pouquinho menos, cerca de 0,4 do crescimento mundial. Isso, tendo, sendo consequência direta exatamente da prevista desaceleração da economia americana.

A sua segunda pergunta, Senador, foi... S. Exa. queria saber exatamente qual seria um quadro positivo e o quadro negativo nesse cenário. O quadro positivo é um quadro onde a economia americana está desacelerada, desacelerando-se, mas algo que não altere muito esse cenário, que nós vamos chamar de cenário base, que é esse cenário traçado pelo FMI, um crescimento menor na economia mundial, de cerca de 0,4%. Com economia americana tendo um crescimento, no ano, aí, entre 1,5 e um pouco acima de 2% e com ou um crescimento menor no primeiro semestre. Qual é o cenário negativo? O cenário negativo é que a crise de crédito nos Estados Unidos se aprofunde de tal maneira, que leve, de fato, a uma diminuição na oferta de crédito e um aumento no custo de crédito que possa impactar o consumo e o investimento dos Estados Unidos, e os Estados Unidos possa, de fato, ter uma recessão.

Nós não temos, nós não fazemos, no Banco Central do Brasil, previsões sobre possibilidades de recessão ou não em outro países; como nenhum Banco Central trabalha necessariamente com a divulgação de previsão sobre outros países. Analistas, ex-autoridades americanas, mercado americano, economistas americanos imputam uma probabilidade de haver uma recessão nos Estados Unidos, que oscila, aí, eu tenho visto números oscilando entre 30 a 50% de possibilidade de haver uma recessão americana. Em havendo uma recessão americana, a questão é saber a dimensão dessa recessão e, portanto, quando disso vai impactar a economia mundial.

Não há dúvida de que uma economia do tamanho da americana, ela impactará a economia mundial, independentemente de qualquer coisa, na medida em que a economia americana é grande importadora e, portanto, vai diminuir demanda por exportação, de um lado, americana e, por outro, por exportações de outros países para lá. E, em segundo lugar, é um grande

mercado de capitais e, portanto, uma turbulência nos Estados Unidos leva um aumento ao ver a risco, que significa um aumento do custo capital, em última análise, para o mundo todo.

Em dito isso, não há dúvida que hoje o mundo é muito menos dependente da economia americana, apesar da sua ainda muito grande importância, por quê? Porque hoje aproximadamente, por exemplo, metade do crescimento do mundo hoje já vem da Ásia. Apesar de que a base do crescimento é muito menor, mas as taxas são muito maiores, do total de crescimento, do aumento da produção, cerca de metade disso é vindo da Ásia.

Segundo lugar, existe já hoje maior margem de aumento do consumo interno desses países na Ásia. Existem alguns países que já têm um aumento importante de consumo interno, principalmente os menores, tipo Malásia, por exemplo, os outros... Singapura, já têm um aumento importante de consumo doméstico. E a China tem grandes possibilidades de aumentar o consumo doméstico hoje; já está aumentando e tem possibilidade de continuar a aumentar.

Portanto, a hipótese de haver, portanto, uma recessão americana, apesar de séria, ela não tem o nível de gravidade que já teve no passado, número um. Número dois, precisa saber, precisamos averiguar qual é a dimensão dessa queda. Eu tenho visto diversa medidas de impacto sobre a economia brasileira, mas em todas elas é a uma fração, digamos, a cada queda de 1% no crescimento americano, uma fração disso, em última análise, através desses mecanismos de transmissão que eu descrevi, principalmente a queda da importação americana, e através, portanto, da queda de determinados preços, também, além de diminuição de quantidade, e da questão do aumento da taxa de juros, isso é o que pode impactar indiretamente ou diretamente ao Brasil.

Mas, em dito isso, o Brasil também, mais ainda do que os demais emergentes, está hoje muito melhor preparado para isso do que esteve no passado. Primeiro lugar, aqueles quadros que eu mostrei, o Brasil hoje é menos dependente da exportação para os Estados Unidos, apesar de que indiretamente pode ser afetado. O Brasil hoje tem um crescimento muito ancorado e liderado pela demanda doméstica, como também mostrei, pelo crescimento da renda, pelo crescimento do emprego, pelo crescimento do crédito. E em função disso, nós temos hoje de novo, menos dependência, inclusive, da demanda externa para o nosso crescimento.

Além disso, temos nível de reservas extremamente favorável, o que nos permite, portanto, absorver as mudanças de humor do mercado internacional.

E mostrei também a chamada descolagem do Risco Brasil, portanto, que o custo de capital para o Brasil é do aumento dessa aversão de risco do mercado internacional.

Em resumo, a recessão nos Estados Unidos e qualquer país não é boa para ninguém. Esperamos que isso não aconteça, no entanto, em acontecendo, o Brasil hoje está muito melhor preparado e o próprio mundo também. Isso aqui, no fundo, é o dado de maior importância.

Em relação à pergunta do Senador Suplicy, o Senador pergunta sobre a questão da eventual vinculação de Receitas públicas para a Educação e Saúde, através da questão do DRU etc. e as consequências disso para finanças públicas e possivelmente para a tendência da taxa SELIC. Existe uma série de perguntas que, de uma forma ou de outra, envolvem essa questão de CPMF, a questão do impacto das contas públicas, a questão do impacto disso da política monetária e etc. Eu vou responder de uma maneira global este assunto. O que eu diria é o seguinte, o Banco Central quando analisa, nas suas Reuniões de Comitê Política Monetária, a conjuntura econômica, o Banco Central leva em conta uma série muito grande de fatores, aqueles fatores que são expansionistas, aqueles fatores que são contracionistas da economia ou aumenta a capacidade de produção, a questão externa, a contribuição externa e tudo isso. E o Banco Central, levando tudo isso, ele faz uma projeção propectiva de inflação, qual é a projeção futura da inflação? E, a partir daí toma as suas decisões de política monetária.

Em resumo, não é necessariamente um ou, outro fator especificamente que vincula; às vezes, nós temos fatores que podem estar caminhando em direções diferentes. E o Banco Central tem que fazer uma avaliação desse conjunto de fatores para avaliar a sua prospectiva futura de inflação, que é o que faz e que descreve, nos seus documentos, a Ata, do Relatório de inflação etc.

Em relação à questão específica do efeito fiscal na política monetária, existem vários efeitos disso, não todos diretamente mensuráveis de uma forma precisa, mas o que é um dado da maior importância, claramente, é a questão do superávit primário, em última análise, e da evolução da relação dívida pública sobre produto. Portanto, esses, sim, são aspectos que têm uma maior correlação, apesar de que as correlações de novo não são tão precisas como com os fatores, mas existe, claramente, evidentemente, uma correlação.

Portanto, não há dúvida de que a manutenção de uma trajetória cadente da relação dívida/produto e uma manutenção, portanto, do superávit primário nas

metas fixadas atualmente é dado de importância para a política monetária do futuro.

Em dito isso, evidentemente em toda a sociedade democrática, cada órgão Governamental tem a sua função social, sua responsabilidade. E evidentemente não compete ao Banco Central opinar sobre decisões da sociedade através do congresso, alocar receitas, alocar despesas, alocar receita aqui, despesa ali, ou se nós devemos fazer um tipo de montagem diferente da relação de receita/despesas do Governo. Isso sob decisões, evidentemente, da sociedade. O que o Banco Central deve e pode dizer é exatamente o que nós acabamos de dizer. É importante, do ponto de vista da política monetária que, independentemente da montagem feita, do acordo feito entre o executivo e legislativo, é importante, do ponto de vista da política monetária que a relação dívida pública sobre produto continue cadente e que a metas de superávit primário sejam mantidas e cumpridas. Em dito isso, tem mais alguns pontos específicos que eu vou voltar ainda isso.

A pergunta, passando agora à pergunta do Senador Flexa Ribeiro, a comparação com a China e a questão, particularmente, no que diz respeito às exportações, Senador. Em primeiro lugar, muito obrigado pelas palavras positivas em relação à atuação do Banco Central, tal qual outras menções positivas de outros Senadores. Mas eu gostaria de dizer o seguinte: é importante que nós tenhamos um diagnóstico preciso e correto, não só da evolução da economia do Brasil como de outros países. E é algo que precisa ser olhado com muito cuidado a evolução e o crescimento chinês, e as lições que nós podemos tirar para o Brasil. Existem algumas lições que são mais ou menos claras, não é? O ritmo de trabalho muito intenso do povo chinês, o que se chama "a ética do trabalho da população", todo um tipo de política voltadas ao desenvolvimento e ao crescimento exato. Tudo isso é muito importante. Mas é importante também mencionar o seguinte: Que é o normal, na economia mundial, nós termos alguns momentos, alguns ciclos de alto crescimento de alguns países. E as economias asiáticas têm passado por isso; se nós olharmos o Japão, na década de 80, por exemplo, principalmente, um pouco antes, um pouco depois, olharmos a economia da Coréia, existe uma fase de crescimento muito elevado que é aquela fase onde grandes parcelas de mão-de-obra que estavam na agricultura, numa agricultura de mão-de-obra e de baixa tecnologia e baixa produtividade, no momento em que grandes massas de população, portanto, mão-de-obra barata, são incorporados no mercado de trabalho formal e principalmente no mercado industrial e de serviços. E é importante, portanto, mencionar que o Japão viveu essa fase e teve um período muito longo

de crescimento muito elevado. Posteriormente, quando se esgotou essa fase, não é? O Japão passa a ter um crescimento médio muito menor.

No caso da Coréia, menos pronunciado, mas também podemos ver claramente esse (ininteligível). E a China claramente está no meio desse processo. Quer dizer, a China está incorporando cerca de 20 a 30 milhões de pessoas por ano no mercado de trabalho. E isso lhe dá uma grande fonte de mão-de-obra barata. O Brasil passou por esse período de 1900 a 1970. Portanto, o Brasil, durante um longo período, teve taxas de crescimento elevadas, com várias políticas econômicas diferentes e fundamentalmente porque era um período de urbanização na sociedade brasileira.

Um dado importante da China é a alta poupança nacional. A China, ao contrário do Chile, por exemplo, mencionado por S. Exa., mas a China tem uma taxa de poupança nacional de cerca de 47% do produto, que isso é conseguido de diversas maneiras; a China tem uma estrutura com direitos trabalhistas muito pequenos, uma previdência social muito pequena e, em consequência, uma poupança privada e pública muito grande. E uma propensão marginal à poupança da população também muito grande e do próprio Governo. E, em consequência disto, a capacidade de investimento da China é muito grande, quer dizer, ela tem 47% do produto como poupança nacional; é um número impressionante

Então, se nós somarmos a grande disponibilidade de mão-de-obra barata de um lado e, de um outro lado, a grande disponibilidade de capital para investir por um alto nível de poupança nacional, com um grande sacrifício da população, nós temos uma capacidade de crescimento mais elevada do que qualquer outro país no momento, como o Japão já teve no passado, como o próprio Brasil já teve alguns momentos no início do século passado.

Portanto, nós precisamos tomar cuidado de não chegar a conclusões erradas desse processo e cometermos erros de política macroeconômica, tentando acompanhar países que estão vivendo um momento estrutural diferente, isto é, se nós compararmos o Brasil com outros países que têm a economia, digamos assim, uma estrutura econômica similar, o México, de uma certa maneira, alguns países asiáticos mais amadurecidos, a própria Coréia, pelo crescimento superior ao México, e outros países, nós vamos ver que o crescimento brasileiro, principalmente nessa faixa que o mercado está prevendo hoje, de cerca de 5%, é um crescimento altamente favorável, positivo e realmente muitos analistas internacionais acham impressionante, não esperavam que o Brasil pudesse, com

as suas condições, estar nesse momento, crescendo nessas taxas.

Nós precisamos separar também de um outro grupo de países; são aqueles países pequenos, que são grandes exportadores commodities, e aí existem alguns vizinhos nossos, nesse período, por quê? Porque países que são grandes exportadores de commodities e que têm grande parcela da sua produção vinculada às commodities, o Senador mencionou, que no Brasil nós temos 30% das exportações, que são produtos primários, mas isso é uma percentagem muito menor, incomparavelmente menor do que vários desses países pequenos, principalmente, que são grandes exportadores de commodities; o Brasil já teve essa fase, já houve períodos da nossa história, onde o café representava 80% das exportações.

Então, nesse momento, o senhor imagine o Brasil, em alguns momentos do início do século passado, o café representando 80% das nossas importações, que havia momentos que havia um alto aumento do preço do café. O nosso produto crescia a taxas extravagantes, não é? Porque é normal. Então, é a mesma coisa que acontece em países que tem uma alta dependência de um ou dois ou três commodities, quando essas commodities sobem muito, evidentemente que a produção desse país sobe muito porque a influência dessas poucas commodities nesse país é muito grande.

Portanto, nós temos que comparar o Brasil com países que têm uma estrutura de produção, mais amadurecida, mais complexa. E, se nós compararmos com esse tipo de país, nós vamos ver o que Brasil está acima da média, bastante acima da media a essa altura, está crescendo a taxas superiores a esses países, mesmo países de economia extremamente dinâmica; o próprio Estados Unidos é um país de economia muito dinâmica, já com uma economia bastante amadurecida evidentemente, sem grande margem de crescimento de mão-de-obra interna, na medida em que é um país desenvolvido há muitos anos, com uma política mais flexível de imigração, comparado com outros países da Europa, por exemplo, e, portanto, tem um dinamismo maior e uma economia muito dinâmica, mas de novo cresce a taxas hoje substancialmente inferiores ao Brasil e uma série de outros países também.

Em resumo, o Brasil, nesse aspecto, está tendo um desenvolvimento extremamente favorável e positivo, está na direção correta, na sua estabilização da economia e no seu crescimento com base sustentada, quer dizer, não tentando dar um passo maior do que as pernas e criar desequilíbrios que possam gerar crises num momento seguinte; é muito importante que nós enfrentemos a realidade.

O Senador coloca um ponto da maior importância, que é a pergunta, na realidade inversa, muito bem, mas, nesses termos, não seria muito alto o percentual de 30% da exportação de commodities, apesar de que muito mais baixo do que alguns dos países que estão crescendo a taxas superiores, aí, na região, acima não é, ainda assim, muito alto? Eu diria que para um país com a dimensão do Brasil e com o potencial agrícola e de expansão territorial do Brasil, a minha resposta, eu ousaria dizer que não, Senador, porque um país que fez um investimento que o Brasil fez, durante as últimas décadas, de melhora do investimento tecnológico e da produtividade da agricultura, toda essa incorporação dos cerrados do Centro-Oeste e também agora do Norte, parte do Nordeste, na produção, resultado de tecnologia, resultado de investimento humano e tudo isso, quer dizer, então, todo esse vasto investimento que o Brasil fez na expansão da sua fronteira agrícola, no aumento da sua produtividade agrícola, é inevitável, de uma certa maneira, e positivo de que o Brasil colha os frutos disso, numa maior capacidade exportadora de produto agrícola e, portanto, de commodities. O importante é que a nossa capacidade de produção industrial também está aumentando, quer dizer, estamos mantendo o percentual da exportação de produtos manufaturados e estamos ganhando, inclusive, ainda mercados no mundo.

Portanto, o Brasil tem também feito, não só na área de commodities agrícolas, mas também investimentos importantes na área mineral, haja vista o minério de ferro, o que está sendo hoje exportado pelo Brasil, petróleo, temos aí, inclusive, agora a descoberta de novos campos aí de petróleo, com perfuração em alta profundidade, tudo isso vai fazer que, cada vez mais, o Brasil, de novo, passe a ser um exportador de produtos primários; se o campo de Tupi, por exemplo, cumprir as expectativas mais otimistas, certamente o Brasil será um exportador de produtos primários ainda mais. E isso não é negativo, quer dizer, isso em si não é negativo, isso é positivo, é mais uma geração de riqueza para o país. Agora é importante que o país também continue expandindo a sua capacidade de expandir também a sua exportação de produto industrializado.

S.Exa. Também menciona a questão da queda do saldo comercial, se isso não seria preocupante, se isso não seria um objeto de preocupação, houve também uma pergunta do Senador Suplicy referente à conta-corrente. Então, a minha resposta sobre isso, Senador, é o seguinte: O Brasil adota um regime de câmbio flutuante, e uma das vantagens maiores do câmbio flutuante é exatamente corrigir desequilíbrios dos mercados de câmbio. Os grandes desequilíbrios dos mercados de câmbio ocorreram exatamente quan-

do houve intervenções Governamentais muito fortes do mercado, mercado, quando o Governo fixa a taxa de câmbio, aí o Governo pode criar, ao longo do tempo, desequilíbrios importantes, o próprio Brasil foi testemunha disso.

Agora, no momento em que nós temos um mercado funcionando adequadamente, estes desequilíbrios, se houverem, tenderão a ser corrigidos com o correr do tempo. O fato concreto é que o Brasil está vivendo um momento extremamente favorável; o Brasil está importando máquinas e equipamentos; o Brasil está importando produtos intermediários; o Brasil está modernizando a sua economia; o Brasil está crescendo a demanda doméstica a taxas muito importantes, então, é um movimento, de uma certa maneira, natural, que haja uma certa diminuição do saldo comercial do Brasil e, como eu mencionei, em alguns momentos, possa haver, inclusive, déficits de conta corrente. O importante é que o Brasil está com o setor externo extremamente dinâmico, competitivo com um regime de câmbio flutuante com reservas internacionais elevadas, com inflação na meta, com uma dívida pública sobre produto cadente, e isso que nos dá condições de nos assegurar que nós não estamos construindo desequilíbrios de longo prazo. Em resumo, é uma situação robusta, do ponto de vista externo, e a tendência é uma continuação dessa robustez.

S.Exa. também menciona a necessidade de reforma tributária etc. e não há dúvida de que hoje é uma tendência mundial um esforço muito grande do executivo, do legislativo, no sentido de aumentar a racionalidade tributária; não só atender às questões da demanda do setor público por recursos, mas também, cada vez mais, termos uma estrutura tributária que induza a uma maior eficiência da economia, que gere uma maior eficiência da economia e não o contrário.

Portanto, não há dúvida de que olhamos com otimismo as discussões do Congresso Nacional sobre uma futura reforma tributária no Brasil, apesar de sabermos a dificuldade disso, principalmente pelas alocações de recursos entre os Estados e Municípios e Governo Federal, mas, de qualquer maneira, achamos extremamente favorável essa discussão.

A pergunta do Sr. Renato Casagrande, em relação, primeiro lugar, objetivamente, ele perguntou se a decisão da CPMF pode influenciar a questão do *investment grade(F)*. É uma questão importante e a questão fiscal é muito importante para o *investment grade(F)*, não há dúvida. A minha percepção, Senadores, é que o importante, como eu mencionei, o que vai ser decisivo agora é qual será a resolução de todo o processo, isto é, no momento em que o Brasil assegure que terá condições de cumprir, continuar cumprindo as suas

metas do superávit primário e que a sua relação dívida pública sobre produto continuará cadente, eu acho que a questão do *investment grade(F)* será uma questão de tempo. Em dito isso, a situação no mundo é muito mais incerta, são vários os fatores que podem ou não podem influenciar o *investment grade(F)*.

Ele mencionou também a questão da Venezuela e os três, um pouco mais de três milhões de dólares de saldo comercial que o Brasil tem com a Venezuela e até que ponto, portanto, a entrada da Venezuela no MERCOSUL seria ou não seria importante. Evidentemente isso é uma decisão soberana do Congresso Nacional, que vai levar em conta diversos fatores, não apenas os fatores comerciais. Se nós olharmos do ponto de vista estritamente econômico, financeiro, não há dúvida de que um saldo comercial que o Brasil tenha, ou mais do que isso, o próprio comércio, a expansão dos mercados regionais é positiva, é importante, em geral, é importante que o Brasil expanda mercados e expanda o seu comércio, independente até de ter saldo comercial ou não. Mesmo com países que o Brasil não tenha saldo comercial, é importante uma maior abertura comercial para que a nossa economia fique mais produtiva e tenha condições de novo de continuar crescendo de forma mais equilibrada e tirando partido da globalização.

Partindo agora para as perguntas da Senadora Kátia Abreu, S.Exa. pergunta, em primeiro lugar, faz a menção sobre a preocupação do Fundo Monetário Internacional no seu relatório com a evolução dos gastos públicos na América Latina, de uma maneira geral, e o FMI tem essa preocupação de uma maneira geral, referindo-se, aí, na América Latina como um todo. É uma preocupação, não há dúvida. Em relação à questão das providências para conter a inflação, eu já mencionei isso numa outra pergunta, Senadora, a idéia do regime de metas de inflação, e que funciona hoje com bastante sucesso no mundo todo, e que está sendo aplicado no Brasil de uma forma bastante também bem sucedida, é o fato de que o Banco Central analisa uma série de fatores que, no momento, podem influenciar o comportamento da inflação futura, porque o Banco Central, ele não deve e seria ineficiente e ineficaz, o Banco Central olhar para a inflação corrente ou a inflação passada; o Banco Central tem que olhar para a inflação à frente, a inflação prospectiva. E o Banco Central analisa diversos fatores que expandem a atividade econômica, por exemplo, uma flexibilização de política monetária expande a atividade econômica devido à defasagem, e nós temos cortes de juros, que já foram feitos, que ainda não se refletiram integralmente na atividade econômica; o Banco Central tem mencionado isso. Por outro lado, existe também a expansão fiscal; a expansão

fiscal leva evidentemente também a uma expansão da demanda. Por outro lado, o aumento dos investimentos aumenta a capacidade de produção da economia e a capacidade de atender uma expansão de uma maior demanda. Por outro lado, o setor externo e a nossa capacidade, pelo nosso saldo comercial robusto, a nossa capacidade de aumentar as importações, no momento de abertura da economia também tem o efeito positivo no sentido de absolver uma parte desse aumento da demanda, tudo isso, evidentemente, e mais uma série de outros fatores, aspectos de ordem cambial, de ordem de expansão de crédito, em resumo, existe uma série enorme de fatores que o Banco Central leva em conta quando o Banco Central faz a sua análise e é muito importante questionarmos isso e é sério, é muito imprudente, seria muito imprudente por parte de um Banco Central, qualquer que seja ele, fazer previsões futuras, sobre decisões futuras, por quê? Porque a evolução da economia, particularmente da economia tão dinâmica como está o mundo hoje e particularmente também o Brasil, seria um pouco imprudente se o Banco Central começasse a achar, decidir o que é que vai fazer em próximas reuniões, por quê? Porque nós temos que analisar a cada Reunião uma série enorme de fatores e tomar a nossa decisão, baseados nas nossas projeções naquele momento

Portanto, é muito importante, quando nós dizemos o seguinte: Tudo aquilo que nós poderíamos prever e projetar está refletido nos nossos documentos oficiais, Ata e o relatório de inflação. E não sabemos mais nada além do que está ali. Quer dizer, nós colocamos nas Atas e nos relatórios de inflação tudo aquilo que pensamos, não temos nada escondido, está tudo ali. Então... Agora, não sabemos de tudo que vai acontecer e há um nível de incerteza muito grande nas projeções, por isso é muito importante que o Banco Central deixe muito claro que, a cada Reunião, ele vai analisar todos esses fatores e a partir daí vai tomar as suas decisões.

Em relação agora à pergunta do... Agora, eu gostaria de deixar uma coisa clara para S.Exa. e para os demais Senadores: o Banco Central é comprometido com a meta de inflação, está certo? E em relação agora às perguntas do Senador Edison Lobão. Ingresso de capitais, não é mais benéfico ou não é mais benéfico. Senador, o ingresso de capitais para investimento produtivo, ele é benéfico, continua sendo benéfico. O Brasil, hoje, tem um investimento estrangeiro direto muito importante; para lhe dar alguns números, por exemplo, investimento estrangeiro direto de 2006, foi 18.8 bilhões de dólares; em 2007, 35 bilhões de dólares, líquido; líquido significa o seguinte: Em 2007, foram quase 50 bilhões, o investimento direto estrangeiro, mas houve

remessas, houve pagamentos diversos e investimento direto brasileiro no exterior, que as companhias brasileiras se globalizaram. Em função disso, apesar de tudo isso, o líquido cresceu muito, e isso é uma das razões que estão ajudando exatamente esse aumento da produção brasileira, e é essa possibilidade de estar crescendo a essas taxas que estamos, é um aumento do investimento. Então, isso é muito importante, muito positivo sempre, em qualquer país.

Além do mais, nós temos o investimento estrangeiro que não é direto, isto é não é uma empresa, não é uma matriz de uma empresa investindo diretamente na expansão da capacidade produtiva da sua subsidiária no Brasil, mas é uma empresa brasileira, um frigorífico, uma indústria, às vezes, até uma escola, uma empresa de saúde, temos até... Que lançam ações na bolsa, captam recursos de investidores estrangeiros, inclusive, e usam esse recurso para investir. Então, isso também é altamente benéfico e está facilitando muito, exatamente, ajudando, é uma das nossas fontes importantes de crescimento do investimento, do financiamento do investimento.

Em dito isso, nós temos também aquilo que se chama hoje, nos mercados mundiais, de *carry trade*, o *carry trade*, em última análise, é a palavra moderna para o que antes se chamava o investimento de *hot money*. Hoje em dia isso está sendo caracterizado pelo *carry trade*. O *carry trade*, em última análise, são fundos ou investidores que captam recursos, principalmente do Japão, que tem deflação ou inflação muito baixas, e taxas de juros muito baixas, em consequência, para aplicar esses recursos em outros países. Aplicam na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá, na Inglaterra, às vezes, até nos Estados Unidos e em outros países da Europa etc. E existe uma controvérsia maior sobre a questão do *carry trade*, não é? Até que ponto isso pode ou não pode, em alguns momentos, ter determinadas consequências. Mas o importante no Brasil hoje é que o grande fluxo de capital hoje, não vem, a grande maioria do fluxo de capital, quer dizer, a grande porcentagem, não vem do *carry trade* ou não vem do investimento financeiro.

Hoje o grande investimento, a grande parcela do investimento, digamos, do fluxo positivo do Brasil, vem do saldo comercial, do investimento estrangeiro direto e do investimento em papéis nas bolsas de valores, ou mesmo através do crédito para empresas de médio e longo prazo, não de curto. Portanto, seria esse um dado importante que eu gostaria de mencionar.

O *carry trade* diminuiu um pouco com as turbulências e ele tende a ficar bastante baixo, e alguns analistas acham até que ele pode até decrescer no ano de 2008, portanto, ter um efeito contrário até. Mas, de

qualquer maneira, isso são prisões de difícil medida, a essa altura, para o futuro. Em relação à pergunta do Senador Antônio Carlos Valadares, no sentido de que despesas de juros do Governo, alguém teria afirmado que despesas de juros do Governo deveriam ter limites, eu não vi as afirmativas, Senador. E eu, portanto, tenho a política de não comentar, afirmações que eu ouço dizer que alguém fez. Eu prefiro conversar com a pessoa e entender exatamente qual é o contexto que a pessoa quer dizer aquilo. Portanto, eu não vou comentar exatamente esse tipo de questão.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MER-CADANTE (PT-SP) – Deixa eu fazer um comentário, então. A última tentativa semelhante e desastrosa foi tentar fixar a taxa de juros na Constituição. Isso não tem como garantir com mecanismo formal qual vai ser a taxa de juros. Depende da evolução da economia internacional, depende de uma série de outros fatores, da evolução da inflação. Nós já tivemos um aumento da taxa de juros nominal de 45% no Brasil. Imagine o impacto disso sobre a dívida pública no meio de um ataque especulativo. Então, não é como controlar os fatores macroeconômicos. Taxa de juros é o resultado de um conjunto de fatores muito, muito importantes. Eu, realmente, eu sei que o Presidente não pode comentar, eu queria fazer meu comentário, eu acho totalmente improcedente. Se apresentarem aqui, vou encaminhar contra.

SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB-SE) – Presidente, mas eu gostaria de... Essa é a sua opinião, de saber a do Presidente da Comissão, ele é contra essa limitação dos gastos com as taxas de juros. Que acha V.Exa?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Sim, não há dúvida, Senador. Quanto a isso, não há dúvida. E isso está claro em todos os nossos pronunciamentos....

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, só pela ordem, mas o principal fator da fixação da taxa de juros é a inflação.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Isso.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós estamos trabalhando, quer dizer, quando o Presidente Lula assumiu, era 24, subiu para 26, hoje descemos para 11. Hoje está 11,25. Todos esperavam, todos diziam que o Brasil não poderia viver com taxas de juros baixas, como está hoje, porque a inflação ia explodir. Nós baixamos e provamos que a meta é 4, 5, e ela hoje não chega a 4. Pergunto a V. Exa.: Fomos muito conversadores, não levemos em conta um efeito inercial, fomos muito tímidos?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Duas questões, vamos agora, são questões muito importantes, não há dúvida.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Ainda sobre esse questão dos juros, se V.Exa. me permite

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Pois não.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Todos reconhecemos a curva descendente da Taxa SELIC. Lamentamos que ela tenha sido Suspensa nas duas últimas reuniões do COPOM, e esperamos que ela continue na curva descendente em 2008. Mas o que preocupa a população brasileira, a sociedade brasileira, é que não há referência entre a taxa SELIC e a taxa de mercado. A população, a sociedade está sendo, suportando uma carga de juros terrivelmente alta. Quando a carga da SELIC sinaliza para 11,25%, taxas de mercado beirando 200% ao ano. Então, os crediários, o que é que acontece com a população? Ela não vê quanto está pagando de juros, ela vê quando ela pode pagar de mensalidade. Então, as coisas se... O crédito está ampliando o prazo, chegando a 72 meses, a 80 meses, e, com isso, embute uma taxa de juros que penaliza a sociedade. Por que não há uma consequência direta da taxa SELIC em relação à taxa de mercado?

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MER-CADANTE (PT-SP) – Vamos, e é essa o último comentário, porque nós já temos tema para a nossa próxima agenda, daqui a seis meses, um debate intenso que teremos nessa Comissão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Aproveita e fala dos tributos, Presidente, não dos tributos, não, das tarifas bancárias.

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Esse vai ser o tema, pela decisão aqui do nosso Presidente, vai ser o tema para a próxima Reunião aparentemente. Mas deixa eu lhe dizer, então, a S. Exas., exatamente uma visão global do processo. Política monetária já teve várias finalidades; Bancos Centrais já tiveram várias metas, no passado. Por exemplo, houve momentos em que Banco Central foi visto como um Banco de fomento; a finalidade de um Banco Central seria financiar subsidiariamente, de uma forma subsidiada, alguns setores da economia, isso foi abandonado com o passar da história. Já houve momentos onde os Bancos Centrais tinham por finalidade financiar o déficit público; imprimir moeda para financiar o déficit público; gerou inflações elevadíssimas, evidentemente. Já houve momentos, em algum momentos, em alguns Bancos Centrais, cuja finalidade era financiar o Governo. De novo, é uma versão, da última, mas, em última análise, igual, financiar o Governo a taxa de juros

barata, que é, em última análise, essa proposta. Fixar o montante de juros que vai ser pago pelo Governo. O Governo tem uma dívida que é financiada pelo público. Na medida em que o público não aceita aquela taxa de juros, porque a taxa de juros é definida pelo mercado, então, o Banco Central teria que, em última análise, expandir a base monetária para acomodar as necessidades de financiamento do Governo a taxa de juros mais tenho baixas.

Muito bem. Isso também já foi feito em vários países, inclusive no Brasil, de uma forma não explícita no Brasil, mas já foi, nós já tivemos no Brasil uma famosíssima conta-movimento no banco do Brasil, que era, em última análise, era uma forma do Governo se financiar a taxas de juros subsidiadas, na época, no Banco do Brasil, quando não tinha ainda Banco Central, mesmo depois da existência do Banco Central ainda tinha conta movimento, e de novo isso gerou pela inflação. Então, resposta é o seguinte...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A defesa do emprego, Presidente, do pleno emprego?

SR. MINISTRO HENRIQUE MEIRELLES – Vamos chegar lá, Senador. Portanto, a conclusão, depois de décadas de discussão e de análise de experiências no combate à inflação, a experiência mostrou que o papel do Banco Central, a missão do Banco Central deve ser a inflação. E que a melhor metodologia de controle da inflação, segundo se conhece nos Bancos Centrais no mundo hoje é o sistema de metas de inflação, explícita ou implícita. Existem muitos Bancos Centrais que não têm uma meta explícita, mas têm metas implícitas, em última análise. E, portanto, o Banco Central vai criar condições para o maior crescimento da sociedade, criar condições para o aumento do emprego. Aliás, gostaria de mencionar de que a taxa de desemprego no Brasil está em níveis historicamente baixos e caindo sistematicamente em relação a anos anteriores. De novo, Senador, resultado da estabilização da economia geral, entre outras coisas, o aumento do emprego. E esta é a experiência hoje da maior parte dos países do mundo, de que a contribuição que o Banco Central pode dar à sociedade é, principalmente, fundamentalmente, manter uma inflação na meta.

Em consequência disso, a Senadora mencionou a "Companhia Brasil" versus "Companhia Outros Países".

Portanto, o Brasil tem condições; a economia brasileira, com isso, tem condições de se expandir a taxas mais elevadas porque a estabilidade gera o maior horizonte de planejamento, maior previsibilidade, aumento do investimento, como estão vendo, aumento do crédito, e principalmente uma manutenção do poder de compra do trabalhador, que é um outro as-

pecto da maior importância. Quer dizer, a estabilidade do Brasil está trazendo a diminuição do desemprego, que é o que busca a V.Exa.; melhora das condições de distribuição de rendas, os índices, diversos índices medidos estão mostrando isso com toda a clareza. Diminuição também da desigualdade social, aumento da renda média, aumento da massa salarial, aumento da arrecadação pública, que tem permitido, inclusive, o aumento dos investimentos sociais, os programas sociais. Portanto, é essa da grande contribuição que o Banco Central pode dar a todos esses, esse esforço da sociedade brasileira.

Se nós olharmos, S. Exas., aqui na questão da taxa de juros, nós vamos ver que essa é a taxa de juros mais relevante para a economia, que é a taxa de juros de mercado. Não necessariamente, Senador, a taxa de juros que o senhor mencionou, a S.Exa. menciona a taxa de juros à ponta do empréstimo necessariamente. Essa é a taxa de juros futura, comercializada na BMF, de um ano, em amarelo, é a taxa de juros em amarelo, é a, desculpe, não, essa é a real. É uma certa reflexão da taxa nominal. O que é que é a taxa de juros real de mercado? É a taxa da BFM, de 360 dias, descontada pela inflação prevista nos próximos 12 meses, naquele período.

Portanto, nós vemos em que alguns momentos ainda, há poucos anos atrás, a taxa de juros real chegou a próximo de 40% no mercado. E muito volátil. E que a taxa média, por exemplo, se aproximou de 30% em alguns momentos, em anos anteriores, superou os 20%. Então, o que é que... No início do período, o que é que ocorre, então? É que a estabilidade diminui a incerteza, portanto, diminui os prêmios de risco, portanto, diminui as taxas de mercado médias, e nós vemos aqui a diminuição da taxa de juros, que hoje está com uma taxa média de mercado a 7,5%.

Tentativas do Banco Central brasileiro e de outros bancos centrais no mundo todo, no passado, de abaixar a taxa de juros artificialmente, via baixar artificialmente a SELIC, que é a taxa de juros de curto prazo, em um dia, tentando conseguir, com isso, baixar a taxa de juros do mercado, a experiência tem mostrado que funciona ao contrário, a taxa juros de mercado sobe porque o mercado passa a prever um momento da inflação. E, portanto, aumenta o prêmio de risco e piora, na realidade, a atividade econômica.

Voltando, agora, passando à última pergunta do Senador, em relação à questão das taxas de juros de empréstimo do sistema bancário, aí, Senador, de fato, isso não é influenciado apenas pela SELIC ou mesmo necessariamente apenas pela taxa média a termo do mercado. Existe aí um fenômeno muito importante, chamado competição. E estamos fazendo um trabalho

grande de aumento da competição no Brasil. E esse trabalho está começando a mostrar os seus resultados, paulatinamente, por exemplo, no crédito consignado; o crédito consignado gerou uma queda importante da taxa de juros do (ininteligível).

A taxa média do consignado é muito menor do que a taxa média do empréstimo pessoa física, que o Senador menciona. Por quê? Porque tem uma maior garantia, tem uma maior previsibilidade etc. Isso é uma das facetas do processo; no caso, aumenta a garantia, mas também aumenta da competição, por quê? Pela maior divulgação da taxa de juros, pela maior disputa das taxas de juros, quer dizer, elas são muito mais divulgadas, conhecidas, negociadas em bloco. Então isso é importante.

Outras medidas, nós temos uma questão de limitação de tempo. Eu não vou mencionar todas, mas algumas. Por exemplo, a conta salário, que está sendo gradualmente implementada. No momento, os novos convênios assinados entre Bancos e empresas, os convênios novos, os funcionários já dispõem da sua conta-salário. A partir de dezembro de 2008, a partir de janeiro do ano seguinte, na realidade, a partir de 31 de dezembro de 2008, todas as contas abertas para crédito de salário no sistema financeiro brasileiro, do setor privado, terão contas-salário. E o setor público tem um outro tipo de conta com uma estrutura similar. Muito bem, os empregados do setor público. O que tem a conta-salário de importante? A conta-salário permite um automaticidade(F) da transferência bancária, isto é, o funcionário pode dizer ao banco que ele quer, imediatamente, no crédito, a transferência do seu salário, do seu saldo para um outro banco. Segundo, proíbe tarifas de toda a ordem nessa transferência. O que permite, portanto, muito maior poder de barganha dos trabalhadores. E isso já está sendo claramente demonstrado na medida em que mais e mais folhas de pagamentos estão sendo já creditadas em conta-salário. E aqueles trabalhadores que já estão tendo conta salário já podem verificar isso. A grande massa, no entanto, de conversão vai se dar, de fato, nos próximos 12 meses, quando termina o prazo concedido pelo Conselho Monetário Nacional para fazer toda essa transposição. Existe toda uma nova legislação de tarifas, recém anunciada pelo Conselho Monetário Nacional, que terá efeitos profundos. De novo, tem um prazo de implantação. Padroniza a tarifas, padroniza a nomenclatura, proíbe a cobrança de uma série de tarifas sobre uma série produtos. Padroniza determinadas formas para pagamento. Em resumo, eu não vou enumerar, Senador, mas, de fato, essa é a uma preocupação grande, e ela está sendo enfrentada e será cada vez mais atrás, de novo, de medidas que

favoreçam a competitividade. Por quê? Porque medidas, tentativas de tabelamento de taxas juros, como já mencionado, inclusive, pelo Presidente da Comissão, fracassaram no Brasil e fracassaram em todos outros países. Não só tabelamento da taxa de juros, como tabelamento de preços etc. tarifas. Então, nós temos que assegurar a maior competitividade. E isso existe. É uma experiência muito bem sucedida em outros países. Eu já participei disso, já trabalhei em outros países, já trabalhei com países de taxas de juros muito baixas, e posso lhe assegurar, Senador, que é o caminho é um aumento da competição e da transparência e da capacidade de negociar do consumidor.

SR. PRESIDENTE SENADOR ALOISIO MERCADANTE (PT-SP) – Bom, queria agradecer ao Presidente Henrique Meireles, e a toda a sua equipe que aqui compareceu. E foi o momento de expressar nosso reconhecimento pelo trabalho, pelo êxito do desempenho do Banco Central, que contribuiu decisivamente para toda essa conquista da economia da sociedade brasileira. Muito obrigado, um bom ano, um bom Natal a todos vocês e a todos os Senadores dessa Comissão. E eu queria agradecer, sobretudo, aos funcionários da Comissão que, ao longo desse ano, trabalharam, com muito empenho, Gonzaga e a sua equipe, com muita eficiência, e permitiram toda essa realização da Comissão. Bom ano, bom Natal para todo mundo. Está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 13h16.)

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ata da 51ª Reunião (Extraordinária) da Comissão De Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada no dia 19 de dezembro de 2007, quarta-feira, às 11:00 horas.

Às onze horas e quarenta e nove minutos, do dia dezenove dezembro de dois mil e sete, na Sala de reuniões da Comissão de Assuntos Sociais, é iniciada a reunião sob a Presidência da Senhora Senadora **PATRÍCIA SABOYA**, com a presença dos (as) Senadores (as) **FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, PAULO PAIM, INÁCIO ARRUDA, GIM ARGELLO, VALDIR RAUPP, DEMÓSTENES TORRES, KÁTIA ABREU, EDUARDO AZEREDO, JOÃO DURVAL, EXPEDITO JÚNIOR, ANTÔNIO CARLOS VALADARES, IDELI SALVATTI, ROSALBA CIARLINI, LÚCIA VÂNIA, JOSÉ NERY, SERYS SLHESSARENKO, PAPALÉO PAES, ADEL-MIR SANTANA, HERÁCLITO FORTES, EUCLYDES MELLO, VALTER PEREIRA e MARISA SERRANO**. Justificam a ausência os Senadores Geraldo Mesquita

Júnior, Jayme Campos, Cristovam Buarque e Romeu Tuma. Deixam de comparecer os demais membros da Comissão. A Senadora Patrícia Saboya declara aberta a reunião da Comissão, propondo a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A Presidente comunica o recebimento do Aviso nº 600 – SESES – TCU 1ª Câmara, cópia do processo nº TC 017.293/2005-7 e do acórdão proferido pela 1ª Câmara desta corte na sessão ordinária de 4/12/2007, bem como do relatório e do voto que fundamentaram a representação de concessão indevida de auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio-transporte a servidores estaduais e municipais não ocupantes de cargos em comissão ou função comissionada. O referido Aviso ficará disposição na Secretaria da Comissão aos Senhores e Senhoras Senadores, nos próximos dias. A Presidente sugere a inversão de Pauta, para que seja apreciado ITEM 10 – MSF nº 266, de 2007. Sugestão acatada pelos Senadores presentes. Passa-se à apreciação das matérias. **ITEM 10 – MENSAGEM (SF) Nº 266 DE 2007** “Submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor **DIRCEU RAPOSO DE MELLO** para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – **ANVISA**”. **Autor:** Presidência da República. **Relator:** Senador Augusto Botelho. **Parecer:** A Comissão dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Senhor Dirceu Raposo de Mello para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA). A Presidente convida os Senadores Gim Argello e Lúcia Vânia para procederem a contagem dos votos. **Resultado: Aprovado o nome do Senhor Dirceu Raposo de Mello com 14 votos sim, 01 contrário e 01 abstenção.** A Senadora Patrícia Saboya registra a presença dos senhores Diretores da ANVISA, Sr. Agnelo Santos Queiroz Filho, José Agenor Álvares da Silva, Cláudio Maierovitch Pessanha Henriques e Maria Cecília Martins Brito. **ITEM 01 – TURNO SUPLEMENTAR PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 262, DE 2003** “Dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e a dignidade do trabalhador”. **Autor:** Senador Paulo Paim. **Relator “ad hoc”:** Senador Geraldo Mesquita Júnior. **Parecer:** Favorável ao Projeto, e pela aprovação parcial da Emenda de autoria da Senadora Lúcia Vânia, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado: Não tendo sido oferecidas emendas em Turno Suplementar, a Emenda nº01 – CAS (Substitutivo), foi definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal.** Os itens 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09 ficam adiados. Fizeram uso da palavra os Senadores Augusto Botelho, Flávio Arns, Kátia Abreu, Ro-

salba Ciarlini, Adelmir Santana, Lúcia Vânia, Papaléo Paes, Eduardo Azeredo e Gim Argello. Não havendo mais quem quisesse fazer uso da palavra, encerra-se a reunião às treze horas e três minutos, lavrando eu, **Gisele Ribeiro de Toledo Camargo**, Secretária da Comissão, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Senadora Patrícia Saboya, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com o registro de estenotipia informatizada. – Senadora **Patrícia Saboya**, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Bom dia a todos e a todas, Sras. e Srs. Senadores, nossos convidados.

Havendo número regimental declaro aberta a 51ª Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior. Os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. Aprovada.

Srs. Senadores, eu comunico o recebimento do aviso nº 600 do TCU, com a cópia do processo nº 017293/2005 e 2007 e do acórdão proferido pela 1ª Câmara desta Corte, na Sessão Ordinária de 04 de dezembro de 2007; bem como do relatório e do voto que fundamentaram a representação de concessão indevida de auxílio-alimentação, auxílio-creche e auxílio-transporte a servidores estaduais e municipais não ocupantes de cargos em comissão ou função comissionada. O referido aviso ficará à disposição na Secretaria da Comissão aos Srs. e Sras. Senadores, nos próximos dias.

Srs. Senadores, eu queria aproveitar para sugerir uma inversão de pauta que é submeter à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Dirceu Raposo de Mello, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Eu pergunto aos Srs. Senadores se concordam, tendo em vista que o nosso quorum ainda está baixo. Nós poderíamos convidar já o Sr. Dirceu Raposo, para que o Senador Augusto Botelho pudesse ler o seu relatório e, em seguida, os Srs. Senadores e Senadoras pudessem fazer seus questionamentos. Portanto, se não há nada em contrário eu inverto então a pauta e convido o Sr. Dirceu Raposo de Mello, para que possa já fazer parte da nossa Mesa.

A Mensagem nº 266 de 2007, submete à apreciação do Senado Federal, a indicação do Sr. Dirceu Raposo e Mello para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, ANVISA. Autoria, Presidência da República; Relator, Senador Augusto Botelho, que tem a palavra para pro-

ferir o seu relatório, mas pelo que me consta V.Ex^a., antes mesmo de proferir o relatório, tem uma questão de ordem a fazer.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sra. Presidente, eu gostaria antes de proferir o relatório – que já está pronto e estava pronto –, ontem à tarde eu recebi um documento que não tem assinatura, mas que eu acho que precisa ser esclarecido pelo Sr. Dirceu Raposo.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Pois, não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – É um documento sem assinatura, mas são fatos que se referem a número de processos e algumas coisas, eu gostaria de deixar bem claro isso, para poder aprovar o nome dele sem ter problema, certo?

O documento em síntese diz assim: “Que atualmente a ANVISA fica em três prédios, dois prédios administrativos e um prédio funcional como arquivo, distantes uns dos outros e que o aluguel desses três prédios mensais fica em 400 mil mensais; entretanto a ANVISA efetuou a locação de outro prédio lá no CIA, para transferir as unidades e o aluguel desse novo prédio passa para 750 mil mensais, como o contrato é de cinco anos vai ser de um montante de 45 milhões de reais em cinco anos”.

Então, eu gostaria que V.Ex^a. esclarecesse isso, inclusive de que o prédio também lá não é área adequada, não tem alvará para funcionar. Eu gostaria do esclarecimento da V.Ex^a. a respeito disso, para poder proferir o relatório.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Pois não, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só quero acrescentar ao que apresentou o Senador Augusto Botelho, relator dessa matéria, como existe uma grande preocupação no Brasil com a indicação dos componentes de agências nacionais que isso seja esclarecido. Se bem, que deva ser dito que a gente não deve em hipótese alguma dar credibilidade para denúncias dessa natureza, anônimas, que ficam jogando com as notícias e fazendo circular. Eu acho que isso é uma atitude inadequada de quem faz a denúncia também. Acho impróprio, inadequado a pessoa, quer dizer, por que está colocando isso de maneira sem se identificar e habitualmente, inclusive, eu diria e seria muito sério nisso, você vê uma denúncia anônima ela deve ser jogada no lixo, na minha opinião. Contudo, o Senador Augusto Botelho tomou uma atitude importante para que esse fato, depois da votação, da indicação que não haja dúvidas.

Então, eu acho importante também que se houver qualquer dúvida, que essa dúvida seja externada pela pessoa. E quem é funcionário público, agente público, membro de conselho, durante toda a vida vai ter que esclarecer as coisas, por isso que as coisas têm que ser feitas. Essa questão do anonimato da denúncia, eu diria que não se coaduna com pessoas que estão lutando por princípios éticos, quer dizer, a ética está se escondendo atrás do anonimato.

Então, eu quero dizer bem claro isso, contudo, apesar disso considero importante que os esclarecimentos sejam feitos, para que as denúncias anônimas não continuem a percorrer os jornais e as mesas e tal, depois desse debate que está sendo feito aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Muito obrigada, Senador Flávio Arns. Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Foi bom ele fazer, que eu não mencionei outro ponto que fala importante aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Pois, não.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Diz: “Que a locação foi decidida ad referendum pelo Dr. Dirceu Raposo, sem que a diretoria colegiada fosse consultada”. É outra denúncia aqui.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Bom, eu quero antes de passar a palavra também ao Sr. Dirceu Raposo, dizer que eu como Presidente da Comissão, também recebi essa mesma denúncia anônima. Como Presidente da Comissão, mesmo sendo uma denúncia anônima – e eu concordo aqui com o Senador Flávio Arns que, às vezes, o nome de algumas pessoas que são sérias acabam sendo denegridos em função de bilhetes anônimos, de cartas anônimas.

De qualquer forma, como Presidente da Comissão, como havia dentro dessa denúncia um número de um processo no Ministério Público, eu como Presidente da Comissão, encaminhei, dei entrada hoje, pedindo ao Ministério Público apenas informações sobre esse processo, até porque todos nós temos acompanhado – como disse o Senador Flávio Arns e Senador Augusto Botelho – a importância de uma escolha de alguém que vai representar uma Agência Nacional.

Então, é muito importante que todos os esclarecimentos sejam feitos e que todas as dúvidas sejam tiradas. Nós conhecemos o Sr. Dirceu Raposo ele tem sido um companheiro dessa Comissão, sempre que convidado tem prestado aqui uma homenagem a essa Comissão.

Eu quero registrar isso, mas ao mesmo tempo parabenizar também o Senador Augusto Botelho pela

iniciativa de, mesmo tendo já preparado o seu relatório, ter feito esses questionamentos porque isso vai nos dar a tranquilidade para todos que nos assistem, para nós Senadores que temos que votar a indicação do Sr. Dirceu Raposo e, para que ele também possa ter o direito de aqui esclarecer qualquer dúvida que possa pairar, diante de todos nós aqui Senadores. Com a palavra o Sr. Dirceu Raposo.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Presidente, Senadora Patrícia Saboya muito bom dia, Senador Augusto Botelho e Senador Flávio Arns, Sr^{as}s. e Srs. Presentes.

Bem, primeiro eu queria agradecer inclusive a oportunidade Senador de como o Sr., bem disse e o Senador Flávio Arns salientou, de colocar essas questões de forma pública porque isto não é infreqüente, infelizmente, no âmbito às vezes da própria Agência Nacional, de Ministérios e isso acaba desgastando a relação e, às vezes, a credibilidade das pessoas e das instituições nas quais elas trabalham.

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária foi criada em 99 e saiu do Ministério da Saúde ocupando um prédio na Asa Norte, na 515, da W3 Norte, a quadra 515, com o advento e o crescimento da Vigilância Sanitária esse prédio se mostrou insuficiente. Então, fizemos um concurso público em 2005, a Agência recebeu 800 servidores de nível universitário e está recebendo... Esse ano recebeu mais 100 servidores do nível médio e, enfim, essa unidade mostrou-se insuficiente, nós alugamos uma segunda unidade e temos uma outra unidade alugada, também, que é uma unidade distante em que ficam os arquivos dos processos com os quais nós trabalhamos cotidianamente.

Existe um projeto de construção de uma sede própria da ANVISA, porém os terrenos que nos foram cedidos não comportam o tamanho adequado e, portanto, nós precisamos procurar um outro local para construir – esse é o sonho de todos os servidores e da direção da ANVISA, construir uma unidade definitiva. O fato é que em 2006, saímos procurando uma opção no sentido de abrigar todos os servidores em única unidade. Por que isso? Primeiro, porque a unidade primeira da ANVISA na quadra 515, ela comporta hoje cerca de 500 servidores, além da sua capacidade.

Nós fomos inspecionados pelo Corpo de Bombeiros e pelas autoridades que concedem alvará para funcionamento e para ocupação aqui em Brasília e não recebemos esse alvará. A unidade que nós ocupamos hoje na 515, não possui alvará nos foi negado pela autoridade, porque temos num prédio 500 servidores além da sua capacidade. O que eventualmente pode causar um grande problema no caso de uma emergência, um incêndio ou alguma coisa assim.

Precisávamos então locar uma quarta unidade ou procurar um espaço definitivo para que abrigasse a Agência Nacional de Vigilância Sanitária e que comportasse todos os processos, enfim, de trabalho, num único setor.

Fizemos dois chamamentos públicos publicados em jornais de grande circulação, dentre eles o Correio Braziliense aqui em Brasília. No segundo chamamento, 11 empresas, se não me falha a memória, entraram nesse processo e uma das empresas ofereceu esse local. As três sedes hoje da Agência Nacional de Vigilância Sanitária tem uma área total em torno de 16 mil metros quadrados. Este prédio que ocuparemos terá uma área total de 33 mil 391 metros quadrados. O dobro da área hoje ocupada e, portanto, insuficiente.

Se optássemos por ocupar um quarto local, um quarto imóvel, deveríamos incorporar ao aluguel que é em torno de 400 mil reais e eu digo 416 mil 735 reais mensalmente, teríamos o nosso custo a preço de metro quadrado no mercado em torno de 738 mil 735 reais. Esses cálculos todos foram feitos com a responsabilidade que o servidor público e os nossos servidores públicos e que os dirigentes da instituição tem. Nós precisávamos calcular qual era o melhor custo-benefício para a instituição.

Primeiro, abrigarmos uma parte da instituição numa quarta unidade e acrescer ao custo de em torno de 700 mil reais o serviço de cooperagem, que os serviços públicos mantém. São três serviços hoje, seria mais um. Nós gastamos em torno de 20 mil reais de cooperagem nas três unidades.

O serviço de transporte, quando um servidor da ANVISA precisa fazer uma reunião de uma sede administrativa na 515 para outra sede administrativa na 511 ou na unidade de arquivo, nós temos um serviço de transporte desse servidor, porque ele normalmente sai com processos que não são da ANVISA, são dos representantes do setor produtivo e que estão sob a nossa guarda.

Estes processos circulam na cidade de Brasília dentro de Kombis, o que leva, muitas vezes, primeiro é inegável a morosidade da resposta. Senador Flávio Arns, se o senhor amanhã de manhã quiser ver um processo na ANVISA, o senhor vai ter que marcar uma outra reunião comigo ou com qualquer diretor, com qualquer gerente da instituição, esperar que o processo seja buscado naquela unidade, transportado até a nosso local de reunião e depois devolvido a essa área. Na nova unidade, o setor de arquivo está instalado no mesmo prédio.

Além do transporte, nós temos que integrar as unidades através da comunicação dos dados. A rede lógica e a transmissão desses dados.

Há o custo dessa transmissão hoje, da unidade administrativa 1, da 515 para a 511 é de 38 mil reais. Este custo para uma outra unidade administrativa importará em aproximadamente o mesmo custo, 38 mil reais. O que significa, e essas contas foram colocadas quando a decisão e eu preciso desfazer uma inverdade que está colocada nesse documento apócrifo. A locação e a decisão não foi *ad referendum*. Os diretores que participaram dessa decisão estão aqui inclusive presentes. Dr. Cláudio, Dra. Maria Cecília e o Dr. Ageenor à época também diretor da agência eles estavam na reunião. Essa decisão foi uma decisão e eu estou vendo a Dra. Maria Cecília fazendo assim para mim. Essa decisão foi uma decisão daquela instituição como todas as decisões que estão lá e que envolvem a Diretoria da agência. Colegiada. E foi responsável.

Tem mais um dado que eu preciso dar. Quando fizemos todo esse procedimento público, aliás vou dar mais dois dados. É óbvio que é necessário que seja feita uma avaliação por uma entidade avaliadora do metro quadrados do aluguel e nesse caso a Caixa Econômica Federal. A Caixa Econômica Federal sugeriu ou avaliou o metro quadrado daquela unidade que nós estamos, na qual nós vamos ocupar, entre 23 reais 90 centavos e 35 reais. Esta era a margem de negociação que o Poder Público teria. Pois bem. A ANVISA locou aquele espaço, Senador Augusto Botelho, por 23 reais 90 centavos a menos do que o mínimo avaliado pela instituição avaliadora, o que significa em 33 mil metros quadrados, algo em torno de 33 mil reais de economia para a instituição pública e é assim que nós temos que tratar o dinheiro que não é nosso, é público.

Mais uma informação. Aliás, vou dar mais duas. Este processo por iniciativa nossa, já foi auditado pelo Tribunal de Contas, pela CGU e pela auditoria interna da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. E se tivesse alguma observação a ser feita, já teria sido feita nesse processo. A outra coisa que me dizem está aqui. Eu acabo de receber aqui um fax da ata da Diretoria que aprovou a proposta apresentada para mudança, está aqui. Depois eu posso caminhar para a senhora, Senadora, se a senhora desejar.

Uma outra coisa que se dizia é a questão do alvará. Era da questão do alvará que a unidade para a qual nós vamos mudar não tem alvará. Outra inverdade de Senador. A unidade que nós ocupamos hoje não tem alvará. A unidade que nós vamos ocupar está aqui o alvará definitivo de ocupação de funcionamento já foi expedido, inclusive na data de ontem pelo senhor ir imposto desse Leônio carneiro, administrador da Cia e pelo senhor Livan de Souza Júnior, diretor de obras da Cia.

Eu não sei se o senhor fica contemplado com estas informações, mas eu queria dizer que todos os processos que são públicos estão à disposição dessa Casa e de qualquer, de quem quiser fazer vistas a ele. Muito obrigado, Senador.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Eu agradeço o esclarecimento, agradeço os esclarecimentos do Sr. Raposo, passo a palavra para o Senador Augusto Botelho, já para fazer as suas considerações e o relatório, se for o caso.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu acho que essa explicação de que o aluguel novo aluguel inclusive fica igual ao aluguel que seria utilizado agora e que vai haver uma economia na parte de segurança, nos custos de se reduzir de quatro locais para só um local, então justifica, eu fico convencido com isso.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – O senhor me permite uma consideração, Senador? Os custos eles não serão iguais. Aparentemente sim, porque bom, vamos alugar uma área de mais cinco mil metros quadrados, teremos 750 mil reais em quatro unidades, além dos custos de todos operacionais para ela, e teremos 730 e poucos mil reais nesta unidade.

O fato é que essa unidade tem 33 mil metros quadrados. Ela tem condições, ela tem piso técnico, ela tem condições modernas de funcionamento que as unidades que nós temos hoje, eu lhe convido a visitar a unidade na qual eu trabalho na agência. O teto está rachado. O edifício precisa de reforma, manutenções são, enfim, me desculpe mas eu precisaria fazer essa complementação. Obrigado.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu estou satisfeito pela explicação dada por ele.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Senador Augusto Botelho, pode proferir o relatório. Obrigada.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Vamos passar ao relatório.

Sr. Presidente, Sra. Presidente, o senhor Presidente da República, por meio da Mensagem nº 968, de 2007, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição Federal, combinado com o art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e o art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. Dirceu Raposo de Mello para ser reconduzido para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

O *curriculum vitae*, anexado à referida Mensagem, demonstra que o indicado é brasileiro, natural de São Paulo capital, tem 52 anos e é casado. É farmacêutico graduado em 1978 pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade de São Paulo (USP).

Concluiu a especialização em Farmácia Homeopática pela Associação Paulista de Homeopatia, de Ribeirão Preto/SP, em 1981; é pós-graduado em Análises Clínicas e Toxicológicas pela Universidade de São Paulo (USP), em 1983; é especialista em Patologia Clínica pela Sociedade Nacional de Patologia Clínica (1987); é especialista em Administração Hospitalar pelo Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração da Saúde (CEDAS), Faculdade São Camilo de Administração Hospitalar, em São Paulo capital (1989); é especialista em Análises Clínicas pela Sociedade Brasileira de Análises Clínicas (1989); é especialista em Bioética pela Universidade de Brasília (UnB), em 2006. Concluiu o Curso de Mestrado em Ciências da Saúde, Área de Concentração em Patologia Clínica, pela Universidade de Guarulhos/SP, no ano de 1999. É Doutor em Análises Clínicas pela Faculdade de Ciências Farmacêuticas da Universidade do Estado de São Paulo (UNESP), Araraquara/SP (2004). Para a obtenção do título de doutor, defendeu tese na área de Microbiologia e Imunologia Clínica.

Seu histórico profissional tem relação direta com a área de saúde, notadamente no campo da formação e da gestão de serviços públicos, incluindo-se o campo da Vigilância Sanitária.

No campo da docência, consta do seu *curriculum* as funções e cargos de Professor Coordenador do Curso de Especialização Latu Sensu em Análises Clínicas e Toxicológicas da Universidade de Guarulhos/SP (1998-2003) - Eu vou ler o relatório todo que vai chegar mais Senador - Professor Responsável pela cadeira de Microbiologia e Imunológica do curso de Farmácia e Bioquímica da Universidade Anhembi-Morumbi, São Paulo capital (1998); Professor Titular da Universidade São Judas Tadeu, São Paulo capital, ministrando no curso de Farmácia e Bioquímica as disciplinas de Deontologia e Legislação Farmacêutica e Administração de Empresas Farmacêuticas (1996 atualmente licenciado); Professor Titular das cadeiras de Microbiologia Básica, Microbiologia Clínica, Micologia Clínica e Deontologia e Legislação Farmacêutica do curso de Farmácia e Bioquímica da Universidade Paulista (UNIP), São Paulo capital (1991 atualmente licenciado); Professor Assistente no Instituto de Ciências da Saúde da Universidade de Guarulhos/SP, ministrando em cursos de Enfermagem, Biologia e Farmácia e Bioquímica as disciplinas Microbiologia e Imunologia, Patologia, Parasitologia, Deontologia e Legislação Farmacêutica e Administração de Empresas Farmacêuticas (1990 atualmente licenciado); Servidor Público concursado na Prefeitura Municipal de São Paulo capital para o cargo de Graduado Farmacêutico - Bioquímico (1985 atualmente licenciado).

No campo da produção científica também é possível encontrar no currículo anexo um rol significativo de trabalhos de sua autoria publicados, inclusive em periódicos indexados, além de diversas participações em eventos técnico-científicos, na qualidade de palestrante.

No que concerne à gestão e direção da Administração Pública na Saúde, o currículo do indicado registra uma larga experiência, a saber. Já deu quorum, vou passar mais. O currículo dele é extenso, dá para a gente esperar chegar todo o quorum.

(risos)

Em face do histórico pessoal e profissional aqui resumido, entendemos que a CAS dispõe dos elementos necessários para deliberar sobre a indicação do nome do Sr. Dirceu Raposo de Mello para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Meu parecer é favorável, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Em discussão o parecer do Senador Augusto Botelho para discutir, a Senadora Kátia Abreu, mas antes eu queria anunciar que nós já podemos começar a votação. Os Srs. Senadores que estiverem já contemplados aqui com o relatório do Senador Augusto Botelho já podem se dirigir à Mesa e pegar sua cédula de votação. Senadora Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Presidente. Eu gostaria apenas de aqui fazer um relato, Presidente Senadora Patrícia Saboya.

Eu, na verdade, viria hoje a esta Comissão determinada no sentido de pedir vistas ao relatório do Senador Augusto Botelho, apesar da sua veemência na sua Relatoria em favor do aqui sabatinado.

Mas, falando com muita seriedade, Senadora Patrícia Saboya, como essa Comissão merece, eu estive aqui há um tempo atrás na sabatina do diretor Agnelo e fiz aqui denúncias gravíssimas a respeito da ANVISA. Esta ANVISA que tem retardado processos importantes para o desenvolvimento do país, e não quero aqui retirar nenhuma palavra do que disse.

Nós estamos precisando de mudanças na ANVISA e eu vim aqui determinada para que isso pudesse acontecer talvez uma retirada de vista, um pedido de vistas como um protesto para que as coisas pudessem evoluir na ANVISA.

Em nenhum momento jamais propus que os defensivos genéricos pudessem ser avaliados ou aprovados de forma apressada na ANVISA. A única coisa que eu reivindicava e reivindico é que os processos possam ter um trâmite burocrático normal. E não acrescido de outros componentes que não sejam a realidade.

Para se ter uma idéia, nós temos uma comercialização ano de 4 bilhões e meio de dólares indefensivos aplicados na agricultura brasileira. Se nós tivéssemos os genéricos, os defensivos genéricos no mercado, com certeza nós teríamos uma redução dessa comercialização em no mínimo 25%. Deixando o produtor rural brasileiro mais competitivo.

Já está um setor sendo renda, a agricultura vai bem e o agricultor vai mal justamente porque enfrentamos esses cartéis dos defensivos genéricos, dos fertilizantes, dos implementos de máquinas agrícolas porque nós não temos no país uma legislação bastante clara a respeito da defesa da concorrência.

Nós demoramos, os genéricos humanos, o seu trâmite lá na ANVISA demora mais ou menos três meses a quatro meses e os defensivos genéricos, dois anos. Quer dizer, o que o ser humano vai usar leva três meses. E o que é aplicado na agricultura, que fere de morte esse mercado de 4 bilhões e meio, que é de meia dúzia de multinacionais, nós não conseguimos trabalhar em favor do Brasil.

Mas hoje de manhã eu recebi um apelo do Presidente da Câmara Arlindo Chinaglia que eu tenho o maior apreço e confio na palavra dele me pediu que fosse falar com ele hoje de manhã e o Deputado Ronaldo Caiado inclusive me acompanhou até lá e ele fez um compromisso conosco, com o agronegócio brasileiro, com a Confederação Nacional da agricultura de dar prioridade máxima nessas análises, especialmente de cinco produtos entre três produtos de soja, dois de algodão, dois de milho, para que agricultura possa nos próximos dois anos receber esse benefício que ela tanto merece. E eu confio na palavra e no apelo e na determinação do nosso Presidente. Não conheço o Dr. Dirceu Raposo, é a primeira vez que o vi ontem e hoje, mas não querendo desconfiar de sua palavra, mas da burocracia da agência que o senhor representa. Então eu quero aqui não mais pedir retirada, o pedido de vistas, e a confiança e o apelo do Deputado e Presidente da Mesa, da Câmara, Arlindo Chinaglia que vai se empenhar junto com o governo em apressar, apesar da Casa Civil já estar trabalhando com muita competência nesse assunto específico, e eu quero aqui deixar de público esse reconhecimento da Casa Civil, do Ministro da Casa Civil, mas então eu espero mais uma vez essa esperança renovada de que os defensivos genéricos possam ser aplicados para que nós possamos diminuir o custo de produção e produzir comida mais barata do que nós já fazemos. Obrigada, Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Muito obrigada, Senadora Kátia Abreu. Eu quero testemunhar aqui que ela realmente

levantou esse questionamento, inclusive nós imaginávamos até fazer uma Audiência Pública, a ANVISA se antecipou e mandou alguns esclarecimentos, portanto, eu agradeço a V.Exª. pela consideração e, enfim, por ter conseguido esclarecer as suas dúvidas e passo a palavra antes à Senadora Rosalba Ciarlini, que é a nossa Vice-presidente, e em seguida, aos Srs. Senadores.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Obrigada, Presidente. Eu quero inclusive agradecer ao nobre colega Senador Adelmir Santana que com muita elegância nos concede a primazia de primeiro.

Mas eu gostaria aqui também de fazer, é com as palavras da nossa Senadora Kátia Abreu porque, na realidade, Dr. Dirceu, confio plenamente no seu trabalho, sei que o senhor é um homem preparado, capacitado, interessado nas soluções e, com certeza, essas questões o senhor terá todo o empenho em agilizá-las, assim como toda a sua equipe que estão empenhados de um bom trabalho. Então, fica aqui essa nossa confiança, confiança que é da Senadora Kátia Abreu que eu também quero reafirmar a nossa confiança e na certeza de que sei pelo seu vasto currículo, pela sua história de vida, que o senhor terá todo o interesse de desempenhar cada vez melhor. Porque quando a gente continua, já vem com mais experiência. Já conhece melhor toda a estrutura.

Eu sei das dificuldades também, muitas vezes, de questão de estrutura, de material humano, mas com criatividade, com boa vontade, e para assuntos tão importantes que a ANVISA trata de questões que são vitais para o nosso país, para a saúde do nosso país. Não é porque no caso da questão que a Senadora Kátia Abreu aqui levantou é voltada para a agricultura, mas tem a ver com a saúde da população. Então, são questões que tratam da vida.

Então, fica aqui o nosso apelo e a nossa confiança.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada, Senadora Rosalba Ciarlini. Com a palavra, o Senador Adelmir Santana, em seguida, o Senador Flávio Arns.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Sra. Presidente, Srs. Senadores, Dr. Dirceu Raposo. É um processo de recondução. Naturalmente, todos sabem que eu já me posicionei algumas vezes com relação à burocracia, com relação à força legislativa da ANVISA em questões e em contra os outros. No entanto nunca me posicionei contrário aos seus dirigentes.

Tivemos aqui pronunciamentos no Senado e em outros fóruns e aqui mesmo nessa Comissão quando da sabatina do diretor e ex-Deputado e ex-Ministro Agnelo com relação a essas questões. Eu queria apenas

reafirmar mais uma vez, que todos nós temos a compreensão da importância da ANVISA, mas entendemos que alguns momentos, em alguns momentos, mesmo em momentos recentes, a ANVISA tem extrapolado no processo Legislativo ao baixar as suas resoluções e as suas determinações, que cria muitas dificuldades para as micro e pequenas empresas. Notadamente na área do comércio varejista.

Então, eu queria, Dr. Dirceu, dizer que absolutamente nada tem a ver as minhas colocações com relação ao processo de recondução de V.Ex^a, à direção da ANVISA, como diretor da ANVISA. As minhas colocações não foram tão veementes como foram as do Senador Dornelles, como foram da Senadora Kátia Abreu, mas quero dizer da nossa confiança e acreditando que efetivamente teremos mudanças uma vez que as mudanças estão ocorrendo na direção, mudanças no comportamento, mudança na fórmula, e na diminuição da burocracia e das exigências com relação às micro e pequenas empresas do país. Muito obrigado, Sra. Presidente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada. A palavra, Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sra. Presidenta, em primeiro lugar eu quero destacar o currículo que foi lido pelo Senador Augusto Botelho em relação ao Dr. Dirceu Raposo que está sendo indicado para recondução à ANVISA. É um currículo altamente significativo em termos de trabalho, em termos de formação acadêmica, em termos de docência, de trabalhos de pesquisa, publicações, revistas indexadas inclusive como foi colocado pelo Relator, que são, sem dúvida, artigos bem mais exigentes em termos da comunidade científica. E a dedicação que o Dr. Dirceu Raposo já vem tendo em todos e num conjunto de áreas e toda essa experiência pode continuar servindo bem ao Brasil através do cargo e do encargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Então, nesse sentido, eu gostaria de destacar o apoio para que isso continue acontecendo.

Quero destacar, como já foi colocado aqui nessa reunião, a interação freqüente que a ANVISA vem tendo com o Senado Federal. Toda hora quando precisamos de esclarecimentos, de discussões, inclusive hoje cedo nós tivemos uma Audiência Pública anterior a esta sobre remédios radioativos nucleares que o Brasil passou nesse mês de dezembro não só o Brasil, mas outros países também por grandes problemas em relação ao fornecimento desses medicamentos, a ANVISA estava através de uma representação, também sentada na agência sentada na mesa e prestando os esclarecimentos necessários.

Eu só quero dizer à Senadora Kátia Abreu e à Presidenta desta Comissão que eu acho que tem alguma coisa, quer dizer, vão dizer assim, uma inveja positiva, porque a dúvida da Senadora Kátia Abreu teria que ser resolvida dentro do contexto do Senado Federal. Claro que pode apelar para o Presidente da Câmara e nós somos favoráveis a que isso aconteça, mas nós temos que achar as respostas dentro do Senado Federal. Por exemplo, para ter um problema da dúvida de um Senador e felizmente o Presidente da Câmara também intercede eu (soa a campainha) nesse sentido, mas que a gente possa, no começo do ano que vem, abordar essa dúvida da Senadora Kátia Abreu dentro da nossa Comissão. Porque não? Vamos abordar esse problema, Senador Augusto Botelho.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Eu gostaria só de complementar nessa questão. Colocar aqui como sugestão. Que além dessa dúvida ser abordada, que a gente tivesse de certa forma a informação mais rápida, também na questão de outros medicamentos genéricos que passam a ser aprovados que estão no mercado.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Agora eu quero destacar também, até já estou me alongando mais do que eu devia, da importância da Vigilância Sanitária no Brasil. Porque a questão agrícola, a questão dos medicamentos, a questão da farmácia, a questão do avião, do restaurante, da comida, da carne, de tudo, quer dizer, tudo é Vigilância Sanitária. E inclusive a gente vê infelizmente ainda com freqüência movimentos de paralisação pedindo melhores condições, melhores salários, carreira. E eu tenho a impressão, Dr. Dirceu, que a sociedade brasileira vem se conscientizando cada vez mais da importância do órgão. Se nós pensarmos que a ANVISA foi constituída em 99, são oito anos, é pouco tempo ainda também, não é? Eu acho que naturalmente que o órgão precisa se reestruturar mais ainda, dar uma dinamicidade maior, mas os problemas que acontecerem têm que ser assim resolvidos aqui dentro do Senado.

Eu só quero destacar na área dos medicamentos, duas preocupações grandes que eu já levantei em outras ocasiões em relação à homeopatia, a gente tem que discutir. Por isso que eu digo, a gente tem que discutir melhor, porque existem medicamentos homeopáticos autorizados nos Estados Unidos, fabricados no Brasil e autorizados nos Estados Unidos pelo FDA e não autorizados no Brasil. Então eu digo, alguma coisa está errada, precisamos discutir, não é Dr. Augusto Botelho? Sistemas diferentes que lá nos Estados Unidos eles chamam *on the counter*, no balcão. Balcão. A pessoa compra se quiser, está lá, não faz mal um medicamen-

to homeopático, autorizado lá e não autorizado aqui. Então, alguma coisa está errada.

E eu acho que a relação da ANVISA com o Ministério da Saúde, o senhor participou de Audiências Públicas aqui também, eu acho que isto precisa ser afinado, precisa convergir mais, porque nós fizemos muitos debates aqui no Senado neste ano sobre medicamentos excepcionais de alto custo para doentes crônicos. Medicamentos excepcionais de alto custo para doenças crônicas. E quando a ANVISA autoriza, isso significa que está autorizado no Brasil. Quer dizer, faz bem, em primeiro lugar, não faz mal. E faz aquilo que o medicamento está indicando que deva ter como efeito.

E o Ministério da Saúde me parece assim muito resistente em relação às decisões da ANVISA para esta finalidade específica. Então isto, eu diria, precisa ser aprimorado, porque quando nós discutimos com os doentes, o argumento que sempre diz não são medicamentos experimentais, são medicamentos autorizados pela ANVISA. Quer dizer, não estamos falando nada de coisas que “não, é um experimento que está se fazendo, não se tem prova nenhuma”. Não, medicamento autorizado pela ANVISA e que pede todos os documentos e que diz lá que aquele medicamento tem aquele efeito.

Agora, como política pública, lógico que depois o Ministério da Saúde tem que ver o custo-benefício, se custa mais caro, custa mais barato, se faz o mesmo efeito, outro efeito em relação a medicamento já constantes de uma lista preparada pelo Ministério da Saúde. Mas de qualquer forma, Dr. Dirceu, eu já mencionei isso para o senhor inclusive no decorrer das Audiências Públicas, que isso é uma questão das partes também crescerem nesse processo de entrosamento em função de um mesmo objetivo que é o atendimento com qualidade da população.

Mas eu quero parabenizar V.S^a. e sempre que o Senado Federal precisou da ANVISA, o senhor estava presente, ou pessoas da ANVISA estavam presentes e as dúvidas levantadas aqui seja numa área ou seja na outra, até precisa esclarecer. Eu acho que nada como transparência, ética, procedimentos claros, e aí fica tudo resolvido. Em áreas tão sensíveis como aquelas da própria Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Parabéns e eu desejo que o trabalho seja bastante profícuo a favor do Brasil.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada, Senador Flávio Arns. Eu gostaria também de registrar a presença dos Diretores da ANVISA, Cláudio Maierovitch, Dra. Maria Célia, o nosso querido Agnelo Queiroz que está aqui presente

conosco, o Sr. Agenor Álvares, também Diretor, todos os presentes aqui.

Não havendo mais quem queira discutir, Senadora Lúcia Vânia, em seguida o Senador Augusto Botelho.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sra. Presidente, Srs. e Sras. Senadores.

Sra. Presidente, eu gostaria de colocar aqui uma questão que eu acho que interessante a gente poder fazer uma avaliação da atual gestão, com os problemas que vem acarretando ou que enfrentou a Agência Sanitária durante a sua vida. Sempre foi um órgão muito complexo, um órgão que não saía das páginas dos jornais envolvida em escândalos em dificuldades. Acredito que a atual gestão tem dado uma credibilidade ao órgão que não pode deixar de ser evidenciada aqui.

É claro que existem ainda muitos desafios a serem enfrentados, mas para mim pessoalmente que acompanho, eu acho que o órgão tem procurado cada vez mais se estruturar, cada vez mais ser eficiente. Eu pude assistir aqui há várias audiências públicas em que a ANVISA esteve presente de forma bem dura, contundente na questão das farmácias e em várias outras questões que foram colocadas aqui. Eu acredito que à medida que a sociedade vai se tornando cada vez mais informada e exigente, a ANVISA será sem dúvida nenhuma o centro das atenções e o centro motivador para essa sociedade seja cada vez mais informada.

Portanto, eu gostaria de externar aqui a minha satisfação de ver o Dr. Dirceu à frente do órgão nos próximos anos, porque a sua gestão tem sido uma gestão eficaz; uma gestão que eu posso dizer isso no dia-a-dia porque acompanho através da agência, o quanto essa equipe tem se esforçado no sentido de procurar cada vez mais aprimorar o seu trabalho, a sua equipe técnica e fazer com que o órgão tenha a credibilidade que a sociedade exige.

Portanto, o meu voto é favorável.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada, Senadora Lúcia Vânia. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Só para lembrar que a ANVISA tem oito anos apenas é uma jovem, é uma criança não está nem na pré-adolescência ainda e a gente está aprendendo a fazer as coisas. O povo do Brasil está aprendendo a conviver com a Vigilância Sanitária.

Outra observação em relação aos homeopáticos, Senador Flávio Arns, é que ele representa a homeopatia na ANVISA é alguma coisa que deve estar entravando. Em relação aos defensivos agrícolas que a Senadora Kátia Abreu falou, ela frisa bem em relação aos defensivos, em relação a agricultura de maneira

geral a agronegócios, mas os defensivos agrícolas são usadas pela agricultura familiar também.

Quer dizer exige-se que se faça uma solução rápida, principalmente porque o nosso fator mais importante da inflação dos últimos meses têm sido os alimentos. Se a gente conseguir liberar os defensivos agrícolas, vamos diminuir os custos da produção agrícola, na agricultura familiar também. Toda a agricultura familiar usa defensivo, não tem essa... Só o que opta mesmo por fazer uma agricultura mesmo orgânica que não, mas é um percentual pequeno no Brasil isso. Eles são penalizados também pelo preço, inclusive são penalizados porque eles têm não têm recursos para aplicar tudo que precisa, aplica com subdose e no fim, fica tendo prejuízo na safra, porque não tinha recurso para botar o defensivo todo. Está bom, muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Com a palavra o Senador Papaléo Paes, o último inscrito.

SENADOR PAPALÉO PAES (PSDB-AP) – Sra. Presidente, Srs. Senadores, Senadora Rosalba Ciarlini, eu quero aqui compartilhar das palavras proferidas pela Senadora Lúcia Vânia, a respeito da ANVISA, do Dr. Dirceu Raposo, do Senador Augusto Botelho, que foi que o eu consegui presenciar essas duas palavras. E, dizer que é com muita satisfação que nós temos aqui, mais uma vez, o Doutor Dirceu Raposo, sendo indicado para a direção da ANVISA.

Eu digo com satisfação, porque nós sabemos reconhecer às dificuldades que a ANVISA enfrenta. Nós sabemos reconhecer que a área técnica é uma área muito competente, determinada e precisa como disse o Senador Augusto Botelho, tem oito anos de vida, precisa sofrer aquelas transformações e mutações necessárias para que realmente nós possamos estabilizar essa instituição importante como a promovedora da vigilância, do controle, enfim, da ação mesmo que uma agência é determinada a fazer.

Então, eu quero dizer que o Dr. Dirceu foi sempre participativo aqui no Senado Federal, nunca se furtou a comparecer e, em situações impossíveis mesmo ele não podendo vir, sempre mandou representante a altura, atingindo os objetivos que nós precisávamos com a sua presença ou com a presença da instituição aqui representada.

Então, eu quero fazer essa referência como Presidente da Subcomissão de Saúde e agradecer ANVISA pela participação que tem tido conosco e pela solução de alguns problemas, como o caso que eu faço questão de registrar aqui a questão da Maliasin.

Nós fizemos uma Audiência Pública aqui, que foi solicitada por aqueles pacientes usuários desse medicamento, essa Audiência Pública foi uma Audiência

Pública, muito importante e muito debatida e, hoje nós temos uma solução que eu espero que seja definitiva, mas tem prazo de validade. A ANVISA autorizou, liberou a importação do produto através da Abbott e vai o laboratório distribuir gratuitamente a todos os usuários cadastrados.

Então, eu quero agradecer a ANVISA, agradecer ao Dr. Dirceu pela participação e pela resposta imediata, quer dizer o Senado Federal, agradece e eu particularmente, agradeço, como médico que sou a iniciativa da ANVISA.

Eu quero parabenizar a Instituição pela indicação do seu nome e também parabenizar o senhor, por claro, por ser aprovado o seu nome aqui nessa Comissão. Obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada. Senador Eduardo Azedo, em seguida a nossa Vice-Presidente.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sra. Presidente, o Senador Papaléo Paes que é médico, já fez aqui às observações pertinentes, mas eu quero ainda registrar que tanto ele, quanto a Senadora Lúcia Vânia e eu, nós somos três representantes da PSDB nessa Comissão e a nossa visão é de que realmente a ANVISA está no caminho correto. Nós queremos que esse sucesso até aqui seja exatamente o incentivo, para que ela seja cada vez mais vigilante em benefício da população brasileira.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada, Senador Eduardo Azedo. Senadora Rosalba Ciarlini.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Na realidade, Presidente, é praticamente uma pergunta, a ANVISA tem oito anos e nós sabemos que os Municípios nesse processo de municipalização da saúde, passou a ter também a responsabilidade da Vigilância Sanitária. Eu acredito que muitos municípios ainda não estão bem estruturados, porque a carência nesse Brasil dessa extensão dimensão e de muitas diferenças, também, a diferença de regiões mais pobres com menos profissionais, eu acredito que nós temos ainda muitos municípios, mas sei que é de uma importância muito grande para a saúde que os Municípios tenham condições.

Então, será que o Sr. poderia se não agora, mas depois, como eu faço parte da Frente Municipalista, receber a informação de como estão os Municípios em relação a vigilância. Nós sabemos que a questão de saúde passa pelos alimentos de uma maneira geral e, a fiscalização acontecer nos supermercados e nas feiras que existem. Muitas doenças, às vezes até fatais, chegam a ser provocadas por alimentos que estão alterados, que estão contaminados e uma série de

questões e que está ligado, tanto ao comércio como também à própria produção, ao trabalho; a pesca em lugares que são altamente contaminados e que vem a acontecer desse produto ser vendido, então, isso nos preocupa.

Eu sei que a ANVISA é o órgão que está vamos dizer na orientação geral, mas precisa e aí, eu tenho uma experiência própria do meu tempo de Prefeita lá no Nordeste, em Mossoró, que também nós precisamos sempre de um incentivo maior. Precisamos de um acompanhamento maior e de mais capacitação, para termos mais agentes de fiscalização, isso é uma carência muito grande.

Muitas vezes o Município já tem recursos poucos para poder fazer frente a isso, mas também existe muitas vezes a condição do pessoal não estar capacitado e a estrutura em algumas regiões necessita dessa capacitação vindo mais de longe, mais de fora, por falta de quem faça na própria região.

Fica aqui só essa pergunta, que eu gostaria de ter noção como andam as questões nos Municípios e também a sugestão de capacitar mais, levar mais informações. Inclusive, eu acho que os Agentes de Saúde que hoje já estão sendo capacitados chegando a ter em muitas regiões já nível médio, técnico, inclusive, na área de assistência à saúde, como auxiliar de enfermagem, como técnico de enfermagem, poderiam também receber uma capacitação maior para que eles em campo; como estão no dia-a-dia em campo, pudesse tanto os agentes comunitários de saúde, o Programa Saúde da Família, como os de endemia, os agentes de controle da dengue e tudo.

Porque se estão em campo e algo com relação a essa parte principalmente dos medicamentos não estiver bem, eles podem ser orientadores. Eu não digo nem assim, que vão ser os... Mas fazer uma orientação às famílias de como atuarem de forma a adquirir o alimento de melhor qualidade.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SARAÇOYA (PDT-CE) – Obrigada, também, Senadora Rosalba Ciarlini. Eu passo, então, a palavra para o Dr. Dirceu Raposo, para que possa fazer suas considerações finais em seguida iremos já fazer a contagem dos votos.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Obrigado, Presidente, Srs. Senadores, muito obrigado pelo apoio que eu tive aqui pelas palavras gentis de todos os senhores.

Eu vou ser breve até porque eu sei que a pauta de vocês é bastante extensa, eu vou começar pela Senadora Rosalba, que fez uma questão direta.

A ANVISA como a senhora falou, Senadora é correto, ela é um dos entes do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, que na verdade, opera e deve operar bem na ponta. O cotidiano da vida das pessoas é no Município é lá que a ação deve se dar da maneira mais contundente, a prevenção deve ser feita e, é lá que a equipe é primeiro, por um País das dimensões do Brasil, é lá que nós temos a maior dificuldade sim.

Não só a dificuldade – e a senhora tocou dois pontos muito importantes. Um deles é a dificuldade da capacitação dos servidores, um País continental como esse e, para isso a gente já tem algumas ações já em andamento. O nosso centro colaborador – já estamos passando a informação – os nossos centros colaboradores, primeiro, do ponto de vista da capacitação. Até 2005, nós tínhamos quatro centros colaboradores da Agência Nacional com universidades no País, a Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo.

São os centros de conhecimento e os centros de maior população de adensamento populacional no País, sem dúvida nenhuma. Mas como é que nós capacitar o servidor da Vigilância Sanitária da Roraima ou do Estado do Acre do Senador Tião Viana, ou mesmo dos Estados e das cidades longínquas lá do Nordeste?

Nesse sentido, nos últimos dois anos, nós temos criado mecanismos de parcerias a exemplo do que já tínhamos, como por exemplo, uma delas, a primeira deste processo foi a parceria que fizemos com a Universidade Federal do Acre. Criamos lá uma unidade – não é um centro colaborador, mas uma unidade, porque é um pouco menor a sua estrutura – que vai através da Universidade Federal fomentar a capacitação, para aquela região que é uma região carente, que é uma região que tem distâncias muito grandes e, portanto, tem dificuldades evidentes do treinamento na capacitação e na formação pessoas.

É preciso salientar, também, que nós temos feito um trabalho bastante próximo do Ministério da Saúde, que tem já uma Secretaria que cuida desta área de uma forma mais geral, o nosso foco é mais Vigilância Sanitária, mas eu acho que isso tem andado de forma bastante rápida e bastante bem estruturada.

Uma outra coisa que a senhora falou que é muito importante, eu tenho dito há anos já, que Vigilância Sanitária não é só uma atribuição do servidor, do profissional de Vigilância Sanitária. Vigilância Sanitária é a consciência coletiva do indivíduo que vai comprar carne e quer saber se aquele boi foi abatido num matadouro que está registrado e dá pra ele, por exemplo, evidentemente a segurança do consumo daquele alimento.

Eu lembro, eu cito sempre um caso que houve aqui em Brasília há um ano atrás, uma senhora entrou num mercadinho aqui da periferia e viu que ali tinha um frango sendo disponibilizado para a população, tinham

os frangos congelados que não tinham sido refrigerados de forma adequada e estavam com o prazo de validade vencida. Ela como todo o cidadão que tem consciência nesse País, chamou o gerente do estabelecimento e falou: "O senhor não pode comercializar isso aqui, eu vou chamar a Vigilância Sanitária". Ela fez a ação que todo cidadão quando vê um desvio deve fazer e tem que ter o apoio da autoridade nesse momento.

Agora, para isso tem que ter consciência até para que a gente não tenha abusos e enfim. Se o cidadão tiver o conhecimento do processo do que é Vigilância Sanitária ele pode nos ajudar. Nós temos um trabalho dentro da ANVISA, que nós chamamos de "Educa ANVISA", que são os nossos profissionais percorrem escolas. Temos um programa de conscientização da população, particularmente população de crianças e de jovens, no sentido do que é o trabalho da Vigilância Sanitária e como é que eles podem atuar como cidadãos na garantia das condições sanitárias adequadas para sua comunidade, então, essa é a questão da formação e da capacitação.

A outra vertente é dos recursos e aí, nós temos um problema que é uma questão de financiamento. Eu vou falar do tempo que eu estou lá, porque é o tempo que eu conheço é o tempo que a gente pode atuar. Em 2004 para 2005, o repasse para o sistema federal foi de 90 e alguns milhões de reais, este ano aqui, nós estamos repassando, repassamos para unidades federadas para Estados e para Municípios 203 milhões de recursos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, da ANVISA, para o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, garantindo para que todo o Município independente do número de habitantes dele, o menor Município desse País, tenha no mínimo um piso de 7 mil e 200 reais oriundos do repasse da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

Essa é uma questão que afeta diretamente os Municípios, primeiro que historicamente – eu estou profissional de saúde – a gente sempre vê a assistência antes da prevenção, a nossa formação é essa. Então, se o Prefeito tiver que escolher entre comprar um esparadrapo e atuar na prevenção, na vigilância, ele vai comprar o esparadrapo que a pessoa se cortou lá, precisa do fio é isso. E, para isso...

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN) – É preciso a gente ter essa consciência coletiva, porque é a questão eu acho de prevenção. O saneamento hoje os Prefeitos estão entendendo e estão...

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Ótimo.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Acabou aquela história que político só queria não fazer saneamento...

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Obra para cima da terra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Obra para cima da terra, porque eu acho que isso passa por aí, por essa consciência coletiva.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Mas eu quero finalizar que a Agência, como uma instituição pública, Senadora Rosalba, está à disposição da senhora, como Presidente da Frente Municipalista, como médica. Eu posso dizer aqui, digo, porque é verdade recebi – e eles vão confirmar – o Presidente do CONAJE(F), o Presidente do CONASENS, tiveram a gentileza de me procurar de conversar comigo e também declarar apoio ao nosso trabalho e se colocar à disposição, para que a gente possa melhorar todo esse sistema. É esse o nosso empenho e vai ser a continuidade da nossa luta, eu gostaria de agradecer à senhora suas palavras.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Eu vou procurá-lo em breve.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Estamos à disposição.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Levando inclusive a sugestão de um projeto que eu acho que seria bem interessante, para que a gente possa fazer um trabalho educativo maior com a população.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Com muito prazer eu vou recebê-la.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Obrigada.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Enfim, eu queria ressaltar aqui a questão da Senadora Kátia Abreu, que eu acho muito importante. Nós conversamos longamente com a Senadora Kátia Abreu e acho que o Senador Flávio Arns, o Senador Augusto Botelho salientaram isso, o próprio Senador Papaléo Paes, eu tenho vindo para cá, esses volumes que os senhores estão recebendo a cada ano que passa nós publicamos o nosso relatório de atividades. Esse mais grosso é de 2006 e o pouquinho mais fininho é de 2005.

Esse relatório é um relatório que explicita o nosso compromisso com a sociedade, com a esta Casa de Leis, e ele não é um relatório eu tenho dito isso; a nossa gestão foi inovadora no sentido de solicitar o convite para ir à Câmara Federal, na Comissão de Defesa do Consumidor, Seguridade Social, perdão, no sentido de expor o que nós estávamos fazendo à crítica e ao crivo dos Deputados.

Desta mesma maneira eu coloco a agência e a gestão à disposição, para quando os Srs., julgarem necessário, adequado, para que nos chamem, nos convidem ou convoquem para que a gente venha aqui

debater, porque é assim que a gente melhora a gestão das instituições; é assim que a gente trabalha com relação a transparência.

Eu quero dizer que a Senadora Kátia Abreu toca novamente num ponto que é um ponto importante, eu vou conversar com os nossos companheiros da direção o Diretor Dr. Agnelo, Dr. Cláudio, Dr. Agenor e a Dra. Maria Cecília, vamos fazer uma reunião. Eu proponho, acho que a gente deve inclusive vir para cá, Senadora Patrícia a senhora pode convocar aqui uma Audiência Pública para tratar dessa questão do registro dos produtos agrotóxicos. Até porque o debate nesta Comissão nas duas Casas, Senado e Câmara é que confere a transparência dos processos, para que não haja dúvida nenhuma de como é que eles devem ser feitos e, se ele são feitos de maneira inadequadas compete-nos a nós corrigir as adequações.

Então, não há nenhum temor, não há nenhum segredo não há nenhum problema, aliás, esta foi uma marca da gestão, nós queremos ser chamados ao Congresso Nacional sempre que for necessário, sempre que for solicitado dos Srs., viremos, porque é assim que a gente constrói a democracia, através do debate das idéias e através dos processos de transparência.

Só para concluir, agradecendo mais uma vez, eu lembrei aqui com relação à questão que o Senador Augusto Botelho levantou no começo Senador, de um ex-Ministro acho que da época do Presidente Itamar, que ele foi acusado de alguma coisa que não lhe competia; depois de todo o processo resolvido eu falo assim: "Puxa, mas o senhor, efetivamente, aquela culpa que lhe foi atribuída não era sua". Ele disse o seguinte – eu lembro que gravei isso: "Fiz o que a lei, o que a norma e o que a ética determinavam, Brasília fez o de sempre".

Então, infelizmente, a gente tem em algumas instâncias da sociedade, um desconforto do debate, da franqueza, da transparência e isso às vezes incomoda e, as mudanças, outro dia na inauguração da nova sede eu falei assim: "Eu imagino que o Presidente Juscelino, deve ter sofrido de resistência para mudar a Capital Federal daquela praia maravilhosa, o Corcovado, aquela coisa bonita e trazer para cá que não é menos bonito, mas que mudava todo o hábito e todo o cotidiano daquelas pessoas, eu imagino, se para sair daqui há dez quilômetros ali para frente é isso tudo, imagina!"

Eu quero agradecer mais uma vez e colocar a Instituição, a nossa Diretoria e eu particularmente à disposição dos senhores sempre que os senhores desejarem. Muito obrigado.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Muito obrigada. Eu quero agrade-

cer ao Dirceu Raposo e quero pedir a Senadora Lúcia Vânia e ao Senador Gim Argello, que possam se dirigir a Mesa para fazer a contagem dos votos. Senador Gim Argello.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – No meu caso, a Senadora Ideli Salvatti pediu que na condição de suplente, ela pediu que deixasse ela votar e ela já realizou o voto, então.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Está bem representado.

SENADOR GIM ARGELLO (PTB-DF) – Agora vou ajudar a contar o voto. Aproveitando já que a senhora me deu a palavra, só parabenizar o Dr. Dirceu Raposo, que eu sou um admirador do trabalho que ele realizou, essa gestão que eles fizeram à frente a gestão passada, que realmente está de parabéns.

Hoje a ANVISA é um órgão dos mais respeitados no País todo, parabéns Dr. Dirceu Raposo eu sou um admirador e um fã do trabalho que o senhor realizou.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Muito obrigada, Senador Gim Argello.

SR. DIRCEU RAPOSO DE MELLO – Eu queria Senador Augusto Botelho, eu queria aproveitar que o Sr. Falou que a agência é muito nova, mas ela já têm muitas conquistas. Hoje – e a Senadora Lúcia Vânia, falou da questão das páginas dos jornais – a ANVISA sai nas páginas dos jornais, mas sai nas páginas boas.

Hoje duas notícias do jornal o Estado de São Paulo. Primeiro: "Site dará informação sobre a qualidade da leite", a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, o Ministério da Agricultura e o Departamento de Defesa do Consumidor, DPDC, firmaram um acordo para monitorar a qualidade do leite no País. Vamos ter um site e vai estar hospedado sob os auspícios do DPDC e isto é até inovador, porque as relações hoje da ANVISA e do Ministério da Agricultura, são próximas e estamos discutindo. A questão do alimento não é só o leite, a cadeia ela começa, ela é toda supervisionada pela agricultura e o produto final acaba ficando com a Vigilância Sanitária. Então, esta integração é muito importante para que a gente evite os riscos que eventualmente um produto inadequado possa causar para a população.

O outra, a outra notícia que me orgulha muito é que o Brasil integrará o grupo da Organização Mundial de Saúde, para inspeção de plantas farmacêuticas na produção anti-retrovirais. Entendo, o Brasil pela competência da nossa equipe técnica – eu tenho a honra de dizer isso, na área que eu dirijo diretamente na ANVISA, que é medicamentos – foi convidado para participar do grupo da Organização Mundial de Saúde, no sentido de qualificar plantas.

A OMS vai comprar dos laboratórios públicos da Rede de Laboratórios Oficiais do Brasil, da ALFOB, praticamente da FUNED, de Minas Gerais, do IQUEGO de Goiás, do LAFEP de Pernambuco e de Farmanguinhos, no Rio de Janeiro, medicamento anti-retrovirais certificados por aquela instituição do qual agora fazemos parte para fornecer aos países necessários na África, enfim, dos países que necessitam.

São duas notícias que hoje marcaram jornais e que marcam a atuação dessa Instituição nova, porém reconhecida já internacionalmente.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada, Dr. Dirceu Raposo. Senadora Lúcia Vânia, para anunciar os votos.

SENADORA LÚCIA VÂNIA (PSDB-GO) – Sra. Presidente, o Senador Gim Argello e eu conferimos e os votos estão os seguintes: 14 votos sim, 01 abstenção e 01 não.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Obrigada. Então está reconduzido a Agência Nacional de Saúde.

(palmas)

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Eu quero antes de encerrar, parabenizar mais uma vez o Dr. Dirceu Raposo pelo trabalho que ele vêm fazendo pelo trabalho que vem realizando.

Eu quero só agradecer, então, a presença do Dr. Dirceu parabenizá-lo, mais uma vez, dizer que V.S^a. será sempre muito bem vindo a essa Casa. Agradecer em nome da Comissão, pela sua parceria, parceria da ANVISA, que como eu já ressaltei em todos os momentos tem sido nossa aliada e nossa parceria nessa Comissão de Assuntos Sociais. Muito sucesso e que V.S^a. possa continuar fazendo o excelente trabalho que vem desenvolvendo. Parabéns.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – É que o item 1, não é votação não é nada, só ler, porque é turno suplementar, se ela pudesse fazer, daí já ficamos livres dele já. Não tem votação não é nominal, não é nada, é o Turno Suplementar do item 1, só.

É o relatório da Senadora Kátia Abreu e da Senadora Lúcia Vânia, porque não vai à votação, não vai nada é só leitura.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Bom, o item 1 da pauta, Projeto de Lei do Senado nº 262 de 2003, dispõe sobre a proibição do uso de métodos de recrutamento de pessoal que possam causar dano a honra e a dignidade do trabalho. O autor é o Senador Paulo Paim, o relator é o Senador Geraldo Mesquita Júnior, que deu o parecer favorável na forma do substitutivo que apresenta.

A Presidência esclarece que na última reunião, no dia 05 de dezembro foi aprovada a Emenda nº 1, CAS, não foram apresentadas emendas no Turno Suplementar.

Não havendo, então mais quem queira discutir e não sendo oferecidas emendas na discussão suplementar, a Emenda nº 1, CAS oferecida ao PLC 262 de 2003 é definitivamente adotada, nos termos do art. 284 do Regimento Interno do Senado Federal. Portanto, a matéria vai à Secretaria Geral da mesa.

SENADOR PAULO PAIM (PT-RS) – Obrigado, Senadora.

SRA. PRESIDENTE SENADORA PATRÍCIA SABOYA (PDT-CE) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente sessão, muito obrigada a todos.

(Sessão encerrada às 13h04.)

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CMA

Ata da 1^a Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura, realizada em 12 de fevereiro de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e doze minutos do dia doze de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, HÉRÁCLITO FORTES, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, FLÁVIO ARNS, AUGUSTO BOTELHO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, ADELMIR SANTANA, LÚCIA VÂNIA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, passa-se à deliberação da pauta pelo item 3. **Item 03) AVISO Nº 161, DE 2001 – NÃO TERMINATIVO** que “encaminha ao Senado Federal cópia da Decisão nº 585, de 2001-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil S.A., no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu, e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário (TC –

009.538/2001-4". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador ADELMIR SANTANA. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** Aprovado. Após, o item 4 é retirado de pauta a pedido do relator. **Item 04) PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 2005 – NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre a criação do Monumento Natural do Arquipélago das Ilhas Cagarras". **Autoria:** Deputado FERNANDO GABEIRA. **Relator:** Senador ADELMIR SANTANA. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, nos termos do substitutivo aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **Resultado:** Retirado de pauta a pedido do relator. Passa-se, então, à deliberação dos itens 2, 1 e 5, nessa ordem. **Item 02) AVISO Nº 26, DE 2006 – NÃO TERMINATIVO** que "encaminha recomendações proferidas por aquela Corte de Contas, quando da elaboração do Relatório e Pareceres Prévios sobre as Contas do Governo da República – exercício de 2005, referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União (DRU) sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para apreciação dos projetos de lei resultantes das propostas consubstanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator:** Senador AUGUSTO BOTELHO. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Resultado:** Aprovado. **Item 01) AVISO Nº 99, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.233/2007, proferido nos autos do processo TC 004.468/2006-6, bem como do Relatório e do Voto que o fundamentaram sobre Auditoria Operacional realizada no Programa Morar Melhor, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e executado pela Caixa Econômica Federal". **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relator "ad hoc":** Senador ADELMIR SANTANA. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** Aprovado. **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 538, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO** que "dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes". **Autoria:** Senador ADELMIR SANTANA. **Relator:** Senador HERÁCLITO FORTES. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Aprovado. Na seqüência, o Senhor Presidente adia os demais itens da pauta. **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990,

para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário". **Autoria:** Senador GERSON CAMATA. **Relator:** Senador HERÁCLITO FORTES. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas". **Autoria:** Senador RENATO CASAGRANDE. **Relator:** Senador INÁCIO ARRUDA. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça". **Autoria:** Senador GERALDO MESQUITA. **Relator:** Senador RAIMUNDO COLOMBO. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que "acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências". **Autoria:** Senadora LÚCIA VÂNIA. **Relator:** Senador FLÁVIO ARNS. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado:** Adiado. **Item 10) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que "revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato". **Autoria:** Senador EXPEDITO JÚNIOR. **Relator:** Senador CÍCERO LUCENA. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** Adiado. **Item 11) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que "altera o Decreto-Lei nº 986, de

21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações compreensíveis para o consumidor". **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP.** **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO.** **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** Adiado. **EXTRA-PAUTA** é deliberado o **REQUERIMENTO N° 01, DE 2008-CMA** que "requer, nos termos do art. 58, § 2º, inciso V, da Constituição da República e do art. 90, inciso V, do Regimento Interno do Senado Federal, sejam convidados os Senhores Ministros da Agricultura, REINHOLDS STEPHANES, e do Meio Ambiente, MARINA SILVA, acompanhada do Presidente do IAMA, BAZILEU ALVES MARGARIDO NETO, para que prestem esclarecimentos à esta Comissão acerca de suposto conjunto de medidas ora em estudo nos Ministérios do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, as quais, segundo reportagens publicadas pelo jornal O Estado de S. Paulo dos últimos dias 10 e 11 de fevereiro, incluiriam a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pela derrubada ilegal de florestas, legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia". **Autoria:** Senador **HERÁCLITO FORTES** e outros. **Resultado:** Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores **ADELMIR SANTANA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, CÍCERO LUCENA, EXPEDITO JÚNIOR e FLÁVIO ARNS.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinqüenta e nove minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Srs. Senadores que estiverem de acordo com a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior permaneçam como se encontram. Aprovado.

Nós iniciaremos os trabalhos de hoje pelo Item 3, cujo Relator se encontra presente.

Item 3. Encaminha ao Senado Federal cópia da decisão nº 585/2001, bem como dos respectivos relatório e voto que o fundamentam sobre denúncia de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil no Estado do Ceará em processo de cessão de crédito para Companhia Agroindustrial Vale do Curu

e por sonegação das informações solicitadas sob alegação de sigilo bancário. Esse aviso é de autoria do Tribunal de Contas da União, e tem como Relator eminentíssimo Senador Adelmir Santana, a quem concedo a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) –

Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu vou me ater aqui apenas à análise para não tomar muito tempo. O TCU encaminhou ao Senado Federal para conhecimento da cópia de decisão de supra mencionadas acerca de eventuais irregularidades praticadas pelo Banco do Brasil no Estado do Ceará, em processo de cessão de crédito segundo os quais o Banco do Brasil credor da importância de 12 milhões, 380 mil, 421 reais e 20 centavos da empresa Agrovale. Em liquidação por autofalência resolveu ceder esse crédito a Avelino Forte Filho pela importância de um milhão e quatrocentos e trinta e sete mil reais. O Tribunal pleno, diante das razões expostas pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues decidiu fixar ao Sr. Eduardo Guimarães, Presidente do Banco do Brasil, o prazo improrrogável de 15 dias para que apresentasse ou determinasse a apresentação de cópia do processo administrativo de aprovação do contrato de ação e pagamento de cessão de crédito acima referido.

O voto, portanto, tendo em conta o exposto, nós opinamos que esta Comissão tome conhecimento da matéria e delibere pelo encaminhamento do processo ao arquivo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Relatório do Senador Adelmir Santana.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Aliás, só para... O processo do TCU já foi inclusive encerrado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Consulto o eminentíssimo Senador Adelmir Santana, já que o Item 4 também é de sua Relatoria, se poderia, na seqüência, já fazê-lo. Projeto de Lei da Câmara nº 19/2005...

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Só queria antes da leitura, nós fomos procurados esses dias pela Fundação Chico Mendes, pessoal ligado a esse setor, eu pediria a retirada de pauta para fazermos uma análise mais apurada do nosso Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – V.Exª será atendido. Retirado de pauta então o Item 4. Voltamos ao Item 2.

Item 2. Aviso 26/2006. Encaminha recomendações proferidas por aquela Corte de Contas quando

da elaboração do Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República, exercício de 2005 referentes à reversão dos efeitos da desvinculação de receitas da União, DRU, sobre o orçamento da seguridade social, bem como solicitando prioridade para a apreciação dos Projetos de Lei resultante das propostas consubstanciadas no Relatório final da CPMI dos Correios. É de autoria o aviso nº 26/2006, do Tribunal de Contas da União. Tem como Relator o eminentíssimo Senador Augusto Botelho, com parecer pelo conhecimento da matéria e remessa do processo da Comissão Mista de Planos e Orçamento Público e Fiscalização. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, o aviso nº 26/2006 encaminhado pelo Presidente do TCU, comunica o Presidente do Senado Federal que na Sessão Extraordinária do Plenário de 1º de junho de 2006 quando da elaboração do Relatório e pareceres prévios sobre as contas do Governo da República no exercício de 2005 em decorrência de ressalvas e informações evidenciadas no processo TC 008.422/2006-5, o TCU proferiu as seguintes recomendações contidas nos itens 1 e 3. A Presidência da República, essa Presidência do Senado Federal e Câmara dos Deputados e ao Ministério Público da União que adotem medidas cabíveis no âmbito das respectivas competências institucionais para reverter os efeitos da desvinculação das receitas da União, DRU, instituída pela Emenda Constitucional nº 27/2000, e alterada pela Emenda Constitucional 42/2003, sob o orçamento da seguridade social. As Presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados que evidem esforços no sentido de dar prioridade à apreciação dos Projetos de Lei resultante das propostas substanciadas no Relatório Final da CPMI dos Correios. Avisos nº 26/2006 foi submetido à Comissão de Assuntos Econômicos e que tomou conhecimento da matéria e pronunciou-se pelo seu encaminhamento à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle e a Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização. Arquivando-se ao final.

Conforme art. 49 da Constituição Federal compete-se exclusivamente ao Congresso Nacional julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de Governo. A Carta Magna também estabelece que para o controle externo o Congresso Nacional conta com o auxílio do Tribunal de Contas da União, e no art. 71, I, confere ao Tribunal competência de apreciar contas prestadas anualmente ao Presidente da República mediante prévio parecer.

Sendo assim, as duas recomendações do Tribunal de Contas da União ora encaminhadas por meio do

aviso 26/2006 decorrem do exercício dessa atribuição no que diz respeito ao exame das contas do Presidente da República em 2005. A primeira recomendação enseja reverter os efeitos da Emenda Constitucional 27/2000, alterado pela Emenda Constitucional 42/2003 que respectivamente instituiu a DRU, Desvinculação das Receitas da União e prorrogou a sua vigência, e a segunda, recomenda aos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados prioridade aos projetos decorrentes da CPI dos Correios. Em ambas trata-se de matéria incluída na competência legislativa do Congresso Nacional e das duas Casas.

No âmbito regimental, a tramitação do aviso nº 26/2006 está de acordo com o art. 409 do Regimento Interno do Senado Federal, que estabelece que os documentos recebidos pelo Senado pode ser despachados às Comissões competentes ou arquivados. O aviso também se conforma ao art. 410 do Regimento Interno do Senado Federal. Pois está datado e assinado e não contém termos desrespeitosos. Finalmente, ao atender o art. 411 que deverá ser encaminhado à Câmara ou a outro órgão do Poder Público. Por conseguinte conclui-se pela pertinência do envio do aviso nº 26/2006 do Tribunal de Contas da União ao Presidente do Senado Federal, à Comissão de Meio Ambiente, à Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle para conhecimento.

Diante do exposto, após ciência dessa Comissão e em conformidade com a Comissão de Assuntos Econômicos, recomendamos o encaminhamento do aviso nº 26 do Tribunal de Contas da União à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalização, Sr. Presidente. Este é o parecer.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Relatório do eminentíssimo Senador Augusto Botelho. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

Voltamos ao Item 1. Aviso nº 99/2007, encaminhado ao Senado Federal cópia do acórdão 2.233/2007, proferido nos autos do processo do Tribunal de Contas 4.468/06, bem como do Relatório do voto que o fundamentaram sobre a auditoria operacional realizada no Programa Morar Melhor, gerido pela Secretaria Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, e executado pela Caixa Econômica Federal. É de autoria do Tribunal de Contas da União e tem como Relator o eminentíssimo Senador Cícero Lucena. O parecer é pelo conhecimento da matéria e remessa do processo ao arquivo. Eu consulto o Senador Adelmir Santana se poderia funcionar como Relator ad hoc desta matéria.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Solicito ao senhor que nomeie um ad hoc também pro Item 5 que é de meu interesse.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Ex^a a palavra para o Relatório do Item.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – O aviso de nº 99, do Tribunal de Contas da União encaminha ao Senado Federal cópia de acórdão. Nos termos mencionados no acórdão adotado na Sessão Ordinária do Plenário de 24 de outubro de 2007 o Ministro do TCU decidiu arquivar o processo bem como dar ciência dessa decisão a diversas autoridades do Poder Legislativo e Executivo, entre eles o Presidente do Senado Federal. Nós termos do Relatório e voto que fundamentaram o acórdão, verifica-se que além do cumprimento integral das determinações, mais de 90% das recomendações emanadas do órgão fiscalizador ao longo dos procedimentos de auditoria operacional foram seguidos. Tal constatação ensejou o voto do Relator Ministro Marcos Vinícius Vilaça, o registro de elogios ao empenho demonstrado pela Secretaria Nacional de Habitação e pela Caixa, respectivamente gestor e executor do Programa Morar Melhor.

Em face de todo o exposto, conlúio no sentido de propor que esta Comissão tome conhecimento da matéria procedendo em seguida o arquivamento no processo. Esse é o voto do Relator Cícero Lucena.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o relatório do Senador Cícero Lucena, relatado pelo Senador Adelmir Santana. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Eu havia pedido, Sr. Presidente, a nomeação do Relator ad hoc, mas acaba de chegar o Relator do Item 5, Senador Heráclito.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Passamos então ao Item 5. Projeto de Lei do Senado nº 538/2007, que dispõe sobre extrato de cadastro eletrônico e os procedimentos a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na prestação de serviços aos clientes. Autoria Senador Adelmir Santana e tem como Relator o eminentíssimo Senador Heráclito Fortes, parecer pela aprovação do projeto. Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Agradeço a V.Ex^a, Sr. Presidente. Sr. Presidente, o Relatório é o seguinte. Nos termos do art. 102 A, caput e inciso III do Regimento Interno do Senado Federal, vem à consideração da Comissão de Meio Ambiente,

Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle o PLS 538/2007 de autoria do Senador Adelmir Santana cuja Emenda é reproduzida acima. A proposição se compõe de seis artigos. O art. 1º estipula:

Art. 1º. As instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a contratar operações de crédito e a prestar serviço aos clientes devem fornecer as informações cadastrais de adimplemento ou de inadimplemento por meio de sistemas eletrônicos que possibilitem ao cadastro de forma gratuita a consulta de seu histórico;

Art. 2º. Limita a cinco anos do vencimento da obrigação o período pelo qual essas informações poderão constar o cadastro;

Art. 3. Determina que as informações de adimplemento devem ser mantidas pelas instituições por no mínimo cinco anos da data de vencimento da obrigação;

Art. 4º. Especifica o conteúdo do cadastro dado ao cliente histórico de operação, valor, data, vencimento, pagamento efetuado com saldo médio, mensal e da conta corrente e aplicações financeiras. Pergunto a V.Ex^a se se faz necessário ler todos os artigos já que se encontra publicado o senhor poderia passar para considerações...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Fique V.Ex^a a vontade.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Vou continuar. Art. 5º. Sujeito ou infrator da lei normas de defesa do consumidor. Por fim, o art. 6º, estabelece que a lei entrará em vigor 90 dias após a sua publicação.

A matéria foi distribuída a todas as Comissões e como, por exemplo, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, e a Comissão de Assuntos Econômicos a qual caberá decisão terminativa. Na CCT foi aprovada parecer favorável do Senador Antônio Carlos Junior com duas Emendas: a primeira delas remete ao Banco Central do Brasil a regulamentação do disposto do art. 1º do PLS, a segunda Emenda obriga os Bancos a darem publicidade ao cadastro ora instituído.

Análise. Em face do conteúdo da proposição, cabe a esta Comissão emitir parecer sobre o que nela é atinente a defesa do consumidor, particularmente no intuito de aperfeiçoar o instrumento legislativo, reguladores, contratuais e penais referentes ao direito dos consumidores e fornecedores com especial ênfase às condições e limites de uso de informações responsabilidade civil, respeito a privacidade, direitos autorais, patentes e similares. As instituições de cadastro positivo é uma ferramenta auxiliar no processo de diminui-

ção dos riscos de crédito da economia como um todo. Eles permitem além do sistema mais conhecido tais como SERASA e SPC que prevê tão somente informações desabonadoras a respeito dos candidatos ao empréstimo. Para o consumidor, é mais do que justo poder ter acesso às informações sobre sua vida financeira contida nesse tipo de cadastro. E isso permite que ele tome decisões informadas e se proteja diante de um sistema financeiro altamente organizado. A rigor, o Banco Central já dispõe de um cadastro desse tipo. O sistema de informações de crédito, alimentado mensalmente pelas instituições financeiras com dados de clientes com créditos totais superiores a cinco mil. O SCR cumpre funções de supervisão bancária e de política monetária por parte das autoridades, além de permitir o intercâmbio das informações entre os Bancos, desde que autorizado pelo cliente. O consumidor final tem acesso a seus próprios dados através da internet. Com efeito, quando da sua implantação questionou-se uma possível ilegalidade do cadastro do BACEN, que, portanto, violaria o sigilo bancário. Todavia a Lei Complementar 105 de janeiro de 2001 que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras e dá outras providências, dita não consistir violação do dever do sigilo a troca de informações entre as instituições financeiras para fins cadastrais. Inclusive por intermédio de centrais de risco. Observadas as normas baixadas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil. Art. 1º, § 3º e 1º. Nesse diapasão o Conselho Monetário Nacional tomou o cuidado de franquear o acesso às informações contidas somente no SCR somente mediante autorização específica do cliente para essa finalidade conforme reza o art. 3º da Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.724 de 31 de maio de 2000 que dispõe sobre a prestação de informações para o sistema central de risco de crédito. O problema é que poucos consumidores têm conhecimento e real acesso ao sistema do BACEN, cuja divulgação é demasiadamente restrito.

Nesse sentido, a proposição que ora se analisa vem complementar a iniciativa governamental com a vontade de tornar automática a disponibilização ao cliente de suas informações cadastrais no Banco do seu relacionamento, tornando a relação imediatamente mais equilibrada do ponto de vista econômico.

Sr. Presidente, antes de declarar meu voto pela aprovação, claro, eu quero louvar a iniciativa do Senador Adelmir Santana, pela sensibilidade que teve em fazer com que a partir de agora o cadastro não seja apenas um instrumento de punição. Mas também instrumento de reconhecimento para aqueles que cumprem os seus deveres. Quero crer, meu caro Senador, que esse projeto com certeza irá inclusive servir para baixar custos

bancários, principalmente no que diz respeito a juros uma vez que nós sabemos que os Bancos embutem nas suas taxas exatamente um percentual para risco dessa natureza. Acho positivo, louvo a iniciativa de V.Ex^a e encaminho meu voto pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Relatório do Senador Heráclito Fortes.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Para discutir, Sr. Presidente. Mas para agradecer o Relatório.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Adelmir Santana, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR ADELMIR SANTANA (DEM-DF) – Não para discutir, mas para agradecer o Relatório e dizer que, na verdade, isso é uma coisa que é de propriedade do próprio correntista. Ele vai... Não abre a possibilidade de quebra, como foi aventado em determinado momento, de sigilo bancário, que é um extrato do seu comportamento como cliente nos últimos cinco anos. E que já existe, mas na verdade como bem coloca o Relator, é de desconhecimento do povo de uma forma geral. Então vai tirar seu próprio extrato ao negociar a abertura de uma conta em uma outra instituição, vai mostrar que é um cliente adimplente, que é um cliente que teve todas as operações naqueles cinco anos relatado naquele próprio Relatório e, certamente, vai conseguir algumas vantagens no que diz respeito aos spreads, às cobranças de taxas, pela qualidade do cliente que se apresenta naquela nova instituição. Então creio que vamos democratizar e apenas vamos premiar aqueles que são bons pagadores ao invés de nos preocupar apenas em castigar os mal pagadores e os que pagam bem também fazem parte desse castigo, como bem colocou o Relator, que nos spreads bancários já estão incluídos esses custos do risco da inadimplência que nem sempre é praticada por todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Ex^a razão quando diz que esse extrato vai facilitar o relacionamento dos clientes com as instituições financeiras. Continua em discussão o projeto. Não havendo mais quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão.

Aprovado. Queremos registrar a presença, honrosa presença nesta reunião do Prefeito Paulo Mourão, da nossa querida cidade de Porto Nacional. Deputado membro do Congresso Nacional por vários mandatos e que nos honra hoje aqui com sua presença. Nossos cumprimentos ao Prefeito Paulo Mourão.

Sobre a Mesa Requerimento de autoria do eminente Senador Jefferson Peres, subscrito também pelo eminente Senador Heráclito Fortes, que versa sobre a seguinte matéria. Requeiro nos termos do art. 58, § 2º, inciso V da Constituição da República, do art. 9º, inciso V do regimento interno do Senado Federal, sejam convidados os Srs. Ministros da Agricultura, Reinhold Stephanes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, acompanhada do Presidente do IBAMA, Basileu Alves Margarido Neto, para que preste esclarecimentos a Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, acerca de suposto conjunto de medidas ora em estudo no Ministério do Meio Ambiente e da Agricultura, Pecuária e Abastecimento as quais, segundo reportagem publicada pelo jornal O Estado de São Paulo, no último dia 10 e 11 de fevereiro incluíram a concessão anistia aos proprietários de terra responsáveis pela derrubada ilegal de florestas legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia. A Mesa propõe a inclusão deste Requerimento Extrapauta à aprovação dos eminentes Srs. Senadores. Srs. Senadores que estão de acordo com a apresentação Extrapauta desse Requerimento permaneçam como estão. Aprovado. E a Mesa submete agora à aprovação do Requerimento proposto. Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se estão. Aprovado o Requerimento apresentado pelo Senador Jefferson Peres, e pelo Senador Heráclito Fortes.

As demais matérias... Seria importante esclarecer que a matéria relacionada ao Item 5, de autoria do Senador Adelmir Santana tem caráter terminativo na Comissão de Assuntos Econômicos. As demais matérias da pauta de hoje tem caráter terminativo e visivelmente não temos quórum suficiente para sobre elas discutirmos.

A Comissão, a Mesa, sobretudo, gostaria de se solidarizar com os nossos Senadores Aloizio Mercadante e Jonas Pinheiro, que estão hospitalizados, cuidando da recuperação de suas saúdes.

Senador Flexa Ribeiro. V.Exª deseja se manifestar? E nós encerramos aqui os assuntos da pauta. Tem V.Exª a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, Srs. Senadores. Nós temos assistido nas últimas semanas, e especialmente nos últimos dias, um contraditório de notícias com relação à questão do desmatamento na Amazônia, e principalmente com relação a um projeto que eu apresentei, projeto de nº 6.424/2005, que trata da utilização das áreas antropisadas no nosso País. Esse projeto, ele foi aprovado por unanimidade no Senado Federal, foi enriquecido aqui na Comissão de Meio Ambiente

biente pelo Senador Gerson Camata, que o ampliou para espécies exóticas ou nativas, e foi encaminhado à Câmara Federal. Lá, lamentavelmente foi obstaculizado durante dois anos por uma ação do Ministério do Meio Ambiente, que se mostrava contrário à tramitação do projeto, inclusive com uma possível negociação.

Ao final do ano de 2007, já... Melhor dizendo, em meados de 2007 o Ministério do Meio Ambiente se mostrou aberto a negociar o projeto e fizemos inúmeras reuniões com o Relator, Deputado Jorge Khoury, da Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, com o Ministério do Meio Ambiente, com a Ministra, com o Secretário-Executivo, Dr. Capobianco, com as Organizações Não-Governamentais, com a Confederação Nacional da Agricultura, com a Confederação Nacional da Indústria, no sentido de se encontrar um texto que pudesse atender o objetivo do projeto. E a imprensa vem, através de declarações várias, inclusive do Greenpeace, dizendo que o projeto de minha autoria é de floresta zero que pretendem devastar a Amazônia.

Eu queria, Sr. Presidente, primeiro esclarecer a toda a sociedade brasileira que o projeto de minha autoria vem exatamente no sentido de preservar não só a Amazônia, mas o Brasil como um todo, já que ele é um projeto que abrange o nosso País. Ele não altera o Código Florestal com relação às reservas legais. Ele mantém, no caso da Amazônia, a reserva legal de 80% como diz o Código Florestal hoje. Ele apenas permite que se utilize as áreas já alteradas que estão abandonadas, muitas delas abertas em décadas passadas por indução do próprio Governo quando lançou um programa de integrar a Amazônia para não entregar a Amazônia e que levou a um nível de desmatamento que hoje se encontra essas áreas já sem uso.

Então, o projeto vem no sentido de... De forma inteligente, utilizar essas áreas já alteradas, que ao longo das últimas décadas o Código Florestal determina que elas sejam reflorestadas, e que não foram e não o serão porque não há retorno econômico no reflorestamento exigido pelo Código Florestal, e o projeto vem exatamente sanar essa questão, permitindo que se use essas áreas já alteradas intensivamente, e se faça a reserva em outra área, na mesma bacia hidrográfica, ou seja, no mesmo ecossistema, no limite dentro do mesmo Estado. Dentro do mesmo Estado. Isso vai fazer com que não haja mais necessidade de se derrubar uma única árvore na Amazônia. E nem no Brasil. Porque você vai poder já utilizar... A Amazônia tem hoje 207... 700 mil quilômetros quadrados de áreas alteradas. O meu Estado, o Estado do Pará, tem 207 mil quilômetros quadrados. São 20 milhões de hectares de áreas abertas que face à tecnologia existente,

hoje, elas estão subutilizadas. E com o uso intensivo dessas áreas, nós não vamos precisar desmatar mais nenhum metro quadrado na Amazônia.

O meu projeto, que foi enriquecido tanto no Senado e depois na tramitação da Câmara, lamentavelmente ele estava para ser aprovado nesse texto consensado com o Ministério do Meio Ambiente quando a bancada ruralista da Câmara pediu para que o projeto tramitasse na Comissão de Agricultura. O que foi feito no final do exercício passado. E na Comissão de Agricultura foram introduzidas alterações profundas naquilo que foi proposto por mim, aquilo que foi consensado nas reuniões amplas no Ministério do Meio Ambiente, e que realmente aí deturparam completamente o projeto permitindo, reduzindo a reserva legal, permitindo compensação em qualquer Estado Brasileiro, ou seja, uma área alterada para ser utilizada em São Paulo poderia ser compensada no Acre. O que vai contra qualquer equilíbrio dos ecossistemas.

Então, eu gostaria de trazer essa discussão para a Comissão de Meio Ambiente, o projeto vai retornar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, fazer uma reunião conjunta da Comissão de Meio Ambiente do Senado com a Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, para que nós pudéssemos esclarecer a sociedade, Senador Cícero Lucena, Senadora Marisa Serrano, os pontos importantes desse projeto que estão sendo deturpados, eu diria, talvez até por falta de informação, e estão levando o projeto como sendo um projeto que leve ao desmatamento. Quando é exatamente o contrário. É um projeto que visa à preservação da floresta com a utilização das áreas já alteradas.

O Secretário-Executivo do Ministério do Meio Ambiente, Dr. Capobianco, deu uma declaração em que ele se referia à anistia àqueles que já tinham feito a derrubada além da Amazônia legal. Não há anistia. Eu acho que ele utilizou um termo e que trouxe essa polêmica toda a nível da imprensa, porque o projeto proposto por mim não anistia ninguém. O projeto proposto por mim não altera a reserva legal. Mantém a reserva legal de 80%. Ele apenas abre a possibilidade para que essas áreas já alteradas sejam reflorestadas novamente. Reflorestadas com o uso econômico. Com espécies nativas ou exóticas. E a reserva legal de 80% será feita numa área ainda preservada através de compra, tanto de áreas de Governo, que agora vai licitar concessões, quanto de áreas privadas.

E aí, Presidente Leomar Quintanilha, é importante que se possa reafirmar aqui e esclarecer de uma vez por todas que o Código Florestal, da forma como está, não tem cumprido a sua função no sentido de reflorestar essas áreas. E da forma como está previsto

no projeto, essas áreas serão sim reflorestadas. E o zoneamento econômico ecológico, que acho que esta Comissão deveria assumir isto como uma bandeira para que fosse uma obrigação do Governo Federal fazer o zoneamento econômico ecológico de todos os Estados brasileiros, porque aí definiria de uma vez por todas quais são as áreas de contemplação, quais são as áreas de uso intensivo, quais são as áreas de manejo, quais são as áreas de uso semi-intensivo. O Estado do Pará fez o seu... Aprovou o seu zoneamento econômico ecológico há três anos, por unanimidade na Assembléia, mas não conseguiu implementá-lo porque precisa de detalhar. E esse detalhamento é de custo altíssimo.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– V.Ex^a me permite um aparte?

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com o maior prazer, Senadora Marisa.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS) –

Sr. Presidente, Senador Flexa, Senador Cícero Lucena, eu quero aqui confirmar as palavras de V.Ex^a dizendo que se o País quiser crescer com desenvolvimento sustentável, garantindo boa qualidade de vida para a sua população, não há como numa época de hoje em que o mundo todo se volta especificamente para garantir um ambiente mais saudável para toda a população da terra, que o Brasil, que é um País continental, não se preocupe com macro zoneamento econômico ambiental. E se possível social, todo o mapeamento que a gente possa fazer. Mas o econômico e o ambiental é fundamental. E quero lhe dizer que essa foi uma proposta que o Governador do meu Estado, que é do PMDB, o André Puccinelli, e eu como candidato ao Senado fizemos em todo o Mato Grosso do Sul. E tivemos o apoio da Fundação Klabin e das universidades do meu Estado. E Mato Grosso do Sul está terminando o seu macro zoneamento econômico ecológico, o que para nós é fundamental, porque só para se ter uma idéia, nós tínhamos sete usinas de álcool até o ano passado, o ano retrasado, e do ano passado para cá são 39 usinas de álcool sendo implantadas no Mato Grosso do Sul. Além disso temos o aquífero Guarani fundamental passando por baixo de nossas técnicas é terras. Nós temos o Pantanal maravilhoso e nós temos também a preocupação com uma fronteira vastíssima com a Bolívia e o Paraguai.

Portanto, eu acredito e quero confirmar a V.Ex^a, para nós é fundamental. Nós temos que brigar por isso. Nós temos rios de água doce, só do meu Estado de um lado nós temos o Paraná que é divisa do meu Estado com São Paulo, Minas e Goiás, e do outro lado temos o Paraguai. São dois grandes rios do País dividindo o Mato Grosso do Sul. E eu não acredito, não acredito

em nenhum planejamento sustentável para o País num estágio que nós estamos hoje que não seja através de um macro zoneamento.

Quando a gente fala em desmatamento da Amazônia, desmatamento, como é que nós vamos fazer se o País não tem um planejamento específico para a área? Se não diz o que é que pode e o que não pode? Se não tem uma lei específica que nós pudéssemos votar aqui, mas que garantisse. Só que o macro zoneamento, principalmente para a Amazônia que é uma região tão importante para o País e para o mundo, tinha que ter todo o respaldo da União para que isso se faça. E se não tiver esse respaldo da União não vai ser o Estado do Pará ou do Amazonas que vai ter condições, Roraima e Acre de fazê-lo. Se o governo estiver tão interessado assim em que a Amazônia não seja desmatada, se o mundo estiver interessado que as grandes ONGs mundiais, que os grandes institutos mundiais apóiem a Amazônia para que se faça o macro zoneamento. Acho que essa tem que ser a nossa linha de luta e V.Ex^a me tem aqui como uma guerreira ao seu lado.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Agradeço, Senadora Marisa Serrano. E Senadora... Permite, já, Senador Cícero Lucena. Senadora Marisa Serrano, ela confirma exatamente aquilo que eu estava me referindo, Presidente Leomar Quintanilha. Se o Governo tivesse realmente vontade política para resolver essa questão, regulamentar essa questão de desmatamento, ele investiria pesadamente no zoneamento econômico ecológico. Com isso ele iria coibir inclusive a questão das grilagens de terra. Porque as terras só são griladas porque tem expectativa econômica à frente. Se você está numa área de reserva definida pelo zoneamento econômico ecológico e ali não tem negócio, não há grilagem. Porque ele não vai poder fazer negócio futuro.

Então, é importante que a gente faça essa reunião eu diria conjunta, pra gente possa, inclusive com a presença do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério da Agricultura, do Ministério do Desenvolvimento, vamos discutir. Vamos discutir para ver de que forma nós podemos resolver essa questão que é fundamental para o País. Não estamos preocupados com as pressões de fora. A preocupação nossa é aqui, é interna. Nós aqui vivemos, os nossos descendentes vão aqui viver, então temos que cuidar do futuro do Brasil. Permitir o Senador Cícero Lucena.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, Senador Flexa, demais companheiros e companheiras, Senadores e Senadoras. Eu quero dizer que a oportunidade do projeto do Senador Flexa no sentido, não só pelo seu mérito, na sua essência, mas princi-

palmente por provocar esse debate, essa discussão a nível nacional. Eu acho que ele pode até sofrer modificações, pode ser aprimorado se for o caso, mas fundamentalmente é a necessidade que esse tema tem que pautar os nossos debates, as nossas discussões, não apenas nessa Comissão, mas no Congresso como um todo, com a participação efetiva da sociedade. Não com chavões ecológicos, não com distorções de propostas, mas com o aprofundamento da essência daquilo que está sendo proposto e que eventualmente possa vir ser aprimorado como eu disse anteriormente, destacando como o Senador Flexa colocou e a Senadora Marisa, a necessidade urgente, urgentíssima de fazermos o mapeamento econômico ecológico do nosso País. O Brasil, para os brasileiros, tem a prioridade nº 1. Mas, não podemos também descartar de que o Brasil merece atenção e está tendo atenção a nível internacional, até porque nós vamos ter, Senador Flexa, na próxima semana aqui no Congresso brasileiro, entre o dia 18 e 21, o encontro do G8 mais 5 sobre a questão do aquecimento global. Dos Parlamentares. Nós vamos fazer aqui no Brasil a exemplo do que foi feito na Alemanha o ano passado em julho, que teve a presença de alguns Parlamentares brasileiros, a exemplo da minha presença, a coordenadora, Senadora Serys Slhessarrenko, do Senador Casagrande, do Deputado Palocci, do Deputado Augusto Carvalho, nós teremos aqui no Brasil já a partir do dia 18 esse debate também a nível internacional da questão do aquecimento global, que é uma preocupação de todos nós por estarmos vivendo, presenciando, acompanhando os desastres ambientais que nós estamos vivendo.

Então acho que é fundamental a oportunidade desse projeto do Senador Flexa Ribeiro por além de seu mérito, ele poder proporcionar o debate a nível nacional de um tema tão relevante para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flexa Ribeiro, a Presidência gostaria de louvar o esforço de V.Ex^a com vista a recuperação das áreas alteradas neste País, sobretudo, no Estado que V.Ex^a com raro brilho representa nesta Casa.

Uma parte dessa área eu tive a oportunidade de ver com V.Ex^a quando visitamos a indústria Agropalma. A Agropalma. Por sinal um belo exemplo de inclusão social. Um belo exemplo de aproveitamento do potencial econômico do Estado do Pará, com inclusão social. Foi realmente um belo exemplo. Mas para alcançar a Agropalma nós sobrevoamos lamentavelmente uma vasta extensão de terra no Estado do Pará totalmente alterada e desaproveitada. Por culpa inclusive nossa, porque há um *vacatio legis* aqui. A legislação hoje não permite que se recupere essa área degradada

exatamente por causa da permissão de aproveitar só 20% da área naquela região, na região amazônica. É importante que o projeto a que V.Ex^a se refira possa contribuir para que nós possamos corrigir essa falha na legislação brasileira e possamos trabalhar ativamente na recuperação das áreas degradadas, das áreas alteradas no nosso território. E é claro, a solução apontada por diversos eminentes Srs. Senadores, inclusive o Senador Lucena, Senadora Marisa Serrano, a definição, a decisão sobre a realização do zoneamento econômico e ecológico de cada Estado. Certamente vai facilitar esse trabalho. Estado de V.Ex^a, eu tenho conhecimento, já tem esse zoneamento. Eu espero que nós possamos obter dos demais Estados brasileiros que ainda não tomaram essa providência que cuidem de preparar essa legislação como forma de contribuir para o aproveitamento desse extraordinário potencial econômico que nós temos com o uso adequado do solo.

Seria importante informar aos Senadores que chegaram agora que foi aprovado Extrapauta Requerimento de autoria dos Senadores Jefferson Peres e Heráclito Fortes um convite à Ministra Marina Silva e ao Ministro Reinhold Stephanes para debater e discutir a respeito de ações discutidas no âmbito dos seus Ministérios, envolvendo inclusive a possibilidade da anistia, a possibilidade da concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pela derrubada ilegal de florestas, legalizando 220 mil quilômetros quadrados já devastados na Amazônia. Senador Expedito, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) –

Sr. Presidente, eu gostaria na mesma linha de V.Ex^a também de, primeiro, dizer que Rondônia nós temos... Nós fizemos também o nosso zoneamento, e que não é barato. Na época o Governo do Estado gastou em torno de 20 milhões para fazer o zoneamento sócio-ecológico e econômico do Estado de Rondônia. Aproveito para desmistificar essa informação trazida pela Ministra Marina Silva de que Rondônia era um dos Estados que contribuía mais para o desmatamento da Região Amazônica. Nós estamos condenados pelo Governo Federal a ser o lixeiro do mundo. Disse que nós somos o pulmão do mundo, mas nós somos condenados a ser o lixeiro do mundo. E ninguém quer pagar por isso. Esquece que lá nós temos seres humanos, lá nós temos pessoas que sobrevivem, lá nós temos pessoas que dependem do dia-a-dia para sustentar sua família. E na visão de alguns ecologistas, uma ave hoje vale mais do que um ser humano. E isso é inaceitável. Eu entendo que nós temos que achar um meio termo nessa questão entre o ser humano, entre mantermos a nossa floresta e discordar da Ministra Marina Silva.

Lá não houve crescimento do plantio de soja, lá não houve crescimento do plantio de cana-de-açúcar. A informação que trouxeram para a Ministra Marina Silva é informação errada. Haja vista que a Ministra Marina Silva tem alguma coisa declarada contra já o nosso Estado, contra Rondônia, há uma política do Ministério do Meio Ambiente voltada ela contra os interesses do nosso Estado, os madeireiros de Rondônia são tratados como bandidos. Isso não é possível mais que nós possamos permitir que isso aconteça.

Eu fui eleito Senador da República defendendo... Não que eu quero defender que se derrube, que se desmate. Não é isso. Até porque o madeireiro que hoje é penalizado, na verdade o madeireiro deveria ter tratado dignamente. Porque na verdade o madeireiro ele não entra na mata derrubando tudo não, quem derruba hoje é as pastagens. Quem está formando pasto. Na verdade é quem... é os grandes plantios. Porque o madeireiro ele escolhe uma árvore. Ele escolhe a árvore madura para tirar. Ele vai lá e tira uma árvore madura e a árvore madura que vai gerar a economia do município, vai gerar o sustento de muitas pessoas hoje empregadas, principalmente em vários Municípios do Estado de Rondônia ele é quem sustenta o Município são as madeireiras legalizadas. Lá no nosso Estado hoje nós fizemos um entendimento com a classe madeireira do nosso Estado aonde nós estamos tentando buscar essa convivência que seja harmoniosa.

Então, Sr. Presidente, eu até gostaria de assinar junto aí com os Senadores que estão convocando a Ministra Marina Silva e o Ministro Reinhold Stephanes até porque houve uma divergência dos dois Ministros. A Ministra saiu acusando que o desmatamento na Região Amazônica foi por causa do crescimento do plantio de soja e de cana-de-açúcar e o Ministro Reinhold Stephanes disse que não era verdadeiro. Que essa informação que passaram à Ministra não era as mesmas informações que ele como Ministro da Agricultura tinha. Então é importante que se faça isso e esse zoneamento que se aqui discute hoje, que se pleiteia aqui hoje aos demais Estados é bom. Mas é importante também que o Governo Federal finance isso. Que o Governo Federal ajude porque o dos maiores beneficiados é o Governo Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Presença aqui dos Ministros do Meio Ambiente e da Agricultura propiciará um rico debate e certamente esclarecedor sobre a questão levantada.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Ex^a a palavra. Senador Arns. Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Desejando a V.Ex^a e ao Senador Flexa Ribeiro, com quem não tinha tido ocasião ainda de conversar hoje, o Senador Expedito também que seja um bom ano com muita saúde, muito trabalho. Mas, eu só gostaria também de concordar com a presença dos dois Ministros nesta Comissão para que esse debate sobre o desmatamento possa também ser esclarecido aqui nesta Comissão. Seja em termos da ocupação pela pecuária, pela agricultura, por movimentos sociais, para que as informações sejam amplamente debatidas.

Agora, no Requerimento consta inclusive a solicitação da presença dos Ministros até para, em função da existência de uma iniciativa para anistia dos desmatadores. Quer dizer, eu diria que isto seria o fim da picada para o Brasil. Quer dizer, a pessoa cometer o crime, 200 mil quilômetros quadrados, e depois as pessoas serem anistiadas. Quer dizer, isso realmente seria um exemplo péssimo para a sociedade, a mesma coisa que se dizer: Cometa o crime e depois vai ser anistiado. Mas o Senador Sibá Machado, ontem ocupou a Tribuna do Senado, leu nota divulgada pela Ministra, quer dizer, um documento escrito da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, e do Ministro da Agricultura, Reinholt Stephanes, negando qualquer proposta de anistia para desmatadores ilegais.

Então, que tem que deixar muito claro que existe uma nota oficial dos dois Ministérios, e seria um exemplo péssimo para o Brasil qualquer iniciativa que dissesse: "Olha, desmate e depois vai ser anistiado". Nós temos que pensar: "Desmate, vai ser punido exemplarmente". Porque este é um patrimônio que é do Brasil, é da humanidade, é necessário que se pense sobre isso, e não anistiado.

Então, nesse sentido a nota já foi lida. Mas eu considero fundamental. Quer dizer, independentemente da nota ter sido lida, por isso que eu comecei a minha fala inclusive para dizer que é importante a presença dos dois Ministros para que esses esclarecimentos sejam dados. Agora, só para que a sociedade saiba também de que não existe qualquer iniciativa, qualquer projeto do Governo Federal para conceder anistia a fazendeiros que tenham derrubadas ilegais de árvores na Floresta Amazônica. É importante que se ressalte isso. Não concordamos, não desejamos. São atividades criminosas, e como criminosos, têm que ser combatidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço a V.Ex^a. Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, só para confirmar aquilo que o Senador acabou de dizer, Flávio Arns, que em nenhum momento o projeto... A polêmica toda gira em torno do projeto que eu apresentei há três anos, no Senado. Em nenhum momento se fala em anistia. Nunca se propôs anistiar aqueles que desmataram além da reserva legal. Nunca se propôs mexer na reserva legal. Diminuir de 80% na Amazônia. A carta que o Senador Flávio Arns se refere, inclusive indo de encontro ao que o Secretário-Executivo, Dr. Capobianco, tinha declarado à imprensa, ela faz referência ao meu projeto. No trecho final da carta ela diz: "Flexibilizar o Código Florestal, como prevê o PL 6.424/2005". Sim. O projeto é para flexibilizar o Código Florestal, mas não mexe na reserva legal. Aprovado... Aqui é que vem a distorção. Aprovado na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados em dezembro passado. O que foi aprovado na Comissão de Agricultura não é o projeto que foi por mim apresentado. Não é o projeto que foi negociado com o Ministério do Meio Ambiente, não é o projeto que foi... Tem o parecer do Deputado Jorge Khoury na Comissão de Meio Ambiente na Câmara Federal. Foi totalmente alterado na Comissão de Agricultura. E nós não compactuamos com aquilo que foi feito na Comissão de Agricultura.

Então, o projeto tem... Vai retornar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara Federal, ele tem que retornar o parecer do Deputado Jorge Khoury, que é o parecer que atende exatamente à idéia e os princípios originais do projeto, e não como ela, a Ministra, os Ministros dizem ao final, que o projeto na forma como foi aprovado na Comissão de Agricultura não levará a diminuição do desmatamento e sim à legalização do passivo ambiental e ao estímulo a novos desmatamentos. Ela tem razão. Ela tem razão quando se refere ao que foi aprovado na Comissão de Agricultura. Na Câmara. Mas, o que nós temos que fazer agora é, quando ele retornar à Comissão de Meio Ambiente da Câmara, que é terminativo lá, é voltar ao parecer que foi negociado com o Ministério do Meio Ambiente, re-pito, com as Organizações Não-Governamentais, com o setor produtivo, para que ele seja então aprovado na forma do parecer da Comissão de Meio Ambiente. Que aí sim ele é... Vem em benefício da manutenção da floresta. Ele vem em benefício do uso das áreas já antropisadas, mantendo a reserva legal de 80%. E vai permitir que se faça o reflorestamento dessas áreas com espécies nativas ou exóticas, mas com o retorno econômico desse reflorestamento, que o Código Florestal de hoje não permite, e em função disso as áreas, como V.Ex^a bem fez referência, estão lá abandonadas e sem nenhum uso por parte.

Com relação ao desmatamento, é importante que se diga, é que um dos fatores de desmatamento no Brasil, e é preciso que o Governo reconheça isso, é a forma de assentamento utilizada pelo INCRA. O INCRA quando assenta os sem terra nas suas áreas, ele leva aquelas famílias sem nenhuma forma de sustento, de forma digna, faça a derrubada. Aí sim, Senador Flávio Arns, eles derrubam aquele lote que para eles foram concedidos e... Para fazer a agricultura de subsistência.

Então, se você somar milhares de lotes desse, você vai ter ao final um volume de desmatamento muito importante. E que é preciso que o Governo reconheça isso, reveja a política do INCRA, faça aquilo que V.Ex^a fez referência à experiência que o Governo do Pará fez na utilização de lotes totalmente abandonados de um assentamento do INCRA e que hoje as famílias que lá trabalham tiram uma renda da ordem de dois mil reais por mês. Por mês. Por assentado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Srs. Senadores, os demais itens da nossa pauta são de caráter terminativo. Não havendo quórum suficiente, agradeço a presença de todos os Senadores e está encerrada a Sessão.

(Sessão encerrada às 12h59.)

Ata da 2^a Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2^a Sessão Legislativa Ordinária Da 53^a Legislatura, realizada em 26 de fevereiro de 2007, às 11:30 horas.

Às doze horas e quarenta minutos do dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE, CÉSAR BORGES, VALDIR RAUPP, CÍCERO LUCENA, MARISA SERRANO, MARCONI PERILLO, JEFFERSON PÉRES, AUGUSTO BOTELHO, SERYS SLHESSENKO, INÁCIO ARRUDA, EXPEDITO JÚNIOR, GERALDO MESQUITA, RAIMUNDO COLOMBO, LÚCIA VÂNIA e FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, a Presidência declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, é incluída, **EXTRA-PAUTA**, com aquiescência da Comissão, os seguintes Requerimentos: **REQUERIMENTO Nº 02, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos regimentais, a prorrogação pelo prazo de 12 (doze) meses

dos trabalhos da subcomissão temporária para a discussão sobre o gerenciamento de resíduos sólidos, no âmbito desta Comissão, destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados ‘lixões’ e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos municípios”. **Autores:** Senadores **CÍCERO LUCENA e FLEXA RIBEIRO**. **Resultado: Aprovado.** **REQUERIMENTO Nº 03, DE 2008-CMA** que “requer, nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213, de 2007, que dispõe sobre ‘fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista’, em reunião conjunta com a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com os seguintes convidados: 1. Representante do Banco Central do Brasil; 2. Representante da Secretaria de Acompanhamento Econômico – SEAE, do Ministério da Fazenda; 3. Representante da Secretaria de Direito Econômico – SDE, do Ministério da Justiça; 4. Representante da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços – ABECS; 5. Representante da Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Créditos – ANUCC e 6. Representante da Confederação Nacional do Comércio – CNC”. **Autores:** Senadores **JEFFERSON PÉRES, SIBÁ MACHADO e LEOMAR QUINTANILHA**. **Resultado: Aprovado.** **REQUERIMENTO Nº 04, DE 2008-CMA** que “requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas as seguintes informações a Excelentíssima Governadora do Estado do Pará, Sra. Ana Júlia Carepa, através do Ministério da Saúde, referentes ao Hospital Regional do Oeste do Pará: 1. Cópia dos Processos licitatórios de compra de material e serviços dos anos 2007/2008; 2. Cópia dos contratos de compra de material, serviços e pagamentos efetivados em 2007/2008; 3. Relação dos funcionários contratados em 2007/2008, com data de admissão, critério de seleção, função desempenhada, experiência e qualificação na função; 4. Relatório mensal de atendimento com nome, data de internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007/2008; 5. Informação sobre contratos e relatórios de serviços prestados pela OSCIP Centro Integrado e Apoio Profissional (CIAP/PR), que atualmente presta serviços ao HROP, com os respectivos custos; e 6. Custo mensal de manutenção do HROP nos anos 2007/2008”. **Autores:** Senadores **CÍCERO LUCENA e FLEXA RI-**

BEIRO. Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senhores Senadores **CÍCERO LUCENA** e **FLEXA RIBEIRO**. Dando prosseguimento a reunião, o Senhor Presidente comunica que os demais itens da pauta ficam adiados para uma próxima reunião: **Item 01) AVISO Nº 101, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO (1ª autuação)** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.450, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referentes a denúncia sobre possíveis irregularidades na Concorrência nº 4/2001, realizada pela Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A. – Trensurb, acerca das obras civis e de fornecimento de sistemas da extensão norte da linha 1 do metrô da cidade de Porto Alegre/RS, no trecho de São Leopoldo a Novo Hamburgo (TC – 007.444/2001-7)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União **Relator:** Senador **CÉSAR BORGES**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** **Adiado.** **Item 02) AVISO Nº 102, DE 2007 – NÃO TERMINATIVO (1ª autuação)** que “encaminha ao Senado Federal cópia do Acórdão nº 2.458, de 2007-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, sobre relatório de auditoria na Secretaria de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, em diversas unidades da federação, no Programa Nacional de Controle da Dengue (TC – 007.823/2007-8)”. **Autoria:** Tribunal de Contas da União. **Relatora:** Senadora **FÁTIMA CLEIDE**. **Parecer:** Pelo conhecimento da matéria e remessa do processado ao arquivo. **Resultado:** **Adiado.** **Item 03) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 690, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso XVII ao art. 51 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para considerar abusiva a cláusula contratual que obrigue o consumidor a pagar pela emissão do carnê de pagamento ou do boleto bancário”. **Autoria:** Senador **GERSON CAMATA**. **Relator:** Senador **HERÁCLITO FORTES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 04) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta inciso aos artigos 21, 22 e 38 da Lei nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, para estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas”. **Autoria:** Senador **RENATO CASAGRANDE**. **Relator:** Senador **INÁCIO ARRUDA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 05) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 430, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 6º ao art. 54 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor, para dispor que as cláusulas dos contratos de adesão que regulam as relações

entre as concessionárias de serviços públicos outorgados pela União, bem como por suas associadas, coligadas e filiadas, e os consumidores e usuários de seus serviços, devem ser aprovados previamente pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça”. **Autoria:** Senador **GERALDO MESQUITA**. **Relator:** Senador **RAIMUNDO COLOMBO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 06) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 424, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta parágrafos ao art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, renumerando o atual parágrafo único, para impor ao fornecedor a obrigação de advertir o consumidor, de forma clara e destacada, do direito de arrependimento previsto no art. 49 e dá outras providências”. **Autoria:** Senadora **LÚCIA VÂNIA**. **Relator:** Senador **FLÁVIO ARNS**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto, com a Emenda nº 01-CMA que apresenta. **Resultado:** **Adiado.** **Item 07) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 499, DE 2007 – TERMINATIVO** que “revoga o inciso XII do art. 39 e acrescenta os arts. 47-A e 47-B à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para estipular multa no caso de descumprimento, pelo fornecedor, da data fixada para o cumprimento de sua obrigação, e para definir o dia do cumprimento da obrigação do fornecedor, na omissão do contrato”. **Autoria:** Senador **EXPEDITO JÚNIOR**. **Relator:** Senador **CÍCERO LUCENA**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 08) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 132, DE 2006 – TERMINATIVO** que “altera o Decreto-Lei nº 986, de 21 de outubro de 1969, que institui normas básicas sobre alimentos, para estabelecer que os rótulos de alimentos devem atender aos requisitos de clareza e simplicidade e fornecer informações comprehensíveis para o consumidor”. **Autoria:** Senador **VALDIR RAUPP**. **Relatora:** Senadora **SERYS SLHESSARENKO**. **Parecer:** Pela rejeição do projeto. **Resultado:** **Adiado.** **Item 09) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 213, DE 2007 – TERMINATIVO** que “acrescenta § 2º ao art. 39 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para permitir a fixação de preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço à vista”. **Autoria:** Senador **ALDEMIR SANTANA**. **Relator:** Senador **JEFFERSON PÉRES**. **Parecer:** Pela aprovação do projeto com a Emenda nº 01-CAE. **Resultado:** **Adiado.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal,

juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 2ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura.

Os Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da Sessão anterior, permaneçam como se encontram. Aprovado.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, Questão de Ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Se encontra na Mesa dois requerimentos e nós pediríamos que se fosse possível ser colocado Extrapauta.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Submeto à consideração do Plenário a inclusão Extrapauta de três requerimentos que se encontram sobre a Mesa. Srs. Senadores que queiram discutir... Encerrada a discussão. Senadores que... Em votação. Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada a inclusão Extrapauta dos três requerimentos sobre a Mesa que passamos a ler. O primeiro Requerimento.

Requer nos termos regimentais a prorrogação pelo prazo de 12 meses dos trabalhos da Subcomissão Temporária para a discussão sobre gerenciamento de resíduos sólidos no âmbito dessa Comissão destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados lixões e apresentar propostas para solução destes problemas propondo parâmetros, metodologias e obrigações a serem adotadas pelos Municípios. É de autoria do eminentíssimo Senador Cícero Lucena, a quem concedo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, na condição de Presidente dessa Subcomissão e acho que é de conhecimento de todos os Senadores, como o Brasil como um todo, que cada vez mais se agrava essa questão de resíduos sólidos. Esse ano que nós passamos fizemos algumas viagens internacionais também a nível de Brasil, fizemos Audiência Pública, mas consideramos que ainda não foi suficiente as informações devido à evolução que existe na questão da reciclagem do lixo, bem como no volume de informação que está nos chegando de legislações, quer seja nacionais, internacionais, que possam ser adaptadas à realidade brasileira. É um problema que cada vez mais se torna presente no dia-a-dia do cidadão, até porque ele tem uma contribuição ambiental muito forte nesse

instante em que o mundo todo demonstra preocupação em relação ao aquecimento global. Daí a necessidade para que a gente possa concluir esse trabalho e fazer a proposta coletando todas as informações necessárias que a gente aprofunde cada vez mais essa discussão e esse debate. Esta é a razão do pedido da prorrogação da Subcomissão de Resíduos Sólidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão o Requerimento do Senador Cícero Lucena.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flexa, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu sou plenamente favorável à dilatação do prazo da Subcomissão de Resíduos Sólidos por mais 12 meses pelo trabalho que o nobre Senador Cícero Lucena na Presidência vem desenvolvendo de forma competente, discutindo um dos assuntos de maior gravidade hoje a nível dos Municípios brasileiros. Hoje o tratamento de lixo sólido no Brasil é feito por um número que eu diria sem significação nenhuma em relação aos mais de cinco mil municípios brasileiros. Então é preciso que haja uma política pública, uma política de Governo, Senador Cícero Lucena, que é isso que a Subcomissão está buscando com experiências de outros países para que possamos propor, através da Comissão de Meio Ambiente, para que uma ação do Executivo possibilite os Municípios a terem um tratamento adequado para os seus resíduos sólidos. Nós já numa viagem que fizemos para visitar instalação de geração de energia na Alemanha, e chegamos surpresos porque mais de 5% da energia gerada na Alemanha provém da queima de resíduos sólidos. E mais do que isso, Senador Presidente Leomar Quintanilha, a Alemanha importa lixo dos países da União Européia, como a Itália. A Itália exporta lixo para ser queimado na Alemanha, porque aquelas regiões da Itália próximas, que não têm um tratamento adequado, não sabem o que fazer também com aquele resíduo sólido. Então para eles é uma solução exportar para a Alemanha e a Alemanha é também uma solução pela queima, a geração da energia. Então eu quero, se o Senador Presidente aceitar, também subscrever o Requerimento no sentido de que seja prorrogada os trabalhos da Subcomissão de Resíduos Sólidos da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – A Mesa considera importante,

adequado e necessário o pleito formulado pelo Senador Cícero Lucena de prorrogar o prazo de discussão de um tema tão candente e tão significativo para o nosso País que ainda não encontrou a fórmula adequada que retrata como V.Ex^a, Senador Flexa Ribeiro menciona, um grave problema com consequências extremamente danosas para o meio ambiente e para a saúde das populações que não... Cujos Municípios ainda não têm a condição adequada de tratamento de nossos resíduos sólidos. Também tive a oportunidade como V.Ex^a de verificar outras experiências em outros países onde o problema que existe no Brasil lá é transformado em negócio, em oportunidade de negócio. E essa discussão por essa razão torna-se importante, inadiável para que nós também possamos acompanhar os bons exemplos que países desenvolvidos têm adotado na questão do tratamento do resíduo sólido. Portanto, nós encerramos a discussão. Submetemos... Encaminhamos ao Senador Flexa que quer subscrever também o Requerimento, fizemos a discussão, passamos à votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O segundo Requerimento de autoria dos ilustres Senadores Jefferson Peres e Sibá Machado, e também por nós subscrito, diz respeito à realização de Audiência Pública no âmbito desta Comissão com o objetivo de instruir o Projeto de Lei do Senado nº 213/2007 que dispõe sobre fixação no preço diferenciado na venda de bens ou na prestação de serviços pagos com cartão de crédito em relação ao preço a vista. Deverão ser convidados a expor seus pontos de vista autoridades e representantes das entidades denominadas a seguir sem prejuízo a exposição de outros convites a critério dos membros da Casa. Representante do Banco Central do Brasil, da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, da Secretaria de Direitos Econômicos do Ministério da Justiça, da Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Créditos e Serviços, Associação Nacional dos Usuários de Cartões de Crédito, e representantes da Confederação Nacional do Comércio. Em discussão o Requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, considero muito importante...

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Obrigado. Considero muito importante a proposta para que nós possamos discutir um tema que cada dia se faz mais presente do consumidor brasileiro em função do grande crescimento do uso do cartão de crédito, e sem dúvida essa preocupação merece dessa Casa

atenção especial e gostaria de sugerir de que estarei apresentando na Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor para que seja feita audiência em conjunto com esta Comissão para que nós possamos então inteirar cada vez mais um número maior de Senador e possamos tomar a decisão correta sobre o assunto.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flexa Ribeiro, tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente, Senador Leomar Quintanilha, eu quero aqui me associar às palavras do nobre Senador Cícero Lucena, e parabenizar o Senador Adelmir Santana, que é autor do projeto, pela sua preocupação de defender o usuário... Ele tem um projeto que eu fui Relator exatamente nesse sentido. Que está em pauta. Fui Relator noutra Comissão.

Então... e houve um mal entendido quando nós relatamos favoravelmente ao projeto do Senador Adelmir Santana pela mídia. Porque achavam que nós pretendíamos, ao ter um preço, um valor diferenciado pelas compras com cartão de crédito e compra a vista, que nós estávamos querendo aumentar o valor dos usuários do cartão de crédito. Era exatamente o objetivo do projeto do Adelmir Santana, do Senador Adelmir Santana e do meu parecer era exatamente no sentido contrário. Nós queríamos proteger o usuário brasileiro, o consumidor brasileiro. Por quê? Porque se você compra com um cartão de crédito, com uma mercadoria para pagar de 12 vezes em 12 prestações por um preço X, se você é obrigado a comprar esta mesma mercadoria se quiser pagar a vista, em dinheiro vivo, pelo mesmo preço dos 12 meses. Então alguma coisa, Senador Cícero Lucena, está errada aí. Os juros evidentemente cobrados no alongamento do pagamento pela financeira da bandeira do cartão de crédito têm que ser extraído do valor para o pagamento à vista.

Então, o usuário, o consumidor tem que ter ao tomar a decisão de comprar de uma única vez com o preço a vista, tem que ter o direito de ver expurgado do preço pago em 12 parcelas pelo cartão os custos financeiros ali embutidos. Então nós estamos pretendendo proteger o consumidor brasileiro. Que ele tenha um preço menor para pagamento à vista do que o preço pago em cartão parcelado em 10, 12, quantas vezes forem.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Encerrada a discussão, em

votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

O terceiro e último Requerimento trata-se de solicitação de informações ao Governo do Estado do Pará que deverá ser, uma vez aprovado nesta Comissão, deverá ser ouvida a Mesa e submetido ao Plenário, trata-se de pedido de informações ao Governo do Estado do Pará referentes ao hospital regional do oeste do Pará. E faz referência a processo licitatório de compra de material e serviços praticados pelo referido hospital. Faz referência ao Relatório mensal de atendimento com nome, data internação e procedimento médico hospitalar dos anos 2007 e 2008. E por último, propõe conhecer sobre contratos e relatório de serviços prestados pela OSCIP, Centro Integrado de Apoio Profissional que atualmente presta serviço ao referido hospital e com seus respectivos custos também com relação ao custo de manutenção do respectivo hospital. Esse Requerimento é de autoria dos eminentes Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro. Em discussão o Requerimento.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Para discutir Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena tem V.Ex^a a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente Leomar Quintanilha, eu gostaria de fazer o registro de que nós retornamos hoje dessa viagem da Comissão que foi externa aqui da Comissão de Meio Ambiente e Fiscalização. Eu gostaria de dizer a V.Ex^a de que foi muito importante essa visita dessa Comissão suprapartidária para nós identificarmos no Município de Santarém um projeto que na verdade vem sendo executado pelo Governo do Pará, que começou em administração passada no sentido de descentralizar o atendimento de média e alta complexidade na área de saúde. Foram construídos cinco unidades de grande e médio porte no interior do Pará, na região metropolitana e também no interior do Pará, e nós pudemos ontem durante todo o dia na companhia de Senadores de vários partidos identificar o clamor da população no sentido de que essa prática de descentralização possa ocorrer de uma forma mais rápida possível e com a plenitude do seu atendimento. Identificamos, visitamos todo o hospital, verificamos os equipamentos, e essas informações que aí estão sendo solicitadas inicialmente por mim e pelo Senador Flexa Ribeiro, mas que com certeza logo mais com a chegada dos demais Senadores eles também estarão assinando porque nós chegamos hoje de manhã da cidade de Belém, nós vamos poder então já que tivemos além da visita do hospital tivemos contato com o Conselho Municipal

de Saúde, tivemos contato com o Secretário de Saúde do Estado do Pará, tivemos contato com a Prefeita do Município de Santarém, tivemos contato com o Ministério Público daquele Estado, tivemos contato também com a Câmara de Vereadores, todos imbuídos em um único objetivo, colocar a unidade para funcionar, para atender não apenas à cidade de Santarém, mas toda uma região que é carente desse atendimento, às vezes tendo que deslocar os seus pacientes para cerca de 800 quilômetros de distância quer seja Belém ou até mesmo o Estado vizinho, Manaus, já que Santarém fica entre as duas cidades distante aproximadamente de 800 quilômetros. Então essas informações só irão nos ajudar no sentido de que o Senado cumpra seu papel de colaborar com a saúde pública do Estado do Pará e dentro desse objetivo nós acreditamos que poderemos ajudar após essas informações que serão esclarecedoras para essa Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Agradeço a V.Ex^a as ponderações sobre o Requerimento apresentado. Em discussão.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Para discutir, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Serei bastante rápido, até porque o nobre Senador Cícero Lucena já foi... Fez um relato da ida da Comissão Externa, da Subcomissão da Comissão de Meio Ambiente, apenas para agradecer. Agradecer ao Presidente, Senador Leomar Quintanilha, o apoio que deu da possibilidade desta Comissão Externa da Comissão de Meio Ambiente ir até o meu Estado, o Estado do Pará, e a cidade de Santarém, fomos seis Senadores de vários partidos políticos, como bem disse o Senador Cícero Lucena, a solicitação de informações é no sentido de podermos ajudar o Estado do Pará, ajudar a Governadora do Estado, a Secretaria de Saúde no sentido de no menor espaço de tempo dar condições de uso adequado àquela unidade de média e alta complexidade que está há 14 meses com... Subutilizada e sem atender aos paraenses daquela região do nosso Estado. E vidas humanas estão sendo perdidas desnecessariamente.

Então, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle têm o nosso agradecimento no sentido de que vai, com certeza possível, ajudar o Estado do Pará a viabilizar o pleno atendimento a saúde dos paraenses daquela região.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Encerrado a discussão. Nós estamos transferindo os demais itens da pauta para...

Ah, encerrada a discussão em votação o Requerimento apresentado. Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Nós estamos transferindo os demais itens dessa pauta para a próxima reunião, saudando a nossa ilustre Vice-Presidente. Nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente Sessão.

(Sessão encerrada às 13h00.)

Ata da 18ª Reunião, Ordinária, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, do Dia 26 de Junho de 2007 Às 11:30 Horas.

Às doze horas e sete minutos do dia vinte e seis de junho de dois mil e sete, na Sala nº 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a presença dos Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE**, **JOÃO RIBEIRO**, **FERNANDO COLLOR**, **CÍCERO LUCENA**, **MARCONI PERILLO**, **FLÁVIO ARNS**, **EXPEDITO JÚNIOR**, **GARIBALDI ALVES** e **FLEXA RIBEIRO**. Deixam de comparecer os demais Senadores membros da Comissão. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos e submete à votação a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, são apreciadas as matérias incluídas **EXTRA-PAUTA**. **Item 01) ADITAMENTO Nº 02 AO REQUERIMENTO Nº 17, DE 2007-CMA**, que requer, “nos termos regimentais, que seja convidada a Superintendente de Meio Ambiente da Empresa Furnas Centrais Elétricas S.A., Senhora Norma Pinto Vilela, para participar de audiência pública para tratar sobre as obras do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e os impasses em relação à licença ambiental para a construção da referida obra”. **Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR. Resultado: Aprovado. Item 02) REQUERIMENTO Nº 28, DE 2007-CMA** que requer, “nos termos regimentais, seja realizada audiência pública com o objetivo de se ouvir o Senhor Jonas Correa, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do IBAMA (ASIBAMA) sobre a Medida Provisória nº 366, de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes a partir da fragmentação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA)”. **Autoria: Senador EXPEDITO JÚNIOR e CÍCERO LUCENA. Resultado: Aprovado. Item 03) REQUERIMENTO Nº 29, DE 2007-CMA**, que requer, “nos termos regimentais, convite a Senhora Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente e o Sr. Bazileu Alves

Margarido Neto, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis (IBAMA) para prestarem esclarecimentos quanto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007 (Medida Provisória nº 366, de 2007), que ‘dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – Instituto Chico Mendes, e dá outras providências’ ”. **Autoria: Senador GARIBALDI ALVES. Resultado: Aprovado.** Usam da palavra os Senhores Senadores **EXPEDITO JÚNIOR**, **CÍCERO LUCENA** e **GARIBALDI ALVES**. Em seguida, o Senhor Presidente, Senador **LEOMAR QUINTANILHA**, informa que a presente reunião destina-se à realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, em atendimento ao Requerimento nº 18/2007-CMA, de autoria do Senador **RENATO CASAGRANDE** e da Senadora **FÁTIMA CLEIDE**, com a finalidade “de debater acerca das conclusões contidas no primeiro Relatório Anual de Gestão das Florestas Públicas”. Comparece o Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente. Após a exposição do convidado, apresentam seus questionamentos os Senhores Senadores **RENATO CASAGRANDE** e **GARIBALDI ALVES**. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e vinte e um minutos, lavrando eu, José Francisco B. de Carvalho, a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra dos acompanhamentos taquigráficos. – Senador **Leomar Quintanilha**, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Havendo número regimental declaro aberta a 18ª Reunião Ordinária da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura. Srs. Senadores que aprovam a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior permaneçam como se encontram. Nós temos a mesa três Requerimentos extrapauta. Não havendo quem queira se manifestar sobre a Ata. Aprovada a Ata.

Nós temos a mesa três Requerimentos extrapauta que eu submeteria a apreciação do Plenário.

Srs. Senadores que aprovam a apresentação dos Requerimentos de autoria do Senador Expedito Júnior, Garibaldi Alves Filho, dois do Senador Expedito Júnior. Aprovado.

Nós passaríamos a discussão dos Requerimentos.

Requerimento, requeiro nos termos regimentais, realizada a Audiência Pública em reunião extraordinária desta Comissão, com objetivo de se ouvir a associação nacional dos servidores do IBAMA, sobre a Medida Provisória 366, de 2007, que cria o Instituto Chico Mendes a partir da fragmentação do Instituto

Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Ele solicita que seja ouvido o Sr. Jonas Correia, Presidente da instituição, o outro Requerimento, também de autoria do Senador Expedito Júnior, e em aditamento ao Requerimento de sua autoria, assinado em conjunto com Senador Sibá Machado, já aprovado por esta Comissão para que seja convidado a Superintendente do Meio Ambiente, da empresa Furnas Centrais Elétricas, Sra. Norma Pinto Vilela, para participar da Audiência Pública, para tratar sobre as obras do complexo de hidrelétricas do Rio Madeira, no estado de Rondônia e os impasses em relação a licença ambiental para a construção da referida obra.

O terceiro Requerimento é de autoria do Senador Garibaldi Filho, que propõe o convite a Exma. Sra. Marina Silva, Ministra do Meio Ambiente, para prestar esclarecimentos perante esta Comissão quanto ao Projeto de Lei de Conversão nº 19, de 2007, que dispõe sobre a criação do Instituto Chico Mendes e conservação da biodiversidade do Instituto Chico Mendes e dá outras providências.

Eu passaria então, a palavra ao Senador Expedito Júnior, se for do interesse de S.Exa., dar sustentação oral aos Requerimentos que apresenta. Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente. Primeiro, eu gostaria de defender o Requerimento aqui, do convite que nós estamos incluindo e solicitando a presença da Sra. Norma Pinto Vilela. Haja vista, Sr. Presidente, que era para acontecer hoje essa nossa Audiência aqui e por conta já várias Audiência que teria aqui para ser agendada, haveria a presença aqui, do Presidente Nacional do IBAMA, que nós gostaríamos de discutir com ele, sobre o complexo do Madeira, as construções de Jiral e de Santo Antônio, e que até agora não tivemos a felicidade de ter um posicionamento do IBAMA sobre essa questão da licença ambiental, e eu gostaria, então, de incluir, nessa próxima Audiência Pública, eu não sei se já está definida por essa Comissão, se vai ser já na próxima semana, mas eu gostaria então, se possível, incluir o nome da servidora Norma Pinto Vilela, que participou, Sr. Presidente, de todos os estudos feitos, tanto no estado de Rondônia, os estudos feitos para que pudesse chegar a viabilidade da construção de Jiral e de Santo Antônio, no Rio Madeira.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir. Em votação. Os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como estão. Aprovado.

Eu só gostaria de esclarecer ao ilustre Senador que nós estamos em tratativa com os convidados, para

que nós possamos realizar a Audiência pretendida e estamos exatamente procurando acertar a agenda, dentro das possibilidades de cada um deles para que nós possamos marcar o mais breve possível.

O segundo o Requerimento, Senador.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente. Eu até fiz questão de discutir aquele primeiro, porque estava esperando a chegada do meu líder, o Senador Cícero Lucena, que na manhã, hoje, o nosso colaborador, o Wagner(F), ele nós informava que o Senador Cícero estaria apresentando também um Requerimento no mesmo sentido. Este Requerimento, Sr. Presidente, onde nós estamos convidando aqui, o Sr. Jonas Correia, Presidente Nacional da Associação dos Servidores do IBAMA. Eu sei que tem aqui outro Requerimento do Senador Garibaldi, que é convidando a Ministra, e eu acho até que é importante, mas nós já conhecemos o posicionamento da Ministra, nós já conhecemos o posicionamento também do Presidente Nacional do IBAMA e é importante que nós possamos ouvir aqui, a outra parte, aquela que vai ser atingida com essa Medida Provisória que são os servidores do IBAMA, eu vejo assim, Sr. Presidente, com bastante tristeza, eu não sei porque esse açoitamento do Presidente Lula, eu não sei porque esse açoitamento da equipe do governo, da Ministra Marina Silva em querer criar isso em Medida Provisória, isso nunca fez parte da vida política do Partido dos Trabalhadores, o Partido dos Trabalhadores sempre gostou de discutir muito, e exatamente nesse momento em que vai mexer em toda a estrutura do IBAMA, fazer isso em Medida Provisória, para que não dê oportunidade, para que a sociedade, para que principalmente, aqueles que serão atingidos, os servidores do IBAMA, possa discutir sobre isso, nós temos que trazer isso para cá, Sr Presidente, transformar isso em Projeto de Lei, não em Medida Provisória, trazer todo mundo aqui para dentro desta Casa e discutir sobre essas questões, sobre o gargalo. Muita gente acha que a criação do Instituto Chico Mendes vai melhorar a vida do povo brasileiro, vai melhorar a questão do IBAMA, e não é verdade, nós temos que discutir muito, eu até respeito essa possível vinda da Ministra aqui, Garibaldi, que V.Exa. também está proondo, e se pudesse até junto, para que nós pudéssemos ouvir aqui a Ministra e pudéssemos ouvir aqui, o Presidente do Sindicato dos Servidores do IBAMA.

Este Requerimento, Sr. Presidente, eu fiz ele, mas eu gostaria de pedir aqui, para que pudesse ser assinado, tanto pelo Senador Expedito Júnior como também pelo Senador Cícero Lucena, nós faríamos aqui então, uma assinatura em conjunto. Agora, eu gostaria de pedir uma prioridade a V.Exa. porque nós

devemos já votar isso aqui na próxima semana, então, é importante que esclareça para os Senadores, principalmente desta comissão, o porquê desse aconditamento, o porquê desta criação deste Instituto Chico Mendes, sem discutir com Congresso Nacional, sem discutir com ninguém, então é importante que pelo menos nesta Comissão, nós possamos ouvir as pessoas interessadas e discutir sobre a criação deste Instituto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Senador Cícero Lucena, tem V.Exa. a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente. Como já bem disse o Senador Expedito Júnior, nossa intenção seria apresentar também, para ouvirmos esse outro lado, de algo que, acho que Brasil como um todo foi pego de surpresa, se a razão da criação deste Instituto Mendes pareceu e é nossa obrigação esclarecermos, foi fruto de uma possível negativa, da licença da Hidroelétrica no Rio Madeira, algo que não está devidamente esclarecido para o Brasil. Como nós sabemos da importância da hidroelétrica, que não é o caso, isso aí já está contemplado em outras discussões que aqui, a Casa está fazendo, mas nós gostaríamos e nós somamos, tanto ao Senador Garibaldi Alves, na convocação da Ministra, como na convocação do Presidente dos Servidores para que isso seja debatido, estranhando também essa urgência urgentíssima da Medida Provisória, mais uma vez desmoralizando esse instrumento que seria para colaborar com as ações do poder executivo, mas muitas vezes está sendo demonstrado, ou a sua força em querer atropelar os fatos, ou simplesmente deixar de lado o debate, a discussão, o esclarecimento. Então, nós no somamos ao Requerimento do Senador, (interrupção no áudio) acreditamos inclusive, de que, no caso específico do Presidente do Sindicato, a sua agenda, com certeza estará priorizada aqui se fazer presente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu entendo que a propositura apresentada pelo Senador Expedito Júnior e apoiada pelo eminente Senador Cícero Lucena é efetivamente muito oportuna, nós temos ouvido manifestações contrárias, sobretudo originárias do próprio Instituto, do próprio IBAMA, e vejo aqui ao fundo da sala, uma manifestação ordeira, respeitosa, mas firme, de uma posição contrária a aprovação da Medida Provisória, de sorte que nós vamos procurar dar prioridade a essa discussão, marcando já para próxima reunião desta

Comissão a oitiva da Ministra, e aí, se for o caso, e não havendo possibilidade do seu comparecimento em razão da sua agenda, alguém que possa representá-la nessa discussão, mas eu espero que nós possamos contar com a presença da Ministra Marina Silva para discutir essa divisão, essa pretendida divisão do IBAMA, com a criação do Instituto Chico Mendes. Não havendo mais quem queira mais discutir.

Senador Garibaldi, quer discutir ainda o Requerimento? Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Presidente, eu creio que, se há um Requerimento que não precisa ser muito justificado é esse meu, porque nós estamos, como disse o Senador Expedito, recebendo aqui essa Medida Provisória, para que ela tenha o destino de tantas outras Medidas Provisórias, sejam aprovadas a toque de caixa, mas isso não pode acontecer neste caso da criação do Instituto Chico Mendes, daí porque, Sr. Presidente, se faz indispensável a presença da Ministra Marina Silva, como se faz presente também, como se faz indispensável, desculpe, a presença do Presidente do IBAMA, do Presidente do Sindicato, Jonas Correia, Presidente Nacional da ASIBAMA.

O ideal, V.Exa. sabe, eu acredito que concorde comigo, seria que, democraticamente, todos pudessem concordar em comparecer no mesmo dia e na mesma hora, mas que não compareçam, no mesmo dia, na mesma hora, mas que compareçam. Essa que é a verdade, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito bem, o Requerimento de V.Exa. vai na mesma direção do Requerimento apresentado pelo eminente Senador Expedito Júnior. Agora, V.Exa. fez um comentário interessante, que seria importante ouvir o Presidente do IBAMA e em nenhum dos Requerimentos está elencado o nome daquela autoridade, então, seria importante uma adição, seria importante nós promovermos uma adição, Senador Expedito, Senador Garibaldi, ao Requerimento de V.Exas. para incluirmos aí, o nome do Presidente do IBAMA.

Em discussão o Requerimento do Senador Expedito Júnior. Não havendo mais quem queira discutir. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permanecem como estão. Em discussão. Aprovado.

Em discussão o Requerimento do Senador Garibaldi Alves Filho, com o adendo para inclusão nome do Presidente do IBAMA também, nessa Audiência Pública, não havendo mais quem queira discutir. Encerrada a discussão. Em votação. Srs. Senadores que aprovam permanecem como estão. Aprovado.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exa. a palavra, pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Só para esclarecimento. Então, ficou a questão do Presidente Nacional do IBAMA, um editamento ao nosso Requerimento para que também ele compareça nessa Audiência, que vamos marcar para próxima semana. Não sendo possível a presença dele, vamos fazer igual com o Presidente Nacional dos Servidores Públicos do IBAMA.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Mas eu creio que não vindo o presidente, ele certamente mandará alguém representando a Instituição.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Com certeza, mas já fica definido para próxima semana.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Próxima semana.

No Item 1 da nossa pauta, nós temos a Audiência Pública para ouvir o Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, órgão da estrutura do Ministério do Meio Ambiente, que vem aqui debater a cerca das conclusões contidas no primeiro Relatório Anual da Gestão de Florestas Públicas, trata-se do Dr. Tasso Rezende de Azevedo, que eu gostaria de convidar para compor conosco a mesa.

Bom dia, Dr. Tasso, nós já concederíamos imediatamente a palavra a V.Sa., para que apresentasse a suas opiniões e impressões a respeito do primeiro Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas. Tem V.Sa. a palavra.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Obrigado, Senador Leomar Quintanilha, Presidente da Comissão, aos demais Senadores, demais presentes.

O Relatório de Gestão de Florestas Públicas é uma determinação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, aprovada o ano passado, por essa Casa, sancionado pelo Presidente, em março do ano passado e determina que todos os anos o Serviço Florestal Brasileiro deve reportar ao Congresso Nacional e ao CONAMA, a respeito do andamento da Gestão das Florestas Públicas no Brasil. Nós finalizamos esse Relatório dia 31 de março, como determina a lei, encaminhamos para o Congresso, nessa oportunidade apresentaremos brevemente o conteúdo e os principais avanços que houve na Gestão de Florestas Públicas, durante esse primeiro ano de aplicação, dessa lei, que foi tão intensamente debatida nesta Casa. Eu vou pedir que nossos colegas vão passando, eu vou falar rapidamente sobre os objetivos desse relatório o

seu escopo, a estrutura e o conteúdo desse Relatório, que os senhores tem a disposição, acho que tem até algumas cópias aqui, né? Se não tiver na mão. Tem umas cópias aqui.

Então, começando pelos objetivos desse Relatório, ele visa atender uma determinação da lei, que está no Art. 53, que exige que seja encaminhado pelo Serviço Florestal, que é o poder concedente, ao Conselho de Meio Ambiente e ao Congresso, o Relatório de Gestão de Florestas Públicas, e isso deve ser feito até o dia 31 de março de cada ano, então, o objetivo desse Relatório é apresentar os principais avanços que nós tivemos neste ano, em relação ao Relatório.

Esse Relatório tem como escopo, pode passar ao próximo, basicamente, a gestão de florestas públicas, nós não nos atemos a gestão de florestas como um todo, mas é focado nas florestas públicas brasileiras, ele foi montado num formato que visa informar o poder concedente, que é o Ministério do Meio Ambiente, o poder legislativo e os órgãos consultivos, que é o CONAMA, e a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, e a sociedade sobre a gestão nas florestas públicas, então, a linguagem, inclusive, do relatório foi pensada para isso, as ações são relacionadas a implementação da lei, que foi aprovada em março do ano passado e refere-se ao período de março de 2006 a março de 2007, então, sempre, os relatórios vão ter essa periodicidade.

Bom, o Relatório está estruturado, pode passar? Pode ir passando todos, né? Ele tem um primeiro capítulo que resume o que foi feito em relação a gestão de florestas públicas, nesse ano que passou, na segunda, a gente dá as principais ações diretamente relacionadas a gestão de florestas públicas que foram executadas, explicamos sobre a implementação do serviço florestal brasileiro, rapidamente se fala sobre os distritos florestais sustentáveis, que é um conceito de descentralização da gestão, que é aplicado em territórios definidos por Decreto presidencial, agente fala rapidamente sobre isso, e por fim, pode ir passando? A gente fala das prioridades, para esse próximo período, que supostamente vão ser reportadas no Relatório do próximo ano, de forma que possa ser comparado com a aquilo que nós estamos prevendo. Pode passar.

E por fim, tem como anexo, uma série de documentos que foram gerados durante esse ano. Como conteúdo desse relatório, primeiro o contexto, nós fizemos uma apresentação do contexto do setor florestal no Brasil, que representa 56% do território nacional, são florestas, e isso equivale a uma economia de cerca de 3,5% do nosso PIB, representa, apesar de ser 3,5% do nosso PIB, representa 8,7% das nossas exportações, e ele gera 2 milhões de empregos diretos, estimados

6 milhões de empregos diretos e indiretos, relacionados a essas atividades. O importante, é que mais da metade das florestas públicas do Brasil, das florestas do Brasil, pelo menos, são florestas públicas, e a Lei 11.284, ela representa o marco regulatório de como a gente gera esse imenso patrimônio, que representa pelo menos 25% do território nacional.

Essa lei, foi uma lei que teve um amplo debate, foram 14 meses para elaborar a lei, um extenso processo de consulta, depois 11 meses de tramitação no Congresso, três Audiências Públicas, então, é muito importante o processo de reportar ao Congresso aquilo que está sendo a implementação da lei, que custou tanto o debate. Pode passar o próximo.

Bom, os principais avanços, um resumo bem breve dos principais avanços, nesse primeiro ano, nós tivemos regulamentação da Lei de Gestão de Florestas Públicas, que aconteceu agora em março, de 2007, portanto, um ano depois, da lei pronta, também envolveu um extenso processo de consulta, por isso demorou esse tempo, foi criado o Serviço Florestal Brasileiro, em maio de 2006, implantada a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, que foi determinada pela própria lei, que é uma Comissão que envolve a sociedade civil, governo, setor empresarial e os movimentos sociais, que visa dar diretrizes para gestão de florestas públicas e também é um órgão consultivo do serviço florestal. Implantou-se uma série de mecanismos de transição, previstos na lei, para o mecanismo anterior, de como gerir as florestas públicas, para um novo modelo, está se montando os instrumentos de gestão e monitoramento das florestas públicas, especialmente para controle do uso da floresta, a implantação dos distritos florestais e a implantação da gestão florestal descentralizada, que foi também uma decisão da lei de descentralizar a gestão florestal para estados e municípios, nós começamos esse processo pelos estados.

Falando um pouco, sobre, então, o conteúdo, entrando no conteúdo do Relatório, em termos de regulamentação, nós tivemos o Decreto de 2007, que ele especificou como vai funcionar o cadastro de florestas públicas, ou seja, onde estão essas florestas públicas? E quantas são essas florestas públicas? Quantos polígonos são? E assim por diante. Ele também define, com mais clareza, a destinação de florestas públicas para comunidades locais, detalha como vai funcionar o planejamento anual de outorga florestal, também especifica ações do licenciamento, o mecanismo de licitação em contrato e especifica também como deve funcionar o processo de monitoramento e auditorias das florestas públicas.

Foram também aprovadas duas resoluções no CONAMA, que tratam da gestão florestal compartilha-

da ou, especificamente, quais são as atribuições da União e dos Estados e dos Municípios na gestão das florestas, e especialmente, na forma como eles vão trocar informações e interagir.

E por fim, tem uma Instrução Normativa, duas Instruções Normativas do Ministério do Meio Ambiente, que tratam dos chamados contratos de transição, que são os mecanismos que permitem planos de manejo, que já estavam em operação em florestas públicas, transitarem para um novo modelo, que é um modelo de concessões ou outra destinação que se julgar conveniente. Pode passar.

Quanto aos mecanismos de transição, então temos a regulamentação primeiro, depois os mecanismos de transição, a lei previu três mecanismos para a gente transitar, do modelo antigo para o modelo novo, o primeiro é o contrato de transição, que são de manejos já existentes, depois ele trata especificamente, da autorização de haver concessões, numa faixa de 100 quilômetros ao longo da rodovia BR-163, que liga Cuiabá a Santarém, há um limite de 750.000 hectares no total, e também, a permissão para se promover uso sustentável, já nas florestas nacionais, que tenham planos de manejo. Onde estamos com esses mecanismos de transição? No caso dos contratos de transição, esse é o mapa do estado do Pará, foi o único lugar onde houve demanda, para contratos de transição, todos esses pontinhos que aparecem, eles estão especificados no Relatório, inclusive, com o nome de cada um deles, pode ir passando. Foram 34 solicitações de contratos de transição, 7 contratos de transição foram assinados, então existem 7 planos de manejo que tem contratos assinados, 22 estão em processo de avaliação em vistoria, sendo os principais entraves, relacionados a ação, uma ação do INCRA, porque tem sobreposições recentes, com assentamentos que foram criados recentemente e 5 deles, foram indeferidos, ou por sobrepor a unidades de conservação de proteção integral, ou por sobrepor a florestas nacionais, ou por já terem esgotado a sua capacidade de produção, portanto, não faria sentido fazer o contrato. Então, essa é a nossa situação com relação aos contratos de transição, no Relatório os senhores tem especificado, cada um dos casos que estão sendo trabalhados.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Dr. Tasso, os contratos de transição, é onde existiu um plano de manejo?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Onde já existiam planos de manejo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Já estava sendo executado, o plano manejo.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso, e foram suspensos, no momento em que estavam fazendo a lei, porque não existia a regulamentação para usar essas áreas antes da lei, então, a própria lei conteve.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Como é que tinham esses planos de manejos em áreas públicas, antes?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Porque tinha uma interpretação anterior, ao início do processo de pensar a gestão de florestas públicas, isso é anterior a 2003, em que se aprovava, tanto planos de manejo, quanto autorizações de desmatamento, a partir de documentos de posses, sem o documento definitivo, essas áreas eram tratadas como áreas privadas, a partir da lei, houve a discussão da lei, foram suspensos todos planos de manejo que havia nessas condições, e a lei previu um mecanismo específico e disse: “Nos locais onde que tinha os planos de manejo, antes de 2003, quando se passou a suspender os planos de manejos, eles poderiam pleitear a quantidade de planos de manejos, por até dois anos, dos mais de 300 planos de manejos que tem nessas condições, apenas 34 pleitearem esse mecanismo”.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– No Pará?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Todos no Pará, não teve nenhum pleito, de nenhum outro estado, embora é aberto a todo o Brasil.

Ao longo, o segundo mecanismo de transição, é previsto nos 100 quilômetros que ligam, 100 quilômetros de cada lado, da rodovia BR-163, no trecho que sai, pode passar mais um que dá pra ver o mapinha, que vai de Cuiabá até, aliás, o estado do Mato Grosso e o estado do Pará, onde nós fizemos um estudo para identificar as áreas que poderiam ser objeto de concessão, lembrando que esta área, em volta, do em torno de 100 quilômetros, tem 42 milhões de hectares, a área de florestas são 27 milhões de hectares, e a área que nós identificamos como de potencial para concessões florestais, que são esses polígonos que estão em verde, no material impresso dá pra ver melhor, que estão aqui, todos no Pará, eles equivalem a 1.52 milhões de hectares. Desses, a lei limita a possibilidade de ação a 750.000 hectares, então, no momento, nós estamos trabalhando nos estudos de campo para poder identificar quais são áreas que são mais aptas, susceptíveis, com menos conflito, que possam haver esses processos de concessão. Então, nós temos aí, vocês tem no próprio Relatório, tem uma descrição de cada uma dessas áreas, cobertura florestal, tamanho delas, existência de ocupação humana e assim por diante. Então, esse processo está em curso de executar, esse primeiro trabalho, a expectativa é de que a

primeira, o primeiro edital de licitação para concessões florestais só ocorra a partir outubro, deste ano, porque depende de todos desses estudos, depende do Relatório ambiental preliminar, enfim, uma série de procedimentos que ainda tem que ser realizados, que seria provavelmente, essa área aqui, da APA do Tapajós e possivelmente, é próximo slide, no caso das florestas nacionais, na Floresta Nacional do Jamari, em Rondônia, que já tem o plano de manejo e tem as condições necessárias para isso possa ocorrer, lembrando que as florestas nacionais era uma outra possibilidade de trabalho, nós temos 63 florestas nacionais, 33 estão na Amazônia, são 19 milhões de hectares na região, e apenas 5 delas possuem planos de manejo, com possibilidade de início da atividade florestal, dessas, nós identificamos, visitamos todas elas, junto com IBAMA, agora com as equipes do Instituto Chico Mendes, e nós identificamos a área da Floresta Nacional do Jamari, como a área que é possível a gente fazer o primeiro teste disso, desse sistema de concessões, aplicado em florestas nacionais, é uma área que representa cerca de 20% do total da floresta nacional, uma área, também, relativamente pequena.

O grande gargalo nas florestas nacionais também, é o processo regularização fundiária, várias delas, a maioria delas, ainda não regularizado. Só para chamar a atenção, quando a gente vê aqui no mapa, essas florestas nacionais, na cabeça do cachorro, aqui, todas elas estão em processo de desfazê-las, porque na verdade, são áreas indígenas, elas foram criadas e agora tem uma área indígena aqui, se não me engano, os Ianomâmis, e essas áreas estão sendo desfeitas, então a gente não considera nos cálculos de área e assim por diante. Pode passar?

Durante esse ano, também, nós fizemos um levantamento do que seriam as áreas que já estão destinadas ao uso comunitário, como os senhores lembram, a Lei de Florestas Públicas, ela prevê três destinos para florestas públicas no Brasil, ou ela vira unidades de conservação, ou ela é destinada para uso comunitário, ou ela alternativamente, para uso sustentável, se pode usar os mecanismos de concessão. Então, concessões não existem no Brasil, zero, não tem nenhuma, ainda hoje, as primeiras aconteceriam esse ano, mas destinação, comunitária já existe cerca de 131 milhões de hectares, destinadas para uso comunitário, nessas diversas formas, pode passar próximo, que aí parece o mapa, então esse é o mapa, nós temos projetos de assentamento florestal, projetos de desenvolvimento sustentável, os PDSs(F), assentamentos especiais, são as áreas quilombolas, reservas extrativistas reservas de desenvolvimento sustentável e as terras indígenas, isso somam 131 milhões de hectares que já estão des-

tinados e são para uso comunitário e uso sustentável. E a população que está relacionada com isso, é a população indígena, mais cerca que de 450.000 pessoas que estão nessas outras unidades.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Mas esses projetos de assentamentos, são todos eles com problemas ambientais, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Nesse caso aqui, a gente não está somando os projetos de assentamento, os assentamentos agrícolas tradicionais, só aqueles que foram criados em áreas de floresta, que estão sendo transformados para as áreas de uso sustentável, assentamentos no Brasil, a gente tem milhares e milhares, então eles não aparecem nessa conta. É, nós não estamos contando os assentamentos tradicionais, esses que são puramente agrícolas, tá certo? É só destinação mesmo, para uso sustentável.

A outra forma de destinação, como nós falamos, pode passar o próximo, são as áreas destinadas para proteção integral, então nós estamos, na destinação da proteção integral, também é uma área grande, a proteção integral, aqui neste caso, nós consideramos também, junto às áreas indígenas, porque elas também são consideradas de proteção integral, e dá um total de 146 milhões de hectares, se a gente tirar as áreas indígenas, nós temos um total, ainda de proteção integral, contando as áreas militares, e as áreas, só as áreas federais, de cerca de 38 milhões hectares, então, novamente, para a gente entender o quadro geral, a gente tem um montante de florestas públicas, que a gente não sabe exatamente o quanto ele é o total ainda, nós estamos trabalho para o lançamento da primeira versão do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, para próxima semana, se tudo der certo, no dia 2 de julho, deve estar sendo lançado a primeira versão do cadastro, mas o que nós sabemos é que desse total de florestas públicas, nós temos cerca de 146, bom, de 36 milhões de hectares de unidades de conservação e áreas militares, são de proteção integral, federais, e nós temos, cerca de 136 milhões de hectares, destinados ao uso comunitário, e por enquanto zero, nenhuma área destinada a concessões florestais. Próximo tema, por favor.

Bom, nesse período também, foi estabelecida a Comissão de Gestão de Florestas Públicas, que é o órgão consultivo do sistema de gestão, ele foi regulamentado por esse Decreto, no Dia do Meio Ambiente, no ano passado, essa é a composição dele, essa Comissão tem se reunido bimestralmente, nesse ano mensalmente, trabalhando cada um dos aspectos que estão tendo que ser regulamentados, dentro da legislação, ela inclui representantes dos estados, de diversos órgãos e Ministérios, no governo federal, e

também de trabalhadores de organizações não-governamentais, de movimentos sociais e do setor empresarial. Pode passar.

A gestão de florestas públicas também tem que ser implementadas nos estados, durante todo o processo de discussão da lei, foi feito um esforço importante para que passasse a gestão das florestas, que são dos estados para os próprios estados, então, as áreas estaduais que contém florestas, são de administração total dos estados, inclusive, eles podem ter as suas leis específicas, nos estados, que enfim, que especificam mais como fazer a gestão nos estados. Onde está mais avançado isso? No Pará, no Amazonas, no Acre e no Amapá, por exemplo, no Pará, eles já definiram os órgãos que vão trabalhar a gestão de florestas públicas, criaram o Instituto Estadual de Florestas, o IDEFLOR(F), a mesma coisa no Amazonas, que criou a Agência de Fomento a Negócios Florestais a Agência de Florestas e Negócios Sustentáveis, o Acre, criou, tem uma Secretaria de Florestas e tem agora, também, uma Agência de Negócios Florestais, o Amapá criou, recentemente o Instituto estadual de Florestas, enfim, todos esses estados estão criando as suas estruturas para poder gerir as suas próprias florestas públicas. E eu coloquei aqui, o mapa, que é muito aproximado, porque nós não temos acesso ainda, integrado, às informações sobre as unidades de conservação dos estados, mas isso é, pelo menos essas unidades de conservação já existem nos estados. Então, soma-se a destinação que nós já falamos das florestas federais, as florestas públicas estaduais que já estão também destinadas.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Nós não temos cadastro nenhum, nós vamos fazer esse cadastro, do que é estadual, do que é federal?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – O cadastro federal, a primeira versão, deve sair, como eu disse, na terça-feira que vem, na segunda ou terça-feira, nós já temos o primeiro esboço dele, nós estamos agora resolvendo o problema tecnológico de botar no ar, são vários problemas relacionados a você dizer o que é uma floresta pública, mas basicamente, nós sabemos quais são as glebas públicas federais na Amazônia, aquelas que já estão cadastradas pelo INCRA e pelo SPU e temos uma informação de onde é a floresta em 2006, ainda que não seja uma informação com a precisão necessária para a demarcação em campo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Florestas públicas basicamente, nós temos na região Norte, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Tem as unidades de conservação fora.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sim, mas aí são as unidades de conservação.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso. E no Nordeste tem bastante floresta pública também, ainda, bastante estadual, principalmente na Caatinga, na transição da Caatinga para o Cerrado e do Cerrado para Amazônia, a gente tem bastante floresta pública, e na Bahia, estima-se que tem uma área de floresta pública considerável e Minas Gerais.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– São terras devolutas?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Não sei dizer. A gente sabe que tem quantidades importantes de terras públicas, ou registradas em nome do Estado, ou em nome da União, o que nós não tivemos ainda foi acesso as informações dos órgãos fundiários sobre onde estão essas terras, porque para o Serviço Florestal o que funciona é, eu preciso saber onde estão glebas federais? E a gente aplica a malha de florestas em cima e consegue identificar florestas públicas, no caso de áreas devolutas é o estado que tem que fazer isso, porque a área devoluta em teoria ela é dos estados.

Bom, o Serviço Florestal foi criado, a estrutura básica do Serviço Florestal, ele tem um conselho diretor, colegiado, conforme decidido pelo Congresso e ele possui oito áreas de trabalho, que são as de gerências executivas, cadastro de florestas públicas, que é basicamente para a gente poder viabilizar, saber onde estão as florestas públicas, o planejamento florestal, uma área de concessões e licitações, a área de monitoramento e fiscalização das florestas públicas, o Sistema Nacional de Informações Florestais, que é uma determinação da lei, que inclui o Inventário Nacional de Florestas, é a primeira vez que o Brasil vai fazer um Inventário Nacional de Florestas, é único país mega florestal que não tem inventário, não sabe o quanto tem de floresta, não sabe o que tem na floresta, tem uma área de florestas comunitárias para trabalhar especificamente, com aquela definição de manejo florestal comunitário, o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal que captura recursos das concessões para reinvestir na área de florestas e uma área de administração e logística, e tem as unidades regionais também, que são no total de seis, duas em implementação. Hoje, o Serviço Florestal, ele funciona por requisição, porque no Congresso ele tirou a criação de vagas, então, o Serviço Florestal embora, diga, lei que tem que fazer o concurso, eu não posso fazer o concurso, porque não existem as vagas. Mas então, ele funciona por requisição, e hoje, são 43 pessoas aqui, em Brasília, e 6, fora de Brasília. Funciona no prédio

do Ministério do Meio Ambiente, ainda, né? Ainda, é uma coisa bem pequeninha.

Os instrumentos de gestão que estão em desenvolvimento, então o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que deve ser lançado, a sua versão 1.0, na próxima semana, o Inventário Nacional de Florestas, que está sendo coordenado numa parceria com a EMBRAPA, nós temos uma unidade, junto com a EMBRAPA, em Colombo, no Paraná, onde está sendo desenvolvido o Inventário Florestal Nacional, o portal de gestão florestal que também já está no ar, desenvolvido em parceria com IBAMA e com o Ministério do Meio Ambiente, onde você encontra toda informação sobre gestão florestal, por exemplo, planos de manejo aprovados do Brasil, você entra lá, consegue enxergar, hoje, os planos de manejo, autorizações de desmatamento que tenham efeitos no nível federal, todas estão lá, informações sobre autuações, fiscalizações, etc. Tudo relacionado a floresta, a gestão florestal, está nesse portal, e ele está sendo construído aos poucos, incluindo mais informações inclusive, ele vai incluir as informações dos estados, isso é parte da resolução CONAMA, que tratou disso.

Está sendo desenvolvido agora, o sistema de monitoramento e auditoria da Gestão de Florestas Públicas, como os senhores sabem, a lei determina que exista, além da fiscalização do poder público, existe uma auditoria independente, realizada por agentes externos ao governo, independentes, credenciados pelo sistema nosso, de meteorologia, no caso o IMETRO, que farão auditorias, não só do empreendimento, como vão auditar o trabalho feito pelo Serviço Florestal, e pelos órgãos de meio ambiente, que atuam na área, no caso, o IBAMA, que faz a fiscalização dos planos de manejo, e também a implementação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal, que como esse ano, ele ainda não tem recursos, porque não tem contratos de concessão em andamento ainda, ele vai ser desenvolvido a partir do segundo semestre, ele não começou a ser desenvolvido ainda. Pode passar.

Por fim, são os dois últimos slides, os distritos florestais sustentáveis, nós temos o primeiro distrito florestal, pode passar, que foi implementado na região da BR-163, ele pega, a área de maior potencial de produção florestal, dentro do polígono da BR-163, que pega, enfim, toda essa região aqui, e ele visa uma série de ações que estão sendo feitas para nesse distrito florestal, se implementar os primeiros casos da gestão da floresta pública, já que elas perfazem mais de 90% deste território, e segundo, que nós estamos trabalhando agora, para criação, provavelmente no mês de julho, o Distrito Florestal do Carajás, que ele tem um enfoque, muito importante, na área de re-

florestamento e recuperação de áreas degradadas, especialmente pelo impacto que tem a indústria de ferro gusa, nessa região, onde se consome cerca de 14 milhões de metros cúbicos, apenas 14 empresas e a grande maioria vinda de desmatamento, é uma das grandes regiões de expressão por desmatamento, na Amazônia. O próximo.

Bom, finalmente as prioridades para o ano de 2007, nós colocamos ela aqui, e esperamos apresentar no ano que vem, quando começar a apresentação a gente começar sendo cobrado por esses sete itens que estão aqui, que é o que a gente acha que é, que deve ser as prioridades para esse ano. Nós temos que botar no ar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas e integrá-lo aos cadastros estaduais, de forma que qualquer cidadão possa saber onde estão as florestas públicas, que já estão cadastradas, criar, finalizar todos esses mecanismos de transição, que foram apresentados na lei, elaborar o primeiro Plano Anual de Outorga Florestal. Os senhores sabem que a gente tem que enviar para o Congresso, ele junto com a lei orçamentária, porque tem que prevê na lei orçamentária, como é que nós vamos implementar e monitorar a gestão de florestas públicas, portanto, ele deve estar pronto no dia 31 de julho, para nós, internamente, para que ele possa chegar ao Congresso, no dia 31 de agosto, já incluído na Lei de Gestão de Florestas Públicas, esse Plano Anual de Outorga, ele vale para o ano seguinte, ou seja, tudo que vai ser feito no ano seguinte têm que estar previsto nesse Plano Anual de Outorga.

Devemos realizar a primeira licitação para contratos de concessão a partir de outubro desse ano, ela não vai ser completada esse ano, mas vai ser lançada esse ano, a licitação, mas ela só deve se completar no começo do próximo ano. Implantar o sistema de gestão de florestas públicas, nos distritos florestais sustentáveis, e aí você vai conseguir enxergar tudo que tem a ver com floresta pública por distrito florestal, o portal nacional florestal, que já está em andamento, e iniciar a operação do sistema de detecção de exploração florestal, é um sistema que, ele é complementar ao sistema atual de detecção do desmatamento, só que esse sistema vai mais longe, ele permite a gente identificar onde está havendo exploração florestal sem desmatamento, então, se houve, se retirou uma árvore pra fazer a produção madeireira, etc., a gente consegue enxergar isso, dentro do território, esse sistema, já está tecnicamente, já está resolvido como faze-lo e nós estamos desenvolvendo isso em parceria com o INPE, o IBAMA, o CIPAM, o Museu Emílio Goeldi, o INPA e o IMAZOM, esse sistema deve estar em operação a partir de setembro, disponível na inter-

net, também, como todos os instrumentos que a gente tem criado. Era isso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Como é que você define um distrito?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Pode voltar um pouquinho.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– É por área?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É o penúltimo slide, você pode colocar ele? O distrito florestal, ele tem.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Por exemplo, a BR-163, é um distrito? Em torno, às margens da BR-163, é um é um distrito?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Num trecho do Pará, que tem alto potencial florestal, na verdade, o que a gente fez foi identificar no Brasil, nós identificamos sete regiões no Brasil, que tem três características, elas tem potencial florestal, do ponto de vista dos recursos naturais, seja relevo, seja a massa florestal existente, primeira questão, tem o potencial florestal, a segunda, tem o mínimo de condições logísticas, para que a atividade florestal possa ser, possa funcionar, e terceiro que tem a vocação florestal, ou seja, que os atores sociais que atuam, naquela região, tem a possibilidade ou tenham o interesse de trabalhar com o tema florestal. Então, foram identificadas sete regiões, no Brasil, que tem essa possibilidade, quatro delas estão na Amazônia, além da região da BR-163, do Carajás, têm essa região do estuário e do Amapá, aqui em cima, e uma região que vai aqui, entre Acre e Rondônia e Amazonas, que é a região, digamos, do Madeira, e essas regiões, é feito estudo específico sobre quais são as áreas de maior potencial, onde esses fatores todos convergem, então é aí, é feito a delimitação dessa área, aí tem (ininteligível).

Hoje, são só, tem da BR-163, mas seriam quatro, a princípio, quatro potenciais, aí a se desenvolver ao longo dos próximos anos, ver se é isso mesmo, se a sociedade não quiser que tenha, também não vai ter.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr Presidente, eu gostaria de fazer uma pergunta. Eu não sei se V. Exa. vai.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Só um minutinho. V.Exa. concluiu a exposição inicial?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Conclui.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então, nós passaremos agora efetivamente a parte do debate, aos questionamentos feitos pelos Srs. Senadores. Teria preferência o autor do Requerimento.

SENADOR RENATO CAGRANDE (PSB-ES)

– Não, eu concedo a minha preferência.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Então, tem V.Exa. a palavra, Senador Garibaldi.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN)

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sr. Presidente, sei que o Senador Renato Cag Grande, que é o líder do PSB, nesta casa, ele é que quem está preparado a fazer as inquirições ao Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro. Eu confesso que não me preparei para isso, mas eu gostaria de perguntar, quais são os recursos que V.Sa. disse, numa determinada, num determinado momento da sua exposição que o fundo não foi ainda, capitalizado. Então, quais são os recursos que hoje, estão disponíveis para essa atuação do Serviço Florestal Brasileiro?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – São só os recursos consignados no orçamento, quer dizer, na fonte do Tesouro, então, o serviço florestal tem um orçamento previsto, nesse ano, são 27 milhões, mas na forma como foi aprovado a lei, ele tem 13 milhões que são na forma de fonte de Tesouro, e tem 12 milhões que seriam a partir arrecadação de concessões florestais, embora o fundo possa receber recursos que não sejam das concessões, mas a fonte é uma fonte de arrecadação, ou seja, você precisa arrecadar esse recurso, mas não vai haver concessões até outubro, por conta de todos os cuidados que a gente tem que tomar até lá, então o recurso, na verdade, que a gente tem disponível, hoje, são cerca de 13 milhões, que é metade, mais ou menos, da previsão que nós temos, para o período desse ano. O maior limitante, hoje, nesse caso, não é o orçamento, para nós, esse ano, o maior limitante é a restrição, que a gente tem, de pessoal, porque como a gente não pode fazer o concurso, e a gente tem que trabalhar só, por requisição, em geral em requisição, você, a tendência nossa seria requisitar servidores dos órgãos que tem a ver com a atividade florestal, mas se eu requisitar servidores, por exemplo, do IBAMA ou do Instituto Chico Mendes ou, por exemplo, do INCRA, que trabalham com florestas eu estou, na verdade, criando uma endogamia, porque na verdade esses órgãos podem se enfraquecer, então, nós estamos trabalhando, montando as equipes, encontrando as pessoas nos vários órgãos de governo para que a gente possa trabalhar, por enquanto.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É aquele, como é? Um santo descobrindo o outro, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Descobre o outro. Então, a gente tem um acordo, a gente não tem feito nenhuma requisição de servidores, nem ao IBAMA e nem ao Instituto Chico Mendes, agora, recém

criado, evitando também o INCRA, por exemplo, que é um parceiro importante, na gestão comunitária.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Mas esses recursos, hoje, são insuficientes? É claro.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Sim, os recursos humanos hoje são absolutamente insuficientes.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E os financeiros?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Como, é que nós estamos limitados, hoje, com os humanos, se você me perguntar qual o limitante, os humanos, mas os financeiros também são, também o são, e vão ser muito importantes no ano que vem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – É, está criado ciclo vicioso, sem os humanos, não adianta ter os financeiros porque não teria a execução. É isso aí?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Não, a execução vai ter porque nós temos muitas atividades que já estão em curso, mas digamos assim, se eu tivesse os 27 milhões, o fato de eu ter 13 milhões para executar esse ano, ele não é meu principal limitante, meu limitante, hoje, é a capacidade humana de poder lidar com todas as ações que estão acontecendo ao mesmo tempo, esse é o principal limitante que a gente tem.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – E existem ameaças, ainda prevalecem ameaças, com relação a preservação das florestas, com relação a ONGs internacionais, há ainda alguma tentativa nesse sentido, ou não?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Eu acho que principal ameaça que a gente tem, e é interna mesmo, é o fato da gente não ter bem definido, onde estão essas as florestas públicas, por isso, nós estamos propondo para o próximo ano, já no PPA, no próximo PPA, um projeto específico, ao cadastro das florestas públicas e que vai ser muito importante que ele tenha os recursos necessários para isso, porque literalmente, é como uma área indígena, é como qualquer outra área, você tem que literalmente identificá-la e demarcá-la no campo, para que ela seja conhecida, e em segunda, é você ter capacidade, de uma vez identificada o problema nas florestas públicas é você poder agir imediatamente, até porque a lei transformou em crime, com pena de prisão, o uso indevido ou não autorizado das florestas públicas, e é um território gigantesco, então, isso vai um envolver um esforço bem grande em relação a esse tema. Agora, ameaças nós continuamos tendo, nós estamos tendo hoje, hoje, a gente pode afirmar que a gente tem desmatamento acontecendo em terra

pública federal, e que a gente tem que primeiro, cadastrar, para poder dizer isso, objetivamente, que está acontecendo e para ter meios de chegar rapidamente a essas regiões e fazer as intervenções.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por parte de nacionais.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Como?

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Por parte de pessoas físicas, do nosso próprio país.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Certamente.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Grande parte, totalmente.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Grande parte, grande parte. A gente tem pouca intervenção externa, só recentemente, tem esses casos assim, esporádicos que acontecem do tipo, “ah, alguém que disse que está comprando uma área na Amazônia, e tal”, mas isso seria nas áreas privadas, porque na área pública não é mais possível comprar, nem é possível comprar mais área pública, que as florestas públicas, segundo o projeto, devem permanecer públicas, devem permanecer florestas, então não está mais permitido, mas também, no caso das florestas públicas, a gente tem, nas florestas privadas, aí sim, tem essa possibilidade de alguém comprar a área.

SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTILHA (PMDB-TO) – Esse órgão que V.Sa. dirige, que é o Serviço Florestal Brasileiro, ele foi recentemente criado na Lei de Gestão Pública, né?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Ele foi criado pela lei. Pela lei, a lei criou.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTILHA (PMDB-TO) – Ele foi recentemente instalado?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso, faz um ano, em junho do ano passado.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTILHA (PMDB-TO) – Consulto o Senador Casagrande, se gostaria de fazer algum questionamento.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTILHA (PMDB-TO) – Tem V.Exa. a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Tá, muito obrigado. Obrigado, Sr. Tasso Rezende, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro.

A primeira questão é essa, primeiro, um pedido de informação sobre a revista Veja desta semana que

traz, já, uma denúncia envolvendo falsificação de documento de origem florestal, no estado do Pará, parece que é uma grande quantidade desses documentos foi falsificado já, deve ser nessas revisões, nessa transição, dos planos de manejo.

SR. PRESIDENTE SENADOR LEOMAR QUINTILHA (PMDB-TO) – Senador Casagrande, me desculpe interromper V.Exa. um minutinho, porque eu gostaria de passar a presidência dos trabalhos ao Senador Garibaldi Alves Filho.

(troca de presidência)

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Está bem. Certamente deve ser nessa, nesses planos de manejo, que estão num processo de transição, o Senhor já tinha conhecimento disso? Poderia explicar alguma coisa sobre essa matéria? Porque quando a lei foi aprovada, eu votei favoravelmente a lei, mas eu sempre, com uma desconfiança de que, nós, na verdade, não teríamos muitas condições de fazer o controle dessas ações e das áreas onde você teria o manejo das florestas, nessas áreas públicas. Pelo seu conhecimento, pelo tempo que está à frente do Serviço Florestal Brasileiro, das áreas particulares, ou mesmo das áreas públicas, que nós tivemos plano de manejo passado, me parece que só uma parte delas, nós tivemos sucesso, onde não teve uma extração irracional dos produtos florestais. Duas questões: Primeiro, sobre essa denúncia. E segundo, se nós temos boas experiências, especialmente no estado do Pará, constando no manejo que nós tivemos até agora, em áreas privadas e nas áreas pública que nós tínhamos tido a oportunidade?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Então, separando só os problemas, eu acho que a questão, se eu não me engano refere-se ao artigo da revista Veja.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Não, é uma matéria.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Ah, é uma matéria, né? Se eu não me engano ele trata da questão do documento de origem florestal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Isso.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Então, separando os dois temas.

O documento de origem florestal, ele substitui a antiga ATPF, que é que é Autorização de Transporte de Produtos Florestais. Durante alguns anos, o IAMA desenvolveu um tema sistema, que substituiu o papel, que era ATPF, que era o documento, inclusive era impresso pela Casa da Moeda, etc, por um sistema todo informatizado, ele é eletrônico, onde funciona

como se fosse uma conta bancária, para em emissão desses documentos, e isso foi feito, a transição desse sistema, foi feita no ano passado, dia 1º de outubro, começou a transição para esse sistema. O que essa matéria se refere, e eu posso, depois, confirmar com o Dr. Rumel(F), que é o Diretor da Área de Florestas do IBAMA, se eu não me engano, esse caso é um caso que ele já, eu diria que ele é um pouquinho requerido, porque ele é um caso, que foi detectado, no início desse ano, e ele é interessante, porque foi possível detectar, porque o sistema é todo eletrônico e ele registra todas as entradas de dados, então, se identificou, durante esse processo, o próprio IBAMA identificou o problema, que havia emissões irregulares, de documentos, que na verdade, é o seguinte, isso funciona como uma conta bancária, você tem uma autorização de manejo de 1.000 metros cúbicos, então é entrado no sistema que você tem um crédito de 1.000 metros cúbicos, e você pode ir usando esse crédito. O que aconteceu foi que, foi entrado novos créditos, que não existiam, que foram adicionados a esse sistema, só que o sistema guarda todas as informações de quem mexeu com o sistema, então, foi identificado quem eram as pessoas que estavam fazendo a infração.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sim, já foi identificado, tá certo.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso. Isso foi encaminhado, é só para eu entender, eu tenho quase certeza, que é esse o caso.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– É este, o caso.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Esse caso foi encaminhado para Polícia Federal, e para os demais, para o Ministério Público, etc, e foi tomado como estratégia, em vez de imediatamente cessar, a estratégia foi ver onde é que estavam as ramificações, e isso demorou, teve um mês, um mês e meio de investigação, para poder pegar toda a cadeia, aí se pegou toda a cadeia, no dia que foi cessado o problema tinha pego, enfim, toda a cadeia que estava envolvida sobre esse tema, ela tinha ramificações em São Paulo, Curitiba e outras regiões. Se eu não me engano, é esse o caso, e eu acho que ele, no me entender ele mostra que o sistema funciona, e que o sistema é robusto. Porque antes, agente só conseguia enxergar esses problemas, um ano, dois anos, três anos depois de acontecer, porque alguém, por acaso, pegava uma ATPF no meio do caminho, com problema. Hoje, o sistema é todo eletrônico, não existe um papel para você dizer, ou você tem, o documento foi emitido, corretamente, pelo sistema eletrônico, e ele fica registrado o horário que foi emitido, etc., ou você não tem ele, o papel quase que não tem valor, então, eu acho que é

um sistema que é robusto, eu acho que valeria uma apresentação sobre esse sistema, como ele funciona, e os problemas foram identificados, eu acho que é muito interessante para o conhecimento do Senador, e vale lembrar que os estados também têm os seus sistemas, que tem igualmente as mesmas exigências, segundo a resolução CONAMA, eles têm que ser eletrônico tem que estar disponíveis na internet.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Os órgãos estaduais?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É, os órgãos estaduais. Então, já existe um sistema próprio, no Mato Grosso, SIRMAC(F), se não me engano, que também funciona no Pará e funciona no Acre, são sistemas que estão sendo implementados, ele tem uma característica muito importante, ele elimina o balcão, você não tem mais que fazer uma relação de pedido, que seja impresso o documento X, Y ou Z, ele funciona todo, pelo seu controle eletrônico.

Sobre a exploração ilegal, que eu acho é um outro tema, são coisas distintas, é, assim, nenhum.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Quais são os históricos que nós temos de manejo de áreas privadas ou públicas no Brasil?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – A área?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– É. Nós tínhamos, as áreas privadas poderiam ter planos de manejo?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – É. A área total de planos de manejo, no Brasil, é cerca 3.4 milhões de hectares.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– 3.4 milhões de hectares.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Dados de 2005, somando os planos de manejo, as áreas dos planos de manejo, em vigor.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Tem algumas pessoas que falam que maior parte dessas áreas, acaba virando uma exploração ilegal e uma devastação da área. Você tem um histórico dessas áreas?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Então, isso é uma das coisas que está sendo construído por esse novo sistema. Veja só, você tem duas fases de plano de manejo, no Brasil, tem uma fase, que foi a partir 1986, que foi quando se criou o instrumento do plano de manejo até mais ou menos, 1992, mais ou menos 1992, em que os planos de manejo eram um instrumento bastante frágil, inclusive, porque ele não era geo-referenciado, não tinha cadastro para ele, etc. Então, muitos desses planos de manejo, eles nem existem na prática, no campo, então, isso é uma rea-

lidade bem concreta. Já no cenário atual, isso, desde 2002, quando ainda, no governo anterior, foi feita uma emissão Normativa que mudava as formas de fazer os planos de manejo, todos eles são geo-referenciados, então, todos os planos de manejo que foram criados a partir de então, eles são monitoráveis, que exista a floresta lá e que ele continue existindo a longo prazo, mas continuamos com um problema grave, todos os planos de manejo que foram feitos anteriormente ainda precisam ser plotados, porque a gente precisa enxergar inclusive, se o plano de manejo não está numa área de pasto, dado que tem responsabilidade envolvida nisso. Outro problema, é que muitos planos de manejo foram aprovados em terras públicas, então, no momento em que terras públicas não podiam mais, todos os planos de manejo foram cancelados, e aí também cancela a responsabilidade do camarada em proteger a área, então, tem um pouco, essa fase de transição vai ser um pouco delicada.

Agora, só é bom lembrar que, nenhum dos casos que nós estamos tratando da transição tem qualquer pendência, ele não pode ter qualquer pendência ambiental, jurídica, qualquer processo, qualquer multa, assim por diante. Então, nenhum deles, está nos casos em que foram citados na reportagem, são bem específicos, esses casos que a gente está tratando.

Sobre o manejo florestal, que era a outra pergunta. Onde dá certo?

A gente tem vários casos de manejo florestal, que são importantes, que dão certo, que funcionam, a gente pode qualificar rapidamente, por exemplo, os planos de manejo que possuem certificação florestal, nós temos, na Amazônia, doze planos de manejo nessas condições, de larga escala, como é o caso, por exemplo, da Jari, até projeto de muito pequena escala, como é caso do manejo florestal comunitário, no Seringal Cachoeira, que foi a área, onde viveu Chico Mendes. Eles têm tecnologias diferentes, processos diferentes, mas eles estão funcionando a longo prazo, conduzem o seu processo de manejo florestal, com as autorizações devidas e assim por diante. Eles estão, sim, sofrendo, vários os planos de manejo, uma série de pressões externas, que é por conta da restrição do acesso a floresta e a restrição dada por esse novo sistema de documentação, e de autorizações de transporte florestal, tem uma série de pressões sobre as áreas que tem manejo florestal, para extração ilegal, por ocupação, e assim por diante. Então, esse é um problema grave que está passando esse setor, hoje, mas modelos de manejo existem, e aliás, se eu pudesse dar uma outra sugestão, que eu acho que é muito instrutivo, seria muito interessante uma oportunidade, de talvez a gente ter um grupo de Senadores,

que pudesse visitar e conhecer o que é, na prática, um manejo florestal, numa região como a Amazônia, e a gente podia ajudar a montar uma visita, nesse caso, isso seria bem instrutivo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Dos países da organização, do Tratado da Cooperação Amazônica, qual o país que tem uma política semelhante a essa, mais avançada, ou essa iniciativa do Brasil é a iniciativa pioneira?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Em termos de legislação, a lei brasileira é mais avançada hoje, no mundo, longe de todas as outras, isso não sou eu que estou dizendo, as próprias pessoas que trabalham nos sistemas de concessão, a FAU(F), recentemente na reunião bianual da FAU(F) sobre florestas, isso foi citado algumas vezes, é a legislação, digamos, mais rígida e mais amarrada, para garantir transparência e participação social e ao mesmo tempo, sempre, para o processo de licitação e tal, agora, na prática, quem tem experiências mais inovadoras é a Bolívia, nosso parceiro aqui do lado, embora agora tenha seus problemas com a questão do direito dos concessionários, dado que tem esse processo todo, de tudo estar se estatizando, mas é o modelo que mais avançou, é o modelo da Bolívia, no caso de Tratado da Cooperação Amazônica, e, digamos, um caso de insucesso importante para a gente estudar, que a gente, inclusive, estudou para legislação de florestas públicas no Brasil é o caso do Peru, que teve muitos problemas com o sistema de concessão que eles criaram, e que agora estão revisando todos os sistemas de concessões, e ele é mais parecido com o sistema que o Brasil está apresentando, e fora desse eixo, o principal, o caso mais importante de sucesso, é o caso da Guatemala e do México, que são coisas distintas, mas trabalham com sistema de concessão, trabalham com destinação comunitária, e já, com processos de mais longo prazo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Quando nós aprovamos a legislação, na legislatura passada, nós já tivemos um problema de debate dentro do IBAMA, onde os servidores do IBAMA questionavam a criação do Serviço Florestal Brasileiro, agora, nós estamos vivendo um outro dilema, que é a criação do Instituto Chico Mendes. Na sua avaliação, se você tiver avaliação, não é também necessário ter essa avaliação, mas sobre a ação, a criação do Instituto, poderá dificultar ou colaborar o trabalho que o Serviço Florestal Brasileiro faz, hoje, ou precisa fazer para o futuro?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Para o trabalho que nós fazemos, não cria nenhum obstáculo ao trabalho que está sendo feito, mas ele resolve um

problema, de origem, que a gente tinha com o sistema de gestão de florestas pública, que é, que no tripé da independência, que são necessárias nos diversos órgãos, a gente tinha, tem um problema de independência, que é resolvido com a lei, que é, no caso das florestas nacionais, então, com essa divisão, porque o que você tinha até hoje, era que, no mesmo órgão, você tem o órgão que faz o plano de manejo da unidade de conservação, é ele que aprova o plano de manejo da unidade de conservação, ele executa o plano de manejo da unidade de conservação, fiscaliza e monitora o plano de manejo da unidade de conservação, são raros os casos, no mundo, onde isso existe, em geral é dado a independência as duas funções, a função de autorizar e licenciar e a função de gerir. Então, sobre esse aspecto, ele para a o sistema de gestão de florestas pública, ele é mais claro, então, é um sistema onde, o Instituto Chico Mendes, ele gere as florestas nacionais, ele faz um plano de manejo da unidade de conservação, o plano de manejo é aprovado, pelo IBAMA, e você tem, então, quando você tiver um plano de manejo, por exemplo, que nós, se for proposto um plano de manejo florestal, é aprovado pelo IBAMA, é fiscalizado pelo IBAMA, no ponto de vista ambiental. Pode ser interpretado, e isso tem a ver com a forma como as instituições vão trabalhar no futuro, de que isso criaria passos a mais, “não, porque um tem que fazer, é o outro”, mas a independência na área ambiental, é uma independência muito importante, essa foi uma das razões importantes da criação Serviço Florestal Brasileiro, o serviço florestal jamais poderia estar num órgão que também aprova o plano de manejo, porque ele tira a independência do órgão, ou vai virar um conflito de interesse, seria a mesma coisa, que a gente ter, por exemplo, ANP dentro do IBAMA ou o IBAMA dentro da ANP, não funciona, os órgãos têm que ter independência, é duro dizer isso, mas é muito importante ter essa independência, se não tiver essa independência a gente não tinha o conflito que a gente tem hoje, no caso do Madeira, mas ele é um conflito importante, porque tem um órgão que está defendendo, especificamente, defendendo a questão ambiental e é importante que ele o faça, não estou defendendo que exista o conflito mas é importante que exista essa independência, para que possa existir inclusive, essas situações de embate para a sociedade compreender, eu acho que, a criação do Instituto Chico Mendes, ela facilita, que exista essa independência, isso é um lado. Sobre o ponto de vista da gestão, o que a gente espera, é que contendo um órgão que tenha exclusivamente o trabalho de mexer com as unidades de conservação e com a conservação da biodiversidade, e as pesquisas relacionadas a esse tema, que a própria gestão das

unidades de conservação seja muito mais valorizada, frisada e tenha os recursos necessários para que ela possa andar, então, quer dizer, ele não afeta o nosso trabalho, mas acho que ele ajuda a gente ter um sistema que seja um sistema mais lógico e que esteja mais de acordo com a necessidade de independência, que tem que ter entre os órgãos.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Todos os funcionários do Serviço Florestal Brasileiro, você tem que requisitado do IBAMA? Não.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Não.

A gente só tem uma única pessoa que veio do IBAMA que é da área de comunicação, mas a gente não tem nenhuma requisição feita ao IBAMA. Isso foi um acordo feito.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Alguma estrutura do IBAMA foi repassada ao serviço florestal?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Durante, nasce a Medida Provisória que cria o...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– O Instituto.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – O Instituto, não sei se é Medida Provisória ou um Decreto. São duas estruturas, que estavam no IBAMA, elas passam a fazer parte do Serviço Florestal Brasileiro, é Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal, que ele é uma atribuição específica do serviço florestal, na própria lei que o criou, que é a parte de apoio ao manejo florestal, treinamento e capacitação e o laboratório de produtos florestais, que é uma estrutura que já existia, inclusive, antes do IBAMA existir, é uma estrutura muito antiga que tem quase trinta anos, que trabalha, na parte de pesquisa florestal, e que também é uma atribuição que está na área do serviço florestal, essas duas estruturas, elas, quer dizer, eram dois centros de serviço especializados, elas passam a ser parte do serviço florestal.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Foi repassada a estrutura e os funcionários?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Estruturas e os funcionários.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Você passa a administrar esses dois laboratórios?

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Isso.

Na prática não, mas é isso que estava previsto na lei. São 50, para explicar, o SENAFLO(F), são cinco pessoas, sendo que só duas estão lotadas mesmo, tem cinco, três, outras vagas, e no ALIPEF(F), se eu não me engano, alguma coisa entre 50 e 60 pessoas, pesquisadores, que são ligados a esse laboratório, e são exclusivamente do laboratório.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente. Em princípio é isso, eu acho que nós ainda temos um Relatório, que é um Relatório muito inicial, do primeiro, dos primeiros meses de trabalho do Serviço Florestal Brasileiro, acho que a lei foi sábia a hora que designou que além de ser caminhada a alguns órgãos, como é o CONAMA, ser encaminhado ao Congresso Nacional, e nós precisaremos, certamente, todo ano, pelo menos por uma vez, ter um debate sobre esse Relatório, que é um Relatório importantíssimo, especialmente no próximo Relatório, nós já teremos alguns editais, de concessão de áreas, já talvez algumas experiências, efetivas, para serem apresentadas, acho que nós temos aqui nessa Comissão, um papel importante e fundamental para que agente de fato, tenha, monitore, todas as atividades do órgão. Acho importante que essa Comissão possa conhecer uma área manejada, acho que a idéia, que a sugestão que o Dr. Tasso Rezende trouxe, acho que é boa, acho que a gente pode sugerir aqui, ao Presidente da Comissão, alguma área que nós pudéssemos ter uma logística mais fácil e o que ver, efetivamente, mas acho importante nós verificarmos, porque nós vamos ter a função de fiscalizar esse trabalho e nós teremos condições de fiscalizar com mais eficácia, se a gente conhecer de perto uma área dessa.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Dr. Tasso.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Sr. Senador Renato Casagrande, muito obrigado pela sua contribuição.

Sim, eu quero também agradecer ao Senhor Tasso Rezende de Azevedo, mas antes de encerrar eu vou fazer aqui um questionamento, que acaba de ser entregue aqui a mesa, Sr. Tasso, perguntando o seguinte: Como o senhor analisa o fato da Constituição Federal em seus Arts. 49 e 188, só permitir a alienação de terras públicas, em áreas superiores a 2.500 hectares, após a autorização do Senado Federal?

Isso foi até, relembra, a questão aqui, motivo de debate, por esta Casa, nesta Casa, desculpe, por ocasião da discussão do projeto. E esclarece, que o Senado, através de uma Emenda, tentou corrigir essa situação, mas ela mereceu o veto presidencial.

SR. TASSO REZENDE DE AZEVEDO – Tá bem. Obrigado.

O que Constituição trata da destinação da terra pública, então foi feita uma distinção bastante importante, durante todo o Projeto de Lei, ele não faz referência a terra pública, ele faz referência a floresta pública, e isso foi feito, nós tivemos, inclusive, três pareceres feitos em relação a esse tema que é, assim como você tem a separação do solo, do mineral, da terra, que você pode fazer, exatamente a mesma coisa para o

caso de florestas. Então, os contratos, são contratos de gestão da floresta, especificamente, para exploração de determinados produtos e serviços que vão estar previstos nos contratos, eles não dão qualquer direito sobre a terra e, portanto, essa que é a distinção que foi realizada, nós não estamos tratando da terra, estamos tratando da floresta pública, e é muito importante que seja assim, porque se a gente tivesse contratos que tivessem tratando da terra, eles poderiam gerar, no futuro, a qualquer momento, no futuro, uma tentativa de tomar posse dessa terra de alguma maneira. Então, a proposta como tal, eu posso, inclusive, eu me comprometo a enviar o parecer que foi montado, que foi feito sobre isso, contratado antes, inclusive, da aprovação da lei, para que ele esteja, enfim, nos anais aqui da Casa, esse parecer, só para tem certeza que está na mesma Comissão, onde nós fizemos o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR GARIBALDI ALVES FILHO (PMDB-RN) – Agradeço ao Sr. Tasso Rezende de Azevedo, Diretor Geral do Serviço Florestal Brasileiro, e nada mais havendo a tratar, eu encerro e levanto esta Sessão da Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.

(Sessão encerrada às 13h21.)

**COMISSÃO DE AGRICULTURA
E REFORMA AGRÁRIA**

Ata da 1ª Reunião (Extraordinária) da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de fevereiro de 2008.

Às dez horas e vinte e um minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e oito, na Sala 7, da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senador **NEUTO DE CONTO**, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, com a presença dos seguintes senadores(as) – **KÁTIA ABREU, EXPEDITO JÚNIOR, CÍCERO LUCENA, FLEXA RIBEIRO, MARISA SERRANO, OSMAR DIAS, CÉSAR BORGES, AUGUSTO BOTELHO, VALDIR RAUPP, VALTER PEREIRA, ROSALBA CIARLINI E JOÃO TENÓRIO**. Deixam de comparecer os Senhores Senadores(as) – Sibá Machado, Delcídio Amaral, Antônio Carlos Valadares, João Pedro, Leomar Quintanilha, Pedro Simon, Heráclito Fortes e Jonas Pinheiro. Havendo número regimental, é declarada aberta a reunião, dispensando-se a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. O Senhor Presidente, Senador Neuto de Conto, informa que a presente reunião destina-se à deliberação do requerimento nº 01, de 2008 – CRA e a realização de audiência pública de acordo com a seguinte pauta: Audiência pública, com a finalidade de discutir e analisar o

embargo da União Européia à carne bovina brasileira, em cumprimento ao **REQUERIMENTO Nº 1, DE 2008**

– **CRA**, aprovado em 13.2.2007, de **AUTORIA** do Senador Neuto de Conto, com a presença dos seguintes convidados: **Sr. Reinhold Stephanes** – Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA; **Sra. Leslie Cohen** – Representante da associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes – ABIEC; **Sr. Altino Rodrigues Neto** – Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA; **Sr. Fábio de Salles Meirelles** – Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Após a exposição dos Senhores convidados fazem uso da palavra para tecerem comentários sobre os assuntos abordados, os seguintes Senadores(as) – Osmar Dias, João Tenório, Kátia Abreu, Marisa Serrano, Jaime Campos, Valter Pereira e Eduardo Azeredo. **RESULTADO – Audiência Pública Realizada. EXTRA-PAUTA: REQUERIMENTO Nº 2, DE 2008 – CRA – ASSUNTO** – Requer, nos termos regimentais, seja realizada audiência pública da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), com a finalidade de analisar e discutir notícias referentes a medidas em estudo nos seguintes órgãos: Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Meio Ambiente e Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis– IBAMA, sobre a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento ilegal, legalizando 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia, com a presença das seguintes autoridades: **Dep. Reinhold Stephanes** – Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; **Sen. Marina Silva** – Ministra de Estado do Meio Ambiente; **Sr. Bazileu Alves Margarido Neto** – Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis– IBAMA. **AUTOR**: Senador Neuto de Conto. Iniciada a discussão, e não havendo oradores inscritos, passa-se a votação, ocasião em que foi aprovado por unanimidade. **RESULTADO – Aprovado. Será cumprida a deliberação da Comissão.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e seis minutos, lavrando eu, Marcello Varella, Secretário da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas. – Senador **Neuto de Conto**, Presidente da Comissão.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Agricultura e

Reforma Agrária do Senado Federal, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª legislatura.

Requeiro a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior que com a anuência do Plenário é dada como aprovado.

Inicialmente em virtude de tratar-se de assunto urgente e relevante, e por razões regimentais, esta presidência fará a leitura do Requerimento de minha autoria e posteriormente colocar em votação. O Requerimento de autoria do Senador Neuto de Conto que requer seja realizada Audiência Pública com a finalidade de discutir o embargo da União Européia de carne bovina brasileira. Em discussão. Em votação o Requerimento. As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam permanecem como se encontram. Aprovado.

A presente reunião destina-se a Audiência Pública em cumprimento ao Requerimento nº 01/2008, CRA, de autoria do Senador Neuto de Conto, aprovado hoje, 13 de fevereiro de 2008, com o objetivo de discutir e analisar o embargo da União Européia à carne bovina brasileira, com a participação dos seguintes convidados: Primeiro, Dr. Reinhold Stephanes, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que já se encontra à Mesa. Segundo. Altino Rodrigues Neto, que o convidamos que participe à nossa Mesa, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária, representando o Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais, que representa todos os Secretários da Agricultura de todos os Estados brasileiros. Dr. Fábio de Salles Meirelles, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. O convidamos para fazer parte da Mesa. Drª. Leslie Cohen, representante da Associação Brasileira das Industrias Exportadoras de Carne, ABIEC, que vem representar o ex-Ministro Pratini de Moraes, que por estar em viagem vem a nosso encontro.

Nós passamos a palavra de imediato com a Drª. Leslie Cohen, representante da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne, ABIEC.

SRA. LESLIE COHEN – Bom dia Sr. Senador, Sr. Presidente, Ministro, bom dia Dr. Altino, Dr. Fábio, Senadores presentes, Senadoras, pessoal do Ministério e demais representantes aqui presentes.

Bom, eu agradeço o convite de podermos estar aqui para esclarecer essa questão e realmente muito nos preocupa. O embargo da União Européia à nossa carne já vem sendo anunciada há algum tempo. Nunca esperamos que fosse ser feito dessa forma porque na última missão da União Européia aqui ao Brasil não foram encontradas falhas que pudesse levar a um embargo, realmente assim um embargo formal, tanto que não foi feito dessa forma o embargo. Foi um embargo meio branco. A União Européia exige que o

Brasil apresente uma lista de fazendas aptas a exportar. O Brasil tem uma lista relativamente ampla de fazendas que poderiam exportar para a União Européia que seguem todas as normas e os regulamentos do SISBOV e a União Européia decidiu que só ele quer que exportemos a partir de 300 fazendas. Realmente é um absurdo porque 300 fazendas e nada, é quase a mesma coisa, e achamos que devemos negociar isso de alguma forma. Do lado dos exportadores, o que nos preocupa mesmo é a questão do embargo. Para os outros países, nos outros mercados existe o embargo da União Européia. Eles não perguntam se é uma questão burocrática, se existe alguma ocorrência sanitária que nós sabemos que não existe, eles simplesmente questionam por que é que a União Européia fechou o Brasil. Por que é que não está importando mais carne brasileira. E isso para nós é preocupante. Porque vários mercados seguem a linha da União Européia. Muitos mercados seguem as normas de rastreabilidade da União Européia as exigências que eles fazem. E estão agora questionando e perguntando, será que houve algum problema no Brasil, será que a carne brasileira não tem mais a qualidade que sempre teve? E estamos com esse medo desse efeito dominó. Além, é claro do mercado europeu que hoje é o nosso principal mercado consumidor de exportação de carne especialmente de corte de maior valor agregado que são muito importantes. Fora isso, bom, acho que com as perguntas iremos responder o que acho que deve ser feito e o que está acontecendo hoje em dia.

E outra coisa que queria ressaltar é que eles nos exigem muita... Que sejamos muito certinhos em mesma coisa e eles mesmo não são. Não sei se os senhores têm conhecimento, mas saiu ontem no jornal uma notícia de que agricultores... Frigoríficos europeus, irlandeses estão fraudando certificados lá. E para eles a única coisa que houve, o único problema é uma multa. Aqui no Brasil se nós fraudarmos um certificado se eu pegar um certificado e fraudar a assinatura de um veterinário eu sou presa. Da Irlanda eles recebem apenas uma multa. E ao mesmo tempo que isso acontece estão exigindo que nós aqui sigamos todas as normas a risca muito mais do que eles seguem lá, isso é um absurdo. Só faltam eles virem aqui e querer mandar no nosso... Nomear nossos Ministros, vão vir nomear nossos Secretários, porque é uma questão já de... Sem desmerecer, claro, os problemas e tudo que temos que fazer, temos que seguir as normas, não podemos deixar que eles venham aqui e mandem, e digam o que temos que fazer. Nós temos que negociar e de maneira muito firme essa questão. E claro, é emergencial reabirmos o mercado europeu nem que seja para não exportar. Que seja com poucas fazendas ou que seja

alguma medida que nós digamos, ta bom, vamos nos segurar, mas precisamos manter o mercado aberto até para demonstrar para os outros mercados que continuamos sim, que a nossa capacidade exportadora continua a mesma, que não temos problemas sanitários no Brasil, que a qualidade da carne continua a mesma, e que temos realmente, somos o maior rebanho comercial do mundo, somos o melhor rebanho comercial do mundo, termos as melhores indústrias, os melhores pecuaristas, não há porque estarmos sofrendo agora com esse tipo de embargo, com esse tipo de prejuízo. Muito obrigada, Senador, acho que está...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Drª. Leslie. Nós ouvimos então de imediato o Dr. Fábio de Salles Meirelles, Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELLES – (pronunciamento fora do microfone) que preside essa Sessão de importância vital para a nossa pecuária, Sr. Ministro Reinhold Stephanes que conduz com a sua competência o nosso Ministério, cumprimento também o Sr. Altino Rodrigues, que representa o Fórum dos Secretários de Agricultura, e a Sra. Leslie Cohen, representando Pratini de Moraes e a ABIEC nessa solenidade.

Sr. Presidente, nós pretendemos apresentar um rápido histórico com simples documento que pretendo lê-lo para entregar à Mesa, em respeito também aos Srs. Senadores para conhecer o conjunto do pensamento e um trabalho técnico a respeito da matéria.

Assim sendo, gostaria de iniciar afirmando que esse problema de agora ele vem já de há muito tempo. Deve-se principalmente por falta de orçamentos adequados, as pastas do setor que lidam com o assunto da agropecuária. Tanto Secretaria de Estado como o próprio Ministério da Agricultura. Isto é uma história antiga. Não podemos acusar quem quer que seja dentro do seu período administrativo. Todavia, nós temos que verificar o conjunto do pensamento que ia se agravar a situação da pecuária brasileira pela sua qualidade, pela sua produção, produtividade, e a sua sanidade. O rebanho brasileiro é um rebanho de saúde, capaz de atender o consumo das nossas populações e das populações externas, internacionais. Mas os interesses são sempre conflitantes. Sejam de governos, sejam daqueles que transformam, sejam do comércio e sempre quem paga a conta é o produtor rural. E, na realidade, é por falta de confiança e consciência do valor das nossas atividades. Quer na produção pecuária, ou em outros tipos de atividade. O país tem que ter confiança na sua atividade econômica, que é a agropecuária brasileira. E isto evitaria uma série de outros problemas. Nós rimos quando aconteceu essa

doença denominada popularmente da vaca louca. Mas não fizemos adequadamente as nossas lições em casa. E aí as consequências foram evidentemente levando a erros acumulados. E o que nós queremos na exposição é encontrar daqui para frente a solução para a dificuldade emergencial. Esta que está aí desse embargo da carne. Não adianta revivermos uma série de história sem encontrar a força comum, conjugada para alcançarmos uma solução adequada.

Posto isso entendi que era importante fazer transferir num documento de três, quatro minutos, o pensamento da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Documento assinado por nós e entregue com a responsabilidade que temos a V.Ex^a. Ao mesmo tempo, único documento que vou lhe passar aqui é técnico, que não lerei porque tem que ser discutido e analisado com maior profundidade. Em assim sendo, Sr. Presidente, e peço permissão que o faça porque vejo também outros interessados, federações de agricultura que estão aqui conveniada pela federação do Mato Grosso do Sul, é muito importante. Outros interessados na política de mercado. Diz o documento da CNA que fica como prova dos nossos interesses e da nossa efetiva participação sem qualquer crítica individualizada. Ao contrário, tem tido melhor entendimento com o Sr. Ministro e tenho procurado manter um entendimento aonde nós possamos trabalhar de maneira conjunta nos objetivos da agropecuária brasileira. Particularmente da pecuária nacional.

É com grande preocupação que a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil, legítima representante dos agricultores e pecuarista brasileiros presencia esse fato arbitrário e sem qualquer fundamentação científica imposta pela União Européia contra a carne bovina brasileira. Se ela mesma reconhece que o rebanho brasileiro tem a sua pura sanidade, está em condições de ser consumido, vê-se logo que há um processo político e de interesse de comércio, de interesse de jogo inclusive de países envolvidos nesse esquema todo. Lembramos que todo o processo de rastreabilidade imposto aos pecuaristas europeus teve como principal objetivo readquirir a confiança do consumidor local no período pós-crise sanitária causado pela encefalopatia que é a doença da vaca louca no continente europeu. Episódio jamais registrado em território brasileiro. Nós não sofremos esse episódio. E lembramos que na época a maior dificuldade que nós tivemos foi rastrear alguns animais que vieram do exterior, da região da vaca louca. Porque não estávamos preparados. Por isso que eu disse no início que faltou uma lição adequada e técnica e uma vontade de fazer. Mas, sempre vem a questão de orçamento. E aqui, Sr. Presidente, eu gostaria de afirmar que as federações

de agricultura do setor aonde a pecuária tem expressão, por intermédio da ação do fórum da pecuária nacional tem colaborado, contribuído em todos sentidos no combate à doença ou em qualquer outro sistema de aprimoramento do nosso rebanho. Além disso, esse procedimento serve como instrumento para pagamento de subsídios domésticos na União Européia. Após a implementação local, exigência semelhante passou a ser demandada também ao produto importado. E nós sabemos que a comunidade européia exporta evidentemente subsídio por intermédio da produção agrícola em toda sua extensão.

Nesse sentido, o Brasil como fornecedor de carne bovina para a União Européia teve de criar normas internas semelhantes às adotadas naquele continente. Vê-se aí que nós já estávamos numa verdadeira guerra contra o sistema que vinha se implantando à nossa carne, à carne bovina brasileira. Assim foi criado o serviço de rastreabilidade, o SISBOB no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, MAPA. Esse por sua vez credenciou cerca de 70 certificadoras para realizar o processo de vistoria nas propriedades rurais com vista a sua certificação. É um ato do Ministério. E eu fiz ver em conversa que tive com o Ministro e recebi de pronto a sua aprovação que era preciso colocar de forma prática o SISBOV e integrar com o nosso sistema representativo, o que recebi a sua boa compreensão no sentido de trabalharmos de forma coesa na defesa do rebanho de 200 milhões de cabeças.

Nesse sentido, aí começamos a entrar no assunto de pronto, nós tivemos 15.480 propriedades rurais foram certificadas pelas normas do SISBOV. Elas foram certificadas. Elas cumpriram suas obrigações. Com as novas exigências da União Européia, essas propriedades rurais perderam a condição de certificadas. Veja que o produtor, a CNA, as federações, as entidades e associações todas cumpriram e vem cumprindo com suas obrigações porque não é fácil conduzir um rebanho com número tão fantástico e de alta produtividade e qualidade de carne.

Para que possam ser novamente aprovadas para exportação de carne bovina “in natura” para a União Européia, novas normas do MAPA. Assim os pecuaristas terão de arcar com todo o prejuízo causado pelos custos já incorridos, pela adequação ao SISBOV uma vez que passará a valer a nova certificação realizada pelo mapa. Tal situação é inaceitável, pois os produtores cumpriram com as normas do SISBOV e as propriedades rurais haviam sido aprovadas por certificadores credenciadas pelo mapa. Se esse credenciamento agora não tem mais validade, a culpa não é do pecuarista, porque não cobrou a correta atuação de suas credencias. Falta uma política mais sólida ao

longo desses anos estabelecido pelo próprio Ministério. Por isso que eu quero lhe afirmar que esse equívoco de agora não é equívoco de hoje. Ele vem ao longo do tempo. Foi deixado à própria sorte em determinados momentos a pecuária nacional, e o produtor esteve presente na sua defesa. E não podemos nós, como representante oficial do pecuarista, do produtor rural, a não trazer aqui a realidade que nós vivemos. Principalmente quando sabemos, Sr. Presidente, que três bilhões e meio foi exportação de carne do ano passado. Para a União Européia nós chegamos a um bilhão e cem milhões. O que representa, evidentemente, 1/3. Nós queremos é somar as nossas forças. Homenageio aqui no meio desse período a própria... O próprio Senado pela sua Comissão, pela sua pessoa, de trazer um assunto dessa importância numa reunião desse porte. Atendendo às novas exigências da União Européia, o MAPA em conjunto com as Secretarias Estaduais da Agricultura, teve que vistoriar novamente as propriedades rurais já aprovadas pelas normas do SISBOV. No entanto, das 15.480 propriedades certificadas, apenas 2.681 foram consideradas aprovadas. Eu acho até estranho, porque é um rebanho cujo setor sanitário é reconhecido de saúde plena, como é que nós temos apenas um número tão deficitário na representação com um trabalho estrutural permanente? Ou deve ser permanente. Aí fica a dúvida, aonde Sr. Presidente nós não podemos tirar da mente a expressão política que evidentemente deve haver na estrutura internacional sobre a carne brasileira, uma das melhores carnes que nós todos brasileiros sabemos e que também o mercado internacional é comprador pela qualidade, pela produtividade. E pelo custo. A carne européia é uma barbaridade.

Posteriormente esse número foi reduzido inexplicavelmente ainda mais de forma arbitrária, pois o correto seria o envio de toda relação das propriedades rurais aprovadas pelas certificadoras para agravar a situação, o MAPA não deu a devida divulgação dos critérios para a escolha das propriedades rurais aprovadas para exportação de carne bovina para a União Européia. Acho que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil com mais de dois mil sindicatos, com um número enorme de extensões de base, implantado em todo território nacional, partícipe do processo, integrando o interesse econômico, social e político do país, é imprescindível que se estabeleça uma permanente harmonia nesse setor. Sei que o Ministro Reinhold tem lutado bravamente. Agora, precisa saber como é que está a infra-estrutura do Ministério, até aonde o Ministério pode acompanhar. Nós queremos contribuir, não crítica sem propósito ou crítica com qualquer objetivo político está fora do propósito da CNA.

Além disso, Sr. Presidente, o Brasil é penalizado com as zonas não habilitadas a exportar carne bovina para a União Européia. E até hoje não há uma definição para a solução desse problema. O Brasil tem zonas livres de febre aftosa há mais de 10 anos, reconhecido pela Organização Mundial de Saúde Animal, a OIE, e apesar dos inúmeros pedidos feitos pelo Governo Brasileiro, a União Européia nunca sinalizou com a intenção de rever a decisão de manter áreas na condição de não habilitada. Essas atitudes demonstram falta de transparência no processo renegociador com a União Européia. Isto leva a nossa unidade, a nossa objetividade em caminharmos juntos, e inclusive voltar com pressão adequada dentro dos limites que a política internacional permite junto à comunidade européia, junto à União Européia. A Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária considera da mesma forma a decisão de aprovar apenas 300 fazendas, agora 600, para a exportação de carne bovina para a União Européia de forma como exigida e acatada pelo MAPA, também poderá se tornar uma restrição de caráter permanente. Tendo em vista que não foram definidas regras claras para a inclusão de novas propriedades rurais. E esse assunto nós não podemos deixar o Ministério da Agricultura lutar sozinho. Eu espero que o nosso Ministro Reinhold, que tive a honra de ser colega dele, sei da experiência e competência no Congresso Nacional onde aqui tivemos, ele tenha a convicção que a nossa unidade, a nossa exposição é contributiva e ao lado da sua ação porque tem sido um homem corajoso na sua expressão. E esse valor vale muito e essa imposição deve ocorrer.

Estudo técnico da CNA indica que sistema representativo de produção de carne bovina de alguns países da União Européia, como a Irlanda, o Reino Unido, o preço recebido pela produção incluindo subsídios pagos pelo Governo não cobre sequer o custo efetivo da produção. Então veja bem a situação ímpar da pecuária nacional e da conquista que fez do mercado internacional. Esses, na União Européia, estão entre os maiores do mundo. Sendo em média três vezes o custo do sistema brasileiro. Enquanto no Brasil o custo para a produção de cento(F) quilograma de carcaça bovina valia 147 a 180 dólares, na Irlanda e no Reino Unido esses valores variam de 426 a 843. Então é hora de nós termos os dados claros e definidos e se somos produtores responsáveis por todo o custo dessa manutenção temos também dever de estarmos unidos com as autoridades e com os órgãos técnicos para juntos resolvemos adequadamente a solução. Os produtores rurais os quais tiveram custos para certificar suas fazendas como estabelecimentos rurais, aprovado pelo SISBOV, não pode ser agora penalizado em

decorrência de uma em conformidade nas auditorias. Então todas as fazendas inscritas no SISBOV que não apresentaram conformidade nas auditorias realizada pelo sistema de defesa sanitária brasileira deve constar da lista de fazendas aprovadas na exportação de carne bovina européia. Elas que venham aqui, retornem aqui e vamos assumir as responsabilidades porque se discriminar agora até quando eles vão fazer discriminação em cima da política da carne? Estou terminando, Sr. Presidente.

Regras claras por parte da União Européia para autorização permanente de listas das fazendas aprovadas na exportação. Eu entendo que é imprescindível que a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, com as suas confederações, com seus sindicatos, em todo território nacional tem que ser membro integrante da ação da política do Ministério da Agricultura. E esse fato que eu coloco aqui é ao longo dos anos que a CNA vem reclamando. Não é agora junto ao atual Ministro. Pelo contrário. Eu afirmo e reafirmo a boa vontade e o esforço que ele tem feito para encontrar uma unidade e objetividade para caminharmos juntos. E penso que nesse instante o Senado lavra um tento com essa notável Comissão trazendo e abrindo de público o assunto da pecuária de corte, a questão da carne que é um produto notável mais ainda devido o grande consumo interno, Sr. Presidente, é importante lembrar que é imprescindível mantermos qualidade no nosso produto e não diminuir a qualidade e levar a um desastre à pecuária. Não há risco desse desastre porque o mercado internacional é comprador, mas há pressão negativa e amanhã a pressão poderá continuar e afetar, sim, também outros países em detrimento ao preço da carne do produtor. E o produtor, o pecuarista, ele não pode parecer como vilão da história numa luta dessa. E a CNA tem deveres institucionais pelo seu Presidente quando ele lá comparece de colocar o pensamento da classe, e esse é o pensamento da categoria da pecuária nacional. Muito obrigado Sr. Presidente, e aqui eu lhe passo esse documento, o trabalho técnico e as expressões que falei antes de improviso são também de responsabilidade da CNA.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr. Fábio de Salles Meirelles, pela importante contribuição que nos dá à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado.

Ouviremos a palavra do Dr. Altino Rodrigues Neto, que é Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária que representa os Secretários de Estado da agricultura no Brasil.

SR. ALTINO RODRIGUES NETO – Bom dia a todos. Nós gostaríamos de cumprimentar o Presidente da Comissão, o Senador Neuto de Conto, o Vice-

Presidente, Senador Expedito Júnior, o Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes, o Presidente da CNA, nossa colega aqui da ABIEC, Srs. Senadores, gostaria de justificar a ausência do Secretário Gilman Viana, que por problemas numa cirurgia não pôde comparecer. Mas nós gostaríamos, Sr. Senador, de lembrar que do Brasil nós temos apenas seis Estados habilitados a exportar para a União Européia. Desses seis Estados, dois Estados, Minas Gerais em parte do Estado, e Mato Grosso praticamente com a metade. Então, isso envolve um rebanho aí de 60 milhões, aproximado 60 milhões de cabeças estariam habilitadas a exportar.

Dentro do SISBOV, do novo SISBOV são aproximadamente 6 mil propriedades que estavam dentro do sistema brasileiro, e foi com essas auditagens, com essas exigências da União Européia isso foi feito uma filtragem com o número de propriedade, já foi citado, muito menor.

Nós gostaríamos de também manifestar apenas com o sentido de colaborar para o futuro, que erros como a não inclusão dos órgãos estaduais de defesa, desde o início da implantação do SISBOV, que seria a linha de frente nos Estados para fiscalizar tanto a parte dos frigoríficos, como as certificadoras e as propriedades rurais, eles não participaram desse processo, os órgãos estaduais de defesa, na condução e na implantação desse sistema que foi criado na Europa por causa da vaca louca, e esse sistema de equivalência altamente prejudicial ao Brasil, que não tem a doença, um outro tipo de produção, de... Foi e tem sido altamente penoso para o nosso país. Então, essas informações são importantes para que nós possamos construir de agora para frente um modelo que possa atender as exigências de mercado e que nós possamos continuar com a nossa... O nosso rebanho altamente importante para o nosso país, e em condições sanitárias muito boas, nós não temos problemas que pudesse nos tirar de mercado nenhum, mas desde que dentro de um sistema organizado, com a participação dos Estados, dos órgãos estaduais de defesa dentro do processo de identificação e de rastreabilidade bovina. Nós estamos aqui à disposição, ficaremos a disposição para maiores informações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Dr. Altino. Ouviremos o eminente Deputado Federal e Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES – Caro Presidente, caros Senadores, expositores que aqui foram convidados, meu caro Presidente Fábio Meirelles, vou tentar caracterizar um pouco o quadro geral

do que é que aconteceu. E por que é que isso está acontecendo.

A União Européia produz aproximadamente 95% da carne bovina que se consome dentro da União Européia. Quer dizer, isso mostra claramente que a União Européia tem uma força de produção e tem uma organização de produção. Eles necessitavam de um adicional de carnes para regularizar seu mercado de mais ou menos 5%. E o Brasil entrou nesse mercado na quase totalidade desse mercado, atingindo 70, 80% em determinados momentos desse mercado. E evidentemente o Brasil entra com uma carne de qualidade, e entra com uma carne a custo de produção muito mais baixo que a União Européia. Então, desde o início havia uma certa reação da União Européia em relação à produção brasileira com receio, evidentemente, de haver pressões internas dentro da própria União Européia para baixar o preço da carne, já que o Brasil conseguia fornecer carne bem mais barata, embora com uma barreira alfandegária extremamente elevada para que os preços mais ou menos se equiparassem. Ao lado disso, surge a doença da vaca louca em 95, primeiros casos, e a União Européia tem necessidade de estabelecer um sistema de rastreabilidade que seja muito eficiente, muito rápido no sentido de detectar qualquer questão e a origem de qualquer questão em relação a essa doença, já que a doença é fatal. Quer dizer, nós tínhamos ali uma situação extremamente grave, uma doença que é uma doença fatal. E estabeleceram esse sistema dentro da forma de produção que eles têm, que é muito diferente da forma de produção nossa, em condições muito mais favoráveis e sob uma condição de necessidade muito extrema. Então, estabeleceram isso e tudo bem. Continuaram importando carne do Brasil. Até que por volta de 2003, os irlandeses concluem, e isso está em documentos escritos da época que estive acesso através da Embaixada do Brasil que me conseguiu esses documentos da Irlanda, onde se reúnem as associações de produtores e dizem: Olha, o Brasil é o nosso grande inimigo, o Brasil está depreciando o valor da nossa carne, e isso para nós poderá se tornar um problema futuro. Nós temos que encontrar formas de evitar essa competição brasileira. Eu cito isso para caracterizar claramente que o problema é comercial. O problema não é sanitário. Quer dizer, a discussão começou por um problema comercial. Isso está documentado. E, aliás, há quatro, cinco dias atrás, num discurso da associação de produtores da União Européia, isto foi rememorado exatamente nesses termos. Aquilo que nós iniciamos lá em 2003, trouxe os resultados, e as razões disso tudo. Isso foi muito bem rememorado agora após o chamado embargo.

Bom, a solução que os produtores da União Européia, liderados pelos irlandeses, escoceses, franceses e ingleses seria exigir do Brasil, em princípio, a equivalência do sistema implantado na União Européia. Só que o Brasil não tem doença de vaca louca. O Brasil não tem uma doença fatal. Mesmo a aftosa, ela, pela carne desossada e maturada ela não se transmite. O vírus se torna inativo. Por outro lado também mesmo que se transmitisse não seria fatal. E temos outras condições de produção. Mas, a pressão foi muito grande, embora a União Européia desejasse importar carne, e deseja importar carne, embora os comerciantes europeus querem a carne brasileira e o consumidor de uma forma geral também querem a carne brasileira. Mas havia uma pressão muito forte dos produtores, inclusive envolvendo a classe política do parlamento europeu no sentido de que se fizessem exigências cada vez maior à questão da sanidade brasileira. E que se impusesse ao Brasil o mesmo sistema de rastreabilidade da União Européia. E aí talvez comece... Como eu não vivi a história, é difícil de fazer essa colocação, mas aí talvez comece o primeiro erro. O Brasil aceitou a imposição. O Brasil baixou as normas exatamente dentro das orientações da União Européia, depositou estas normas em Bruxelas, e disse que cumpriria essas normas. E começa a implantar o sistema de rastreabilidade no Brasil.

Eu diria que comece a implantar o sistema de rastreabilidade no Brasil talvez até o Governo tivesse... Talvez até o Governo tivesse a convicção de que iria implantar esse sistema. Mas o que se observa com muita clareza, de forma geral, não havia uma convicção muito grande da cadeia produtiva, e aí talvez até, aí abro a ressalva, talvez até do próprio Governo de que ele estaria implantando um sistema que iria funcionar. Por quê? Nem o frigorífico e o exportador se interessou em fazer cumprir essas normas, nem o produtor recebeu vantagens pela fidelização junto aos frigoríficos para cumprir essas normas, e nem o Ministério implantou um sistema que poderia acreditar que esse sistema poderia funcionar. Agora veja bem, nós não estamos, e aí a representado da ABIEC deixou muito claro, não estamos aqui discutindo a qualidade da carne brasileira. Nem a sanidade da carne brasileira. Tanto que no último relatório da União Européia, isso ela deixou bem claro, não apareceu nenhuma crítica quanto à sanidade da carne brasileira. Não apareceu em relação à aftosa, ao contrário, disseram que o Brasil havia feito a lição de casa. O Brasil havia criado as barreiras junto ao Paraguai, e o Brasil havia eliminado os focos, e o Brasil havia se estruturado em termos de seus laboratórios no sentido de verificar a eficiência das vacinas, e também a circulação viral existente. Então,

quer dizer, o Brasil havia cumprido todas as partes na área sanitária. Mas que o Brasil apresentava graves problemas, foram esses os termos, na área da rastreabilidade. Ou seja, na área da questão burocrática. Na área da forma. Porque não sei se todos estão familiarizados com isso, mas são quase 30 itens num check-list que o produtor tem que satisfazer para que ele possa estar em dia ou em ordem com o SISBOV. Ele tem que provar que ele tem a nota fiscal dos alimentos, nota fiscal das vacinas, nota fiscal dos brincos, com que idade os bezerros foram efetivamente brincados... Enfim, tem ali uma série de exigências que a gente, entre aspas, chama de burocráticas em relação ao mérito da questão. Então, quando eles vieram aqui a última vez, eles encontraram uma série dessas falhas. Mas a União Européia, com quem eu havia me reunido no mês de outubro, ou seja, pouco antes dela chegar ao Brasil, com o Serviço de Defesa da União Européia, e havia me reunido também com o Parlamento, com os representantes irlandeses no Parlamento como também fiz uma reunião com os produtores ingleses, que eram os mais agressivos contra o Brasil, e dava-se a notar claramente um clima de extrema hostilidade por parte dos produtores europeus em relação à carne brasileira. Tanto que hoje se você entra mesmo em Paris num restaurante, você corre o risco de encontrar um cartaz dizendo o seguinte... da associação: Não coma carne brasileira que ela não presta. Chega a esse nível de agressividade no seu lobby contra a carne brasileira. E o que pesou muito foi uma missão clandestina que tinha vindo ao Brasil e tinha fotografado, nós não sabemos que localidade e nem se foi no Brasil tiradas essas fotografias, de situações que efetivamente depunham contra qualquer questão de sanidade no manuseio da carne. Evidentemente que não foram fotografados frigoríficos credenciados e muito menos fazendas também referenciadas para esta finalidade. Mas este relatório efetivamente criou o impacto muito forte. Então, a União Européia tomou sobre pressão, ficar bem claro, sobre pressão, essa decisão de... Damos um ultimato ao Brasil. A próxima missão que virá, e eu já cheguei nessa situação, a próxima missão que virá, que antes viria em setembro, eu assumi em final março, início de abril, ela virá já com a finalidade de ver se nós efetivamente cumprimos com as regras da rastreabilidade e com todos aqueles itens que tinham sido impostos. Caso contrário, haveria sérias restrições. Quando eu fiz as reuniões em outubro, que eu fui à União Européia para discutir um pouco isso, a gente notava claramente esse quadro. Como a gente também notava o quadro que efetivamente o serviço de defesa da União Européia até deseja a carne brasileira, e concordam que a carne brasileira é boa. Mas,

por outro lado, eles sofriam essa pressão muito forte. E eles são servidores públicos que estão colocados lá exatamente da forma que nós sabemos. Quer dizer, ou seja, se eles não responderem às pressões, evidentemente eles perdem as suas funções. Bom, eles chegaram, evidentemente, encontraram o sistema sem o devido funcionamento. Ou seja, o sistema não estava bom. E lembro que há pouco eu falei que é muito possível que nem os exportadores estavam se esforçando muito em cumprir, nem os frigoríficos estavam se esforçando em cumprir, e os produtores, se não houver nenhuma vantagem para isso, porque eu vou ter custos adicionais e vou cumprir isso? Porque aí não era dada a vantagem. E o Ministério da Agricultura havia criado um sistema no qual o serviço de defesa que tem uma estrutura forte em todo o Brasil, que tem uma integração com os Estados, e aí a colocação do Altino e do Secretário está correta, e os Estados que têm suas estruturas de defesa ficaram à margem do processo. Enquanto este sistema tratava das guias de trânsito, e veja bem, Brasil ainda tratando de guias de trânsito de forma manual. Agora já são eletrônicas. Nós temos que aí determinar e dar um prazo que não se admite que não se consiga emitir guias de trânsito eletrônico. E ao lado uma Secretaria com absolutamente nenhuma estrutura para tratar da implantação do sistema de rastreabilidade. A minha primeira reunião quando assumi, eu observei, isso numa reunião com os Secretários de agricultura, e na hora eu determinei que o serviço se unificasse e se integrasse com os Estados. Qual foi a minha surpresa que eu recebi protestos de forma geral da cadeia de produção? Porque aí havia outras razões também das dificuldades de cumprir, veja bem, estou falando da parte de burocrática. Não estou falando de sanidade. Sanidade não temos nenhuma discussão e estou discutindo também que nós afinal de contas aceitamos a regra, nós depositamos a regra. Ora, se nós depositamos então vamos cumprir ou vamos discutir as regras e retirar as regras. Então por que depositamos?

Então, também havia outras razões para não cumprir que não quero colocar aqui em público que acho que cada um aqui sabe do que nós estamos falando. Bom, as medidas que nós podemos adotar rapidamente foram unificar o sistema, passar para defesa, integrar com os Estados, instituir a guia de trânsito eletrônica, e tentar agora, junto com a cadeia de produção, que é quem produz, quem vende, quem tem o grande interesse, seus representantes reestrutura um sistema para frente. Mas alguma coisa que nós tivéssemos efetivamente convicção de que funcionaria. E consultamos muita gente nisso. Muitas pessoas. Desde a área da produção, da área de exportação, da área de frigorífico,

como especialista que havia no passado tratado dessa questão. Por coincidência até do Paraná tivemos pessoas que andaram se especializando nisso na Espanha, num período lá no passado em relação a esse assunto. Então vamos convocar para ver se chegávamos a uma coisa que efetivamente poderia funcionar.

Bom, agora a União Européia nos surpreende, e aí efetivamente nos surpreende, na radicalização da medida que ela adota, já que eu conversei com três representantes da União Européia, em novembro, após o término da sua missão. E os três haviam me informado que haviam notado um grande progresso na área de aftosa e de sanidade no Brasil em relação à última visita. Mas que haviam efetivamente encontrado graves problemas na área da rastreabilidade. E nos apresentaram num documento de que nós devíamos mandar um número de propriedades equivalente... Não nos deram número, mas equivalente a 3% do total das propriedades que estavam no SISBOV já que eles acreditavam, não sabemos bem porque, que apenas 3% estariam em ordem dentro das normas. Bom, aí nos restava tomar duas atitudes. Ou atendemos ou não. Optamos em manter uma janela aberta. E optamos por isso porque uma janela aberta e continuar com as negociações, seria o caminho mais rápido na nossa visão de restabelecer as coisas. Por outro lado também, um rompimento, uma posição mais radical do lado brasileiro poderia levar uma reação eventual... Uma eventual reação em cadeia para outros mercados, cuja preocupação foi demonstrada aqui por outros expositores nesta Mesa. Enquanto estivéssemos abertos, e evidentemente sabendo claramente que 300 propriedades, 600, ou 2 mil propriedades não seria suficiente para encher os contêineres de carne nobre, porque de cada carcaça, apenas pouco mais de vinte quilos e que vão para a União Européia. Ou seja, nós precisaríamos de muito boi para fornecer. Nós precisaríamos de pelo menos 10 milhões de bois por ano para poder encher os contêineres e mandar a carne que nós hoje exportamos para a União Européia. O que não aconteceria evidentemente nem com 300, nem com 600 propriedades. Mas nós também entendemos de que eles estavam, veja bem, nós tínhamos que entender isso enquanto nós estamos num processo de negociação. De que o serviço de Defesa Sanitária da União Européia estava nos dando um recado. Bom, mostrem que vocês têm 300 propriedades, e aí nós vamos estabelecer, isso que foi exatamente um dos pontos centrais da colocação do Dr. Meirelles, nós queremos clareza nas regras como vamos adicionar as propriedades seguintes. Porque nós não podemos estabelecer um cartório. Nós não temos como estabelecer 300 propriedades. Quem é que vai definir isso?

Então nós abrindo a janela apresentaríamos as 300 propriedades, eles fariam uma auditoria sobre essas 300 propriedades, veriam se efetivamente nós estámos dentro do critério que nós mesmo depositamos na União Européia que iríamos cumprir, há muitos anos atrás, e nós passaríamos a, imediatamente, ou em conjunto, e está sendo feito amanhã, negociando, bom, como os novos blocos vão sendo adicionados até que nós tenhamos a densidade necessária para manter as exportações. Então era este mais ou menos o raciocínio. Isso eu coloquei perante uma reunião no setor produtivo, não obstante uma, duas, três vozes discordantes, isso eu coloquei perante a reunião com os Secretários de Estado envolvidos, e também com o Secretário que representa o Fórum dos Secretários do Brasil, isso também por telefone nós conversamos com o representante da ABIEC, com o Ministro Pratini, enfim, procuramos fazer a mais ampla consulta em relação a esta posição. E tivemos um apoio quase unânime, embora com muita indignação de muitas pessoas e cuja indignação era nossa também. Só que eu não posso, como Ministro, demonstrar essa indignação. Como Ministro tenho uma outra função. Eu tenho que compreender a indignação dos outros.

Bom, adotado esta atitude, nós fomos e fizemos, pedimos com a ajuda dos Secretários, e aí já com o serviço de defesa atuando com seus veterinários, com seus técnicos em campo, em conjunto com o dos Estados, auditamos as propriedades para encontrarmos um número de propriedades que fossem pelo menos 300. Encontramos 2.700 propriedades em princípio em condições. Só que das 2.700 propriedades, quando analisamos o check-list reanalisamos todas as conformidades, aquelas pelo menos 25 conformidades que você tem que ter de cada propriedade, aí encontramos uma propriedade aonde dizia o seguinte: Está com a documentação em ordem, tal documento em ordem? Sim. Embaixo dizendo que o documento será providenciado nos próximos dias. Bom, isso não serve. Podia ser um item em 25. Mas nós sabemos se há um mercado que efetivamente está sob pressão e está querendo encontrar todas as desculpas possíveis para não importar carne brasileira, evidentemente que este um item com essa pequena observação isso já seria considerado um erro e talvez até um erro grave, conforme foi colocado. Então, nós tivemos que fazer uma limpa, uma análise disso. E havia até questões mais simples. O CGC faltando um número. Claro, foi um engano. Mas de qualquer forma isso não passa. E aí isso se reduziu a 600 propriedades. Isso é apenas para colocar porque cabia essa divergência de propriedades. Bom, se nós tivermos 600 propriedades em ordem, nós encaminhamos 600 propriedades. Porque eu

não iria decidir quais seriam as 300... se 600 estavam em ordem. Aí retornamos, a União Européia nos deu mais um prazo que seria até amanhã, e fizemos uma auditoria de campo. Uma auditoria em cima daquele trabalho que havia sido feito em campo. Que cada propriedade tinha sido visitada e tinha sido analisada. E ainda descobrimos algumas inconsistências. Bom, mas de qualquer forma ficamos com as 600 propriedades, as 600 propriedades serão entregues numa reunião amanhã, lá nós iremos discutir como os blocos adicionais poderão ser colocados, eles virão no dia 25 de fevereiro, em princípio essa data estabelecida pela União Européia auditar essas 600 propriedades, vão escolher aí 20 ou 30 propriedades, vão auditar, eu disse isso ao Embaixador da União Européia. Disse: Olha, se os senhores vierem com a idéia de manter o mercado brasileiro, vocês com certeza vão aprovar. Agora, se vierem com a idéia de não manter o mercado, ou aceitar as pressões internas que vocês têm, vocês sempre vão encontrar um pequeno problema em 25 itens. Até porque pelo nosso sistema de produção, então você tem às vezes a propriedade tinha 800 bois no SISBOV, e agora aparecem 780. Faltam 20. Quer dizer, então houve... Claro que isso pode ser considerado erro grave de um lado, mas por outro lado às vezes é fácil de justificar isso. Mas enfim, vão acabar sempre encontrando algum tipo de problema. O que é que nós recomendamos aos Estados? Que nesse intervalo de hoje até o dia 25, que re-chequem em cada propriedade, em cada Estado, se efetivamente aquilo está 100% correto. Porque isso nos daria a condição de aí sim passar a exigir os blocos adicionais. Bom, então esse seria o primeiro passo da estratégia. O segundo passo, readquirida a confiança, entre aspas, junto ao serviço de defesa, porque cumprimos as normas que nós mesmos nos impusemos, aí iríamos partir para o segundo passo. Discussão da simplificação das normas. Já que nós temos convicção de que esse sistema de rastreabilidade, ele não atinge a eficiência que se deseja em relação a saber se a carne tem a sanidade ou não tem a sanidade. E tínhamos um outro argumento a nosso favor, apenas para citar antes que com certeza alguém vai citar, que estamos usando que é muito forte, nós exportamos carne, embora em quantidades diferentes, em épocas diferentes, às vezes com intervalos de interrupção, à União Européia há quase... Mesmo antes da União Européia existir, há quase 70 anos. Nós exportamos carne para 150 países, e nunca tivemos um problema de sanidade até hoje com nenhum dos 150 países e nem com a União Européia. Então na verdade estamos discutindo detalhes de um sistema de rastreabilidade. Ok. Então, portanto, seria um argumento suficiente para nós

mudarmos esse sistema, torná-lo mais adequado às necessidades brasileiras sem prejudicar a importância que a rastreabilidade terá para o futuro.

E uma pergunta que as pessoas podem fazer. É possível cumprir mesmo o atual sistema? É possível cumprir, sim. Se nós quisermos e tivermos todos interessados. Toda a cadeia efetivamente interessada é possível cumprir. É exagerado? É. Mas é possível cumprir? É. Então eram essas as colocações iniciais que eu queria fazer. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Deputado, Ministro Reinhold Stephanes. Para um esclarecimento nós queremos ouvir a Leslie, representante do Ministro.

SRA. LESLIE COHEN – Obrigada, Senador. Só um esclarecimento, agora que estão todos presentes, nós estamos desde o início, muitos percebo que estão um pouco decepcionados pelo Ministro Pratini não estar aqui, e eu peço desculpas em seu nome, mas ele tinha um compromisso já agendado desde o ano passado e realmente ele não pôde faltar. Eu só esclareço que eu sou assessora direta dele, sou gerente do escritório da ABIEC aqui em Brasília, e como sempre diz o Dr. Pratini, ele não trabalha com organograma, mas com um monograma, e ele sempre se faz representar por aqueles que conhecem o assunto que está sendo tratado. Então, não tem um cargo muito pomposo, assessora, mas eu tenho acompanhado esse assunto desde o início e tenho estado presente em todas reuniões e por isso estou aqui. Espero que tenha esclarecido as pessoas que estavam com alguma dúvida.

Quero também dizer que tenho cópia aqui dos pontos que a ABIEC acha interessante do que deve ser feito além daquela matéria que eu comentei mais cedo sobre a questão da Irlanda. Que os irlandeses estão fraudando os seus certificados e nada acontece. Enquanto isso estão pressionando que o Brasil cumpra normas e exigências extremamente rígidas e não percebem que nós já estamos fazendo o nosso trabalho. Além disso vou também distribuir as nossas estatísticas de exportação, com a evolução das exportações para a União Européia e os principais mercados dentro da União Européia. Muito obrigada, Senador.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Após termos ouvido as importantes informações de quatro segmentos em que atuam diretamente no setor de produção e exportação, quer seja a CNA com o Dr. Meirelles, pelo Governo o Ministro Stephanes, pelos Secretários da Agricultura, Dr. Altino, pela... Pelos exportadores, a Drª. Leslie, nós queremos também anunciar os senhores... as Srªs. Senadoras e os Srs. Senadores que aqui estão, inúmeros, vários Deputados Federais da Comissão de Agricultura da

Câmara dos Deputados. Estão presente a FARSUL, o seu Presidente, Carlos Sperotto. Está em nosso Plenário a Sociedade Rural Brasileira, o seu Presidente, Cesário Ramalho da Silva. A Federação da Agricultura e Pecuária do Mato Grosso do Sul, o seu Presidente, Ademar Silva Júnior. Associação dos Produtores do Vale do Araguaia, Vice-Presidente Antônio Celso Barbosa Lisboa. Além de contarmos com toda a mídia nacional, e certamente um tema da importância da pecuária do Brasil. Um tema em que a agricultura, como falou o Dr. Meirelles, hoje corresponde a mais de 1/3 do PIB nacional, e exporta também mais de 1/3 do PIB, da exportação nacional. E é responsável por todo o superávit da balança comercial do país o setor primário. Isso nos dá a importância para trazer esse debate nessa Audiência Pública para nos somarmos com todos os segmentos interessados nesse setor, para podermos buscar soluções e as encontraremos com a capacidade de cada um em defesa dos interesses do nosso país. Por isso, inicialmente, vamos ouvir a palavra dos Srs. Senadores. E, pela ordem das inscrições, vamos ouvir o Senador pelo Paraná, Senador Osmar Dias.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, Presidente Fábio Meirelles da CNA, convidados. Bom, primeiro eu quero enaltecer aqui a sinceridade do Ministro Reinhold Stephanes. Por ser do Paraná eu já o conheço há muito tempo e sei que essa é sua característica sempre. Ser sincero e detalhar desde o início como ocorreu, como se desdobrou esse problema para chegar no ponto em que nós chegamos. Eu disse ontem da Tribuna que nós teríamos essa reunião e era isso que eu esperava do Ministro. Que é um homem correto, sério, e que representa muito bem o nosso segmento, a agricultura, no Ministério da Agricultura, por ser de um Estado produtor e que tem relevância no cenário nacional, e ele sabe da responsabilidade do que fala. E eu quero começar por aí. Não dá mais para o Brasil continuar errando no estabelecimento de acordos, acordos que são feitos sem consultar os interesses brasileiros. Quando se fez, quando se assinou este acordo, nós começamos a dar margem a procedimentos que já eram esperados de países da União Européia que são nossos concorrentes. Quando nós temos um espaço muito pequeno para colocar nosso produto, numa região tão exigente como é a União Européia, nós não podemos cometer erros. E o Governo cometeu um erro grosseiro ao firmar um acordo que não poderia cumprir. E o pior é que nas trocas de correspondências continuou reforçando os erros. Reafirmando e reforçando esses erros.

Eu sei que o Ministro tem obrigação de dizer que esse não é um problema sanitário, como não é um problema sanitário. Mas nós não podemos ignorar e o

próprio Ministro quando assumiu colocou isso como questão prioritária que nós temos aqui, até tem o MAPA na Gazeta Mercantil de hoje dos Estados exportadores. Seis, de 27. Então nós temos problemas sanitários. Não é esse o problema atual. A União Européia está usando uma estratégia para nos tirar do mercado. Isso é claro. Mas vão usar sempre. Agora, o que eu quero dizer é que não podemos dar motivo para que usem essa estratégia. Se nós cumprirmos nossas responsabilidades e obrigações, nós não vamos dar abertura para que os concorrentes se utilizem desses artifícios. E o que ocorre? É só pegar o orçamento. No ano 2000, 170 milhões de reais foram colocados à disposição do sistema sanitário oficial. Hoje, esse ano que passou, se não me engano, 90 milhões, 100 milhões. Pouco mais do que isso. Nós estamos reduzindo os investimentos numa área de atuação de Governo que é fundamental. Quando ocorreu o foco de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, e o Paraná anunciou uma febre aftosa que não existia, foi um outro erro grosseiro que nós anunciamos ao mundo que tinha uma doença no Paraná que não existia. Nós que eu digo foi o Governo do Paraná que fez isso. Anunciou ao mundo. E aí pagamos um preço alto. Porque quando se fala aqui em 300 fazendas parece que nós estamos discutindo o interesse daqueles 300 fazendeiros e é preciso destacar que nós estamos discutindo o interesse de todos os pecuaristas brasileiros, porque esse problema afeta diretamente o mercado de carnes não só de bovino, e afeta diretamente 60 segmentos da economia, porque quando se mexe no segmento carne você está mexendo em 60 segmentos da economia. Isso significa empregos que são desperdiçados. Só no Paraná com o anúncio da febre aftosa foram três mil empregos no primeiro mês. Empregos bem remunerados. Isso é um prejuízo que não se recupera mais. Aí nós estamos aqui discutindo um problema que foi criado por um acordo mal feito. Bom, mas nós não podemos nesse momento deixar de dizer ao Ministro que o Senado, a Comissão de Agricultura do Senado, a Comissão de Agricultura da Câmara, tem que assumir uma posição de defesa da proposta do Ministro de aumento da capacidade de reação e de ação do sistema sanitário oficial do Brasil. Contratação de técnicos, especialização de técnicos, treinamento, quando surgir um problema sanitário no Paraná nós temos que mandar o material para ser analisado no laboratório em Belém do Pará. Isso parece brincadeira, mas é a realidade que o Brasil vive e a gente não vê por parte de outros Ministérios que são responsáveis, Ministério da área econômica, uma ação concreta no sentido de se corrigir esse problema. Nós precisamos construir laboratórios, colocar estrutura nos portos, aeroportos, alfândegas, para cumprir o nosso dever e

não dar margem a qualquer ação dos concorrentes. Mas nós estamos dando muita, mas muita margem ao azar. Nós estamos trabalhando de uma forma, vendo o Governo trabalhar de uma forma irresponsável, eu diria. Porque um segmento que dá tanta contribuição à balança comercial, divisas, e geração de empregos, não pode ficar entregue a uma situação que é muito frágil sob o ponto de vista sanitário. Nós temos só no setor frangos, aves, três milhões de empregos no Brasil. Qualquer epidemia que entra vai afetar esse segmento e muitos empregos vão ser jogados fora. Então, essa irresponsabilidade tem que ser combatida, e o Congresso Nacional também tem responsabilidade porque aqui nós fazemos o orçamento. Não adianta ficar só reclamando.

Outra questão que eu quero levantar é que quanto os frigoríficos, e aí eu quero levantar aqui também uma preocupação que eu tenho dessa praticamente cartelização dos frigoríficos. O poder na mão de poucos grandes frigoríficos. Enquanto eles não reconhecerem que o produtor investe para fazer a certificação, e investe muito mais do que eles estão remunerando, nós não vamos corrigir esse problema de cumprir todas as exigências para... que o SISBOV faz, que a rastreabilidade exige, nós não vamos ver o produtor tendo condições de cumprir pelo custo. Então eu não quero fazer uma pergunta ao Ministro. Quero fazer uma sugestão ao Ministro e ao Dr. Fábio Meirelles para que chamem os frigoríficos no sentido de que haja uma remuneração melhor dos produtores que fazem o certificado. Porque um real não remunera nada. Eu acredito que eles podem apagar muito mais até porque se descobriu agora que a Irlanda, a gente já sabia, mas alguns descobriram agora que a Irlanda tem uma carne muito mais cara que a nossa e por isso que eles estão bravos, eles querem tirar o Brasil de todo jeito. Não dá para concorrer com o Brasil. Mas se pagasse 10, 20, 30 reais por animal para certificar nós ainda conseguiríamos concorrer da mesma forma. Agora, do que os frigoríficos brasileiros têm medo de pagar mais? Por que eles têm medo de pagar mais? São eles também os beneficiados com esse pagamento porque eles vão poder exportar. E quando você tem um problema que afeta a carne bovina, vai afetar suínos, aves, nós tivemos exemplo recente, e vai afetar a economia brasileira e nós não podemos brincar com isso. E eu acho que estão brincando com isso. Estão brincando. Então, os frigoríficos também têm responsabilidade pelo não cumprimento dessas exigências, porque eles não estão remunerando os produtores que têm custos para fazer a certificação.

Do outro lado, eu queria deixar duas perguntas ao Ministro. Eu queria deixar duas perguntas ao Mi-

nistro. Primeiro, o Governo já sabia que poderia haver essa retaliação lá atrás, outubro, novembro. Se houve alguma atitude no sentido de se renegociar esses acordos mal feitos ou se não houve. Se houve, por que essa iniciativa não prosperou? Porque acho que não há como continuar com esse acordo. Ele tem que ser revistos. Esses pontos têm que ser revistos. Segundo. Nós estamos vendo que mais oito mil novas propriedades já estão praticamente certificadas. Estão com a sua situação regularizada pelas certificadoras. Se naquelas 600 nós vamos encontrar problemas, eu pergunto: Quem fiscaliza as certificadoras? Porque se elas estão dando certificado a propriedades que não estão cumprindo as exigências, então também as certificadoras não estão cumprindo a sua responsabilidade. E isso vai ter um custo para o país. Elas recebem para isso e têm que cumprir a sua missão. E eu pergunto: As certificadoras estão cumprindo as normas? Ou se não estão, qual é a atitude que pode tomar o Ministério da Agricultura para que essas certificadoras cumpram as normas e quando a gente falar que tem 10 mil propriedades, essas 10 mil propriedades estarão aptas a exportar. Agora, a gente não pode continuar dizendo que está tudo resolvido no campo sanitário. Porque só temos seis Estados exportando. De 27 então nós estamos aí demonstrando na praticada e em números que é preciso avançar nessa questão sanitária. Eu peço para o Ministro até fazer uma consideração a respeito nessa questão de orçamento e de estrutura se o Ministério tem estrutura nessa área para tocar a vida para frente e a gente daqui a pouco ter mais Estados aptos a exportar. Gostaria de deixar essas questões ao Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Senador Osmar Dias, nós vamos deixar para os palestrantes responderem no fim, depois das intervenções dos Srs. Senadores. Mas, gostaríamos também de anunciar a presença da Associação Brasileira de Frigoríficos, Sr. Presidente Péricles Pessoa Salazar, está conosco, da Federação da Agricultura de São Paulo, Tirso Meirelles, que é também Vice-Presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte. O Presidente da Associação de Produtores do Mato Grosso do Sul. Como o segundo Senador inscrito, eminente Senador por Alagoas, João Tenório.

SENADOR JOÃO TENÓRIO (PSDB-AL) – Sr. Presidente Neuto de Conto, Sr. Ministro Reinholt Stephanes, Sr. Presidente Fábio Meirelles, senhores conferencistas que aqui trazem informações importantes sobre a situação crítica que passou a viver a pecuária brasileira.

Primeiro de tudo eu gostaria de registrar, Sr. Presidente, a satisfação, o entendimento de que essa Co-

missão cumpre com muita propriedade a sua obrigação. Nós estamos praticamente discutindo um assunto em tempo real. Aliás, é a segunda vez que isso acontece. Nós tivemos recentemente o problema do leite e uma semana depois nós estávamos aqui reunidos para discutir a questão do leite. Hoje, uma semana, ou 10 dias depois nós estamos reunidos aqui para discutir essa questão tão importante para a economia agrícola brasileira e particularmente para a pecuária.

Então, Presidente, parabéns por essa gestão no sentido de trazer o mais rapidamente possível os problemas que afetam segmentos diferentes da economia agrícola brasileira.

No que diz respeito a essas restrições, particularmente agora da União Européia no que diz respeito à carne brasileira, convém lembrar um ponto que acho que é importante. Eu estou aqui com o relatório da OCDE de 2006. Ele dizia o seguinte: A União Européia está remunerando os produtores agrícolas de modo geral, e aí não é apenas a pecuária, 33% da renda do produtor agrícola. Ou seja, o produtor agrícola na União Européia recebe 67% do mercado e recebe 33% de subsídio do Governo. O Japão, pouco mais grave, recebe 53% da receita do agricultor, daquele que trabalha na atividade agrícola japonesa é de origem de subsídio. E apenas a diferença 47% é de origem do mercado. Então, na verdade, esses países e essas regiões onde a agricultura tem a importância e é dado à agricultura a importância que é dada, estão esgotando a capacidade de resolver o seu problema via subsídio. Então não é possível mais aumentar, fazer com que em vez de trinta e poucos por cento seja 60% a remuneração de quem trabalha com pecuária, com leite, com qualquer outro produto agrícola de qualquer origem. Então, me parece que essa iniciativa que agora é tomada, nada mais é do que a percepção dos produtores, dos governos desse país, e que via subsídio, somente via subsídio é impossível conter a competitividade da agricultura brasileira de um modo geral, e particularmente da pecuária nacional. Isso está muito claro aqui nesses números que mostra que o Brasil passou a ter ojeriza à palavra subsídio a agricultura, hoje é palavrão falar subsídio na agricultura brasileira qualquer que seja a sua atividade. Esses países fazem isso de maneira escancarada. E de uma maneira muito forte, muito grande, muito intensa. Então pela via do subsídio parece-me que está esgotada a capacidade de evitar a competitividade crescente da agricultura brasileira e particularmente da pecuária.

E aí eu gostaria de me referir às palavras do Senador, do nobre Senador Osmar Dias, que faz uma referência a esses acordos mal construídos que o Brasil tem feito durante os últimos tempos. Convém lembrar

que aqui foi dito há pouco, se não me engano pelo... Se não estou equivocado pelo Presidente Fábio Meirelles, que a quase totalidade do saldo da balança comercial brasileira é gerada pelo agronegócio. De 47,5 bi do ano passado, se não estou equivocado, cerca de 43 ou 44 bilhões foram gerados pelo agronegócio brasileiro. Então é preciso que haja uma atenção muito grande do Governo nas negociações desses acordos. Inclusive envolvê-lo de uma maneira que não se restringe apenas à atividade agrícola. Atividade agrícola é muito importante para nós. Importantíssimo para nós. Tanto é verdade que esses números comprovam isso. Fazer avião na França para vender ao Brasil é importante para França. Então, essas negociações têm que ter uma amplitude maior. Eu acho que não é só pegar as questões agrícolas e colocar ela dentro de um funil e discutir aquilo que é conveniente para o Brasil, aquilo que é conveniente para a União Européia, aquilo que é conveniente para os Estados Unidos, aquilo que é conveniente para o Japão. Nós temos alguns outros exemplos aí muito críticos que a gente está tendo que enfrentar, que são as questões, por exemplo, dos biocombustíveis, que é impossível a gente colocar, digamos assim, os mercados que pareciam ser mercados importantes, todos eles estão absolutamente fechados para os biocombustíveis brasileiros. Só como exemplo. Então acho que na hora dessas negociações, Ministro, Presidente dessa Comissão, é importante que se tenha uma visão abrangente. Ou seja, se coloque dentro da... Digamos assim, dentro da mesma... Sobre a Mesa onde vai acontecer essas negociações. Não apenas aquilo que é importante para eles, que é no caso evitar que a agricultura brasileira tome os espaços que ela pode tomar pela competitividade inquestionável que ela tem. Mas envolver as negociações de um modo mais amplo. Visto que da mesma maneira que é importante para eles vender tecnologia ao Brasil, gerar seus saldos comerciais em cima de produtos acabados de alta tecnologia, para nós ainda é importantíssimo proteger aquela atividade ou proteger de agressões, não é nem proteger no sentido de aumentar sua competitividade. Mas proteger de agressões como essas atitudes agora que estão sendo tomadas. Me parece, assim, a princípio, uma atitude... Digamos assim, de um detalhamento que como disse o Presidente, que poderia ser olvidado se não houvesse essa exigência toda. É um preciosismo que está sendo colocado, está sendo usado no sentido de criar uma dificuldade a mais para a pecuária nacional. Além desses números que são absolutamente arrasadores. Não tem o que dizer sobre eles elos.

Então, Sr. Presidente, Sr. Ministro, Presidente Meirelles, senhores conferencistas, Dr. Altino, Dr^a. Leslie,

eram essas as ponderações que eu gostaria de colocar. É importante que (interrupção no áudio) mais uma, digamos assim, mais um utensílio usado no sentido de evitar a competitividade brasileira, visto que pela via do subsídio puro e simplesmente, está provado que é impossível fazê-lo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador João Tenório. E pela ordem de inscrição, ouviremos a Senadora por Tocantins, Kátia Abreu.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Obrigada, Sr. Presidente. Eu gostaria, Sr. Presidente, em primeiro lugar de justificar aqui uma ausência muito importante, de um Senador assíduo, talvez o mais assíduo na Comissão de Agricultura, não só semanalmente, mas durante toda a sua vida, que se encontra enfermo em Mato Grosso, Senador Jonas Pinheiro, e conta com a nossa solidariedade, com nossas orações, nossa fé, nossa amizade, ele e toda sua família, e temos aqui o sentimento de que poderemos ter ele novamente em breve aqui nessa Comissão defendendo o setor agropecuário como sempre defendeu ao longo de sua vida. E hoje eu quero dizer que ele está fazendo muita falta aqui nesse dia tão importante dessa Comissão para um assunto crucial para o Brasil. Então por isso sua ausência aqui no dia de hoje. É realmente um motivo justo.

Segundo lugar, Ministro, eu gostaria que... De lhe fazer justiça com relação a dois episódios que já fiz pessoalmente por telefone, inclusive por correspondência, a respeito de dois assuntos que o Brasil precisa tomar conhecimento. São dois... Duas situações em que o senhor mostrou extrema coragem para defender o setor agropecuário. Extrema coragem junto a seus colegas Ministros, e que o Brasil poderá jamais saber, mas nós temos as informações, as conversas correm, e eu sei que o que o senhor fez a respeito do antidumping do glifosato na reunião da CACEX aonde o senhor bateu na mesa e disse que todos poderiam ficar com uma multinacional que o senhor ficaria ao lado de cinco milhões de produtores rurais. E no outro episódio também mostrando muita coragem e determinação com relação à CTNBio e o Conselho Nacional de Biossegurança, aonde a ANVISA e o meio ambiente recorreram contra a aprovação de dois milhos transgênicos e V.Ex^a também fez valer a sua autoridade, o seu conhecimento, e mostrou a importância do setor e então convenceu a todo o Conselho ontem por sete a quatro que os milhos transgênicos deveriam ser aprovados porque são de crucial importância para o país, especialmente para a agricultura brasileira.

Então, nós estamos aqui com pessoas importantes nessa sala, não só os meus colegas parlamentares,

Senadores, mas meus colegas Deputados Federais que estão aqui prestigiando nossa Comissão e também vão participar usando a palavra, permitido pelo nosso Presidente Neuto de Conto que eu quero aqui agradecer essa atitude, estão todos aqui bastante ansiosos representando interesses dos Estados, interesse do Brasil. Quero cumprimentar Dr. Fábio Meirelles que representa a Confederação Nacional de Agricultura, parabéns pela posição em nome da nossa Casa, era essa a firmeza que nós esperávamos. Cumprimentar o representante do Gilvam Rodrigues que também fez parte do sistema CNA e hoje Secretário de Agricultura de Minas Gerais, nosso abraço e nossa consideração, cumprimentar representante da ABIEC, e dizer à Sr^a. Leslie, que a senhora é sempre como qualquer cidadão brasileiro bem-vindo nessa Casa. Mas nós gostaríamos muito que hoje estivesse aqui Pratini de Moraes. Mesmo porque ele envia uma correspondência aonde dá uma sugestão, apenas uma, faz algumas considerações, mas apenas uma sugestão pedindo ao Brasil que busque formas de questionar na OMC o uso abusivo de normas sanitárias que ele próprio assinou, que ele próprio levou o Brasil a essa situação e a essa condição. Ele e o Sr. Luis Carlos Oliveira, que infelizmente, Ministro, o senhor me desculpe a franqueza e a sinceridade, mas ainda está no nosso Ministério de volta, então eles são os grandes responsáveis, estão aqui se auto acusando o Ministro Pratini de Moraes por ter assinado essas normas abusivas. Infelizmente a senhora tem um poder de síntese muito grande para resumir a posição da ABIEC, e infelizmente nós não podemos entender melhor o que a pensa de tudo isso e eu fiquei com bastante dúvidas do que a ABIEC pensa a respeito disso. Se ela está feliz ou se ela está triste, com essa lista de Schindler, Ministro.

Ministro, eu fiz com toda sinceridade esses elogios iniciais, como repito, fiz para o senhor pessoalmente. Para destacar a sua coragem. E eu estou muito contente com o senhor no Ministério e gostaria de continuar contente com sua permanência no Ministério. E gostaria que essa pessoalidade que o senhor tem demonstrado até aqui. Às vezes muitas pessoas não sabem, não vêem, mas que nesse momento também pudesse valer dessa circunstância, dessa pessoalidade e dessa coragem. Eu não quero que o meu Ministro seja conhecido no futuro como o Ministro da Lista de Schindler, como Ministro da Escolha de Sofia. Não quero que o senhor seja reconhecido assim. Porque o senhor tem ajudado muito o setor. E o senhor tem poderes e meios para evitar que isso aconteça. Não deixe fazer isso com o senhor. Isso é desumano, isso é desonesto com a agricultura e a pecuária brasileira. Isso vai afetar todo o setor do agronegócio. Talvez

depois da vaca louca vai ser o pior episódio mundial que se pode fazer com o país. Nós temos 24.545 propriedades rurais inscritas no SISBOV, velho, e mais 15 mil dessas 24 mil, 15.480 que foram cadastradas novamente. Recadastradas. Em detrimento de 15.480 colegas Senadores, esse Congresso Nacional, o Senado Federal, não pode permitir que essa lista seja entregue. Isso é um abuso. Isso é um assinte(F) à pecuária brasileira. São quase 30 anos de esforço a custa do produtor rural. Com poucos e migalhos centavos do Governo Federal. Assim como na agricultura. Mas na pecuária é muito pior. Se chegamos até aqui, Ministro, o senhor sabe disso e conhece. É pelo suor e esforço dos pecuaristas do país. Se hoje somos o segundo maior produtor e maior exportador, nós, só nós pecuaristas somos responsáveis. E nós não podemos dar esse troco à pecuária nacional. Deixe que a União Européia venha aqui negociar o que quiser, mas não o senhor a entregar essa lista, Ministro. Não permita que isso aconteça. Eu quero saber até quanto a ABIEC está satisfeita ou está triste com essa situação. Que durante todo esse momento, durante todos esses anos não ergueu uma palha, não ergueu um dedo para ajudar na rastreabilidade desse país. Um país continental, um país deste tamanho. Se recusam a dividir o ônus e o custo com o produtor brasileiro. Eu quero saber quem vai pagar essa conta. Porque esses produtores pecuaristas inscritos no SISBOV gastaram dinheiro do bolso, e agora nós Governo Brasileiro vamos dizer a esses pecuaristas que seu dinheiro foi jogado no mato, que o seu dinheiro foi jogado no lixo? Que o que ele investiu no SISBOV, no SISBOV podre, sem fiscalização do Ministério, do Governo Brasileiro, a responsabilidade é de quem? Contra quem? Quem nós vamos acionar para receber esse dinheiro de volta? Porque as certificadoras foram certificadas pelo Ministério da Agricultura. Em que pese o senhor lá não estava. Mas nós temos que falar de Ministros e de Ministérios. Não importa quem lá esteja. Nós não podemos passar esse vexame internacional. De assumir a nossa incompetência. Isso é assumir, é reconhecer a incompetência do Governo Brasileiro e do nosso Ministério. Isso vai ter uma repercussão internacional em todos os países. Nós vamos reconhecer que nós não soubemos cadastrar 10 mil que nós estávamos mentindo, que nós mentimos de novo quando elegemos 2.800 fazendas, e que estamos mentindo de novo quando apresentarmos 600 e vamos mentir de novo quando aceitar que eles escolham 300. Isso não é justo. O Parlamento europeu ele legisla na Europa. No Brasil legisla o Congresso Nacional. E nós não vamos permitir que isso aconteça. Nós vamos usar todas as armas, os instrumentos para que isso não possa ocorrer. Por que é que o PIF da

fruta funciona, Ministro? Que é a sanidade de fruta? Por que é que funciona? Sabe por quê? Porque não tem indústria no meio. Porque o exportador da fruta ele exporta ela direto, "in natura". Mas nós temos um no meio do caminho, na cadeia, nocivo a nossa cadeia, meia dúzia de frigoríficos exportadores que querem o controle de tudo isso. Você sabe por que o Pratini de Moraes não está aqui, não teve o empenho de vir aqui? Porque, me perdoe a franqueza, eu acho que estão comemorando e felizes com essa situação. Porque vai baixar o preço aqui dentro. E a pouca carne que eles vão exportar eles vão ganhar muito mais no preço. Porque se nós transformarmos o preço da arroba hoje no Brasil, 1.170 um boi de 18 arrobas. Quero informar aos senhores que lá na Europa eles estão vendendo por 4.300 reais. Além disso, o produtor pecuarista europeu vendendo ou não seu boi ele ganha 277 euros por cabeça, vendendo ou não seu boi, e mais 2,80 euros por quilo vivo de animal. Aonde as propriedades rurais são muito menores do que as fazendas de Reforma Agrária no Brasil. Aonde os produtores conhecem os nomes dos animais por nome. E infelizmente nós tivemos um Ministério que aceitou essas regras e assinou essas regras e hoje defende os frigoríficos que são os maiores beneficiados, representam os frigoríficos que são os maiores beneficiados com essa imoralidade que nós estamos vivendo hoje.

Ministro, a União Européia importa 725 milhões de toneladas. 50% disso é nosso, Ministro. 50% disso é muita coisa. 35 é só "in natura". Se nós somarmos o enlatado, é 50... vamos buscar essa carne aonde? Em que lugar do mundo que vai encontrar do dia para noite essa carne? E a parte mais sensível do corpo humano é o bolso. E do europeu também. E nós sabemos os preços que lá estão sendo praticados. Porque não são 25 quilos, são 30 quilos apenas por animal brasileiro que é exportado para a União Européia. É só o filé que vai para lá. Se isso acontece, imagina a taxa de desfrute e a quantidade de animais que são necessários para poder abastecer a União Européia de apenas 35 quilos por cabeça de animal. Se nós pegarmos, Ministro, as 300 propriedades dessa lista de Schindler, dessa escolha de Sofia, dessa lista, Ministro, essa lista é imoral. Nós não podemos permitir. Nós precisaríamos que essas 300 fazendas para cumprir com o contrato com a União Européia, que cada uma dessas 300 fazendas tivesse 112 mil hectares. 112 mil hectares. Cada uma delas. Cada uma das fazendas. 112 mil hectares. Quero informar que fazenda nesse tamanho, se tiver no Brasil, está nos Estados onde não estão possibilitados de exportação. Se nós pegarmos o número de cabeça por hectare, Ministro, só se for a fazenda... Nem a fazenda de um determinado Senador

não cabe. Não cabe. Não tem a menor possibilidade. Então, na realidade, se nós vamos agir corretamente, se esses cartórios foram agir com honestidade e não ficar trançando boi na porteira vizinha, comprando com deságio o boi dos vizinhos, imagine que os 300 vão agir corretamente e os frigoríficos também. Dois Santos. Os cartórios e os frigoríficos. Imagine que tudo corra bem. Que exporte só a média nacional por hectare. Sabe o que vai acontecer? Esse mercado nosso reduz para 4,5%. Isso significa 45 milhões de dólares. O Brasil não vai morrer por isso, não. Vamos pisar firme, vamos endurecer o jogo como o senhor tem feito durante todo esse tempo. Por causa de CPF, por causa de número de identidade de produtor? Isso é um desrespeito! Nós não somos vassalo desse povo, não, Ministro. Vamos agüentar firme, vamos endurecer o jogo. Tem outras questões por trás. Outros produtos que nós exportamos. Vamos aguardar um pouco porque se fechar 300, Ministro, eu lhe garanto que nós vamos ficar muitos anos nessas 300. O Tocantins está ali, o meu Estado do Tocantins está livre da febre aftosa desde 2001. Eu antes de ser Deputada Federal fui buscar na Europa esse certificado. Foi uma das maiores alegrias da minha vida como se eu estivesse me formando em alguma coisa. Até hoje nós não tivemos a digna visita da União Européia para abrir o mercado do meu Estado do Tocantins que não tem aftosa desde então. É livre da febre aftosa e nunca lá um foco apareceu apesar de termos cinco estados com apenas um controle de aftosa nós nunca tivemos um foco, e eles nunca se dignaram a visitar o meu Estado que investiu pesadamente.

Agora eu tenho esperança, estará montando dois frigoríficos exportadores lá em Tocantins, acho que agora pode ser que abra o mercado de Tocantins. Quem sabe.

Então Ministro, eu quero aqui deixar a minha suplica emocionada. Não deixe fazer isso com o senhor, mas principalmente não deixe fazer isso com os produtores, os pecuaristas desse país que tem correspondido na balança comercial, que tem cumprido com a sua obrigação, que tem bancado essa defesa o tempo todo, que os focos e os intempéries que tivemos no Brasil infelizmente no Mato Grosso do Sul que também não é culpado, que é gado do Paraguai, por falta de investimento na barreira, na divisa, um Estado grande, promissor e que está sendo altamente prejudicado. E ele sem querer prejudicando todo o Brasil. Nós não podemos fazer isso com a pecuária brasileira. Ministro, não vamos entregar essa lista, vamos agüentar o jogo, vamos endurecer o jogo e vamos ampliar para que nós possamos mostrar que o nosso Ministério tem palavra. Que o nosso Ministério confia

no seu próprio trabalho e que não se desmoralize em nível internacional. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Como sempre a eminente Senadora Kátia Abreu fala com a alma, com o coração, representa tão bem esses setores da produção primária. Nós vamos ouvir a quarta inscrita, Senadora por Mato Grosso do Sul, Marisa Serrano.

SENADORA MARISA SERRANO (PSDB-MS)

– Obrigada, Sr. Presidente. Quero cumprimentar o Ministro Reinhold, Dr. Meirelles, Dr. Altino, a Leslie, que veio da ABIEC e cumprimentar o nosso Presidente pela idéia de fazer essa Audiência Pública. E cumprimentar todos os presentes. Gostaria de destacar aqui a presença do Presidente da FAMASUL do meu Estado, o Mato Grosso do Sul, o Ademar da Silva Júnior, e cumprimentar com carinho especial os dois Deputados Federais de Mato Grosso do Sul e da Comissão de Agricultura e Pecuária, o Deputado Moka e o Deputado Dagoberto que se fazem presentes e que depois vão ter a oportunidade de falar também.

Hoje nós estamos aqui um pouco preocupados, todos Senadores, principalmente, mas toda essa Casa, com os problemas de saúde que passa o Senador Jonas Pinheiro. Para nós isso é extremamente preocupante, é um grande companheiro e colega nosso a quem aqui nós fazemos aqui as nossas homenagens. Mas eu queria dizer que a Senadora Kátia colocou, como o Presidente disse, com o coração. Ela vive o problema, ela sabe dos problemas e nessa Casa ela tem sido uma grande timoneira e uma guerreira nos problemas todos envolvendo a agricultura e a pecuária.

Mas eu queria, Sr. Ministro, colocar algumas preocupações do meu Estado e preocupações como Senadora nesta Casa. Uma delas que eu acredito que perpassa todas essas questões. Ministro, quando há um problema como esse que nós estamos tendo com a União Européia, não é um problema restrito à União Européia. Eu acredito que muito mais é um problema que vamos passar para o mundo a idéia de instabilidade ou da falta de qualidade da nossa produção. A imagem que o Brasil passa para outros países que exportam. Como é que vai ficar a Rússia vendo toda essa celeuma? Ela vai acreditar que só a União Européia que tem que fazer restrições? Os outros países também não poderão começar a discutir questões como essa da sanidade? Como é que fica a imagem desse produtor brasileiro frente ao mundo? Se isso é tão importante para o país, para o comércio brasileiro, para a exportação brasileira, eu acho que aí não pode ficar só o Ministro Reinhold brandindo a espada e brigando. Nós temos que ter aí todo o apoio do Governo Federal, dos Governos dos Estaduais, e aí eu acho

que é fundamental essa parceria, e das instituições todas que trabalham tendo essa visão. Não é uma questão localizada só a União Européia. É o mundo todo que pode nos prejudicar e nós vamos ficar prejudicados com isso.

Mas eu queria colocar aqui, Ministro, principalmente o Dr. Meirelles, se há um jogo comercial e os dois tocaram nessa parte, se há um jogo comercial, não está na hora da OMC entrar nessa parada? O Itamaraty jogar mais duramente possível nessa questão? Ficarmos só discutindo... Ah, não, vamos deixar a OMC para depois, não é a hora ainda de discutir. Mas se é um jogo comercial, vamos discutir com quem tem o fórum específico para discutir essa questão. Essa, por exemplo, é a minha visão. Mas eu gostaria de ouvi-los mais a respeito disso. Porque todos me dizem que é um jogo comercial. Leio todas as informações nos jornais e é um jogo comercial. Então precisamos de outros parceiros talvez para quebrar essa estrutura.

Além disso, Sr. Ministro, me fica uma preocupação muito grande aqui e quero falar também para o representante de Minas Gerais, porque Mato Grosso do Sul não é um Estado hoje exportador. Mas é o segundo maior rebanho brasileiro. Como o Brasil é o segundo maior rebanho mundial, depois da Índia. Então, fica uma questão. A Senadora Kátia colocou aqui, nós temos problemas no nosso Estado, mas Mato Grosso do Sul não pode, e nós não vamos permitir que fique à margem de qualquer tipo de negociação. Porque se não é culpa só do Mato Grosso do Sul, e não é, nós temos uma fronteira seca muito grande com o Paraguai. E é... Eu não vejo aqui a perspectiva de o Itamaraty, das nossas instâncias todas que trabalham com a política exterior, com o comércio exterior trabalhar nessa questão. Nós temos a Bolívia e o Paraguai. E não é só a questão de Mato Grosso do Sul, é a questão do Brasil. E se é questão do Brasil, Mato Grosso do Sul quer participar, quer discutir, e não vai ser o bode expiatório de qualquer tipo de negociação que se faça nesse país excluindo o nosso Estado. Podemos não ter a força e a pujança do Paraná, que tem aqui representantes tão dignos, e nem de São Paulo. Mas Mato Grosso do Sul não vai ser o bode expiatório de toda e qualquer negociação que envolva essa questão.

Eu quero dizer que nós temos quase 10 mil propriedades. Quero dizer que se somos o segundo maior rebanho, o Brasil tem que nos respeitar e nos ajudar no momento que nós passamos. E não vai ser o nosso Estado, e não podemos aceitar uma proposta, uma idéia de um Estado tampão para este país. Nós queremos soluções que os Estados todos trabalhem numa solução que ajude Mato Grosso do Sul. E é isso que eu vim aqui hoje pedir muito. Nós precisamos de apoio.

E um apoio que não seja específico só para resolver dentro do nosso Estado. Mas que ajude a resolver com o Paraguai e Bolívia também para que a gente possa ter um pouco mais de tranquilidade. Não só no Mato Grosso do Sul, mas em todo o país.

Portanto eram essas as minhas palavras que eu quis que fossem mais objetivas possíveis, mas dizendo que o meu Estado embora não esteja... Não seja exportador nesse momento, mas é um Estado que está acompanhando estritamente, com lupa, toda essa questão. Porque para nós é extremamente importante saber para onde nós caminhamos. Obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senadora Marisa Serrano. Antes de passarmos para Srs. Deputados inscritos, para que não fique muito longa as respostas, nós vamos dar aos debatedores as considerações e as respostas aos pleitos dos Senadores. Inicialmente a Drª. Leslie.

SRA. LESLIE COHEN – Muito obrigada, Senador. Muito obrigada aos Srs. Senadores que manifestaram. Acho que cabem alguns esclarecimentos. Primeiramente com relação ao que o Senador Osmar Dias disse sobre haver apenas seis Estados exportadores. Há seis Estados exportadores apenas para a União Européia que foram os habilitados para a União Européia, e como o Ministro disse não parece haver um interesse deles em expandir essa área. E não por questões sanitárias plenas. Porque há Estados como o próprio Tocantins da Senadora Kátia Abreu que poderia já entrar nessa lista de Estados habilitados. E não entram justamente por questões justamente comerciais. Se eles querem cada vez mais impedir a nossa entrada no mercado europeu, eles não vão aumentar o número de frigoríficos e propriedades e área habilitada a exportar para lá. É mais um caso em que o Brasil tem que adotar uma postura muito firme para negociar e conseguir entrar. Mas acho que o momento é de resolvemos o problema atual e emergencial.

Acho uma pena que a Senadora Kátia Abreu não tenha entendido a posição da ABIEC, que não é de alegria, não é de comemoração, estamos sendo tão prejudicados quanto todos aqui. A ABIEC participou desse processo todo em todas as negociações no Ministério, e sempre deixamos muito claro a nossa posição de evitar o fechamento da União Européia. E sempre alertamos que a redução do preço do boi no mercado interno poderia ser uma das consequências e que não era de nosso agrado que fosse. Porque não nos interessa, como se diz, morder a mão que nos alimenta. Dependemos também do pecuarista sim, estamos pagando sim pela certificação. Acredito que é uma briga que nunca vai... é difícil chegar num

acordo. Nós vamos pagar e vão sempre dizer que não é o suficiente. Com relação ao preço... Depende da região, mas de dois a três, até quatro ou cinco reais por arroba. Além disso quando sim, houve um aumento de preço no mercado internacional, é verdade, houve e está aumentando. Pelo menos até janeiro aumentou. Ao mesmo tempo, houve um aumento do preço do boi no mercado interno também. Mas também não quero me alongar muito nessas questões de mercado interno porque não é o que nós viemos discutir aqui hoje, o nosso problema hoje é com a União Européia. E se o embargo continuar e se não formos firmes em resolvemos os nossos problemas aqui internamente vão continuar e vão aumentar. Não há possibilidade de aumentar de falarmos em preço de boi, bônus por certificação se não houver mercado para isso. E nós estamos aqui justamente por causa disso, porque a União Européia nos embargou prejudicando a toda a cadeia, não é só o pecuarista, não é só o frigorífico. Todos fomos prejudicados, e acho que medidas têm que ser tomadas, e ações têm que ser tomadas, fiscalização também. Concordo que o SISBOV tem... não que o sistema tenha que ser mudado, tem que ser melhorado sim, tem que ser colocado em prática muito mais rigidamente do que é hoje. Tem que haver fiscalização. Porque um dos grandes problemas nas falhas que foram encontradas não foi porque os frigoríficos não estimularam, porque os frigoríficos precisam de boi rastreado, de boi certificado, sim, para exportar. Não adianta... como eu não vou estimular aquilo que eu preciso. Eu preciso... Quer dizer, estimular o produtor a me dar um boi com carcaça, um boi com peso, um boi certificado, brincado, que esteja dentro de todas as normas. Eu preciso disso. Então, não vou desestimular isso. Então eu preciso. Além disso, as falhas que houve sim é por falta de uma fiscalização, por falta de punições claras a quem não segue as normas. Ficou muito claro que existe... Houve uma aprovação de certificadoras por parte do Ministério sem a devida fiscalização, sem a devida rigidez. Não houve uma fiscalização subsequente. Então há certificadoras sim que estavam, inclusive uma que foi o caso mais emblemático que estava fazendo tudo errado e que não há como puni-la. O Ministério tentou retirá-la, tentou suspender-la, ela entrou com uma liminar e voltou ao mercado. E lógico, se ela faz tudo errado ela cobra muito menos e o produtor vai procurar sempre aquele que tem um custo menor. Sabendo ou não que está sendo feito de maneira errada.

Outra coisa que eu queria, concordo com a questão da lista, eu só acho um pouco triste que ela seja comparada com a lista de Schindler ou com a escolha de Sofia. Estamos falando de uma lista de propriedades.

Acho que nós não devemos entrar nessas questões de tragédias humanas. Porque não é o caso. Espero que não se torne, e não estejamos matando a nossa pecuária ou a nossa exportação. E a lista de Schindler e a Escolha de Sofia era justamente ao contrário. Era pra salvar. E essa lista que estão nos impondo é uma lista para acabar. Para matar a nossa pecuária.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – A lista de Schindler, minha senhora, essa lista é para salvar 300. Matar mais de 24 mil.

SRA. LESLIE COHEN – 300 não vão suprir o mercado. Essas 300 vão exportar um mês e só. E acabou. Não vão ter, elas não têm suficiência. Vai matar um boi por fazenda e acabou. Porque você não consegue abate de todos animais de uma fazenda e não temos suficientes fazendas para abater animais para suprir o mercado europeu. Você não vai salvar 300, você vai ter 300 que estão numa lista e que não vão exportar, que não vão poder vender porque não vai ter boi suficiente para isso. Não está salvando 300. Está matando todos.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Presidente, se me permite apenas uma complementação? Com relação a essa questão de que eles estão pagando a mais pelo boi rastreado, não confere com a realidade. E quero dar o exemplo de Mato Grosso. Está aqui o Deputado, o Presidente da Federação, o Estado do Jonas Pinheiro, que não está aqui e eu me sinto na obrigação também de defendê-lo. Jayme Campos, desculpa, meu amigo, (risos) Desculpa Senador. Me desculpa o atrevimento, mas dar o exemplo de seu Estado. O boi no Mato Grosso estava 58 reais. Vocês mantiveram 58 para o boi rastreado, e desceram dois reais para o boi não rastreado. Isso não é incentivo. Vocês deram uma ré. Essa é a informação que temos dos pecuaristas em todo lugar do Brasil. Vocês mantiveram para o boi rastreado e desceram o preço do boi que não estava no SISBOV. Obrigada. Presidente.

SRA. LESLIE COHEN – Essa não é a informação que eu tenho, mas também acho que não é a discussão relevante no momento. Acho que devemos discutir o que vai ser feito a partir de agora.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Se não é relevante é relevante o quê? O seu salário? Porque relevante é para os produtores rurais o recebimento e a sua renda.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Pela ordem com a palavra Senador.

(falas sobrepostas)

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Eu levantei essa questão do prêmio ou do bônus ou do pagamento que compense o custo do produtor e afirmei aqui que não estava havendo nenhuma compensação para o produtor para fazer a certificação, a rastreabilidade. A representante da ABIEC disse que esse assunto não é relevante. Ela está completamente equivocada. Ele é relevante sim. Porque nós temos que cumprir todas as obrigações. Os produtores têm que cumprir todas as obrigações. E para isso tem custo. E se aqueles que compram a carne dos produtores têm a cara-de-pau de reduzir o preço de quem não faz a certificação para manter o preço de quem está certificando, aí está sendo prejudicada toda a cadeia produtiva e não apenas quem teve o ônus de fazer a certificação. Os produtores que não fizeram estão sendo penalizado. Então, se a Sra. Leslie continuar com essa sua postura, eu serei o autor de um requerimento para pedir aqui uma CPI para investigar essa questão dos frigoríficos. Porque isso não pode mais continuar assim. Esse poder de poucos em cima de tantos que trabalham para produzir, não pode continuar. E não adianta a senhora, com esse riso irônico tentar desqualificar o que estou dizendo. Porque o que eu estou dizendo eu estou falando em nome de todos os produtores que estão sendo massacrados por poucos frigoríficos que usam e abusam do poder que tem sobre os produtores. A senhora não pode dizer que esse assunto não é relevante. Pode não ser para a senhora, mas para os produtores é.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Para concluir.

SRA. LESLIE COHEN – Eu vou responder. O senhor me desculpa, estou realmente achando uma pena não estar sendo compreendida. Eu disse que não é relevante no momento, nesta discussão. Não disse que não é um assunto relevante.

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – (pronunciamento fora do microfone)

SRA. LESLIE COHEN – A discussão aqui, se não me engano, é sobre o respeito do embargo da União Européia. Que mesmo que eu dissesse e assinasse o documento...

SENADOR OSMAR DIAS (PDT-PR) – Olha da próxima vez a ABIEC tem que mandar alguém mais preparado. Porque a senhora está completamente despreparada para discutir desse assunto.

SRA. LESLIE COHEN – O dos preços do mercado interno, pode ser. Mas o embargo da União Européia, que é o motivo que nos trouxe aqui pelo que sei pela pauta, estou plenamente preparada.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – A Comissão é democrática, minha filha.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Concluiu?

SRA. LESLIE COHEN – A minha conclusão é que realmente...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – A Comissão é democrática. Sr. Presidente, pela ordem.

SRA. LESLIE COHEN – A União Européia...

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu gostaria, eminente Senador...

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – É um minuto só.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Queria que ela concluisse.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Pois não.

SRA. LESLIE COHEN – Gostaria de concluir dizendo que a ABIEC não está contente com a situação. Acho que devemos ser firmes e acho que o problema atual e aqui sendo discutido é a questão do embargo na União Européia. Porque nada que decidimos aqui em relação a preço mercado interno mesmo que assinasse aqui um documento que todos teriam que apagar o dobro do preço do boi resolver se não temos mercado para isso. É essa é a minha questão. E por isso acho que não adianta discutir comigo agora questão de preço interno. É um assunto relevante, é um assunto que deve ser discutido, sim, como foi proposto aqui acho que pelo senhor de reunir os frigoríficos, de reunir o Ministério para chegar a um acordo. Concordo. Eu não discordo disso. Só acho que não vamos resolver isso aqui agora.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Pela ordem o Senador Jayme Campos, antes de ouvirmos os demais palestrantes.

SENADOR JAYME CAMPOS (DEM-MT) – Sr. Presidente, querido Senador Neuto de Conto, querido Ministro Reinhold Stephanes, e demais membros e convidados que fazem parte da Mesa, ilustres e valorosos Senadores e Senadoras, colegas produtores aqui presentes, senhores e senhoras. Serei breve, Sr. Presidente, para não tomar tempo tendo em vista que não faço parte dessa Comissão, todavia é assunto que muito me interessa, sobretudo interessa ao meu Estado de Mato Grosso. Não tive oportunidade de chegar no início desta audiência, todavia venho acompanhando já alguns dias toda essa parafernália que vem acontecendo em relação à pecuária brasileira.

Entretanto eu entendo que não temos que se curvar diante de tudo aquilo que está acontecendo, tendo em vista que ouvi alguns oradores que me antecederam, eu acho que o Brasil, Ministro, V.Ex^a que é um convededor profundo do assunto, não tem porque nenhum motivo nos curvarmos diante das exigências

da comunidade européia. E confesso de público aqui a todos presentes que eu fico até desconfiado de que se não há uma armação diante de tudo isso que está acontecendo. É inconcebível um país como o nosso que produz carne de primeira qualidade, carne, ou seja, boi verde, nós sofremos essa retaliação. Ora, especificamente falando em termos de Mato Grosso, nós temos sido penalizados sobremaneira. Não é só em relação a esse assunto. Já é velho e conhecido do povo brasileiro das penas e, sobretudo, as políticas perversas que o Governo Federal tem adotado contra nossa região. Sobretudo, esses poucos dias atrás, um Decreto em relação à política ambiental me parece que é fechar as portas dessa grande fronteira agrícola aqui região centro-oeste que é o meu querido Estado do Mato Grosso.

Mas Sr. Ministro, Sr. Presidente, demais Senadores, senhores produtores. Na verdade, as exigências que estão se propondo a fazer, que estão fazendo, ela é muito grande. Conversava com o Deputado aqui, meu caro Senador Neuto de Conto, para que V.Ex^a tenha conhecimento em relação à nossa pecuária, por determinação do Ministério da Agricultura, o INDEA de Mato Grosso ele entrou com um cabedal de exigência que chega ao cúmulo de absurdo que quer saber até que alimentação o nosso rebanho bovino está comendo. Se é alfafa, se é jaraguá, se é braquiáro, se é bedicula, qual sal, qual marca, qual que é o laboratório que está fornecendo, etc, etc. Nós estamos chegando ao fim da luz do túnel. E me parece que a ABIEC lamentavelmente que é responsável pelo mercado de exportação também cometeu um grave erro aqui. Quem devia estar aqui era o Pratini de Moraes. Ou seja, Ministro Pratini que tinha que vir aqui hoje nessa Comissão. A moça pode ser muito conhecadora, mas para o meu consumo interno talvez ela está fora do mercado. Para nós não é o satisfatório aqui.

De forma, Ministro, quero fazer um apelo aqui em nome dos produtores dos nossos pecuaristas de Mato Grosso, que V.Ex^a interfira na medida em que dê 2.600 propriedades que foi encaminhado para a comunidade européia para permitir fazer o abate para exportação apenas 300 aceitaram. O Ministério me parece que está fazendo uma negociação para ampliar para 600. Ora, quem atendeu 600, pode atender mil, 1.200, 1.500 e assim por diante. Não somos contra até determinado ponto em relação a algumas exigências que estão fazendo. Entretanto, acho e chego ao cúmulo do absurdo pensar eu mesmo comigo de que o Governo está também sendo conivente. Ano eleitoral, já chegou esse raciocínio entre uns pecuaristas do Mato Grosso tendo em vista que é um ano eleitoral e o Governo está pensando em baixar o preço da carne. A carne não subiu

coisa alguma. Mentira. Pro senhor ter noção, Ministro, o sal subiu nos últimos dias 40%. Lá na região 40, 50, dependendo o tipo de sal. O salário mínimo vai agora para 412 reais. Não tem peão, não tem nenhum trabalhador rural hoje que ganha menos de dois e meio três salários mínimos, caso contrário ele vai roubar na sua propriedade ou vai ser um péssimo trabalhador. A vacina subiu. O óleo diesel subiu. E enfim, acham que a carne hoje é quase inconsumível no Brasil. É mentira, é uma falsa. A nossa carne é a carne mais barata no mercado internacional. A nossa carne ela é tão barata que chega hoje lamentavelmente... Quem está ganhando dinheiro é o atravessador que é o dono de supermercado. Nós pecuaristas, que eu digo, estamos sobrevivendo. Mas, eu quero crer que nós vamos conseguir domar tudo isso que está acontecendo. Caso contrário, nós teremos crises sérias pela frente. Não vamos sobreviver. Estou vendo nossos agricultores lá, ontem tivemos uma reunião aqui em Brasília, também estão achando que o preço hoje dos commodities melhorou sobremaneira, mas estão esquecendo que esse pessoal vem vindo aqui também, com prejuízo desde 2005, 2006. Estão tentando se equilibrar. Mas se o Governo Federal não cumprir aquilo que prometeu no ano passado vai continuar com as mesmas dificuldades. Não só os que plantam soja, algodão, etc, mas, sobretudo, agora essa crise que está se implantando também na pecuária. Que quis tomar um refresquinho, quis tomar um folegozinho, mas lamentavelmente agora o que está correndo? Estão impedidos de vender para União Européia, Mato Grosso ontem mesmo, pra minha tristeza também já estar impossibilitado de vender para Rússia que é grande comprador nosso lá, e certamente V.Ex^a que é um grande brasileiro que eu tenho um respeito todo especial pelo senhor, pela sua trajetória, por tudo aquilo que fez como homem público do seu país, com certeza vai ser um aliado desses sofridos pecuaristas e produtores rurais do nosso País. Muito obrigado, Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador Jayme Campos. Continuamos nas respostas... Damos a palavra ao Ministro para fazer suas respostas as considerações dos Senadores.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES – Ao Senador Osmar Dias, é a primeira resposta. Primeiro, muito obrigado, você sempre tem sido muito carinhoso nas suas palavras, e até muito generoso em relação à nossa pessoa. Mas o Senador sabe que isso é recíproco, eu já disse isso uma vez e sempre costumo dizer isso em público, se ele fosse num determinado momento, eu pedi que ele fosse candidato ao Gover-

no e ele teria meu voto com certeza. Sabe que tenho grande admiração pelo Senador.

Mas Senador, o senhor levantou, claro fez toda uma análise, toda uma apreciação da qual não cabe entrar no mérito que acho que está toda correta. Mas três questões básicas foram colocadas em relação... Uma em relação a recursos, efetivamente num setor que nunca foi muito considerado em termos das suas necessidades, a gente sabe que defesa sanitária, animal e vegetal é uma questão estratégica, é uma questão fundamental, é uma questão que dá um prejuízo enorme, não só a questão de saúde, é questão econômica, então evidentemente esta é uma questão fundamental que foi levantada. Agora, as perguntas foram basicamente duas. Uma, se nós já não sabíamos antes de outubro. Sim, já tínhamos uma boa idéia antes de outubro. Tanto que eu fui em outubro à União Européia, fui a Bruxelas, mantive reuniões com os representantes da União Européia, mantive como eu disse também com os Deputados ingleses, depois com os Deputados irlandeses e depois também com os Deputados que eram a favor do Brasil. Quer dizer, nós tivemos uma série de reuniões em relação a isso. Mas já observamos naquele momento nenhuma abertura maior em termos de discussão em relação ao assunto. As posições já estavam colocadas de forma muito rígidas, embora nós tentamos já naquele momento mudar um pouco esse quadro, mas não conseguimos nenhuma possibilidade em mudar este quadro.

Em relação às certificadoras, eu diria até, e aqui estão meus técnicos do Ministério, é um escândalo. Foi um escândalo a questão das certificadoras. Nunca auditaram as certificadoras. E quando auditaram, eliminaram imediatamente 20 quando deveriam eliminar mais da metade. E como agora fomos a campo fazer as auditorias em cima daquelas que estavam certificadas pelas auditorias e encontramos quase 50% de erro, eu acho que nós temos que apertar muito mais as certificadoras. Eram 71, agora 50, algumas estão sob liminar ainda, mas muitas outras precisam ser eliminadas. É uma área que efetivamente temos que atuar com muito mais rigor, com muito mais seriedade em cima das certificadoras. Não vou entrar em detalhes sobre fatos que aconteceram que também já se tornaram públicos e não cabe a mim tratar disso. Mas efetivamente é uma questão básica, é uma questão fundamental.

O Senador João Tenório basicamente falou sobre subsídios, de vários países, e falou também sobre a balança comercial. Eu acho bom frisar o dado correto em relação à balança comercial. Efetivamente a agricultura brasileira é responsável pelo saldo da balança comercial brasileira e ainda pelo déficit dos demais

produtos e serviços. Quer dizer, o saldo da balança comercial da agricultura foi 50 bilhões de dólares esse ano. E o saldo geral foi 40. Ou seja, a agricultura deu 40 bilhões de saldo e ainda cobriu 10 bilhões de déficit dos demais setores. Eu acho que essa é uma questão, portanto, para mostrar a força e a necessidade de respeito e de consideração à agricultura. E gostaria de levantar uma outra questão que, como se falou muito em subsídio, eu gostaria de levantar uma questão que eu acho também crucial e fundamental. Que a gente pense em cima desse fato. A agricultura brasileira, além de não receber subsídio, além de não receber, ela paga um custo elevado. Ela paga um preço elevado. Para se ter uma idéia, de 2001 a 2007, o aumento dos preços dos produtos agrícolas foi 78%. O que mais ou menos confere com o nível da inflação brasileira. Um pouco maior que a inflação brasileira. O aumento, o que engordou a dívida do produtor agrícola no mesmo período foi 280%. Então, o agricultor ele ainda paga alguma coisa muito além. Quer dizer, veja um absurdo. O quanto cresce a dívida de um produtor brasileiro por ano. Todos sabem que ao agricultor, quando ele se torna inadimplente, se aplica a Taxa Selic. A Taxa Selic que é um instrumento de política econômica. Que houve momento que chegou a 49%. Mas se aplicou ao agricultor na sua dívida. Então só para mostrar de coisas graves com as quais nós temos que lidar para valorizar um pouco o agricultor. E ainda tem gente dizendo que o agricultor está dando calote e não quer pagar a dívida. Mas olha, quem tem juros tão altos numa dívida como essa evidentemente não há como ele pagar essa dívida. Isso significa que nas negociações que estão sendo feitas nós temos que primeiro desengordar essa dívida, nós temos que retirar dela aquilo que não devia estar nessa dívida. Claro que esse é um processo complexo, complicado, mas evidentemente pelas colocações do Senador João Tenório, eu pude aproveitar também pra falar sobre essa questão.

A Senadora Kátia Abreu eu gostaria de me aliar a suas palavras em relação a Jonas. Eu sou amigo do Jonas, nós trabalhamos juntos há quase 40 anos, eu diria que é uma das grandes inteligências na agricultura que a gente tem nesse País, e além disso uma pessoa humana fantástica. Quer dizer, efetivamente fico triste também pelo fato de não tê-lo aqui, já que sempre era o primeiro ou o segundo, acho que o primeiro sempre era o Osmar Dias, ele e o Osmar Dias os primeiros que sempre estavam aqui.

Bem, Senadora, eu já disse isso uma vez aqui na reunião, é difícil eu discordar da senhora até porque a senhora diz muitas coisas que eu não posso dizer. Não significa que eu concorde com tudo, mas tem esse

lado. Veja bem, não cabe a mim fazer crítica a nenhum setor nessa altura. Cabe a mim fazer as colocações como elas aconteceram que foi o que fiz aqui na abertura. Mas eu concordo com uma questão que é fundamental. Se os frigoríficos exportadores não assumirem uma posição de liderança em relação à rastreabilidade, efetivamente a rastreabilidade não acontece. Eles têm uma responsabilidade grande. Eles têm que fidelizar clientes. Mesmo que sejam fornecedores. Eles têm que pagar adicionais por essa fidelização. Porque hoje eu tenho certeza disso, que eles exportavam carne para a União Européia usando rastreados e não rastreados. Isso nós temos certeza. Então, eles são um elo importante na cadeia. Veja bem, não estou fazendo crítica, estou apenas entendendo dizendo o seguinte, eles são um elo extremamente importante na cadeia. Eles são os exportadores. E se eles efetivamente não entrarem no sistema como devem entrar, nós vamos ter dificuldades em fazer as coisas caminharem. Então essa acho que foi uma colocação sob esse aspecto importante.

A questão das certificadoras eu já... Já falamos. E sobre a ressalva sobre a importância da aprovação dos organismos geneticamente modificados, ou seja, dos dois milhos que foram aprovados ontem, eu quero dizer que foi um ato extremamente importante do Conselho de Ministros. Vai ser um marco na história da CTNBio, na medida em que Deus deu esse apoio a CTNBio, porque nós estamos em biotecnologia e organismos geneticamente modificados. Nós como a agricultura mais eficiente do mundo, a agricultura mais forte do mundo, os maiores exportadores do mundo, com as maiores perspectivas nesta parte nós estamos na idade da carroça. E sem um desenvolvimento tecnológico muito forte daqui para frente nós vamos perder muito. Ou seja, foi muito importante essa decisão tomada ontem, não da minha pessoa, mas sim pelos sete Ministros que votaram a favor disso, ressaltando aqui o grande papel do Ministro da Ciência e Tecnologia neste trabalho. E claro, à Comissão da CTNBio.

A Senadora Marisa Serrano, que é um prazer sempre tê-la aqui, porque também todas às vezes a Senadora está aqui, apenas para informar que o Itamaraty já entrou com a sua nota de... Não diria de protesto, tem um outro nome junto à Organização Mundial do Comércio. Quer dizer, já está se atuando paralelamente em relação a essa questão.

E, em relação às nossas fronteiras, com o Paraguai o trabalho está muito bom, ele depende basicamente hoje do próprio Brasil e do próprio Mato Grosso do Sul e do Paraná, mas até onde nós temos acompanhado o trabalho também está sendo muito bem feito. Só para ter uma idéia, 99% do rebanho, os 15 quilômetros do lado do Paraguai, e os 15 quilômetros

do lado do Brasil tiveram 99,6% de vacinação e praticamente toda assistida. Quer dizer, está se fazendo efetivamente um trabalho muito bom nessa área. Nós ainda temos dificuldades com a Bolívia. Porque ainda não conseguimos interlocutores com a Bolívia. Então aí o caso do Mato Grosso, quer dizer, a Bolívia nós estamos usando uma outra estratégia. Quer dizer, é nós tratarmos nossos Municípios da fronteira e tentarmos impor as maiores barreiras possíveis de trânsito de animais da Bolívia para o Brasil. Gostaria de informar também que, além disso, nós estamos trabalhando com muita decisão, de forma muito forte em duas frentes. Uma é tentar eliminar ainda eventuais áreas de risco desconhecido no Brasil, principalmente parte do Pará, Amazonas, e alguns Estados do nordeste. Para ver se nos próximos dois anos nós conseguimos tornar o Brasil todo livre. E simultaneamente a isso nós estamos trabalhando junto aos organismos internacionais e a próxima reunião será o mês que vem em Porto Alegre, com todos os países da América do Sul no sentido, e com os organismos internacionais, com o Centro Pan-Americano de Aftosa liderando esse processo no sentido de eliminar nos próximos três anos em todo o continente. Então há um trabalho muito forte que está em gestação em relação ao continente e em relação aos Estados brasileiros que ainda são de risco desconhecido, esse trabalho já não está em gestação, esse trabalho já está sendo realizado.

Acho que eram essas as... As perguntas que cabiam a mim responder.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Dr. Fábio Meirelles vai fazer suas considerações no final. E antes de passarmos a palavra aos Srs. Deputados, ouviremos o último Senador inscrito, Valter Pereira. Pelo Mato Grosso do Sul.

SENADOR VALTER PEREIRA (PMDB-MS) – Sr. Presidente, Sr. Ministro Reinhold Stephanes, é com muita alegria que nós o recebemos nesta Comissão e aqui no Senado Federal especialmente porque trata-se de um político de larga experiência, e que norteia os seus atos pelo equilíbrio e pela seriedade. É com muita alegria que nós o recebemos na companhia do nosso amigo Fábio, da Dª. Leslie, do Altino, enfim, todos aqueles que foram chamados para prestar esclarecimentos sobre esse momento e caótico embargo.

Sr. Ministro, eu vou fazer algumas perguntas a V.Exª. É possível até que algumas delas já tenham sido feitas anteriormente. E se isso aconteceu, V.Exª está desobrigado de respondê-la e eu buscarei nos anais desta Comissão as respostas.

A primeira delas é o seguinte: Os representantes da União Européia afirmam que o Brasil não tem condições de fiscalizar as 2.681 propriedades exportadoras

de carne bovina “in natura” que foram encaminhadas àquele bloco. Qual a base técnica dessa afirmativa? E, por que razões o Governo Brasileiro não teria condições de garantir a fiscalização sobre as unidades exportadoras? Se é que isso tem algum fundamento.

A outra indagação, qual é o prejuízo diário que esse embargo estaria ocasionando ao País?

Outro questionamento, Sr. Ministro, entre as razões do voto a essas propriedades, essas 2.681 propriedades exportadoras, a imprensa tem anunciadado que há motivos burocráticos e sanitários por trás dessas decisões. Ambos preocupam. E quais seriam essas razões burocráticas, e esses motivos de ordem sanitária?

A outra indagação, que evidências de protecionismo existem nesse embargo? E de que forma o Brasil está preparado para conviver com esse tipo de restrição?

E, finalmente, Sr. Ministro, o que eu indagaria a V.Ex^a é se o Governo também não pensa em dar um tratamento parecido com esse à União Européia na importação de outros bens e serviços, já que, no comércio internacional, todos nós sabemos, existe sim uma mão dupla. E no caso específico da exportação da carne “in natura”, pelas próprias declarações de V.Ex^a, pelos números que apresentou, fica muito evidenciada a importância desse tipo de exportação para a economia, para o desempenho da economia do nosso País. Então, basicamente eram essas as questões que eu gostaria de debater com V.Ex^a.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Senador Valter Pereira. Nós temos aqui quatro Srs. Deputados da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados que gostariam de fazer as suas intervenções. Ouviremos, pelo primeiro inscrito, Waldemir Moka.

DEPUTADO WALDEMIR MOKA (PMDB-MS) – Muito obrigado, Senador Neuto de Conto, Presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Dr. Fábio Meirelles, que representa aqui a nossa Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária, Sr^a. Leslie, que representa aqui o ex-Ministro Pratini de Moraes, e o Sr. Altino Rodrigues Neto, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária.

Sr. Ministro, Primeiro, Ministro Reinhold Stephanes, nosso colega da Câmara dos Deputados, do meu partido, o PMDB, e que tem sido um parceiro importante do Mato Grosso do Sul nessa nossa luta na questão sanitária e, especificamente, a questão da aftosa. O Ministro tem dado uma contribuição valorosa junto com o Governador André Puccinelli, que tem sido um Governador que está realmente conduzindo de forma a que num futuro muito próximo, eu tenho certeza disso,

Mato Grosso do Sul também estará nessa lista para exportar também para o Mercado Comum Europeu. E é nessa linha, Ministro, que eu gostaria de fazer uma colocação. A Senadora Kátia Abreu, que é a nossa companheira, também foi da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, ela colocou, e V.Ex^a até... Eu acho que pela experiência política, disse que ela pode dizer aquilo que o senhor não poderia. E eu acho que a Senadora tem razão naquilo que ela fala. Eu acho que a Senadora Kátia Abreu representa exatamente o pensamento, pelo menos da maioria dos Parlamentares da Comissão de Agricultura. Não estou autorizado a falar pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, mas nós nos reunimos antes, e aqui está o Deputado Homero do Mato Grosso, Dagoberto do meu Estado do Mato Grosso do Sul, Paulo Pial de Minas Gerais, Deputado Luiz Carlos Heinze e Deputado Afonso Ramos, todos nós estivemos juntos conversando, e com a representação dos produtores rurais. Fizemos questão. Até porque eu tenho uma opinião pessoal como um Parlamentar. Mas eu gostaria de externar, pelo menos a média dos produtores, em especial dos pecuaristas. Porque em última instância, a esses pecuaristas é que acaba sobrando o prejuízo. São eles que pagam a conta.

E nesse sentido, eu queria fazer o seguinte raciocínio. É evidente que o Ministro está construindo uma alternativa que ele julga que é importante. É manter essa chamada janela, as 300 propriedades, ou 600, que fosse, para que os outros países que não têm o mesmo poder e o mesmo rigor de fiscalização, mas que se orientam pela chamada União Européia no sentido da exportação. E a preocupação é, que se pararmos de exportarmos nem as 300, será que não vamos ter retaliação de outros mercados? É esse raciocínio que ouvi aqui. E queria fazer o raciocínio inverso. Porque se o mercado comum europeu eles detêm 95% da sua produção interna, então esse mercado ele tem muito pouco a aumentar. E na verdade contribui apenas e tão-somente com qualquer cerca de 3% da carne que nós exportamos. E aí, evidentemente que é possível também um raciocínio contrário. E se os outros países que compram, como a Rússia que é o maior comprador nosso, a partir dessas 300 propriedades, não, nós queremos também só dessas 300. Como é que nós vamos ficar nisso daí? E como é que nós vamos justificar que nós temos um sistema que tem mais de oito mil produtores de propriedades cadastradas por certificadoras homologadas pelo Ministério. Eu não quero entrar no mérito.

Então, quando você diz uma propriedade tem um certificado, e esse certificado foi homologado pelo Governo Brasileiro, não há que se fazer diferença. Nós

estamos, na verdade, entrando, na minha avaliação, numa questão muito difícil. Nós estamos nos agachando numa exigência, e eu temo que depois disso pode vir para o suíno, para a avicultura... Essa é a minha preocupação. Por que não dizer: Não vamos então. Vamos parar com isso. Não vamos exportar para a Europa. E vamos trazer aqui e mostrar. Porque todos aqueles que vieram aqui e viram o nosso gado, eles não têm nenhum, não tem motivo. O que está acontecendo, e nós sabemos disso, é uma pressão de parlamentares, sobretudo da Irlanda e da Inglaterra que estão pressionando duramente. Por quê? Porque o Brasil nos últimos cinco anos saltou do quinto exportador mundial de carne para o primeiro do ranking, e ocupou importantes espaços comerciais. E é claro que os irlandeses viram o preço da sua carne baixar e culpam a carne brasileira por isso.

Mas eu insisto nisso. Como é que vai ficar aquele produtor, aquele pecuarista que pagou, que investiu nessa certificação. Ele vai ficar fora da lista? Com que argumento? E essa é a minha preocupação. Agora, eu acho Ministro, que aqui, a Câmara dos Deputados e o Senado, sobretudo, as duas Comissões, nós tínhamos que urgentemente criar uma Comissão de Parlamentares, Senadores e Deputados Federais, e acompanhar. E se for o caso, irmos até lá no Parlamento europeu para discutir essa questão. E para pressionar. Da mesma forma que eles estão colocando dificuldades na importação da nossa carne, por que não também dificultar a exportação de produtos europeus para o Brasil? Acho que essa é uma questão. Porque no fundo, no fundo, a questão comercial, o lobby comercial é que vai e que está fazendo tudo isso que está acontecendo.

Eu tenho um respeito muito grande pelo Ministro Stephanes. Acho que ele tem conduzido isso com muito equilíbrio. Não gostaria, sinceramente, Ministro, de estar divergindo nessa condução. Mas, pelo que eu ouvi dos produtores, eu acho que os produtores temem também esse outro lado. Qualquer que seja a decisão, eu acho que o Congresso, já que tem a pressão do Parlamento europeu, o Congresso brasileiro não pode aceitar. Nós temos que ir às últimas consequências e impedir que eles vão ditar regras aqui para nós. Acho que nós não podemos admitir isso. Acho que essa seria a posição do Parlamento aqui. E aí, evidentemente, até para ajudar o Executivo dizendo: Eu estou sendo pressionado lá no meu País, pelo Congresso Nacional. E a partir daí endurecer esse jogo e criar condições para que a gente possa negociar. E sair dessa limitação de 300, de 600. Pra mim isso não me convence. Essa lista ela não me convence. Acho que nós não ganhamos em nada com isso. Estamos aceitando uma situação que a meu juízo pode num segundo momento criar mais

dificuldade para a nossa exportação. Eu paro por aqui, Sr. Ministro.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Deputado Moka. Em seguida ouviremos o Deputado Homero Pereira. Eu gostaria a compreensão, pelo adiantado da hora, que pudéssemos fazer dentro do tempo possível para que chegamos ao término da Sessão que daqui a pouco começa as outras plenárias.

DEPUTADO HOMERO PEREIRA (PR-MT) – Sei breve, Sr. Presidente. Só para cumprimentá-los pela oportunidade dessa audiência, Ministro, Dr. Fábio Meirelles, Presidente da CNA, Dr. Altino, Dr^a. Leslie, demais parlamentares, Senadores aqui presentes.

Acho que o assunto, o encaminhamento já está devidamente alinhavado. Acho que o importante, Ministro, é o seguinte: Acho que os parlamentares brasileiros, seja Deputado, seja Senadores, acho que nesta Audiência Pública e em outras oportunidades o que estão fazendo é o seguinte, estão dando uma autoridade, o senhor está respaldado pelo Parlamento brasileiro para que não se curve diante das exigências da União Européia. Essa questão de lista, de 300 ou de 600, e nós procuramos ter a cautela, e ontem como tivemos audiência com V.Ex^a, está aqui o Presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso, Presidente da Associação dos Criadores do Mato Grosso, nós tivemos a cautela de consultar os produtores, e por unanimidade, todos os produtores do Estado de Mato Grosso têm o maior rebanho bovino do Brasil. E lá eles não concordam com essa segregação conforme também foi aqui a posição da CNA. Eu acho que nós não podemos nesse momento nos curvarmos diante da exigência do Parlamento europeu. Essa questão de manter a janela aberta ou coisa que o valha, talvez nós não tenhamos o melhor momento do que este para que a gente possa fazer valer a nossa posição. Se a questão não é sanitária como está dito, a questão é comercial, então nós temos que ir para o embate comercial. Temos que fazer as retaliações também comercial. Ontem o Presidente da República estava reunido com o Presidente da França sinalizando para a compra de equipamentos aéreos. Nós estamos importando vinho, importando azeite de oliva, importando tudo desse povo, vamos trancar. Acho que nós temos que trancar e nós temos que oferecer ao Governo Brasileiro os instrumentos legislativos para isso. Nós estamos aqui para dar todo o respaldo. Pode ter certeza, a classe produtora e também o Parlamento está do lado para nós endurecermos nessa questão. Nós não nos curvar até porque o agronegócio é o grande negócio do Brasil. Se esse que é o negócio que mais somos competitivos a nível

mundial, a gente se curvar, então o que nós estamos fazendo? Nós não sabemos negociar em nada. O Brasil só é competitivo é no agronegócio. A gente vende uns aviôzinhos com a EMBRAER de vez em quando e pouca coisa mais. Quer dizer, o que nós somos bom é no agronegócio. E nisso aí a gente não vai impor as nossas condições?

Quero fazer uma pergunta, Ministro. Foi depositado pelo Governo Brasileiro as normas que o senhor disse lá. Eu quero indagar ao senhor se nós não podemos depositar novas normas exequíveis a semana que vem, lá na Europa. Porque as normas que foram depositadas pelo Sr. Pratini de Moraes e outros, não são exequíveis. A instrução normativa 17 é extremamente burocrática e os produtores rurais brasileiros nas condições do Brasil não tem condições de cumprir essa Instrução Normativa. Então nós queremos saber o seguinte. Nós não podemos. A exemplo do Uruguai, o Uruguai depositou uma norma extremamente mais simples. Está vendendo carne para a União Européia. Por que é que nós não podemos pela sua iniciativa depositar novas normas lá no Parlamento europeu e falar: nós vamos exportar dentro dessas novas condições. Condições mais simplificadas. Era essa a nossa participação.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Deputado Homero Pereira. Ouviremos em seguida o Deputado Afonso Hamm.

DEPUTADO AFONSO HAMM (PP-RS) – Primeiro lugar dizer da satisfação, por um lado e também a apreensão de todos nós. E o tempo é bastante breve, mas nós aqui fizemos vários equipamentos, eu faço parte também como Deputado da nossa Comissão de Agricultura, e o que é fundamental e acho que nós temos que pautar é que o problema é de todos. O problema é absolutamente de todos. O problema é do país. O problema já que se refere a importância de uma cadeia produtiva e é uma cadeia produtiva onde tem o produtor, e eu sou um pequeno produtor, sou um produtor de 100, cento e poucas cabeças. Mas sou um pequeno pecuarista e também defendo a pecuária no meu Estado Rio Grande do Sul. Está aqui o Presidente da nossa FARSUL, Sperotto, cumprimentar também o Presidente Meirelles, da nossa confederação, falar aqui junto aos colegas Senadores e junto aos colegas da Câmara, eu lembro de um posicionamento do Presidente da República que disse numa declaração de que era importante ter uma missão parlamentar. Eu imediatamente liguei para Presidente Arlindo Chinaglia me habilitando e pedindo para fazer parte pelo compromisso que tenho na defesa de uma cadeia como um todo. Liguei ao Ministro Pratini de Moraes, que merece todo respeito, trabalhei quatro anos ao seu

lado e fez um grande Ministério. Como é um grande Ministro o nosso Ministro Stephanes, e a Leslie que é um excelente profissional e hoje naturalmente que não tem toda a capacidade e conhecimento do Ministro Pratini, mas tem que haver a respeitabilidade pelo que ela representa aqui e naturalmente que tem pontos convergentes. Existem. Agora, temos que ter uma visão de cadeia, uma visão de integração e necessidade. E nós estamos diante de um grande problema, de ordem política, de fundo comercial e que refletiu nas questões sanitárias.

Eu quero aqui fazer uma proposição, que ela colabora com outras iniciativas, aqui foi falado que o Itamaraty tem que entrar mais, acho que não é só o Itamaraty mandar uma correspondência, o Itamaraty tem que ser o mediador. Ele que tem a competência comercial. E o nosso Ministério da Agricultura, junto com a cadeia produtiva, inclusive com os frigoríficos, e a ABIEC precisa ampliar o seu leque inclusive com mais frigoríficos, que é das nossas batalhas. Ampliar o número de frigoríficos, habilitar mais, habilitar os Estados, não pode ser uma guerra de Estados, só seis Estados estão habilitados... Por que isso? Então nós temos que aproveitar o problema porque sempre depois de um grande problema vem uma grande solução. E eu acho, quero cumprimentar o Ministro, porque o Ministro também vem de outras decisões. E decisões que ocorreram na esfera de outros dois Ministros que também conversaram com o setor e eu sou testemunha. E o setor também tem que se habilitar porque é uma guerra comercial, é óbvio, mas que tem regras. E eu falo isso com propriedade porque eu fui o coordenador do PROFRUTA. E o Programa Avança Brasil com o qual quatro anos eu trabalhei com o Ministro Pratini de Moraes eu liderei junto com os técnicos competentes do Ministério da Agricultura o sistema de rastreabilidade da fruta. E o diferencial que houve uma discussão lá na época, vou ser breve, nós designamos o Inmetro para ser a entidade com reconhecimento internacional para fazer a habilitação das certificadoras. Essa é a diferença muito grande. E num primeiro momento até não fui muito bem entendido no Ministério. O Ministério tem competência. Mas tem coisas que às vezes tem outros que têm competência para fazer e acho que uma saída importante pegar o caminho da rastreabilidade da fruta que é o sistema PIF e que eu tenho o orgulho de ter feito a coordenação desse programa com quadros qualificados.

Queria, para encerrar, encaminhar as questões de ordem técnica e de setorial é o Ministério o nosso MAPA, o nosso Ministério, com a cadeia toda. E com os Estados, e com os interesses do Estado. Quem está dentro do mercado e quem está fora. Acho que isso é

importante. E outro ponto que acho que é o aspecto político, tem duas grandes representações. E eu cobrei ontem, fiz um discurso na nossa Câmara Federal, e que hoje tem repercussões inclusive dizendo que o Presidente da República que até se posicionou, mas ele é o grande líder do país e o problema é do país e o problema é de todos. E gostaria de referendar aqui, Senador Neuto, que o Presidente da República por uma provocação nossa, embora ele é e faz a defesa, mas ele precisa a exemplo do Itamaraty entrar com mais profundidade e nós formarmos uma grande estratégia de negociação. Se a estratégia do Ministério não está correta ou não está completamente correta, nós temos que acertar. Não adianta ficar aqui um grupo dizendo que 300... é para nós entrarmos, mas também outros dizendo não, não vamos entregar nada. Qual é a estratégia? Por isso nós sentamos ontem com o Ministro. Sentamos com o Ministro para saber a estratégia do Ministério que é a estratégia do Governo. E eu acho que cabe nessa estratégia todos os posicionamentos que foram feitos aqui pra gente trabalhar em cima de correção de rumo, de uma estratégia. De um plano A, de um plano B, de uma complementação que é óbvio, ainda mais na dimensão. E fundamentar a principal iniciativa que é a de fundamentar a principal iniciativa que é a de fundamentar, que eu quero propor, junto com o já proposto da Comissão, nós estamos fazendo também no Plenário, acho que aqui tem competência Senador Neuto junto com os demais colegas que nós formemos imediatamente essa frente de representação política que é a representação Parlamentar. Que é para os assuntos que forem de competência política nós temos condições de bater e entrar a fundo em algumas questões e questionar outros produtos, moeda de troca na cadeia do agronegócio, fora da cadeia, e acho que essa é a missão que é o que os outros fizeram. Aliás, nós estamos atrasados em montar essa Comissão de representação. E nós naturalmente temos a esfera de atuação com a competência do Ministério, do Itamaraty e a liderança do Presidente da República que é fundamental nesse momento. Agora, nós Deputados e Senadores, representantes dos produtores, representantes também porque se nós não habilitarmos os frigoríficos como a ABIEC, feliz ter uma ABIEC, se ela tem que corrigir algumas coisas, tem que corrigir, tem que recorrer, tem que ampliar o número de frigoríficos. Tudo é um caminho. E as certificadoras que o Ministro já nos deu um caminho, que é ruim admitir erro lá fora, agora, tem que fazer bem feito. E quando se topa num processo comercial estabelecer uma regra nós temos que cumprí-la. Não vamos culpar A ou B. Agora nós temos que nesse momento estabelecer uma estratégia e gostaria de colaborar com essas sugestões,

Senador Neuto, Ministro, que está numa empreitada difícil, mas se o senhor se subsidiar com esse respaldo político inclusive de nós Deputados e Senadores, eu tenho certeza, mais o Itamaraty, nós haveremos de encaminhar um futuro bem melhor, inclusive avançando em termos de perspectiva de mercado. Porque nós aqui não somos adversários entre nós. Muito pelo contrário. Frigorífico não é adversário e nem pode ser. E quem está pensando assim está equivocado. Quem mata o seu parceiro também vai ter um atraso no seu processo e questão de tempo. Então nós temos um compromisso muito grande. O problema é de todos, o problema é do País e são essas nossas colocações. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Muito obrigado, Deputado Afonso. Ouviremos como último Deputado inscrito, o Deputado Luiz Carlos Heinze.

DEPUTADO LUIS CARLOS HEINZE (PP-RS)

– Sr. Presidente, Sr. Ministro, Dr. Fábio Meirelles, também Presidente da CNA, Dr. Altino representando os Secretários de Agricultura e a Leslie, Indústria Exportadora.

Rapidamente para não colocar tudo aquilo que já foi falado pelos que me antecederam, Senadores e Deputados, a preocupação maior e aqui o registro da minha inconformidade, meu protesto contra os irlandeses que vieram ao Brasil e fazer aqui clandestinamente as vistorias nas propriedades. Fotografando e vistoriando. Aqui um protesto como produtor e como Parlamentar ao que os irlandeses vieram fazer clandestinamente no Brasil. A partir daí nasceu toda a celeuma que estamos discutindo nesse momento. Eu acho importante o Parlamento brasileiro Senadores e Deputados junto com o Governo Brasileiro, com as nossas entidades também de classe, fazermos esse contraponto com os Parlamentares irlandeses e ingleses, europeus, que vieram a pressionar seus países a retaliar o Brasil. Isso que precisamos fazer, Senador, esse Grupo de Trabalho. Veja, é uma questão comercial? Sim. Deputado Moka, Senadora Kátia, todos colocam essa posição. É uma questão comercial e como questão comercial temos que tratar. Não é uma questão de sanidade. Quem são os irlandeses, quem são os ingleses. Só a Irlanda teve 670 casos de vaca louca. Não teve um caso de vaca louca no Brasil. Existe o caso da aftosa, está aqui o caso do Mato Grosso que até agora não está exportando. Quer dizer, nós tomamos as providências. Inclusive o Brasil é o primeiro, Ministro Stephan, a dizer isso quando vai na OIE se posicionar a favor disso. Então nós corrigimos as nossas falhas, como é o caso da aftosa nos Estados que estão prejudicados hoje.

Portanto, o protesto aqui é contra o Parlamento inglês, contra o Parlamento irlandês que estão fazendo essa retaliação ao Brasil e eles pressionam os seus governos. Portanto o Brasil, que importa hoje da União Européia em torno de 30% das importações brasileiras vem da União Européia. Então temos que fazer a mesma retaliação. Estão retaliando o nosso boi, nós temos que retaliar aquilo que exportamos deles. Então isso é extremamente importante, essa é a posição, apenas um desabafo como Parlamentar e como produtor rural que sou, acho que nós precisamos disso. Que nesse momento o que está acontecendo, o preço do boi já baixou. Só pelas notícias. Então isso nós temos que proteger a pecuária brasileira. E não é apenas o caso do mercado europeu. Isso será a moda para os demais mercados 170 países que compram do Brasil e daqui a pouco o seu Estado, Senador Neuto, já está pagando isso com questão do suíno que a Rússia está fazendo o que bem entende com os suínos de Santa Catarina. Não têm razão e fazem. Portanto acho que o Brasil tem que adotar uma posição mais firme com relação a esses nossos compradores. Se nós nesse momento cedermos à pressão da Irlanda, da Inglaterra e na União Européia, seguramente os outros produtos, não só a pecuária irão pagar muito caro por isso.

Então é um protesto que faço contra estes colegas nossos, produtores e Parlamentares daqueles países e o Brasil tem que adotar a mesma postura com relação a eles.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC)

– Obrigado, Deputado Luiz Carlos, e temos mais um Senador que está se inscrevendo, por Minas Gerais. Ex-Governador. Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados, expositores, Senadora Kátia, Senador Valter. A questão que eu queria trazer é apenas um outro ângulo importante que na medida em que se fixar essa imagem de que a carne brasileira tem problemas sanitários, não é só o mercado externo, é o mercado interno também que é afetado. Acabamos tendo uma desconfiança sobre a carne brasileira. Então é importante que possamos ter um esclarecimento mais adequado.

Por outro lado essa proposta de respaldo do Senado, da Câmara, às ações do Governo é fundamental, nós não queremos que se repita o que aconteceu com a Bolívia. A questão do gás da Bolívia o Governo Brasileiro foi extremamente tímido. Só foi reagir mais à frente. Então nessa questão da carne, eu sei que está em boas mãos, o Ministro Stephanes está conduzindo bem a questão, mas é preciso que o Governo como um todo o Presidente Lula também se envolva nessa questão porque ela tem uma relevância e uma reper-

cussão grande em todo o país. Eu sou testemunha da atuação do Instituto Mineiro de Agropecuária, dirigido pelo Altino junto com o nosso Secretário, Gilvam Rodrigues, quer dizer, a parte que cabe a nós está sendo feita com relação as vacinações, as campanhas todas de esclarecimento. Mas essa reação realmente deve ser respaldada por todos nós que defendemos a produção agropecuária brasileira.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, eminente Senador. E agora ouviremos as considerações finais, algumas respostas, e iniciamos pelo Dr. Fábio de Salles Meirelles, que fará suas explanações, e também o encerramento da sua participação.

SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELLES – (pronunciamento fora do microfone) Senador Neuto de Conto, prestar uma singela homenagem a esta Comissão e ao Senado Federal. Para tanto, tomo a liberdade democraticamente e respeitosa, afirmando que está aqui conosco a Vice-Presidente, Senadora Kátia, o Vice-Presidente Homero Pereira, o Vice-Presidente do Rio Grande do Sul, Sperotto, o Vice-Presidente Ademar, de Mato Grosso do Sul, o Vice-Presidente Mário, da Paraíba, são esses nomes que eu vejo aqui conosco. E com eles juntos, se me permitirem, em nome da nossa Confederação Pecuária do Brasil render esta homenagem à Câmara e ao Senado por uma reunião da mais... Da maior importância e relevância para a economia agrícola e para os interesses da economia nacional.

E, sendo assim, eu peço a V.Ex^a, e ao ilustre Senador, Sr. Vice-Presidente, Expedito Júnior, que transmita ao Presidente do Senado a homenagem que esses nomes aqui representando a Confederação da Agricultura e Pecuária no Brasil lança nesse momento respeitosamente e com muita dignidade.

Gostaria de falar da figura do Ministro e dos meus companheiros e da ilustre companheira que prestou depoimento nesse instante. Mas, entendo que todos nós já soubemos e se não soubemos já sabíamos antes, da competência da seriedade e da dedicação que seria colocado nos seus pensamentos, nas suas disposições, nesse debate, nos seus argumentos de maneira coerente, correta, leal e digna, como são aqueles homens e mulheres que prezam os interesses públicos. Assim, Sr. Ministro, com essas palavras, também lhe pronuncio com toda a segurança que V.Ex^a é realmente o ponto convergente para essa luta tão fundamental, interesse da economia agrícola do País.

É difícil, nesse instante, nós encerrarmos nossa parte com uma exposição sucinta do entendimento que nós tivemos nessa reunião dessa manhã e tarde. Mas ela tem procedimento. Primeiro lugar, eu gostaria

de afirmar que estaria na hora de nós pensarmos de ir a frente com os riscos diminuindo o custo da nossa produção? Enfrentarmos o mercado com a disposição necessária para fazer prevalecer uma justiça econômica que evidentemente ela muitas vezes em termos internacionais despreza os países em desenvolvimento e não só como estrutura física, mas o homem, particularmente aqueles que têm menos força para se defender de políticas que muitas vezes são divergentes e nunca foram e jamais seriam convergentes. Porque o prejuízo nós já estamos tendo. O preço já iniciou em queda. A repercussão não é boa. E até onde nós vamos tolerar o que está aí? Temos um milhão(F) e cem de um mercado. Agora vamos ter apenas pelos cálculos mais otimista, uma exportação de 150 milhões de dólares. E o prejuízo que vai causar no segmento todo? Não seria a hora também de nós definirmos com maior coragem porquanto não é permitido submeter uma produção de carne, a burocracia a papéis que não tem nenhum princípio base e segurança do produto? Não estaria o nosso Ministério também com poder e competência de responder por isso? Dizer, questão burocrática, mas o Ministério responde por falta desses documentos. Se evidentemente tem validade o trabalho feito, as auditorias que ocorreram, tem que analisar cada ponto e cada detalhe. Agora, nós não temos lucros nas nossas atividades. Mas como se estamos desenvolvendo? Porque há um processo político de recuperação dos prejuízos em quase todas as atividades agrícolas do País em determinados períodos como esses juros que nós sofremos. Há uma recuperação desses prejuízos, e sustentando o aumento de custo permanente. E alguns abusivos, contrariando toda a lógica de uma política de cadeias produtivas compatíveis com a sua realidade. E nós afirmamos quando se criou o sistema do agronegócio, que por sinal, podemos lembrar, era o agribusiness que eu não entendia que nome era esse. Não tinha nem no dicionário ainda para dizer o que significava o agribusiness. Nossa agronegócio ela não tinha como base nenhum ponto fundamental a favor da produção rural. Todas cadeias produtivas, primeiro se defendiam, se discutiam seus interesses, tinham um know-how, tinha um marketing, e não tínhamos expressão nenhuma para defender o custo de produção do produtor rural. E isso evidentemente tornou-se relevante essa reunião. Porque estamos falando com o homem do Governo, que foi nosso colega na Câmara, colegas de muitos aqui. Homem de bem que nós temos o maior respeito à sua pessoa. E que está disposto, como demonstrou, continuar a falar conosco na linguagem que nós entendemos da verdade. E aceitando a posição de forma contributiva do que estamos fazendo.

Por tudo isso eu gostaria de afirmar que é necessário nós estabelecermos posições homogêneas, e nada mais certo de virmos aqui, como vi hoje o exemplo da unidade, da formação de objetivo, do Congresso Nacional. O Senado presente e aqui chega a Câmara Federal, que também se faz presente. Representações das entidades civis da nossa economia agrícola aqui conosco. Poderia citar várias delas, mas eu vejo perto de mim uma tradicional entidade como a sociedade rural brasileira. Que aqui vem não só trazer o seu apoio, mas se aperceber que há hoje a necessidade, Sr. Presidente, de caminharmos nessa direção. E aquelas decisões que forem tomadas é importante que elas cheguem de forma clara e objetiva junto à Confederação Nacional da agricultura, a CNA, para que ela evidentemente como órgão da representação institucional e com o seu sistema integrado no rural Brasil, possa, na realidade, encaminhar as posições concretas, objetivas, num ponto, numa unidade nacional. Não há aqui divergência em termos de conceitos políticos. Há, sim, unidade para atender uma posição que é imprescindível o fortalecimento da economia agrícola brasileira. Caso contrário, nós poderemos ter nesse instante que o mundo está perplexo com uma crise que não fomos nós que o fizemos, e por falar em crise nós já pagamos parte, Sr. Presidente, dessa crise com o dólar que chegou a um índice insuportável para a economia agrícola, e o produtor rural, o seu trabalhador compreendeu esse instante estão passando por dificuldades muitas vezes difíceis de se compreender. Entendemos do outro lado também que a própria política do Governo está vindo, procurando no entendimento abrir o espaço, e quem pode abrir o espaço é V.Ex^a, Sr. Ministro, que tem credibilidade no nosso setor.

Finalmente, eu deixo aqui um ponto bem claro. Não vejo como, primeiro, por qualquer comprometimento ou responsabilidade ao produtor. Basta dizer que em 1995, ou em volta dele, nós pessoalmente estivemos na Europa para buscar uma cota de cinco mil toneladas. Que de lá pra cá continuaram, essa cota continuou nas mesmas cinco mil toneladas para exportação. Sem haver um só aumento. E a CNA está altamente e muito bem representada no Senado e na Câmara Federal.

Por isso eu deixo aqui o respeito da CNA e a visão de que ela se colocará como sempre se colocou, antes de nós, agora, e tenho certeza depois de nós na defesa da economia agrícola que é a sustentabilidade do setor. O que precisa é a respeitabilidade ao setor. Mas um ponto eu deixo aqui, sem dúvida nenhuma, não podemos Sr. Ministro permitir que evidentemente uma imposição sem técnica, sem lógica, num abuso

de referência do passado venha a ser o embasamento de resultados aonde deprime, compromete todo o trabalho da pecuária brasileira. Muito obrigado, Sr. Senador, muito obrigado ao senhor e a CNA fica com a disposição permanentemente da estrutura pública e do Congresso Nacional nesse caso aqui falo no Senado que representa evidentemente a grande figura desse Congresso Nacional, tendo como base a Câmara Federal que nunca faltou ao sistema da CNA, ao sistema da agropecuária. Nunca faltou ao sistema econômico, democrático e que sempre defendeu os princípios básicos da liberdade e principalmente do homem do campo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado Dr. Fábio. Ouviremos as considerações finais do Dr. Altino Rodrigues Neto.

SR. ALTINO RODRIGUES NETO – Bom, Sr. Presidente, nós gostaríamos de agradecer a oportunidade e apenas fazer uma sugestão ao Ministro. Que com a habilitação de propriedades, não se justifica mais a figura do Estado habilitado. É a propriedade que é habilitada. Então, que os Estados que são reconhecidos pela OIE, que são, me parece, 15 Estados brasileiros, que todos eles pudessem ter suas propriedades habilitadas a exportar. Já que é um organismo internacional, a OIE, que homologa os Estados livres, já que a febre aftosa é o parâmetro para a OIE. Então esses Estados habilitados teriam propriedades habilitadas. Muito menos um Estado como Mato Grosso e Minas Gerais que tem parte do Estado habilitado. Isso é mais danoso para o Estado do que o Estado não ser habilitado. Já que cria um problema interno terrível. Então fica essa sugestão, Sr. Ministro, eu acho que ela deve ser defendida com muita ênfase, já que a OIE é o organismo internacional, ele reconhece 15 Estados brasileiros, por isso não há porque a União Européia eleger apenas seis Estados como habilitado a exportar. Muito mais agora que são as próprias propriedades e não a divisa de um Estado com o outro. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Obrigado, Dr. Altino. Também ouviremos as considerações finais da Drª. Leslie Cohen.

SRA. LESLIE COHEN – Muito obrigada, Sr. Presidente. Gostaria de agradecer a todos aqui da Casa. Agradecer a oportunidade de estar aqui, de expor as nossas opiniões, ressaltar que acho que todos receberam o documento com as considerações da ABIEC, a nossa sugestão. Acreditamos que é o momento de nos unirmos todos em prol do Brasil, porque o que está aqui em jogo é a credibilidade do país, são as exportações do país, e em última instância a nossa própria soberania. Não podemos deixar que a União Européia ou que qualquer outro país venha e dite regras para

nós, de como devemos agir e do que devemos fazer. Como disse muito bem o Deputado Afonso Heinze, a quem eu agradeço pelas palavras, existem regras sim no mercado internacional e devemos segui-las. Temos clientes que vão ter claramente as suas exigências e para todos eles nos adequamos. Mas não pode haver arbitrariedade. E o que a União Européia está fazendo conosco agora é uma arbitrariedade. Não colocou regras claras. A norma da União Européia que saiu exigindo essa lista ela diz apenas que o Brasil deveria apresentar uma lista. Ele ela não fala em número de propriedades. Diz que o Brasil deveria apresentar e que seria publicada até o dia 31 de janeiro. E aconteceram duas coisas depois disso, eles exigiram 300 por vias secundárias, mandaram foram correspondências não oficiais, digamos assim, não foi um documento publicado, foi uma correspondência, e depois dessas 300 não aceitaram o número de propriedades que o Brasil apresentou como sendo aptas num primeiro momento, sempre ficou muito claro que o Brasil tem muito mais propriedades aptas do que as que estavam naquela lista, simplesmente aquelas tinham sido auditadas até aquele momento. Eles não levaram em consideração que já houve uma grande e importante mudança no SISBOV que foi a transferência, a retransferência dele para a SDA de onde na verdade na nossa opinião nunca deveria ter saído porque a SDA que cuida da sanidade do país, é a SDA que tem as equipes e o número de pessoas para poder fazer com que o SISBOV funcione e está realmente muito mais ligada aos Estados e a defesa sanitária dos Estados do que a antiga Secretaria a qual estava ligada antes. Além disso, eles também não consideraram o trabalho que temos feito, começaram... Se sentiram... Se deixaram, a Comissão Européia se deixou levar por um lobby de produtores cujo o único objetivo era realmente aumentar os preços no mercado deles, no mercado interno europeu e isso está nos prejudicando e não levaram em consideração o trabalho que o Ministério tem feito de levar isso.

Achamos que não devemos nos curvar, realmente devemos nos unir, e fazer o toma lá dá cá mesmo. Vamos retaliar, no papel da ABIEC está sugerido ir à OMC ou pelo menos buscar formas. Acredito que não haja uma forma de a gente contestar diretamente essa questão das 300 propriedades porque não está oficialmente escrito no documento. Mas acredito que possamos, sim, buscar maneiras de contestar o uso abusivo destas normas ditas sanitárias, porque sabemos que não é uma questão sanitária, o Brasil não tem problema. O último foco que foi apresentado no Brasil foi em 2005 enquanto a União Européia teve foco o ano passado. Além disso, focos de vaca louca são regis- tra-

dos na União Européia quase que semanalmente ou mensalmente. Aqui nunca tivemos problema. A febre aftosa não é transmissível ao ser humano, enquanto a vaca louca é. A febre aftosa não é transmissível pela carne brasileira porque ela é maturada e desossada, e dessa forma o vírus fica inviabilizado de ser transmitido, e em todos esses anos 60 ou 70 que exportamos carne brasileira para a União Européia em nenhum momento foi encontrado vírus brasileiro ou de origem brasileira em qualquer ocorrência sanitária da União Européia. Então realmente estamos sofrendo uma arbitrariedade, estamos sendo... Estamos injustificadamente sendo embargados e devemos lutar contra isso sim de maneira unida como país. Como um país soberano. Devemos retaliar. Se o problema hoje, por exemplo, estamos negociando comprar helicópteros europeus, suspende a negociação até que se resolva essa questão. Por que não? Se é o caso dos vinhos, então fecha os vinhos... Não sei. Não posso dizer porque essa é uma questão que o Ministério tem que analisar qual seria. Mas que é preciso uma ação mais energética do Brasil, isso sem dúvida. Como país soberano, como defesa do interesse nacional que primordialmente é a nossa soberania e a nossa capacidade de fazer o que tem que ser feito, de fazer o nosso dever de casa. Não podemos deixar que os outros digam que não somos capazes, que não podemos fazer.

Então agradeço mais uma vez a todos e colocar a ABIEC a disposição, estamos aqui para colaborar nesse processo e em todos os processos referentes à questão da pecuária e das exportações de carne brasileira. Muito obrigada.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Pela ordem Senadora Kátia.

SENADORA KÁTIA ABREU (DEM-TO) – Gostaria antes de V.Ex^a passar a palavra para o Ministro Reinhold Stephanes, de não querer ser insistente ou inconveniente, Sr. Ministro, mas eu gostaria de com maior clareza ouvir de V.Ex^a se há possibilidade de recuo nessa lista para que a gente possa abrir uma reflexão maior. Nós estamos todos unidos para ajudar a lhe fortalecer para que a gente possa conversar mais a respeito dela. Nós estamos com entidades de classe de todo país, meus colegas, Presidentes de confederações, que estão todos ansiosos, Deputados, Senadores, enfim, bilhetes aqui chegando, cochicho no ouvido, todos muito preocupados em voltar para casa sem uma decisão dessa Audiência Pública, se nós não temos esperança ou se temos esperança de um recuo para que a gente possa melhorar essa condição e essa situação. Muito obrigada, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Concedemos a palavra ao Dr. Fábio.

SR. FÁBIO DE SALLES MEIRELLES – Colocada de maneira precisa pela Senadora Kátia Abreu é um assunto amplo e permanentemente discutido nos últimos tempos. E é relevante porquanto a CNA partindo da sua Vice-Presidência, Secretária e Senadora, aborda um assunto de tamanha importância, a CNA evidentemente tem que ratificar porque é o ponto de vista oficial da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Ouviremos as considerações finais e suas respostas do Ministro Reinhold Stephanes.

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES – Senadora Kátia, meus caros Senadores, Deputados, demais representantes do setor agrícola aqui presente, a imprensa. Eu acho que cabe a mim conduzir o processo. Acho que alguém tem que centralizar o processo. E cabe a conduzir o processo de forma extremamente profissional. E cabe conduzir o processo ouvindo aqueles que efetivamente produzem e aqueles que efetivamente têm interesse no setor. Como eu costumo dizer, o Ministério da Agricultura nem produz nem comercializa. E de preferência que o Ministério da Agricultura não atrapalhe quem produz. Que ele já faz um grande negócio. Mas se ele ainda puder conduzir o processo, melhor ainda. Pelo menos é o que nós estamos tentando fazer como fizemos em outros casos e como estamos fazendo nesse caso.

Eu vou comunicar as conversas e as sugestões e a posição que está se desenhando no Brasil, que eu tive ontem com o grupo de 18 Deputados que representavam mais ou menos a Câmara, e que eu estou tento hoje aqui no Senado de vários representantes, além de outros nesses últimos dias. Eu vou mostrar claramente essa posição ao embaixador da União Européia que vai estar comigo hoje à tarde, vou mostrar que efetivamente o Brasil está a ponto de querer inverter o jogo. Quer dizer, não vou dizer que nós vamos fazer porque acho que ainda não cabe isso. Mas eu vou demonstrar isso que a insatisfação é muito grande, que as exigências são descabidas, que a aplicação, entre aspas, da pena é desproporcional, e aí todos os outros argumentos evidentemente que todos nós conhecemos. E deixar claro aquilo que o Ministro... Aliás, que o Senador Azeredo levantou. Não está em discussão nesse momento a sanidade da carne brasileira. O que está em discussão é um sistema burocrático de rastreabilidade. Que pode até ser correto, pode até ser necessário, mas o que está em discussão é isso. É se o proprietário teve o documento... Se ele vendeu com

nota, comprou com nota, se ele registrou o bezerro, brincou ele na época certa, o que está em discussão é isso. Não é a questão da sanidade. Tem que ficar muito claro isso. E nem a União Européia está dizendo isso. Não obstante o lobby contra a carne brasileira inverte o jogo e, veja bem, é comum se encontrar na Europa, cartazes, como eu disse anteriormente pendurados em restaurantes “não coma a carne brasileira, que é ruim”, como também que o boi que se produz no Brasil é um Frankenstein. Todos sabem disso porque saiu na imprensa mundial isso. Aliás, ofendendo os indianos que têm esse boi cultuado e afinal de contas até um boi muito bonito. Que é o... Falando aqui principalmente da raça que predomina que é o nelore. Como também eu vou transmitir toda essa preocupação à nossa Embaixadora junto à União Européia, com quem eu tenho tido contato constante. Então quando se falou aqui: devemos envolver o Itamaraty. O Itamaraty está envolvido. O próprio Ministro Celso Amorim já está envolvido na questão. Nós temos outros Embaixadores, agora não recordo o nome deles, com quem nós temos nos reunidos e como temos também a Embaixadora em Bruxelas que está altamente envolvida nessa questão. Também vou transmitir a ela qual é o pensamento que está se construindo pela classe produtora e classe política brasileira e os representantes da classe produtora em relação a este assunto. Isso de um lado.

Por outro lado, aí, agora respondo, a lista acho que nós não temos condições de retirar a lista neste momento. Nós temos condições, sim, de chegar agora nas negociações que começam amanhã, de e dizer o seguinte. Olha, essa lista está aqui ela só é válida se forem definidos claramente as regras seguintes, se elas não forem o produtor brasileiro está disposto a não mais querer trabalhar com a União Européia. Isso nós podemos dizer. Veja bem. Embora com certo cuidado da forma que isso será dito.

Eu gostaria de... Aqui se levantou a questão da Rússia, é uma questão que se levanta constantemente a questão da Rússia. Eu quero dizer o seguinte: Os russos são hoje os melhores parceiros que o Brasil tem. Já tivemos problemas com a Rússia no passado, mas é o País que mais cresce, é o País que sozinho está chegando perto da União Européia, em termos de importação da carne brasileira, é um País que o relacionamento dos problemas permitem que se resolvam até por telefone muitas questões. Agora, é um País que tem regras, evidentemente. Mas é um País que nós deveremos respeitar. Hoje estão com a missão de nove pessoas no Brasil, claro, encontramos um problema de estomatite lá no Mato Grosso, não Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, infelizmente isso acontece, mas acho que isso já está sendo superado. Mas

isso é normal. Porque a estomatite é uma questão de vírus, em uma semana isso está resolvido. Basta colocar em quarentena, não tem nenhuma consequência maior. Mas, o que eu gostaria de dizer é que o nosso relacionamento com a Rússia foi reconstruído nesses meses que o Sr. Ministro, e vem se desenvolvendo de forma muito boa. O Ministro da Rússia, que trata dessa questão, estará no Brasil também agora no dia 25, ele virá fazer uma visita inclusive de cordialidade, ela não tem o caráter de inspeção. Apenas gostaria de dizer isso.

Em relação a Santa Catarina que foi levantado aqui novamente, há um problema específico de relacionamento entre Santa Catarina e Rússia em relação a problemas do passado que tem que ser superado. Quer dizer, não é uma questão da Rússia contra o Brasil. É uma questão quase que de um relacionamento inadequado que houve num determinado momento em Santa Catarina que tem que ser superado. Esse relacionamento foi tão grave à época que o Embaixador da Rússia pediu audiência ao Presidente da República para se queixar ao Presidente da República.

Então, vejam que é uma coisa que tem que ser evidentemente superada, não com crítica nem com ataques, mas sim diplomaticamente porque no demais a Rússia desempenha uma posição extremamente favorável ao Brasil.

Quanto a essa questão atingir os demais mercados, veja bem, tem que ficar claro. Evidentemente poderá sempre haver uma reação em cadeia para alguns mercados. Mas, de forma geral, não. Veja bem, pode sim. Isso nos preocupa. Eu disse isso lá no início. Agora, mercados que não têm o sistema de rastreabilidade não podem exigir o sistema de rastreabilidade aqui. Eles podem sim discutir se o problema é sanitário. Até que a gente explique que o problema não é sanitário, aí sim nós podemos ter problema.

O Luis Carlos fez o protesto dele, acho que esse é o protesto geral, esse não é... Não é só o protesto. Eu acho que Moka e aí eu gostaria de informar o pessoal do Mato Grosso do Sul porque eu vi que tem vários representantes do Mato Grosso, tiveram vários Senadores aqui também do Mato Grosso que sexta-feira nós estaremos lá no Mato Grosso com grande prazer. E até para aplaudir o trabalho que o Mato Grosso vem fazendo nesta área, na fronteira com o Paraguai. O trabalho, Mato Grosso do Sul, que é um trabalho efetivo, o Governador tem se empenhado muito no assunto e efetivamente merece os nossos aplausos. Os aplausos ao Mato Grosso em si eu já tive três vezes no Mato Grosso, eu já fiz quando tive no Mato Grosso. Mas aí pelo trabalho geral do Mato Grosso.

Bom, qual é o prejuízo diário, o Senador que perguntou se retirou, mas o prejuízo diário hoje estaria em torno de cinco milhões. Quer dizer, esse dado aqui é o que vai virar manchete dos jornalistas. (risos)

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES – Não, reais. De repente eu não deveria nem ter citado isso. Mas acho que eles instruíram o Senador para pedir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (pronunciamento fora do microfone)

SR. MINISTRO REINHOLD STEPHANES – Por dia. Bom, para concluir, eu gostaria de agradecer a oportunidade e gostaria até de recordar o momento em que o Senador logo em que a crise surgiu, o Senador me ligou e eu vim aqui ao Congresso, no Ministério, para combinar com ele imediatamente que eu achava importante que esta reunião fosse feita. E assim a gente fez na primeira quarta-feira que foi disponível.

Eu gostaria de evidentemente agradecer com carinho todo especial o nosso Presidente da CNA, tanto pelos longos anos de convivência que nós temos, pelo respeito que nós temos e também pelo que ele representa aqui no Brasil e hoje nesta Mesa.

Então, também gostaria de agradecê-lo disso. Agradecer também, enfim, os demais membros da Mesa e muito obrigado a todos.

SR. PRESIDENTE SENADOR NEUTO DE CONTO (PMDB-SC) – Eu só gostaria, antes de encerrar, ler um Requerimento de nossa autoria. Nos termos regimentais seja realizada Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Reforma Agrária em conjunto com a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle com a finalidade de analisar e discutir notícia referente às medidas em estudo nos seguintes órgãos: Ministério da Agricultura, Pecuária, Abastecimento, Meio Ambiente, Instituto Brasileiro de Meio Ambiente, de Recursos Renováveis, IBAMA, sob a concessão de anistia aos proprietários de terras responsáveis pelo desmatamento legal, localizado nos 220 mil quilômetros quadrados na Amazônia. Com a presença das seguintes autoridades: O Ministro Reinhold Stephanes, novamente, Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Senadora Marina Silva, Ministra de Estado do Meio Ambiente, do Sr. Balizeu Alves Margarido Neto, Presidente do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e de Recursos Renováveis. Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 2008, colocado em apreciação. Em votação. Aprovado por unanimidade.

Para encerrar, Srs. Senadores, Sr^{as}s. Senadoras, Srs. Deputados, tivemos a oportunidade de ouvir o setor produtivo, o setor exportador, que exporta e o Governo.

Quero agradecer a todos pela oportunidade que nos dão não só aos Senadores e Deputados, mas o Brasil está nos assistindo. Está sendo transmitido para toda a Nação, toda a Sessão. Será retransmitido à noite para que a Nação entenda do envolvimento dos que querem as soluções do problema do país. Agradecer especialmente estando aqui apoiando permanentemente o Sr. Ministro, naquilo que cabe a esta Comissão na defesa dos interesses da agricultura, da agropecuária e da agroindústria, cumprimentar e agradecer todos quanto aqui estiveram, e ainda, ao encerrar, dizer ao meu querido companheiro e amigo colega nosso, Jonas Pinheiro, volte logo, porque precisamos dele aqui nessa Comissão. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 13h47.)

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

Ata da 46^a Reunião Extraordinária, Da 1^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura, realizada em 19 de dezembro de 2007.

Às dez horas do dia dezenove de dezembro de dois mil e sete, na sala treze, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência, do Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice – Presidente, no exercício da Presidência da Comissão e com a presença dos Senhores Senadores Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Maria do Carmo Alves, Antonio Carlos Júnior, Expedito Júnior, Flávio Arns, João Ribeiro, Leomar Quintanilha, Heráclito Fortes, Marco Maciel, Flexa Ribeiro e Papaléo Paes, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores Ideli Salvatti, Wellington Salgado de Oliveira, Valter Pereira, Demóstenes Torres, João Tenório, Eduardo Azeredo, Cícero Lucena e Cristovam Buarque. Justifica a ausência o Senhor Senador Romeu Tuma. O Senhor Vice – Presidente, Senador Marcelo Crivella, no exercício da Presidência, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta.

Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 243, de 2004, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que “Dispõe sobre as práticas de telemarketing, coíbe abusos e fraudes nesses serviços e implementa o Registro Nacional de Chamadas”, trazendo em conjunto com o **Projeto de Lei do Senado nº 123, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior que, “Dispõe sobre a oferta de bens ou serviços e a solicitação de donativos de qualquer espécie por meio de chamadas te-

lefônicas.” O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o parecer favorável com a emenda nº 01-CCT (Substitutivo), acatando parcialmente a emenda oferecida pelo Senador Eduardo Azeredo e pelo arquivamento do PLS 123/07, que tramita em conjunto, é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 154, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Lucia Vânia, que “Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para impor ao fornecedor a disponibilização, nos contratos formalizados por meio eletrônico, de opção para cancelamento de contratos de fornecimento de produtos e de serviços.” O relator designado é o Senador Antônio Carlos Júnior e o parecer favorável com as emendas oferecidas é aprovado. Neste momento o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, passa a Presidência a Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, Presidente Eventual, para relatar o seguinte projeto: **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 136, de 2003**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Paulo Otávio, que “Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais “Livro Diário” e “Livro Razão” em meio magnético.”, O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável, na forma do substitutivo oferecido, é aprovado. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reassume a Presidência. **Item 05: Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2005**, de caráter não terminativo, de autoria do Deputado Wellington Fagundes, que “Dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar” O relator designado é o Senador Augusto Botelho e o parecer pela rejeição, é aprovado. **Item 06: Requerimento – nº 39-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Augusto Botelho, que requer “...nos termos regimentais, que seja realizada audiência pública para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por assinatura, pela oferta de ponto extra quando instalado no mesmo domicílio. indicarei até a próxima semana os nomes das autoridades, lideranças acadêmicas e cientistas credenciados a debater o presente tema. O requerimento é aprovado. Neste momento o Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, passa a Presidência a Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, Presidente Eventual, para relatar o seguinte projeto: **Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 444, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Rádio Ma-

cabu livre para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição de Macabu, Estado do Rio de Janeiro” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reassume a Presidência. **Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 394, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 355, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe.” A relatora designada é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 356, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco.” A relatora designada, ad hoc, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 346, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 348, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Lourençiana de Artes e Recreação – Solar para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 367, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar serviço de radiodi-

fusão comunitária na cidade de Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 396, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 398, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Camargo, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 401, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 406, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à rádio Flores Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 19: Projeto de Decreto Legislativo nº 410, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 411, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 416, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis.

nativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 417, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 423, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 426, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica. Com Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 427, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ciríaco, Estado do Rio Grande do Sul." O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 374, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – Assomira para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará." O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 27: Projeto de Decreto Legislativo nº 456, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que "Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Conceição do Ara-

guaia, Estado do Pará.” O relator designado é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 28: Projeto de Decreto Legislativo nº 351, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 29: Projeto de Decreto Legislativo nº 359, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Oeste de comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 30: Projeto de Decreto Legislativo nº 354, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Nova Cultural para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Item 31: Projeto de Decreto Legislativo nº 379, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Sistema Bel’Rio de Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pirapora, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 32: Projeto de Decreto Legislativo nº 385, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Integração para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ipatinga, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 33: Projeto de Decreto Legislativo nº 386, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Amigos de Ibitiura de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Ibitiura de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 34: Projeto de Decreto Legislativo nº 412, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Fundação

Educacional de Ipatinga para executar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ouro Branco, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 35: Projeto de Decreto Legislativo nº 431, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Rio Pardo de Minas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Pardo de Minas, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 36: Projeto de Decreto Legislativo nº 447, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Sistema SJV de comunicação para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José de Varginha, Estado de Minas Gerais”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 37: Projeto de Decreto Legislativo nº 357, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 38: Projeto de Decreto Legislativo nº 384, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação para o desenvolvimento comunitário de Mamanguape – ADECOM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba”. O relator designado, ad hoc, é o Senador Gilvam Borges e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 39: Projeto de Decreto Legislativo nº 393, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – ACOMANT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 40: Projeto de Decreto Legislativo nº 434, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga concessão à Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o

Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 41: Projeto de Decreto Legislativo nº 441, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à rádio FM 102 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo”. O relator designado é o Senador Renato Casagrande e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 42: Projeto de Decreto Legislativo nº 365, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tatuí, Estado de São Paulo”. A relatora designada, *ah hoc*, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 43: Projeto de Decreto Legislativo nº 375, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Araras, Estado de São Paulo”. A relatora designada, *ah hoc*, é a Senadora Maria do Carmo Alves e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 44: Projeto de Decreto Legislativo nº 421, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Novo Horizonte do Oeste, Estado de Rondônia”. O relator designado é o Senador Expedito Júnior e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 45: Projeto de Decreto Legislativo nº 381, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Camaragibana de Radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo do Camaragibe, Estado de Alagoas”. O relator designado, *ad hoc*, é o Senador Augusto Botelho e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. O Senhor Vice-Presidente, no exercício da Presidência, Senador Marcelo Crivella, passa a Presidência a Senhora Senadora Maria do Carmo Alves, Presidente Eventual, para relatar, *ah hoc*, o seguinte item: **Item 46: Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Avahy FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Itaperuna, Estado do Rio de Janeiro”. O relator designado, *ad hoc*, é o Senador Marcelo Crivella e o projeto é aprovado

por 11 (onze) votos favoráveis. Dando prosseguimento a deliberação da pauta o Senhor Senador Marcelo Crivella, Vice-Presidente no exercício da Presidência, reassume a Presidência. Nesse momento, os Senadores Flávio Arns, Sérgio Zambiasi e Leomar Quintanilha requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de Projeto de Decreto Legislativo com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Projeto de Decreto Legislativo nº 383, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 02: Projeto de Decreto Legislativo nº 389, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de entre Rios do Oeste, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 03: Projeto de Decreto Legislativo nº 403, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Skala para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 04: Projeto de Decreto Legislativo nº 404, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Capanema, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 05: Projeto de Decreto Legislativo nº 407, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à rádio Lontrense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salto do Lontra, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 06: Projeto de Decreto Legislativo nº 408, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos, Estado do Paraná”. O relator designado é o Senador

Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 07: Projeto de Decreto Legislativo nº 415, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 08: Projeto de Decreto Legislativo nº 442, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 09: Projeto de Decreto Legislativo nº 450, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Mallet para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mallet, Estado do Paraná” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 464, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 465, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Mallet Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Mallet, Estado do Paraná” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 467, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 470, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de de-

senvolvimento Artístico e Cultural de Capitão Leônidas Marques (ACOCALEMA) para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 460, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul”. O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 461, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul.” O relator designado é o Senador Sérgio Zambiasi e o projeto é aprovado por 10 (dez) votos favoráveis. **Extra-Pauta, Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 418, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins – TO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre do Tocantins, Estado do Tocantins”. O relator designado é o Senador Leomar Quintanilha e o projeto é aprovado por 11 (onze) votos favoráveis. Ficam adiadas em virtude da ausência dos relatores as seguintes matérias: **Item 04: Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007 e Item 07: Requerimento**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e dezenove minutos horas, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Havendo número regimental, declaro aberta a 46ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 19 de dezembro de 2007.

Dando prosseguimento a essa Reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da Reunião anterior. As Srs. e

Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. Aprovada.

Meus caros colegas, hoje realizamos nossa última Reunião do ano de 2007. Todas feitas em clima construtivo e de plena cooperação. Nesse sentido, a Presidência desta Comissão, ao agradecer a prestímosa colaboração, deseja a todos, membros desta Comissão, jornalistas que cobrem esta Comissão, os funcionários do Senado, funcionários da TV Senado, da Rádio Senado, e sobretudo a esta constelação de boas e belas funcionárias da Comissão, os melhores votos de um Natal de paz e fraternidade, esperando que o novo ano possa renovar nossas esperanças de um mundo mais justo e mais seguro para seus cidadãos, onde a globalização não seja apenas de mercadorias, mas de prosperidade e, acima de tudo, de boa vontade entre os homens.

Esta é então a mensagem de Natal de todos os membros de sua Comissão, sobretudo de sua Secretaria, a todos que nos assistem nesta manhã.

Vamos então à nossa Pauta. Passamos imediatamente ao Item 1 da Pauta. Não temos quorum para deliberar sobre itens terminativos, mas temos para deliberar sobre itens não terminativos.

Eu passo a passo a palavra ao Senador do Espírito Santo, Renato Casagrande, para proferir seu Relatório. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Muito obrigado, Presidente. Senadores, Senadora, já apresentei o Relatório na semana passada, Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, já apresentei o Relatório na semana passada, mas, por sugestão do Senador Heráclito Fortes, que queria ainda buscar alguma informação a mais sobre o projeto, nós suspendemos a votação, por eu ter concordado com essa suspensão, para que pudéssemos retomar a votação na nata de hoje.

Só para relembrar aos meus colegas aqui da Comissão, que este projeto é um projeto de... O meu Substitutivo foi originado de um projeto da Senadora Roseana Sarney e de um projeto do Senador Expedito Júnior. Aproveitei pontos dos dois projetos e fiz o Substitutivo. Ele tem algumas coisas importantes.

1º. Estabelece horário de funcionamento para o telesserviço ativo. Nós não estamos tratando aqui do *telemarketing*, do *call center*, do passivo, daquele que você procura um serviço de um 0800, 0300. Isso nós não estamos tratando na proposta, porque procura esse serviço quem deseja. Acho que no futuro nós vamos precisar de uma Regulamentação, mas nós temos que dar passos mais seguros. Então nós estamos tratando daquele serviço que é oferecido ao cidadão e à cidadã. Você recebe telefonemos em casa,

no celular, lhe oferecendo produtos, serviços, seja de bancos, seja de lojas, seja de rede, cartão de crédito. Então você recebe. Então esse serviço nós estamos regulamentando.

O Senador Expedito Júnior que foi um dos autores do projeto. Então nós estamos regulamentando. Tem dois pontos centrais: Primeiro nós estamos definindo o horário, que já é um horário que a Regulamentação, a auto-regulamentação PROBARE já usa, que é de nove da manhã até 21 horas. Que é o tempo em que as empresas poderiam oferecer qualquer tipo de serviço.

Nós mantivemos esse horário por duas razões: Primeiro, para você não interromper turno de serviço de seis horas: de 9 as 15 e de 15 as 21. Segundo, colocamos uma possibilidade... Uma possibilidade, não. Um instrumento na Regulamentação do cadastro negativo. Aquela pessoa que não quiser receber nenhuma ligação, ela vai poder se cadastrar, e aí o Governo vai regulamentar isso, num prazo definido, vai se cadastrá e vai dizer que não quer receber nenhuma oferta por telefone. Não quer ser em nenhum momento incomodada.

Então esses dois pontos. E também regulamentamos a forma da abordagem. A pessoa, para abordar, não pode abordar menor de idade, não pode ligar para códigos de emergência, hospitais e clínicas de saúde, não pode fazer ligação a cobrar, tem que se identificar primeiro. Então tem uma série de decisões tomadas na Legislação.

Eu recebi do Senador Heráclito Fortes e da Associação Brasileira de Telemarketing, um pleito para que nós pudéssemos dar um prazo para implementação do cadastro. Então, como nós estamos numa fase inicial de Regulamentação, no Congresso Nacional, desse setor, que eu reconheço e reafirmo é um setor importante para a economia brasileira, emprega muita gente, empresas estão localizadas em diversos pontos deste País, então nós reconhecemos a importância, nós queremos fazer uma lei que proteja o cidadão, que defenda o cidadão, mas que não iniba, efetivamente, a atividade econômica. Então nós recebemos um pleito para que pudéssemos dar um prazo para a implementação do cadastro. Então nós estamos dando um prazo para a implementação do cadastro após a aprovação da lei, que vai tramitar aqui ainda na Comissão de Justiça e depois na Câmara dos Deputados, estamos dando um prazo de seis meses para essa implementação do cadastro, para que as empresas possam se adaptar à implementação do cadastro.

Também é importante dizer que o que nós estamos regulamentando significa mais ou menos 20% de telesserviço; os outros 80% são o telesserviço passivo,

aquele que eu disse aqui do 800, 0300, do serviço que você demanda da sua casa, do seu telefone.

Então, acho que com essas condições, nós colocamos o processo, devolvemos a V. Ex^a., Presidente, para que nós possamos fazer o debate, e se possível, se pudermos aprovar, é importante, porque é um debate que a sociedade faz, os meios de comunicação tem tratado disso, tem demonstrado o avanço das empresas e os abusos que também as empresas cometem, então é este o Relatório, só reafirmando, com uma alteração, que para a implementação do cadastro nós estamos dando um prazo de seis meses, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Apenas um esclarecimento: O horário no final de semana, sábado e domingo? Senador Relator, V.Ex^a. não tocou no horário de final de semana.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Eu não toquei, mas está aqui.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Qual será?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– 10 às 16, sábado. E feriado... É de sábado. Domingo não tem serviço e feriado não tem serviço.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto aos Senadores se alguém quer se inscrever para discutir a matéria.

Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu

quero, Presidente Crivella, só fazer um questionamento aqui ao Relator, só fazer um questionamento aqui ao Relator sobre essa questão do cadastro. Que no nosso projeto, o cadastro ficava de responsabilidade das empresas, e o seu é de responsabilidade do Governo. A minha preocupação é com o povo. Eu estou aqui, na verdade, e tenho certeza de que V. Ex^a. também.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Por isso que nós estamos dando ao Governo.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – O senhor não acha que isso aí, quem vai acabar pagando essa conta é o povo? Só me dá uma...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sim, foi por essa preocupação mesmo. Nós temos assim que para resguardar o Direito público é função do Governo. O Governo tem que resguardar o interesse público. Se você deixasse na responsabilidade das empresas...

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Ia repassar para os...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Nós não estamos dizendo que ia acontecer ou não ia acontecer, mas deixar por conta das empresas, pode ser que esse cadastro demore para ser atualizado, pode

ser que esse cadastro não seja feito da forma como precisa ser feito, pode ser que as pessoas não tenham facilidades da se inscrever nesse cadastro.

Então, sendo do Governo, nós estamos regulamentando como vai ser e o interesse público está melhor resguardado sendo o Governo a tomar conta, atualizar, receber a demanda. E ele pode designar tarefas às empresas por decisão do Ministério da Justiça, por Portaria ou por Decreto, lógico, dentro do que nós estamos aprovando aqui quanto Legislação.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Eu quero cumprimentar o Relator, e na verdade ele pego os dois projetos e praticamente apresentou um Substitutivo. E na verdade, o nosso projeto quase todo está contemplado no Substitutivo do Senador Casagrande.

Então eu quero só parabenizá-lo por isso e encaminhar aqui o nosso Voto favoravelmente ao substitutivo do Senador Casagrande.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto se mais alguém deseja se inscrever para discutir a matéria. Item 1 da Pauta.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Zambiasi, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Apesar de cumprimentando ao Senador Renato Casagrande, ao Senador Expedito Júnior e estendendo aqui também ao Senador Heráclito Fortes, nós estamos percebendo aqui que o Relator propõe seis meses para a criação do Cadastro Nacional de Telesserviços, há uma emenda do Senador Eduardo Azeredo que propõe três anos.

Nós estamos sugerindo o meio termo, que possa estabelecer o prazo de um ano, e se o Relator acolher essa sugestão, acho que nós contemplamos a todas as partes.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pergunto ao Relator.

Eu gostaria apenas de esclarecer aos telespectadores da TV Senado que nos assistem agora, estamos falando de cadastro, é bom esclarecer que se trata do Cadastro Nacional de Chamadas, que segundo o Relator Senador Casagrande será elaborado pelo Governo, e nesse cadastro estarão o número das pessoas que não querem ser incomodadas, não querem receber essas chamadas ativas.

Pergunto se mais alguém quer se inscrever para discutir a matéria?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Apenas para concordar com o destaque apresentado Senador Zambiasi e por achar que ele atende ambas as partes. E apelo ao Sr. Relator para que ele acolha essa proposta.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com o apelo do Senador Heráclito Fortes, que é um apelo de peso, gostaria de pedir a V. Ex^a. que se manifestasse.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, esse é um momento importante, porque nós estamos, pela primeira vez, regulamentando um serviço que surgiu especialmente depois da privatização do setor de telefonia do nosso País. O serviço surgiu, o Congresso tem que se atualizar serviços novos que aparecem, como nós estamos discutindo aqui também, no âmbito da ampliação de serviços, nós estamos aqui discutindo, por exemplo, a Lei de Crimes em Informática.

Atividades novas exigem de nós aqui uma ação nova. Então é uma Regulamentação nova, eu acho que o apelo que o Senador Zambiasi faz, que o Senador Heráclito Fortes faz, é um apelo palpável, equilibrado, não é nada exagerado. Está certo? Então eu já tinha proposto na minha vontade de seis meses, naturalmente acato o apelo que eles fazem para que nós possamos ter um tempo de um ano. Lógico, a lei entra em vigor, em vigência na data da sua publicação, mas o cadastro, um ano para ser implementado pelas empresas.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito bem, Senador Relator. Nós não poderemos colocá-lo em votação porque não temos o número regimental, mas dou por encerrada a discussão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Esse não é um terminativo, não.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Esse pode votar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O projeto é não terminativo?

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Não terminativo. Pode colocar.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Então vamos colocar em votação. Os Srs. e Sr^{as}s. Senadores que aprovam permaneçam

como estão. O processo foi aprovado nesta Comissão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente?

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Veja V. Ex^a., Sr. Presidente, que...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a nova redação. Foi acatada a emenda de V. Ex^a.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Eu quero só parabenizar a Comissão, mas parabenizar aqui o meu colega Senador Expedito Júnior, autor de um dos projetos, a Senadora Roseana Sarney, autora de outro projeto, porque eles dois tiveram a iniciativa de apresentarem esse projeto e eu fiz apenas um estudo, uma análise, conversei com o setor, fizemos uma Audiência Pública e fiz um Substitutivo, que eu acho que é fundamental que o Senado avance na aprovação desta matéria. Obrigado, Sr. Presidente.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Sr. Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Comissão agradece a V. Ex^a.

Pois não, com a palavra V. Ex^a.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – Eu só queria fazer um registro. Quando V. Ex^a. disse que o meu apelo era forte, não isso?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – De peso.

SENADOR HERÁCLITO FORTES (DEM-PI) – De peso. Veja bem, com o apoio de Casa, que é grande, e eu que sou forte, com a bênção de V. Ex^a., tudo foi aprovado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pois é. Hoje, realmente, é o Senador Casagrande é o Senador Heráclito Fortes, é irresistível essa dupla.

Nós vamos então para o Item 2 da nossa Pauta, que “Altera a Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para impor ao fornecedor a disponibilização, nos contratos formalizados por meio eletrônico, de opção para cancelamento de contratos de fornecimento de produtos e de serviços”. A autora é a Senadora Lúcia Vânia, que não se encontra presente. Relatoria é do Senador Antonio Carlos Júnior, que é favorável com as emendas oferecidas. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA)

– Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, é o Projeto de Lei nº 154/2007, da Senadora Lúcia Vânia, que altera a Lei nº 8078. O projeto visa a incluir o art. 49 “a” no Código de Defesa do Consumidor, para determinar que, quando o contrato for realizado por meio eletrônico à distância, o fornecedor deverá disponibilizar ao consumidor, em tempo hábil, opção de extinção unilateral do respectivo contrato, também por meio eletrônico, devendo o fornecedor assegurar, antes de concluir a extinção, informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa sobre os efeitos jurídicos e as consequências financeiras decorrentes da extinção contratual, inclusive, quando for o caso, sobre a cláusula penal.

Na justificativa da proposição, sua autora afirma que seu objetivo é eliminar a dificuldade atualmente enfrentada por inúmeros consumidores que tentam cancelar contratos firmados, especialmente por intermédio da rede mundial de computadores. Alega que não há para o cancelamento, a mesma facilidade, comodidade e celeridade oferecidas na contratação, citando como exemplo a contratação e o cancelamento do serviço de telefonia celular. O projeto é terminativo na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle.

A análise do Relatório versa sobre o seguinte: É extremamente desrespeitosa a forma com que muitas empresas prestadoras de serviços têm tratado seus usuários, principalmente, como destaca a autora do projeto na sua justificação, as prestadoras de serviços de telefonia. Em busca de clientes, essas empresas oferecem vantagens e simplificam bastante o procedimento para a celebração de seus contratos com os consumidores.

Todavia, não raras vezes, é absurdamente difícil para o usuário rescindir esses contratos. Os *call centers* dessas empresas, muitas vezes o único meio disponibilizado para que o consumidor solicite o cancelamento do contrato, tem deixado muito a desejar no que diz respeito a uma eficiente prestação de serviços.

Empregados despreparados para o atendimento ao consumidor, demoras excessivas no atendimento e ligações que caem durante o procedimento de rescisão são exemplos de motivos que tornam o serviço inefficiente.

Algumas vezes, vencido pelo cansaço decorrente de várias tentativas frustradas, o consumidor chega a manter o contrato sem que na verdade o queira, situação que vai de encontro à Política Nacional de Relações de Consumo prevista no Código de Defesa do Consumidor.

O projeto em análise, se não resolve em definitivo esse problema, certamente contribui para facilitar a proteção do consumidor, que passa a contar com a possibilidade de rescindir o contrato por meio eletrônico, na hipótese de a contratação também ter sido celebrada por esse meio, devendo ainda o usuário do serviço ser previamente informado sobre os efeitos jurídicos e financeiros decorrentes da rescisão. Acreditamos assim que a proposição aperfeiçoa o Código de Defesa do Consumidor.

Entendemos porém, que se deve estender o alcance da norma aos contratos celebrados por outro meios que não o eletrônico, de forma a assegurar ao consumidor do direito de rescindir o contrato do mesmo modo pelo qual celebrou a contratação, qualquer que tenha sido ele. Ademais, julgamos conveniente prever expressamente a possibilidade de o fornecedor disponibilizar outras formas de rescisão, desde que o faça no interesse do consumidor.

São necessários ainda alguns aperfeiçoamentos da técnica Legislativa adotada no processo, tais como a substituição da referência à realização de contratos por celebração de contratos, e da palavra cancelamento por rescisão, termos mais apropriados à disciplina dos contratos.

O Voto: Tendo em vista o exposto, manifestamos pela aprovação de Projeto de Lei do Senado nº 154/2007 com as emendas que estão no material disponibilizado.

Esse é o voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu pergunto ao Srs. Senadores se há alguém que queira discutir a matéria. Não havendo quem queira discutir, coloco em votação. Os Srs. Senadores que aprovam o Relatório do Senador Antonio Carlos Júnior permaneçam como estão. O Relatório foi aprovado. O projeto segue seu trâmite.

Eu gostaria de consultar a nossa Senadora, única mulher presente a esta... Quer dizer, membro da Comissão, presente, líder nordestina, cujo caráter encantador e sedutor encontra(F) todas as virtudes da mulher brasileira, se poderia presidir esta Sessão para que eu fizesse o meu Relatório. Muito agradecido.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Item nº 3, Projeto de Lei do Senado nº 136/2003: “Faculta às pessoas jurídicas o armazenamento dos livros comerciais ‘Livro Diário’ e ‘Livro Razão’ em meio magnético”. A relatoria é com o Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Srª. Presidenta. Trata-se de um projeto de autoria do Senador Paulo Octávio e que, em

virtude do Requerimento nº 662/2007, do Senador Wellington Salgado, é submetido ao exame da nossa Comissão.

O objetivo da proposição é facultar às pessoas jurídicas o armazenamento de seus livros contábeis em meio magnético.

Após a apreciação da nossa Comissão, a matéria volta a tramitar na Comissão de Assuntos Econômicos, para em seguida ser encaminhada à Comissão de Educação e de Constituição e Justiça. Na Comissão de Assuntos Econômicos, já tiveram oportunidade de manifestarem-se como Relatores o Senador Efraim Moraes e o Senador Francisco Dornelles. Neste meu Relatório, concordo em parte com seus argumentos.

Para cumprir seu objetivo, a proposição acrescenta § 4º do art. 5º do Decreto-Lei nº 486, de 03 de março de 1969, e modifica o art. 14 da Lei nº 8218, de 29 de agosto de 91. O art. 5º do Decreto-Lei nº 486/1969 passaria a admitir em seu § 4º o arquivamento em meio magnético do Livro Diário dos exercícios anteriores ao exercício financeiro em andamento. O art. 14 da Lei nº 8218 seria modificado com acréscimo da expressão “facultada a utilização de meio magnético de armazenagem” e seu texto seria então lido: art. 14 – “a tributação com base no lucro real somente será admitida para as pessoas jurídicas que mantiverem em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, facultada a utilização de meio magnético de armazenagem” – Os Srs. Senadores já perceberam que isso aqui é para modernizar a armazenagem de dados nos escritórios de contabilidade, antes feitos em livros enormes e hoje, com a aprovação deste projeto, em discos rígidos, em HDs, em disquetes, CDs, DVDs, enfim, qualquer tipo de mídia para armazenamento. Portanto inclui -se essa pequena frase aqui, essa pequena inserção no artigo: “Facultada a utilização de meio magnético de armazenagem,” – “livro ou fichas utilizados para resumir e totalizar, por conta ou sub-conta, os lançamentos efetuados no diário, livro razão, mantidas as demais exigência e condições previstas na Legislação”.

Segundo o projeto em exame, caberia ao Poder Executivo regulamentar a lei no prazo de 60 dias. A lei entraria em vigor no primeiro dia do exercício financeiro subsequente à sua aprovação. Em sua justificação, o autor da proposta afirma ter por objetivo reduzir custos das empresas, permitindo a utilização de tecnologia no armazenamento de livros contábeis obrigatórios, haja visto a pouca praticidade dos arquivos encadernados. Esclarece ainda que a previsão de Regulamentação pelo Executivo visa evitar a necessidade de novas leis para adaptar a exigência de escrituração contábil às novas tecnologias que surgirem.

Por fim, explica que a vigência ao primeiro dia do exercício financeiro subsequente à aprovação tem por objetivo afastar as dificuldades que possam advir da modificação das regras no curso do exercício fiscal.

Srs. Senadores, explicado todo o projeto, eu vou propor pularmos a análise e irmos direto para o voto.

Ante o exposto, opinamos pela aprovação do PLS nº 136/2003 na forma do seguinte substitutivo: Altera as Leis nº 8218 e nº 10.406 para facultar o arquivamento do Livro Diário em meio eletrônico. O Congresso Nacional decreta: art. 1º – O art. 1181 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo: § 2º – admite-se na forma do regulamento o arquivamento em meio eletrônico do Livro Diário de exercícios anteriores ao exercício em andamento. art. 2º – O art. 14 da Lei nº 8218, de 29 de agosto de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação: Art. 14 – “A tributação com base no lucro real somente será admitida para as pessoas jurídicas que mantiverem em boa ordem e segundo as normas contábeis recomendadas, facultada a utilização de meio eletrônico de armazenagem, livros ou fichas utilizados para resumir ou totalizar, por conta ou subconta, os lançamentos efetuados no Livro Diário, mantidas as demais exigência e condições previstas na Legislação”. As prerrogativas previstas nesta lei serão exercidas mediante Regulamentação do Poder Executivo. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

E lembrando aqui que ela entra em vigor, na verdade, porque a publicação já dirá isso, no primeiro dia útil do exercício contábil subsequente à aprovação da lei.

Era este, Srª. Presidenta, o Relatório.

SRA. PRESIDENTA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Alguém quer discutir a matéria?

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Srª. Presidenta, Srs. Senadores, veio em boa hora o projeto do Senador Paulo Otávio, relatado aqui pelo Senador Marcelo Crivella, e não se justificaria mais não termos armazenamento por meio digital de arquivos contábeis imensos, que ocupam espaço e acabam se deteriorando, inclusive. Então eu acho que é boa medida.

É claro, ela não é obrigatória, ela é facultativa, mas isso fará com que, com o tempo, praticamente todas as empresas venham a aderir a esse procedimento.

Então eu acho que foi muito boa hora permitir isso, que na verdade é uma permissão. Portanto eu acho que merece aprovação aqui. Portanto eu faço aqui os meus cumprimentos ao autor e ao relator.

SRA. PRESIDENTA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Os Senadores que concordam com a matéria permaneçam como estão. Aprovada.

(troca de presidência)**SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-**

VELLA (PRB-RJ) – Agradeço a Senadora Maria do Carmo Alves, que com tanta docura comandou esta nossa... Parte desta nossa Sessão.

Srs. Senadores, tem aqui uma trágica, triste notícia para comunicar ao Plenário: Nós agora só temos itens terminativos. E infelizmente... Perdão, temos mais um Relator, fomos salvos aqui pelo Senador Augusto Botelho, que é Relator do Item seguinte.

V. Ex^a. hoje chegou de maneira providencial, na hora, Senador, e eu pediria a V. Ex^a. que imediatamente, se puder, relatasse para nós o Item nº 4, que é um Projeto de Lei do Senado que prevê o aumento da pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet.

Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Senador Marcelo Crivella, eu gostaria de me desculpar com V. Ex^a., porque eu estava ali na Comissão de Saúde, onde eu estava discutindo o problema dos fármacos radioativos usados em Medicina, principalmente no tratamento de câncer e nos exames de laboratórios para detectar doenças malignas.

Eu estou relatando *ad hoc* pelo Senador Eduardo Azeredo, não é?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-
VELLA (PRB-RJ) – Perfeito.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Vem a esta Comissão para análise, nos termos do art. 104 “c”, 6º e 9º do Regimento Interno do Senado Federal, Projeto de Lei do Senado de autoria do Senador Expedito Júnior.

As propostas são objetivas. Em primeiro lugar o PLS prevê o aumento de um terço da pena para crimes de calúnia, difamação e injúria quando praticados por meio de sítios ou de mensagens eletrônicas definidos pela internet. Determina que a autoridade policial, no momento da comunicação do crime pela vítima, acesse o sítio indicado e imprima o material ofensivo para fins comprobatórios.

O meu é o 5. É esse.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-
VELLA (PRB-RJ) – Senador Augusto Botelho, perdoe, o Item é o Item de sua relatoria. É o Item 5.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu pensei que eu estava *ad hoc*.

Nº 5?

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-
VELLA (PRB-RJ) – Se V. Ex^a. puder, por gentileza...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Eu sou o Relator.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRI-
VELLA (PRB-RJ) – ...Relatar o Item 5.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Projeto de Lei da Câmara nº 114/2005, Projeto de Lei nº 3432/2004 na origem. O autor é o Deputado Wellington Fagundes. “Dispõe sobre o atendimento pessoal ao consumidor nas empresas que oferecem atendimento por telefone, internet ou outro meio similar.”

Três artigos compõem o projeto: O primeiro apresenta o objeto da proposição legislativa, que é o de obrigar, como estabelece o art. 2º, todo fornecedor de produtos e serviços que ofertem atendimento por telefone, Internet ou similar, a ofertar atendimento pessoal ao consumidor em local apropriado e específico para esse fim. O art. 3º institui que a vigência se inicie após 90 dias a contar da sua publicação. A justificação explicita que diversos fornecedores substituem o atendimento pessoal pelo atendimento telefônico com o intuito de reduzir pessoas empregadas, bem como a qualidade do atendimento prestado ao consumidor, especialmente aqueles que têm menor grau de instrução.

Na Câmara dos Deputados, sob o nº 3432/2004 foi o projeto apreciado pelas Comissões de Defesa do Consumidor, de Constituição Justiça e Cidadania, e ao final aprovado na sua redação original.

No Senado Federal foi apreciada pelo Meio Ambiente, pela Defesa do Consumidor, e Fiscalização e Controle, cujo parecer foi dado pelo Senador Aelton Freitas, que opinou pela aprovação na forma do Substitutivo.

Passamos a abordar o PLS nº 114/2005 sob os parâmetros de constitucionalidade, regimentalidade, jurisdicidade, técnica legislativa e mérito. Sob o enfoque da constitucionalidade formal, foram observadas regras pertinentes à competência do ente federativo, dado que cabe à União, concorrente com os Estados e Distrito Federal, legislar sobre direito econômico, produção e consumo e a iniciativa legislativa atribuída a qualquer membro do Senado Federal, inclusive para o tema em análise, que não se insere entre aqueles da iniciativa privada do Presidente da República e de outros titulares previstos no texto constitucional.

A constitucionalidade material será analisada em conjunto com o mérito do projeto, dado que este opera restrição ao direito de liberdade da iniciativa econômica.

Observadas as regras pertinentes à regimentalidade, dado que cabe a esta Comissão emitir parecer sobre assuntos atinentes à defesa do consumidor, inclusive estudar, elaborar, propor normas e medidas voltadas à melhoria contínua das relações de mercado, em especial as que envolvem fornecedores e consumidores.

Sobre a jurisdicidade, observa o projeto os aspectos de inovação, porque atribui ao atendimento pessoal a condição de modalidade obrigatória de atendimento ao consumidor.

Efetividade, representada pela clareza do texto normativo quanto à exigência posta, a adoção obrigatória de atendimento pessoal aos consumidores corrobora pela existência de órgãos públicos especializados na investigação de violações aos direitos do consumidor.

Espécie normativa adequada, já que as restrições ao direito de liberdade da iniciativa econômico devem ser reguladas em lei.

Coercitividade, representada pela submissão dos fornecedores à exigência posta pelo projeto sob pena de sanções, em especial as de natureza administrativa, previstas no art. 56 da Lei nº 8078, de 11 de novembro de 1990, Código de Defesa do Consumidor.

E generalidade, uma vez que as normas do projeto se aplicam indistintamente a todos fornecedores de bens e serviços.

No que diz respeito à técnica legislativa, o projeto merece reparos, por quanto não se recomenda a edição de mais de uma lei tendo por objeto tratar do mesmo assunto, restrições à liberdade da iniciativa do fornecedor de bens ou serviços ao mercado de consumo, hoje regulada pela Lei nº 8078, de 11 de setembro de 1990.

O projeto deveria, assim, inserir dispositivos nessa lei, ao invés de contemplar lei autônoma, a fim de observar o disposto no inciso IV do art. 7º da Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Mas em seu mérito, o PLC 114 deve ser rejeitado, porque impõe a todo e qualquer fornecedor o custo de arcar com o sistema próprio de atendimento pessoal aos consumidores. Tal custo pode causar impacto negativo e significativo na lucratividade das empresas desenvolvidas por empresários e sociedades empresariais, ao ponto de inviabilizá-las, em especial as empresas de pequeno porte.

Nesse aspecto, apresenta o projeto vícios de constitucionalidade material, pois atenta contra o princípio social do tratamento favorecido às empresas de pequeno porte, previsto no art. 170, inciso IX da Constituição, e também contra o princípio da proporcionalidade, caso fique caracterizado amplo impedimento ao exercício da atividade de fornecimento de bens ou serviços ao mercado de consumo, o que resultaria considerar o PLC nº 114/2005 inconstitucional, por violar o art. 170 da Constituição.

Depois de várias considerações, Sr. Presidente, de que este projeto viria a prejudicar principalmente os pequenos e médios comerciantes e empresários,

o meu Voto, em consonância com as justificativas apresentadas, é opinando pela rejeição do Projeto de Lei nº 114/2005. Voto pela rejeição do projeto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu pergunto aos outros membros da Comissão se há alguém que queira discutir o assunto. O voto é pela rejeição.

Não havendo quem queira discutir, eu vou colocar em votação. Os Senadores que concordam com o Relatório do Senador Augusto Botelho permaneçam como estão. Aprovado. O Relatório de V. Ex^a. está aprovado e o projeto rejeitado.

Peço a V. Ex^a. se poderia relatar o Item 6, o Item seguinte da nossa Pauta, lembrando aos Membros da Comissão que aguardamos apenas a chegada de mais um Senador para podermos votar todas as rádios que se encontram na pauta. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, o Item 6 é um Requerimento de minha autoria: “Requeiro, nos termos regimentais, que seja realizada Audiência Pública para discutir a vedação de cobrança pelos operadores de TV por assinatura pela oferta de ponto extra quando instalado no mesmo domicílio. Indicarei até a próxima semana os nomes das autoridades, lideranças acadêmicas e cientistas credenciados para debater o presente tema”.

Este é o Requerimento, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu pergunto aos demais membros desta Comissão se há alguém que queira discutir o Requerimento do Senador Augusto Botelho. Não, não há. Não havendo quem queira discutir, eu ponho em votação. Os Srs. Senadores e Sr^a. Senadora que concordam permaneçam como estão. O Requerimento de V. Ex^a. foi aprovado. Oportunamente...

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A Mesa desta Comissão marcará a data para essa Audiência, importante para instruir a matéria.

Enquanto aguardamos aqui a presença de um outro Senador, e acho que as nossas secretárias estão fazendo esforços aqui para a chegada de mais um, e o Senador Heráclito Fortes também prometeu voltar, eu proporia começarmos a ler os Relatórios, começarmos a ler os Relatórios.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Pela ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Eu gostaria de contar com a compreensão de V. Ex^a., aproveitando o momento que não tem o quorum deliberativo, e solicitar a V. Ex^a. para incluir, no momento em que julgar oportuno, extrapauta, o parecer de uma proposta de outorga à associação, a outorga de autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins para executar serviço de radiodifusão.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – A proposta de V. Ex^a. está aceita pela Mesa, pela Presidência, e com a palavra V. Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Muito obrigado. Vamos fazê-lo imediatamente.

Chega a esta Comissão para exame em caráter terminativo, o Projeto de Decreto Legislativo nº 418/2007, destinado a aprovar o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária e Cultural de Porto Alegre do Tocantins para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Porto Alegre no Tocantins, Estado do Tocantins.

O ato foi submetido à apreciação do Congresso Nacional por meio de Mensagem Presidencial nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o art. 223 § 3º, ambos da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, informa que a presente solicitação foi instruída em conformidade com a Legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

Em razão do exposto, Sr. Presidente, e por desnecessário realçar que as rádios comunitárias, sobretudo nos Municípios de pequena densidade populacional, tem prestado uma contribuição inestimável à comunicação, à alegria e à informação dessas comunidades, o nosso Voto é pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Lido o Relatório do nosso nobre Senador Leomar Quintanilha, eu pergunto se há alguém que queira discutir. Não havendo, eu vou aguardar então o quorum. V. Ex^a. quer discutir a matéria? Então vamos aguardar o quorum necessário para a deliberação através do voto.

Com a palavra Senador Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Obrigado, Presidente Senador Marcelo Crivella. Eu peço para que seja incluído como extrapauta mais dois projetos, mais dois Projetos de Decreto Legislativo, o nº 460/2007, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda., e o Projeto nº 461/2007, que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade

de Garibaldi, Estado do Rio Grande do Sul. Não sei se já posso relatar, inclusive, os...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. pode relatar.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – São inúmeros itens aqui, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Pode relatar e nós vamos aguardar o quorum para a fazermos a votação.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – E eu vou fazer um relatório muito abreviado de todos os itens.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Não há necessidade, mas se V. Ex^a. insiste, a Presidência acata.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – São mais de dez itens aqui, e serão atrevidos exatamente para que nós possamos ganhar o tempo necessário aqui na sua análise e aprovação.

Além das duas emissoras em extrapauta já admitidas pelo Plenário, nós temos o Item 12, Presidente, que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2007, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária Itatibense para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itatiba do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. Autoria do Poder Executivo, e o parecer ao Item 12 da Pauta, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 346/2007, é favorável, Sr. Presidente.

Eu vou então apresentar todos os Relatórios, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Se V. Ex^a. puder apresentar todos os Relatórios...

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Sim, eu leio todos os Relatórios.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós vamos então aguardar a chegada de mais um Senador para deliberarmos pelo os votos.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Perfeito. Faço todos os Relatórios.

Item 13. Projeto de Decreto Legislativo nº 348/2007: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Lourençiana de Artes e Recreação – SOLAR – para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Lourenço do Sul, Estado do Rio Grande do Sul”. Autoria: Poder Executivo. E o parecer também é favorável.

Item 14. Projeto de Decreto Legislativo nº 367/2007: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Amigos da Cultura de Guaporé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de

Guaporé, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. E também o parecer é favorável.

Item 15. Projeto de Decreto Legislativo nº 396/2007: "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Putinga, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. E o parecer é favorável.

Item 16. Projeto de Decreto Legislativo nº 398/2007: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Camargo para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Camargo, Estado do Rio Grande Do Sul". Autoria: Poder Executivo. E o parecer também é favorável.

Item 17. Projeto de Decreto Legislativo nº 401/2007: "Aprova o ato que outorga autorização à Associação de Desenvolvimento Comunitário Progresso de Derrubadas para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Derrubadas, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. E o parecer é favorável.

Item 18. Projeto de Decreto Legislativo nº 406/2007: "Aprova o ato que outorga permissão à Rádio Flores Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Vila Flores, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria do Poder Executivo. Também parecer favorável.

Item 19. Projeto de Decreto Legislativo nº 410 de 2007: "Aprova o ato que renova concessão outorgada à Sociedade Pedritense de Rádio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Dom Pedrito, Estado do Rio Grande do Sul". O parecer também é favorável.

Item 20. Projeto de Decreto Legislativo nº 411/2007: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Simpatia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Chapada, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. Parecer favorável.

Item 21. Projeto de Decreto Legislativo nº 416/2007: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Empresa Jornalística Noroeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Rosa, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. O parecer também é favorável.

Item 22, Presidente. Projeto de Decreto Legislativo nº 417/2007: "Aprova o ato que outorga permissão à Piccinini & Lucca Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Roca Sales, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. Parecer favorável.

Item 23. Projeto de Decreto Legislativo nº 423/2007: "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Venâncio Aires Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Venâncio Aires, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. Parecer favorável.

Item 24. Projeto de Decreto Legislativo nº 426/2007: "Aprova o ato que outorga permissão à Radiofônica Comercial de Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santo Augusto, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. O parecer é favorável.

São apenas mais três projetos.

Item 25, Presidente. Projeto de Decreto Legislativo nº 427/2007: "Aprova o ato que outorga permissão à Sociedade Rádio Santa Felicidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Ciriaco, Estado do Rio Grande do Sul". Autoria: Poder Executivo. E o parecer é favorável.

Dois pareceres extrapauta: Projeto de Decreto Legislativo nº 460/2007, que "Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Taquara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquara, Estado do Rio Grande do Sul". E o parecer também é favorável.

E por último, Projeto de Decreto Legislativo nº 461/2007, que "Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural da Serra para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Garibaldi, no Estado de Rio Grande do Sul". E o parecer também é favorável, Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. está de parabéns, apresentando 13 Relatórios. O prestígio de V. Ex^a. cresce muito junto aos meios de comunicação radiofônicos do seu Estado.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Tenho muito orgulho em ser profissional de Comunicação. Sou radialista há mais de 35 anos. Toda a minha vida profissional construí num estúdio de rádio e me sinto muito responsável pelo acompanhamento desses processos aqui no Congresso Nacional.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Zambiasi, deve ser por isso que os ventos do destino o conduzem a essa gloriosa missão: 13 Relatórios apresentados. Os ventos dos Pampas, o Minuano.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Foram 16 Projetos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Contando os extrapauta, 16.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com os extrapauta, 16.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. termina o ano de uma forma brilhante.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Os ventos pampeiros e minuano se cruzaram aqui e formaram...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – 16 itens relatados.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – ...Um vento bom.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – O prestígio de V. Ex^a. não é só grande junto ao sistema de comunicação radiofônico de seu Estado, como também junto à Secretaria dessa Comissão.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Muito obrigado. Agradeço a sua compreensão, seu apoio e sua solidariedade, e também de todos os Membros da Comissão que nos apóiam para que esses projetos todos recebam a possibilidade da sua aprovação e portanto a continuidade dos trabalhos, dos serviços que o rádio presta à comunidade.

Agora mesmo, lá no Rio Grande do Sul, uma das emissoras está fazendo uma grande campanha de solidariedade pedindo doação de sangue em função dos feriados de Natal e Ano Novo. Este é um período em que ocorrerem, infelizmente, muitos acidentes de todos os tipos e os estoques de sangue nos Bancos de Sangue dos hospitais públicos, especialmente, reduzem-se a zero, Presidente Senador Marcelo Crivella.

E está iniciando agora pela manhã lá na emissora na qual eu trabalhei, na Rádio Farroupilha, uma grande campanha de chamamento aos doadores de sangue, que lá nós chamamos de combustível da vida, para que antes de celebrar seus festejos de Natal e de Ano Novo, lembrem-se daqueles que, num leito hospitalar, dependem desse combustível para continuar vivendo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito bem. Parabéns a V. Ex^a. por uma campanha tão nobre e solidária junto ao povo no nosso País.

Eu gostaria de convidar então o Senador Flexa Ribeiro para que... Aproveitar que ela acaba de chegar, e relate os Itens 25 e 26, perdão, Itens 26 e 27, que são concessões radiofônicas do seu Estado. Com a palavra V. Ex^a.

V. Ex^a. merece mesmo o título de Flexa ligeiro, porque chegou exatamente no momento do Item...

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Na hora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – ...De V. Ex^a. Uma precisão extraordinária. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Sr. Presidente Senador Marcelo Crivella, Srs. Senadores e Sr^a. Senadora, o projeto prevê outorga de autorização para a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – ASSOMIRA. Vamos diretamente ao Voto, Sr. Presidente.

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 374/2007 não evidenciou violação da Legislação pertinente, e não havendo reparo quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Altamira – ASSOMIRA, a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Altamira, Estado do Pará, na forma do Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados.

Sr. Presidente, Altamira, só para que V. Ex^a. e os demais Senadores possam ter conhecimento, é o maior Município do mundo em área geográfica.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Eu gostaria de ressaltar isso aqui. Enquanto V. Ex^a. começava a ler seu Relatório, eu me lembro que na época do vestibular caiu uma pergunta, quer dizer, era uma pegadinha, o Município de Altamira e o Estado da Grã-Bretanha, o Município de Altamira é maior do que a Grã-Bretanha.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – É o maior Município do mundo. Então eu fico muito feliz de dar o voto favorável para que haja outorga para uma rádio comunitária na cidade de Altamira, no querido Estado do Pará.

O projeto da Pauta de nº 27 trata, também vamos direto ao voto, trata também... “Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paraense de Comunicações Ltda. – para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará”. O Voto é pela aprovação, pois não há reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdicidade e técnica legislativa.

Conceição do Araguaia é o Município mãe no Sul do Pará, que deu origem a vários Municípios hoje que desenvolvem de forma bastante forte o Estado do Pará naquela região.

Então eu fico também... Parabenizo os nossos amigos lá de Conceição do Araguaia pela outorga da exploração de serviço de rádio-comunicação para o Sistema Paraense de Comunicações Ltda. – SPC.

Este é o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Tem a palavra V. Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só gostaria de solicitar a V. Ex^a. a inclusão extrapauta de alguns itens que relaria bem rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – São 13.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Mas é uma questão de dois minutos. Rapidamente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com certeza V. Ex^a. será atendido, tome o tempo que tomar. V. Ex^a. nesta Comissão tem todo o prestígio para requerer a aprovação das rádios de interesse do vosso Estado.

Voltando ao Item 9, e em seguida nós vamos aos itens, *ad hoc*, do Item 30 ao 36, relatados pelo Sr. Senador Expedito Júnior, mas antes vamos ao Item 9, que é do Senador Valdir Raupp o Relatório, mas eu pediria ao Senador Leomar Quintanilha, seu compatriota de Partido, que preferisse o Relatório. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Recebo, Sr. Presidente, com muita honra esta missão que V. Ex^a. me passa, em relatar o Projeto de Lei que “outorga permissão à Rádio Candelária FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Alto Paraíso, Estado de Rondônia”. Esse projeto tem como Relator o Senador Valdir Raupp, daquele Estado, e nós estamos funcionando como Relator *ad hoc*.

E a exposição de motivos apresentada pelo ilustre Ministro das Comunicações revela que esta solicitação foi instruída em conformidade com a Legislação aplicável, o que nos leva a apresentar o Voto favorável à sua aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado. Eu passo em seguida ao Relatório dos Itens 10 e 11, e eu pediria a nossa Senadora Maria do Carmo Alves que relatasse o Item de sua autoria e também o Item seguinte, nº 11, como Relatora *ad hoc*, em substituição ao Senador Marco Maciel. Com a palavra V. Ex^a.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Item 10 diz respeito à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Aquidabã – ACCCA – para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Aquidabã, Estado de Sergipe.

O Voto: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 355/2007 não evidenciou violação de Legislação pertinente e não há reparos a se fazer, então opinamos pela aprovação do ato. É o Voto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigada, Senadora Maria do Carmo Alves. Se a senhora puder relatar o Item seguinte, Item 11, do Senador Marco Maciel...

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – O Item 11, diz respeito à outorga à Sociedade de Radiodifusão Comunitária do Município de São Caetano para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Caetano, Estado de Pernambuco.

O Voto: Tendo em vista que a documentação analisada não evidenciou violação da Legislação pertinente, nós somos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigada, Senadora Maria do Carmo Alves.

Eu gostaria de pedir ao Senador... Em seguida está aqui o Senador Flávio Arns, V. Ex^a. tem dois itens na Pauta, 28 e 29, e tem 13 itens extrapauta. V. Ex^a. acabou de fazer uma operação, uma cirurgia. Pergunto a V. Ex^a. se está disposto para relatar 15 itens.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, é bem rapidinho, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O Item 27: Aprova o ato que outorga permissão à SPC – Sistema Paranaense... Desculpe, 28: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural São Pedro Apóstolo para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de São Pedro do Ivaí, Estado do Paraná”. O parecer é favorável.

O outro Item: “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede Oeste de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em freqüência modulada na cidade de Marechal Cândido Rondon, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

O extrapauta “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Santa Amélia para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Amélia, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

“Aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária Amigos de Entre Rios do Oeste para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Entre Rios do Oeste, Estado do Paraná”. Parecer favorável.

“Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural Escala para executar serviço

de radiodifusão comunitária na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Capanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão em onda média na cidade da Capanema, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Lontrense FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Salto do Lentre, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que autorização a Associação dos Moradores do Tabuleiro para executar serviço em radiodifusão comunitária na cidade de Matinhos Litoral, Estado do Paraná. Parecer favorável.

"Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TV Cataratas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que renova a concessão outorgada à Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que outorga autorização à Agência de Desenvolvimento de Malé para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malé, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Goioerê para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goioerê, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio clube de Malé Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média local na cidade de Malé, Estado do Paraná". Parecer favorável.

"Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Moradores Urbanos de Quedas do Iguaçu para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná". Parecer favorável.

E finalmente, "Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e cultural de Capitão Leonidas Marques, ACOCALEMA, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capitão Leonidas Marques, Estado do Paraná". E o parecer é também, Sr. Presidente, favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Parabéns a V. Ex^a, que mantém no ar um verdadeiro sistema de comunicações. Sem esses pareceres, nós íamos tirar do ar 15 emissoras, com prejuízos de centenas de milhares de ouvintes.

Eu pergunto ao Senador Expedito Júnior se poderia, como Relator *ad hoc*, relatar os itens de nº 30 até 36. Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, primeiro é um orgulho poder relatar aqui os projetos de Minas Gerais, do eminente e competente Senador Eduardo Azeredo.

Que outorga a radiodifusão comunitária na cidade de Alto Caparaó, Minas Gerais"; que outorga a radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Pirapora, Minas Gerais; de Ipatinga, radiodifusão comunitária também; na cidade de Ibitiura de Minas, que também é radiodifusão comunitária; e a rádio em freqüências modeladas na cidade de Ouro Branco; também na cidade de Rio Pardo de Minas Gerais; na cidade de São José de Varginha, também Estado de Minas Gerais, uma rádio comunitária, radiodifusão comunitária.

Enfim, Sr. Presidente, o parecer do Relator é favorável. E eu pediria também já a V. Ex^a. se poderia também já incluir aqui o Item 44.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Com a palavra V. Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Tendo em vista, Sr. Presidente, que o exame da documentação que acompanha o projeto não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39/1992 do Senado Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdic平dade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação para explorar o serviço de radiodifusão sonora, Sr. Presidente, na cidade de Novo Horizonte do Oeste, e eu faço questão de falar desta cidade, porque o Prefeito da cidade é meu irmão.

Então cumprimento aqui o Município de Novo Horizonte e cumprimento a população de Rondônia com parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – E toda a Comissão cumprimenta a V. Ex^a., cumprimenta o irmão de V. Ex^a. e ao povo de Novo Horizonte por dispor de um Senador tão ativo, combativo, dos maiores do seu tempo aqui nesta Cada.

Eu consulto ao Senador Gilvam Borges se poderia, *ad hoc*, relatar os Itens 42 e 43. Desculpe! 37 e 38, do Senador Cícero Lucena, nobre Senador da Paraíba, que hoje ausente está da nossa Comissão.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Defiro o pedido de V. Ex^a. e passo a ler o parecer do eminente Senador Cícero Lucena na condição de Relator *ad hoc*.

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática, em caráter terminativo sobre o

Projeto de Decreto Legislativo nº 357/2007, da Câmara dos Deputados, que “Aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação Anel do Brejo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Coremas, Estado da Paraíba”.

Ao Voto, Sr. Presidente: O Relator dissecava com precisão e com técnica legislativa, abordando todas as nuances do Processo Legislativo e da técnica jurídica, da boa técnica jurídica, recomendando ao Plenário desta Comissão o voto favorável. Cabe então a V. Ex^a. conduzir, se assim o Plenário consentir. Senão nós temos que recorrer.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Defiro o pedido de V. Ex^a.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Qual é o Item, o próximo que V. Ex^a...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – É o seguinte. E eu faço um apelo aqui aos Senadores para nós ficamos para votar.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, é para acelerar ou para...

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Se V. Ex^a. puder. Aliás, V. Ex^a. já disse...

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Eu estou fazendo esses preâmbulos, porque eu estou vendo a necessidade de dar quorum. Mas se V. Ex^a. recomendar agilidade, nós assim o faremos.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Nós solicitamos agilidade de V. Ex^a.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – A Associação para o Desenvolvimento Comunitário de Mamanguape – ADECOM – serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mamanguape, Estado da Paraíba. Pela aprovação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado. V. Ex^a. lembra muito um conterrâneo ilustre que tive no meu Estado, D. Pedro II, o último imperador do Brasil.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Agradeço a V. Ex^a., mas nem sempre é a estampa que retrata a essência.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – V. Ex^a. com certeza também tem na sua personalidade todo, eu diria, o fulgurante caráter desse último imperador. Só espero que V. Ex^a. não termine exilado com a alma, eu diria, cravejada de ingratidões e o coração também de mágoas, porque o nosso imperador, embora tenha sido um grande administrador nos quatro decênios de seu império, na austeridade, e

permitiu que a espada conciliadora de Caxias fundisse a nossa unidade territorial, moral e cívica.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sem dúvida, Sr. Presidente. Mas quero lhe dizer da alegria deste Plenário, eu, como membro, de ver como V. Ex^a. garbosamente conduz com maestria os trabalhos desta Comissão. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado. Me enche de orgulho o comentário de V. Ex^a.

Eu passo a palavra ao Senador Renato Casagrande para proferir os Relatórios de nº 39, 40 e 41, do lindo Estado do Espírito Santo.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O mais lindo Estado do País, Sr. Presidente, Estado do Espírito Santo.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Logo após o Rio de Janeiro. V. Ex^a. tem toda razão.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – O Rio de Janeiro é muito bonito mesmo, Sr. Presidente, eu tenho que concordar.

O Decreto Legislativo nº 393/2007: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Mantenópolis – ACOMANT – para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mantenópolis, Estado do Espírito Santo”. Meu Relatório é pela aprovação, Sr. Presidente.

O Decreto Legislativo nº 434/2007: “Aprova o ato que outorga concessão ao Sistema Norte de Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na Cidade de Linhares, Estado do Espírito Santo”, Sr. Presidente. Cidade importante, um serviço de radiodifusão importante lá no Norte do Estado do Espírito Santo, já com experiência. Somos pela aprovação, Sr. Presidente.

E o 41, Sr. Presidente, Decreto Legislativo nº 441/2007: “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 102 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na Cidade de Cariacica, Estado do Espírito Santo”. A cidade Cariacica, Sr. Presidente, é cidade importante da Região Metropolitana, cidade, uma das mais... Acho que a mais, não a maior em número de eleitores, mas a maior em número de habitantes do Estado de Espírito Santo. É pela aprovação, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Senador. Eu consulto a Senadora Maria do Carmo Alves se poderia relatar *ad hoc* os itens 42 e 43, aproveitando para dizer que o Senador Romeu Tuma hoje não se encontra presente, V. Ex^a. vai relatar *ad hoc* os Relatórios dele, porque ele está em Montevidéu e pediu que comunicasse aos Senadores,

à Comissão, que ele pediu licença para participar da 8ª Sessão do Parlamento do MERCOSUL, de 14 a 20 de dezembro, em Montevidéu, no Uruguai.

Com a palavra V. Ex^a.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Sr. Presidente e Srs. Senadores, o Item 42 diz

respeito ao ato que “Aprova autorização à Associação Cultural Comunitária Confiança de Tatuí para executar serviço de radiodifusão comunitária na Cidade de Tatuí, Estado de São Paulo”.

Do Voto: A documentação que a acompanha o PDS nº 36/2007 não evidencia violação da Legislação pertinente, e não há reparos quanto ao aspecto de constitucionalidade, jurisdicidade e técnica legislativa. Portanto opinamos pela aprovação do referido ato.

Item 43. Diz respeito “à outorga à Rádio Fraternidade Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na Cidade de Araras, Estado de São Paulo”.

Do Voto: Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 375/2007 não evidencia violação das formalidades estabelecidas na Resolução 39, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, jurisdicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do referido ato.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Agradeço a V. Ex^a., que com toda essa calma e discrição hoje foi Presidente, foi Relatora de seus itens e *ad hoc* por dois Relatores. Mais não se poderia fazer numa Sessão.

Eu gostaria de consultar ao Senador Augusto Botelho se V. Ex^a. poderia relatar o Item nº 45, *ad hoc*, do Senador João Tenório.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com todo prazer, Sr. Presidente.

Item 45. Projeto de Decreto Legislativo nº 381/2007: “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Camaragibana de radiodifusão para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passo do Camaragibe, Estado de Alagoas”. O parecer do Senador João Tenório e meu também é favorável, Sr. Presidente, ao projeto.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito agradecido. As últimas duas concessões, um Relatório meu e o outro do Senador Dornelles, eu pediria à Senadora Maria do Carmo Alves que reassumisse esta Presidência, e o destino parece que lhe chama, e em seguida nós vamos colocar em votação.

(troca de presidência)

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Item 8. Relator Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Sr^a. Presidenta. Trata-se da Associação Comunitária de Rádio Macabu Livre, da linda cidade nas montanhas de Conceição de Macabu, no Estado do Rio de Janeiro. O Relatório é pela aprovação. Fica então renovada a concessão para serviços gerais de radiodifusão comunitária aqui na cidade de Macabu. E a rádio é da Associação Comunitária de Rádio Macabu Livre.

O outro Item é 46, Sr^a. Presidenta, e vou relatar *ad hoc*, que o Senador Francisco Dornelles se encontra ocupado em outra Comissão e me encarregou então de proferir o Relatório que ele escreveu.

Trata-se de renovar a permissão outorgada à Rádio Havaí FM Ltda. para serviço de radiodifusão em FM na cidade de Itaperuna, a linda cidade da nossa Governadora Rosinha Mateus.

O Voto, Sr^a. Presidenta, é pela aprovação da permissão outorgada, como disse, à Rádio Havaí FM Ltda. da linda cidade da Itaperuna.

Esses são os Relatórios, Sr^a. Presidenta.

SRA. PRESIDENTA SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Em discussão.

(troca de presidência)

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Vamos fazer a votação nominal agora.

Mais uma vez agradeço à Senadora Maria do Carmo Alves pela boa vontade aqui em conduzir os trabalhos.

Pergunto aos Srs. Senadores... Em discussão. Não havendo quem queira discutir, em votação. Votação nominal.

Senador Augusto Botelho, 50 concessões.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Com os Relatores, Sr. Presidente, e Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Renato Casagrande. Senador Sérgio Zambiasi.

SENADOR SÉRGIO ZAMBIASI (PTB-RS) – Com os Relatores e Relatora.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Gilvam Borges.

SENADOR GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senadora Maria do Carmo Alves.

SENADORA MARIA DO CARMO ALVES (DEM-SE) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Obrigado. Senador Antonio Carlos Magalhães Júnior.

SENADOR ANTONIO CARLOS JÚNIOR (DEM-BA) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Flávio Arns. Senador João Ribeiro.

SENADOR JOÃO RIBEIRO (PR-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Leomar Quintanilha.

SENADOR LEOMAR QUINTANILHA (PMDB-TO) – Sim.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com a Relatora e os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador. Fica faltando somente o voto do Senador Renato Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Senador Casagrande.

Gostaria então de proclamar a renovação da concessão de 50 emissoras, que fecha de maneira, eu diria, brilhante, os trabalhos desta nossa Comissão nesse ano profícuo de 2007.

Quero agradecer a todos os membros desta Comissão, que abrilhantaram com seus Requerimentos, com seus projetos, com seus Relatórios, com as tantas Audiências Públicas que fizemos, com cada Item debatido. Agradecer aos telespectadores da TV Senado, aos ouvintes da Rádio Senado.

Agradecer também a este elenco competente, distinto, ilustre de Secretárias da nossa Comissão, e também parabenizar o Senador Wellington Salgado, o Senador de Minas Gerais que preside esta Comissão, hoje infelizmente não pode estar conosco, mas que com muito brilhantismo tem conduzido os trabalhos desta nossa Comissão.

A todos muito obrigado. E desejo também um Feliz Natal e um próspero Ano Novo. Que Deus nos abençoe. Muito obrigado.

(Sessão encerrada às 11h20.)

Ata da 1ª Reunião Extraordinária, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, realizada em 13 de fevereiro de 2008.

Às nove horas e quarenta e três minutos do dia treze de fevereiro de dois mil e oito, na sala dezenove, Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Wellington Salgado de Oliveira, Presidente da Comissão, e com a presença dos Senadores Marcelo Crivella, Augusto Botelho, Renato Casagrande, Sérgio Zambiasi, Valdir Raupp, Gilvam Borges, Romeu Tuma, Maria do Carmo Alves, Eduardo Azedo, Cícero Lucena, Cristovam Buarque, Expedito Júnior, Flávio Arns, Marco Maciel, Rosalba Ciarlini e Flexa Ribeiro, reúne-se a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática. Deixam de comparecer os Senhores Senadores, Valter Pereira, Demóstenes Torres, Antonio Carlos Júnior e João Tenório. Justifica a ausência a Senadora Ideli Salvatti. O Senhor Presidente, Senador Wellington Salgado de Oliveira, submete à Comissão a dispensa da leitura da Ata da Reunião anterior, que é dada como aprovada. Prosseguindo, a Presidência inicia a deliberação da Pauta. **Item 01: Projeto de Lei do Senado nº 220, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande, que “Dá nova redação ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 1990, para incluir o dever dos fornecedores de informar aos consumidores, no momento da oferta, a respeito da eficiência e consumo energéticos de produtos e serviços colocados no mercado de consumo.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável com a Emenda nº 01 – CCT é aprovado. **Item 02: Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que “Acréscita parágrafos ao art. 37 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências, para dispor sobre publicidade.” O relator designado é o Senador Marcelo Crivella e o parecer favorável é aprovado. **Item 03: Projeto de Lei do Senado nº 398, de 2007**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Altera o art. 141 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para prever o aumento de pena no caso de crime contra a honra praticado pela Internet, e o art. 14 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, para estabelecer que a autoridade policial deverá, no momento da comunicação do crime, acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo, em que certificará a consumação do delito.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o parecer favorável é aprovado. **Item 04: Projeto de Lei da Senado nº 607, de 2007**,

de caráter não terminativo, de autoria do Senador Expedito Júnior, que “Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Analista de Sistemas e suas correlatas, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Informática e dá outras providências.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo. É concedida vista ao Senador Renato Casagrande, pelo prazo regimental de 05 (cinco) dias **Item 07: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Romeu Tuma, que “Nos termos do inciso ii do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), para debater sobre o tema “Os Radiodifusores e a TV Digital: Desafios e Perspectivas do Processo de Migração”. Deverão ser convidados a apresentar seus pontos de vista os expositores nominados a seguir, representantes das Redes de TV Aberta, sem prejuízo à expedição de outros convites, a critério dos membros da CCT: 1 – José Bonifácio de Oliveira Sobrinho (Boni) – Empresário de Comunicações; 2 – Gilberto Verzoni, Diretor de Engenharia e Tecnologia da Rede Bandeirantes de Televisão; 3 – Kalled Adib, Superintendente de Operações da Rede TV!; 4 – José Roberto do Amaral, Diretor de Tecnologia da Rede Record de Televisão; 5 – Roberto Franco, Presidente do Fórum Nacional de TV Digital e Diretor de Tecnologia do SBT; e 6 – Fernando Bittencourt, Diretor da Central Globo de Engenharia.” **Item 08: Requerimento**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Marcelo Crivella que “Requeiro, na forma do disposto no art. 58, § 2º, V, da Constituição Federal e nos arts. 90, V, e 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, seja realizada nesta comissão em conjunto com a Subcomissões de Biodiesel e Resíduos Sólidos, Audiência Pública para debater a implementação do programa de biodiesel urbano para o país, com os seguintes convidados: 1) Dom Mauro Morelli, Fundador e Presidente do Instituto Harpia Harpyia; 2) prof. Dr. Antônio José da Silva Maciel, Professor de Tecnologia de Biodiesel da Faculdade de Engenharia Agrícola da Unicamp; 3) Representante do Ministério de Ciência e Tecnologia”. O requerimento é aprovado. **Item 10: Projeto de Decreto Legislativo nº 466, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 11: Projeto de Decreto Legislativo nº 462, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a concessão outorgada à emissoras Santa Cruz S/A – Rádio e Televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais.” O relator designado é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 12: Projeto de Decreto Legislativo nº 360, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejipio para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 13: Projeto de Decreto Legislativo nº 392, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, Estado de Pernambuco.” O relator designado é o Senador Marco Maciel e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 14: Projeto de Decreto Legislativo nº 429, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga permissão à Sistema Comercial de Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 15: Projeto de Decreto Legislativo nº 376, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária – PEACC, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Epitácio, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma, e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 16: Projeto de Decreto Legislativo nº 387, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Bananalense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bananal, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 17: Projeto de Decreto Legislativo nº 390, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Cultural e Artística do Jardim Itaquá para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquaquecetuba.”

ba, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 18: Projeto de Decreto Legislativo nº 395, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária e Cultural cidade doçura para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo.” O relator designado é o Senador Romeu Tuma e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 20: Projeto de Decreto Legislativo nº 369, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Desenvolvimento Social, Cultural e Artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná.” O relator designado é o Senador Flávio Arns e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 21: Projeto de Decreto Legislativo nº 454, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à ACAS – Associação Comunitária de Alto Santo – Ceará para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará.” O relator designado é o Senador Cícero Lucena e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 22: Projeto de Decreto Legislativo nº 400, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 23: Projeto de Decreto Legislativo nº 443, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz – FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Flexa Ribeiro e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 24: Projeto de Decreto Legislativo nº 263, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outorga autorização à Associação dos Meditantes de Guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mulungu, Estado do Ceará.” A relatora designada é a Senadora Rosalba Ciarlini e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 25: Projeto de Decreto Legislativo nº 458, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que outor-

ga permissão à Rádio Candelaria FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Luzia D’Oeste, Estado de Rondônia.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Cristovam Buarque e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. **Item 26: Projeto de Decreto Legislativo nº 336, de 2007**, de caráter terminativo, de autoria do Poder Executivo, que “Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.” O relator designado, ad hoc, é o Senador Eduardo Azeredo e o projeto é aprovado por 12 (doze) votos favoráveis. Nesse momento, os Senadores Renato Casagrande e Wellington Salgado de Oliveira requerem, oralmente, a inclusão extra-pauta de requerimentos com o que todos concordam. **Extra-Pauta, Item 01: Requerimento nº 01, de 2008-CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Renato Casagrande e outros, “Requeiro, nos termos Constitucionais e Regimentais, seja formulado convite a sua excelência o Senhor Hélio Costa, Ministro de Estado das Comunicações e o Senhor Ronaldo Mota Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, a comparecerem perante a esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data a ser marcada, para ouví-los sobre a criação da Super-Tele Nacional.” **Item 02: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 38, 2007– CCT**, de caráter não terminativo, de autoria do Senador Wellington Salgado de Oliveira, “Requeiro, nos termos regimentais, aditamento ao requerimento de minha autoria, no sentido de que seja também convidado o senhor Marcelo Bechara – Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações, para participar da audiência pública que debaterá sobre a criação e a implantação da TV Pública, nos moldes de medida provisória (MPV) nº 398, de 2007 e, em conjunto com os demais convidados, abordarem, ainda, sobre o princípio da “complementariedade dos sistemas privado, público e estatal de radiodifusão, conforme prevê o art. 223, caput, da Constituição Federal”. Ficam adiadas, em virtude da ausência dos relatores, as seguintes matérias: **Item 05: Projeto de Lei do Câmara nº 29, de 2005**, **Item 06: Projeto de Resolução do Senado nº 58, de 2007**, **Item 09: Aditamento nº 01 ao Requerimento nº 34, de 2007 – CCT**, **Item 19: PDS 448, DE 2007**. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra a reunião, às onze horas e oito minutos, determinando que eu, **Égli Lucena Heusi Moreira, Secretária da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática** lavrasse a presente Ata, que após lida e aprovada, será

assinada pelo Senhor Presidente e publicada, no Diário do Senado Federal. – Senador **Wellington Salgado de Oliveira**, Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Havendo número regimental declaro aberta a 1ª Reunião Extraordinária da Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura, que se realiza hoje, dia 13 de fevereiro de 2008.

Dando prosseguimento a essa reunião, submeto à apreciação do Plenário a dispensa da leitura e aprovação da Ata da reunião anterior. Aos Srs. e Sras. Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. Aprovado.

Srs. Senadores, tendo em vista o manifesto interesse de OI, BRASIL TELECOM relativo à fusão das empresas inclusive noticiado nos principais veículos de comunicação do País, e haja vista a necessidade de manifestação dessa distinta Casa em contribuir para a análise da operação, analisando especialmente seus aspectos sociais e normativos mister se faz que se designe de pronta Audiência Pública para debater o tema e suas soluções de maneira ampla, subsidiando a ANATEL em suas deliberações. Tal situação se faz premente na medida em que carta entregue pela ABRAFIX, associação representante das empresas concessionárias do STFC foi encaminhada na presente data 12/02/08 pela ANATEL ao Ministério das Comunicações. O que se espera é que a resposta deste provoque a agência para edição de novo Decreto, Plano Geral de Outorgas, que deverá ser submetido nos próximos dias a uma consulta pública. O art. 202, § 1º da LGT abre possibilidade para que vencido o prazo de cinco anos possa haver operações de fusões e aquisição entre concessionárias STFC, desde que tal fato não seja considerado pela agência impedimento ao necessário cumprimento do PGO. Decreto 2.534/1998. Assim, tendo em vista a evolução e convergência tecnológica, a necessidade de se estabelecer um novo contrato em momento de desenvolvimento com a sociedade, principalmente tendo-se passado quase dez anos do PGO, portanto, superado e muito prazo que caracteriza a necessidade normativa de separação, não há mais razão de se manter as referidas restrições, devendo ser editado novo Decreto do PGO, sem as restrições do seu art. 7º e 14. Tal fato é relevante pela própria manifestação dos diretamente interessados na fusão e das demais empresas interessadas, outras empresas de telefonia representada através da ABRAFIX, conforme acima suscitado.

Tenho em minhas mãos Requerimento. Essa Comissão sempre se manifesta imediatamente quando solicitada pela sociedade. Requerimento Extrapauta do Senador Renato Casagrande, o qual assinei conjuntamente. Solicita sejam convidados o Ministro de Estado das Comunicações e o Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações a comparecerem em Audiência Pública desta Comissão para debater sobre a venda do controle da BRASIL TELECOM, BRT para OI TELEMAR. Requeiro nos termos constitucionais e regimentais seja formulado convite a S.Exº Sr. Senador Ministro Hélio Costa de Estado das Comunicações e o Sr. Ronaldo Motta Sardenberg, Presidente da Agência Nacional de Telecomunicações, ANATEL a comparecem perante esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática em data a ser marcada para ouvi-los sobre a criação da super tele nacional. Justificação. Notícias veiculadas pela imprensa desde o ano passado sobre a fusão entre as prestadoras de telecomunicações OI, pertencente ao grupo TELEMAR SA, e a BRT, pertencente ao grupo BRASIL TELECOM SA tem chamado atenção do grande público ligado ao setor. Dada a engenharia financeira em gestão e outras particularidades não muito claras para o negócio deste porte como podemos observar em alguns dos artigos jornalísticos publicados até então: A super-tele brasileira de O Globo, em 02/08/2007 o apoio do Governo a criação de uma super empresa nacional de telefonia traz de volta os casuísticos oficiais e a discriminação contra o capital estrangeiro. Saudosismo impróprio. Revista Época, 20/01/2008. E CITIGROUP BRT entram com nova ação contra o BANCO OPPORTUNITY, Valor Econômico, 02/02/2008 entre outras tantas. Segundo tais notícias o tamanho da operação permitirá aos novos donos um faturamento anual de 30 bilhões de reais. Será maior que da AMBEV e menor apenas que o da PETROBRÁS e da BR Distribuidora. Além do que a futura companhia terá como acionista relevante o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, BNDES. E os fundos de pensões ligados a empresas estatais, sem no entanto, o Governo informar que terá uma golden cher, tipo de ação que dá poderes específicos ao seu portador na empresa. Considerando a grandeza do negócio noticiado e a sua repercussão econômica e tecnológica para o País, seria oportuna a vinda do Ministro das Comunicações e do Presidente da ANATEL a fim de debater e prestar esclarecimentos pertinentes perante a essa Comissão. Sala de Comissão, Senador Casagrande e Wellington Salgado que subscrevo. Queria ouvir a palavra do Senador Casagrande. Com a palavra.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, Srs. Senadores e Senadoras, V.Ex^a já começou essa primeira reunião deste ano de 2008 tratando deste tema, lendo um parecer técnico, uma nota técnica, uma posição daquilo que é possível fazer dentro da Lei Geral de telecomunicações após os cinco anos do processo iniciado da Constituição dessas empresas. Então é um tema importante. Quero dizer a V.Ex^as., Senadores e Senadoras, de que a princípio eu tenho uma posição simpática a essa Constituição, ao fortalecimento de uma empresa nacional. Mas como eu justifiquei, é um volume, é um negócio de um volume de recurso muito grande, envolve uma alteração por Decreto que possa ser, mesmo que não tenha que passar e ser aprovado no Congresso Nacional, mas é um assunto que interessa muito à Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação.

Então, pela importância do negócio, pela importância estratégica do negócio, pela visão de desenvolvimento que se coloca num negócio como este, porque um negócio como este também entra uma visão de Governo, daquilo que o Governo pensa do processo de desenvolvimento e da visão estratégica do desenvolvimento. Acho que merece um debate dessa Comissão, e se possível, Sr. Presidente, contando com o apoio de todos os pares aqui dessa Comissão, que nós possamos tentar fazer isso o mais rápido possível. O negócio está prestes a acontecer, pelo que a gente observa, e vê e lê, e sabe, e está prestes a acontecer.

Então, assim, quanto mais rápido a gente fizer, mesmo que a gente faça a audiência, o negócio que possa acontecer hoje ou amanhã, acho que é fundamental que a gente faça a audiência para compreender efetivamente qual é a repercussão dessa compra, dessa aquisição, dessa fusão. Então gostaria de pedir o apoio dos Senadores e de V.Ex^a que já assinou e agradeço muito a assinatura de V.Ex^a nesse Requerimento para que nós possamos fazer um debate sobre esse tema que é um tema importante para todos nós.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Casagrande eu queria dizer que passo agora a Assessoria para que dê prioridade na pauta, que passe a ser o primeiro assunto, se for aprovado aqui, na verdade, o Requerimento que ainda não botamos em votação. Ouviremos também a palavra do Senador, mas que sendo aprovado pararemos todas as demais audiências e colocaremos como prioritária essa audiência. Com a palavra o Senador Augusto Botelho.

SENADOR AUGUSTO BOTELHO (PT-RR) – Sr. Presidente, Senador Casagrande. Realmente é um assunto que preocupa a gente, inclusive está me preocupando mais agora que eu estou vendo que estão

querendo mexer nas outorgas. Mudar aquele... As empresas estão querendo mudar aquilo. No jornal de ontem falava que estão querendo fazer uma alteração nas áreas de outorga, e tudo. Acho que assim, essa privatização da telefonia foi boa para o brasileiro e está funcionando bem. 110 milhões de pessoas no Brasil possuem telefone. As coisas como estão feitas inicialmente estão funcionando a contento. Apesar de algumas reclamações pontuais em relação ao consumidor. A gente tem que pensar bem para mexer na estrutura total para não cair na mão de criar um monopólio gigantesco aqui, nós não temos empresa nacional que tenha capacidade de concorrer com essas outras empresas estrangeiras, então a gente tem que pensar bem na hora de tentar fazer alguma alteração na medula do problema. Como liberar tudo, som, imagem, tudo para as empresas e tudo para as gigantes não tomarem conta e a gente ficar a mercê que por enquanto o preço, apesar de não está muito baixo, não é alto demais, mas quando ficar no monopólio nós sabemos o que é que acontece com o pequeno e todos nós. Então eu acho que deve ser discutido mesmo, deve ser pensado, e deve ser analisado. Mas eu acho que o nosso modelo implantado está funcionando bem. Está tão bem que metade dos brasileiros possui telefone celular. Algumas coisas têm que ser mudada, mas talvez não seja na medula espinhal. Em algum membro, em alguma mão, em alguma coisa, mas na medula, na coluna vertebral do programa eu acho que nós não devemos mexer nesse momento.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Botelho. Com a palavra o Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Depois do Senador Augusto Botelho... Senador Augusto Botelho, usar termos médicos para classificar, mexer na coluna vertebral, (risos) eu diria que não pode mexer no cérebro da situação. Eu acredito que esse Requerimento do Senador Casagrande, se pudesse assinar eu gostaria de assinar. Porque eu acho importante pelas discussões que estão sendo feitas monopolizar o sistema de informática ou de comunicação. Eu acho que a concorrência é uma coisa sadia, importante. Talvez, com essa Audiência Pública a gente possa ter um referencial mais forte. Que eu entendi da proposta de V.Ex^a e do Senador Casagrande. Então eu acho importante, sei que o nosso Senador que é estudioso do assunto poderá colaborar bastante com a discussão que vem tratando disso há mais de três anos e acho que nessa Comissão ela tem... Vou assinar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Antes de

passar a palavra para Senadora Rosalba que está inscrita, eu queria aqui nesse momento fazer um elogio ao Sérgio Mota, do partido de V.Ex^a, que realmente a cada passo que vão acontecendo, que vai acontecendo à evolução da telefonia no Brasil você dá para ver tranquilmente o poder de visão que tinha o Sérgio Mota. Porque alguém prever que depois de cinco anos, com tudo que aconteceu ele deixa uma brecha na lei para que possa fazer esse tipo de ação que está acontecendo agora, era um homem, e um grupo, claro que não era ele sozinho, mas que tinha uma visão muito grande em relação a todo esse contexto. Foi talvez se o Sérgio Mota tivesse vivo o PSDB estivesse muito melhor. Não é isso? (risos) Com a palavra Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Sr. Presidente Wellington, o senhor lembra realmente pessoas que deixaram marcas, passos firmes na sua trajetória quando por aqui passou. Na sua caminhada. É muito bom lembrar desses brasileiros que contribuíram para que o Brasil se tornasse um País cada vez mais forte. E a telefonia tem realmente crescido muito. Tem se agigantado. Eu acho Senador Casagrande que o senhor foi muito feliz com essa sua iniciativa que eu fiquei feliz em poder contribuir com a minha assinatura. Porque na realidade nós estamos precisando. O mundo hoje caminha a passos muito largos. E muitas vezes, quando nós estamos sendo informados, as coisas já estão acontecendo. E acho que também a colocação do Senador Wellington tem que ser urgente, para ontem, como se diz. Não pode mais aguardar porque acho que vai esclarecer muita coisa, vai nos trazer mais informações sobre um projeto que é de uma magnitude muito grande e que mexe com a vida de todos os brasileiros, porque hoje a telefonia faz parte de nosso dia-a-dia e às vezes até de forma que a gente lembra... Era tão bom quando esse telefone não tocava toda hora. Para onde a gente vai tem um telefone que chega e vai alcançando cada vez mais espaços em lugares inacreditáveis você hoje está se comunicando. Então era isso que eu queria colocar e pedir já que o senhor colocou, que realmente essa Comissão aprove e traga essa prioridade. Que seja o mais rápido possível porque eu, que não sou muito... Não tenho grandes conhecimentos nessa área, gostaria de aprender muito com essa discussão e poder também fazer minhas observações.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senadora Rosalba, eu acredito que teríamos que criar uma data nova para não perder porque nós temos uma audiência da TV pública também que é importante quarta-feira. Então na quinta vamos tentar colocar uma agenda e

teremos que nos esforçar para fazer essa reunião extra agenda para que possamos não ser envelopados nesse... Nessa velocidade que está acontecendo. Com a palavra o especialista na área, o Senador Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, até meu comentário é mais político. Acho que nós estamos começando o ano e começando bem aqui nessa Comissão. Porque eu to vendo que V.Ex^a pelo PMDB, o Senador Augusto Botelho do PT, todos reconhecendo os méritos do Governo tucano. Efetivamente a questão da telefonia no Brasil é um bom exemplo mesmo do processo de abertura, o processo foi realmente muito bem conduzido. Nós chegamos a 110 milhões de telefone celulares. O telefone celular hoje é um instrumento de trabalho para as pessoas mais simples. Então nós temos que ter uma atenção muito grande em toda essa questão da legislação que rege telefonia no Brasil. Até mesmo o preço acabou caindo, muita gente no princípio se assustou, no princípio o preço era mais alto, mas foi a concorrência que efetivamente demonstrou e possibilitou essa queda. Então esse é um caso claro em que você vê que a existência de mais de uma empresa acabou fazendo, trazendo benefício para a população inclusive nos custos. Está aí a importância de nós termos, preservarmos essa disputa. Não termos o monopólio, não termos o risco de um monopólio.

Então eu acredito que é muito importante podemos ter uma discussão sobre a questão e que seja garantida a continuidade desse processo de uso tecnológico pela população do telefone, da telefonia celular.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Azeredo. Ainda em discussão o Requerimento do Senador Casagrande. Temos o Senador Cristovam. Com a palavra o Senador Cristovam.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr.

Presidente, depois eu gostaria pela ordem.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Presidente, primeiro parabenizar ao Senador Casagrande e ao senhor como Presidente de que estejamos abrindo o ano com esse assunto. Eu creio que ele é da maior importância. O Senado não pode deixar passar em branco. Agora, o senhor trouxe um debate aqui que é interessante. Eu creio que falou no Sérgio Mota, eu ampliaria para o Fernando Henrique Cardoso, colocaria até o Presidente Collor. Eu acho que é uma boa coisa que houve nesse País nos 12, 15 anos, foi o debate diferenciando estatal de público. Público não é sinônimo de estatal. E a gente vivia com essa idéia fixa na cabeça. O que houve na telefonia brasileira, Senador Eduardo Azeredo, foi a publicização

da telefonia. Não vou discutir a maneira específica de como foi feita a privatização de empresas. Não. Isso é outra discussão de ordem moral, não política. A do ponto de vista do conceito, o que foi a publicização. O povo hoje tem telefone. E isso só seria possível com a privatização do sistema. Então em nome dessa publicização que temos que levar adiante o debate que o Senador Casagrande propõe. Porque talvez o que esteja se fazendo, dependendo do que a gente apure, é uma privatização outra vez pela oligopolização do sistema. Então sem nenhum preconceito contra nem a favor, de jeito nenhum, porque às vezes isso vai trazer mais eficiência, o que seria do interesse público também, acho que seria muito positivo que façamos esse debate sobre essas negociações que os jornais vêm divulgando e que nós Senadores ficamos à margem, a não ser que um Presidente como o senhor e o Senador como o Casagrande traga o assunto para o debate.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com certeza se nós aprovarmos o Requerimento, que eu estou vendo que será aprovado, nós vamos criar uma prioridade para esse Requerimento. Senador Marco Maciel pediu pela ordem. Com a palavra, Senador.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Presidente, é o seguinte. Sou Relator de duas matérias. Mas como presido atualmente a Comissão de Constituição e Justiça, nós estamos precisando abrir a reunião lá. Só gostaria de ver se era possível uma inversão de pauta de tal maneira que eu pudesse relatar, são dois projetos de rádio, se não for possível designo o Relator ad hoc.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos colocar em votação imediatamente. Em votação a inversão de pauta assim que começarmos o art. 12, 13 I para o Senador Marco Maciel para presidir. Em votação. Senadores que são de acordo permaneçam como estão. Aprovado. V.Ex^a goza de um grande prestígio nessa Casa pela sua história.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Muito obrigado. Serei extremamente breve.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Com a palavra o Senador Expedito Júnior.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Logo depois do Relatório do Senador Marco Maciel eu gostaria de pedir a palavra pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Vamos então votar o Requerimento do Senador Casagrande. Em votação o Requerimento, os Senadores que estão

de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Senador Casagrande. Com a palavra, Senador.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Sr. Presidente, muito obrigado a todos Senadores, Senadora Rosalba, só lembrar uma questão. Vou falar isso no Plenário do Senado. Mas eu... A área de comunicação, a área que está se concentrando muito no mundo todo. Não é só aqui no Brasil.

Então, a agência reguladora passa a ter um papel fundamental no controle desse serviço público. E eu quero aqui parabenizar a agência porque tomou uma medida nos últimos dias importante para a defesa do consumidor. Do usuário. As medidas todas estão anunciadas, protege o usuário de telefone celular, os pré-pagos e pós-pagos, então vou relatar essas medidas no Plenário, mas eu quero aqui também, estamos debatendo esse assunto, dizer que a agência tomou uma medida que é uma medida importante já reclamada por nós aqui no ano passado e eu quero parabenizar a agência por ter tomado essa decisão.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– Senador Casagrande, nós temos aqui a pauta... pedido de inversão aprovado, mas eu gostaria em algum momento dessa reunião dessa Comissão que V.Ex^a falasse um breve relato sobre a sua viagem, a viagem de V.Ex^a à Antártica, onde ficou durante um período congelado. Voltou bem mais novo. Então se nós conseguirmos...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Ao contrário, eu fiquei lá esquentando a Antártica.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, se houver um período de uns três, quatro minutos, que V.Ex^a possa falar dessa experiência e também da nossa base qual V.Ex^a foi visitar, eu estava naquela viagem e por compromisso não pude... Eu não sei...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Não sei se foi sorte nossa ou azar, mas pena você não ter ido.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – (risos) Vou na próxima, com certeza. E vou analisar melhor o período. Então vamos à inversão de pauta. Item do Senador... 12 e 13, Relator Senador Marco Maciel.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – 12 e 13. Está aqui. Vou ler os dois projetos rapidamente e passarei a palavra ao Relator. Projeto de Lei Legislativo 360/2007 aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Radiodifusão de Tejipió, para execu-

tar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Recife, Estado de Pernambuco.

Item 13 é também o Projeto de Decreto Legislativo 392/2007 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de comunicação e cultura de Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa de Itaenga, Estado de Pernambuco. Autoria do Poder Executivo, ambos Relatoria do Senador Marco Maciel, a quem eu passo a palavra. Com a palavra, Senador.

SENADOR MARCO MACIEL (DEM-PE) – Sr. Presidente, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, antes de mais nada eu gostaria de agradecer a gentileza do Presidente do Plenário dessa Casa em permitir esta inversão de pauta, visto que terei que presidir a seguir a Comissão de Constituição e Justiça. O Item 12, Sr^{as}s. e Srs. Senadores, diz respeito a ato que outorga autorização à associação comunitária de radiodifusão de Tejipió para executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade do Recife, Estado de Pernambuco. O parecer meu é favorável pelas razões expostas, e o mesmo entendimento meu é no sentido também de aprovar o Projeto de Decreto Legislativo 392/2007 que aprova o ato que outorga a autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura do Itaenga para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Itaenga, cidade da zona da mata norte no Estado de Pernambuco. Meu parecer é igualmente favorável, tendo em vista parecer que ofereci a esta Comissão.

SENADOR ROMEU TUMA (PTB-SP) – Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Teremos que fazer a votação ao final, visto que era um projeto... São itens terminativos. Temos que ter quórum qualificado. Tenho um pela ordem do Senador Expedito. Pedido anteriormente a V.Ex^a.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr. Presidente, eu concedo a palavra primeiro ao Senador Romeu Tuma.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP) – Presidente, é o seguinte. Como vai ter canal aberto para São Paulo, o Presidente ligou como representante de São Paulo eu gostaria de estar presente se V.Ex^a compreender eu iria voltar ou se for o caso ler as rádios que eu sou responsável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos passar para V.Ex^a imediatamente. Queria deixar bem claro que hoje temos a assinatura no Senado, no Salão Negro, da TV aberta no Estado de São Paulo. TV Senado. Que agora vai passar em canal aberto digital na

cidade de São Paulo. Então acho que vai ser super importante esse momento. Claro que o Senador Romeu Tuma como um dos Senadores eleito por esse grande Estado vai ter que estar presente. Todos Senadores concordam. Então passaremos a palavra ao Senador Romeu Tuma. Senador Expedito. Aguarda a Relatoria ou... Senador Romeu Tuma. Qual é o item?

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Presidente, Minas Gerais quando vai ter esse sinal lá, Presidente?

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bom, Senador Romeu Tuma, fui elogiar V.Ex^a, V.Ex^a tem quatro rádios? Para relatar. Quatro rádios, não. Senão dá problema. Quatro rádios para relatar. (risos) E hoje falou, está gravado, é um problema sério. Então vamos lá. Para relatar quatro rádios de São Paulo, o Item 15, 16, 17 e 18. O Item 15. É que outorga autorização ao Presidente Epitácio Associação Cultural Comunitária, PACC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Epitácio, Estado de São Paulo.

Item 16 é que outorga autorização a Associação Bananalense de Radiodifusão Comunitária para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bananal, Estado de São Paulo.

Item 17 é autorização à Associação Cultural e Artística de Jardim Itaquá, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo. Acho que a falta de exercício está meio complicado.

Item 18. Aprova ato que outorga autorização a Associação Cultural Comunitária a cidade de Doçura, essa é boa para V.Ex^a, cidade de Doçura, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Américo Brasiliense, Estado de São Paulo. Com a palavra o Senador.

SENADOR ROMEUTUMA (PTB-SP) – Doçura é a Presidência de V.Ex^a nessa Comissão. Mas o Item 16, conforme a Ementa projeta, Decreto Legislativo 376, cuja documentação foi considerada legal por toda a constitucionalidade e juridicidade, é pela aprovação.

O Item 17, que é o Projeto Radiodifusão Comunitária Bananal, Estado de São Paulo, também preenche todos pré-requisitos legais de constitucionalidade e juridicidade é o voto pela aprovação.

O Item 17 é para a Rádio Comunitária de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, na grande São Paulo. Também preenchido todos os pré-requisitos é pela aprovação da citada.

O Item 18 é Associação Comunitária e Cultural da cidade de Doçura, na cidade de Américo Brasiliense no Estado de São Paulo. Também preenchido todos os pré-requisitos de constitucionalidade e juridicidade

e técnica legislativa a opinião é pela aprovação da rádio da cidade Doçura em Américo Brasiliense, Estado de São Paulo. São os itens que V.Ex^a designou para eu relatar.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final. Visto que é um quórum qualificado. Passaremos ao Senador Azeredo, gostaria de relatar logo o Item de V.Ex^a? Que é o Item 11. O Item 11 também Senador Eliseu Resende não está presente, como é uma rádio também de Minas vou dar esses votos para V.Ex^a. Poder relatar do Senador Eliseu Resende que é o 26. Então V.Ex^a vai ser o 11 e 26. O Item 11.

O Item 11 é o que aprova o ato que renova concessão outorgada a emissora Santa Cruz S/A rádio e televisão para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pará de Minas, Estado de Minas Gerais. Senador Flexa, também temos a cidade de Pará de Minas. Autoria do Poder Executivo, Relatoria Senador Eduardo Azeredo.

E o Item 26 é que aprova o ato que renova a permissão outorgada a rádio Belo Horizonte Ltda. Para explorar serviços de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. Autoria Poder Executivo, seria o Relator Senador Eliseu Resende, mas quis o destino que o Relator fosse o Senador Azeredo, Prefeito daquela cidade.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Está bem nas pesquisas que eu soube. Mas V.Ex^a está um pouco...

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– É bondade do povo de Belo Horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Foi um bom Prefeito... Não posso elogiar também muito, não. Com a palavra o Senador.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Presidente, o Item 11 que se refere à cidade de Pará de Minas, é emissora Santa Cruz rádio e televisão para onda média. Pará de Minas é cidade de porte médio, cidade importante próxima a Belo Horizonte, região oeste do Estado, terra até do nosso Deputado Estadual Eduardo Barbosa. De maneira que o parecer é favorável.

Com relação ao outro projeto, o 26, que é da Relatoria do Senador Eliseu Resende, ele se refere, como já foi mencionado por V.Ex^a, à rádio localizada na nossa capital, a rádio Belo Horizonte Ltda, também para freqüência modulada, nesse caso. Todos os documentos foram fornecidos corretamente, e o voto é pela

aprovação do ato que renova a permissão outorgada à rádio Belo Horizonte para serviço de FM na cidade de Belo Horizonte.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – É o Item 10. Está presente... O Item 10 é o Senador Marcelo Crivella. O Item 10, V.Ex^a relatando.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Item 10, aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Rádio Aliança para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo, aonde V.Ex^a tem lá uma grande universidade. Estado do Rio de Janeiro. Sr. Presidente, analisados os documentos, o parecer dessa Relatoria é favorável já que os documentos examinados todos estão de acordo com o que prevê a lei. Quero parabenizar então aos proprietários e ouvintes do serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Gonçalo. A Rádio Aliança, era esse o Relatório, Sr. Presidente. Parecer favorável.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– Senador Crivella, essa foi à cidade onde eu cresci. Lá eu tive... Tenho grandes amigos e onde V.Ex^a tem muito voto. Muito querido, um povo muito sofrido.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Nossa gente sofrida, mas valente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG)

– E sempre ao lado de V.Ex^a. Em discussão o Relatório do Senador Marcelo Crivella. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final. Próximo Item da pauta. Eu estou devendo um “pela ordem” a V.Ex^a. Pela ordem.

SENADOR EXPEDITO JÚNIOR (PR-RO) – Sr.

Presidente, de repente é até desnecessário pela agilidade que V.Ex^a tem dado a esta Comissão, mas eu gostaria de fazer um apelo a V.Ex^a. Eu tenho um Projeto de Lei nº 671 que eu dei entrada no mês de novembro, e que trata exatamente da divulgação pela internet dos gastos públicos que tem o caráter indenizatório. O Senado já está dando exemplo disso, a Câmara já está dando exemplo disso, a partir do mês de fevereiro já estamos disponibilizando as verbas indenizatórias do Senado, então eu estou incluindo neste projeto também os cartões corporativos. Tanto do Judiciário quanto do Executivo, para que seja disponibilizado também na página da internet, para que o povo brasileiro possa acompanhar aonde está sendo aplicado os impostos que o povo tem pago, Sr. Presidente.

Então eu gostaria de pedir a V.Ex^a que designasse o Relator para que nós pudéssemos apreciar esse nosso projeto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Claro. Senador Expedito, eu vejo que com o avanço da tecnologia torna-se possível no exercício da função pública você ter algo que não possa mais ser mostrado para o povo. Hoje a tecnologia te dá condição... Eu estou lendo um livro importante, não vou fazer propaganda desse livro, mas onde ele diz que hoje com o avanço da tecnologia e que seria o avanço global 3.0, digamos assim, que você como pessoa consegue ter um poder estupendo chegando a várias pessoas no mundo inteiro. E isso é a maneira que vamos encontrar de tornar público os nossos gastos. Não há como tentar alguém fazer alguma coisa contra isso. Isso hoje é uma realidade. Fruto do avanço tecnológico da sociedade mundial. Não só brasileira. Então não há como lutar contra essa... Esse Projeto de Lei de V.Ex^a vou nomear o Relator imediatamente, assim que acabar a Sessão, e vamos tocar esse projeto para frente.

Próximo Item da pauta. Item 12, 14 e 21, segundo a minha secretaria. O 14 Senador Cícero, ad hoc, e o 21 também, Senador Cícero. Estava com saude de V.Ex^a.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – A recíproca é verdadeira, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Paraíba está bem?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Tá bem, obrigado. Esperando sua visita.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Terei o maior prazer, assim que der uma... acho que vamos viver momento intenso aqui... nos próximos dois meses ou dois meses.

Item 14. Aprova o atado que outorga permissão ao sistema comercial de comunicação Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora e freqüência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará.

E Item 21, eu vou dizer uma coisa para V.Ex^a, que com essa economia de papel realmente vira e... Então estou... Tem que procurar onde é que está aqui. Isso demonstra que o Senado está economizando papel. Projeto de Decreto Legislativo, Item 21, aprova o ato que outorga autorização à ACAS, Associação Comunitária do Alto Santo. No Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará. Autoria do Poder Executivo, Relatoria Senador Cícero Lucena, dois projetos a quem eu passo a palavra.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, a Relatoria aprova o ato de outorga dá permissão Sistema Comercial de Comunicação Ltda para

explorar o serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Maranguape, Estado do Ceará. A Relatora titular era a Senadora Maria do Carmo e como foi distribuído o Relatório antecipadamente aos demais companheiros, o voto é pela aprovação, Sr. Presidente. No Item 14.

No Item 21 que aprova o ato que outorga a autorização à ACAS, Associação Comunitária do Alto Santo, Ceará, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Santo, Estado do Ceará, como também já foi distribuído anteriormente o voto é pela aprovação, Sr. Presidente.

Presidente, se me permite eu queria só fazer um comentário sobre o que o senhor disse em relação à quantidade de papel. Como sou Presidente da Comissão de Resíduos Sólidos, eu queria sugerir que essa Comissão solicitasse até pelo exemplo de ser Comissão de Ciência e Tecnologia, que essa papelada fosse substituídos por pontos de notebook para que acompanhasse esse processo economizando e desmatando menos o nosso País ou outras regiões. Então acho que já está em tempo do Senado adotar a dispensa de tantas cópias de papel, dos nossos processos, e estabelecer uma forma de que com os nossos notebooks particulares ou outra possa ser acompanhado aqui ou em qualquer outra Comissão. Essa é a minha sugestão.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Ainda mais que essa é a Comissão de Ciência e Tecnologia.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Exatamente. Então deveria começar dando o bom exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Aqui teria que ter wireless para poder... Vou levar esse pedido ao nosso ilustre Presidente Garibaldi, que está motivado, quer marcar pontos importantes, animado, então vou levar para que ele possa pelo menos começar pela nossa Comissão aqui.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Exatamente. Essa é a do meio ambiente que daria o bom exemplo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Bem colocado. Não podemos perder o quórum qualificado.

Próximo Item da pauta. Senadora Rosalba. O Item 24, com V.Ex^a. Poder de Lei Legislativo 263/2007 que aprova o ato que outorga à autorização a Associação dos Meditantes de Guritiba para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mulungu. Estado do Ceará. Autoria do Poder Executivo, Relatoria da Senadora Rosalba, a quem eu passo a palavra.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)

– Sr. Presidente, pela análise da documentação que acompanha o projeto, opinamos pela aprovação.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação daqui a pouco, pelo visto que o quórum é qualificado. Votação nominal.

Qual o próximo Item da pauta? Senador Heráclito, Senador Flávio Arns. Já saiu também. Qual Item?

O Item 25 da pauta. Relator ad hoc, Senador Cristovam. Aprova o ato que outorga permissão a rádio Candelária FM Ltda para explorar serviço de radiodifusão sonora em freqüência modulada na cidade de Santa Luzia D'oeste. Estado de Rondônia. Autoria do Poder Executivo, Relatoria seria da Senadora Fátima Cleide, e Senador Cristovam ad hoc. Antes de passar a palavra a V.Ex^a, eu queria parabenizá-lo porque recebi um e-mail das declarações de V.Ex^a quando pressionado numa universidade americana e deu respostas maravilhosas como já é de V.Ex^a. Então recebi o e-mail, não sei quem mandou, não foi V.Ex^a nem o seu gabinete, alguém me mandou, não me lembro se foi de Pernambuco, onde V.Ex^a se saiu muito bem em posicionamento com relação à Floresta Amazônica e também mostrando que existem outras questões no mundo que também é de caráter nacional, não só a Floresta Amazônica.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)

– Lhe agradeço. E Presidente, esse pronunciamento faz sete anos. Até hoje circula por aí. O que me deixa muito orgulhoso. E vou lhe mandar de presente um vídeo que foi feito sobre isso e que a TV Senado inclusive colocou no ar algumas semanas atrás.

Sr. Presidente, o parecer da Senadora Fátima Cleide é bastante conclusivo, extenso, mas eu leio o voto. Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS 458/2007 não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na Resolução nº 39... Federal, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, opinamos pela aprovação do auto que outorga permissão à rádio Candelária FM Ltda.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON
SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação ao final. Item 20 da pauta. Já chegou o Senador Flávio Arns. Essa voz de radialista...

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Apesar da cirurgia, eu digo, tenho que agradecer sempre ao médico, porque ele disse: Olha, operação de tireóide tem que cuidar da corda vocal. Dos nervos. Então cuidou muito bem. (risos)

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON

SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então vamos ao Item 20. É o projeto de Decreto Legislativo 369/2007 aprova o ato que outorga autorização à Associação Comunitária de desenvolvimento social, cultural e artístico de Nova Santa Bárbara para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Santa Bárbara, Estado do Paraná. Autoria Poder Executivo, Relatoria do Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – O parecer é favorável, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON
SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Já foi, Senador? Que velocidade! Então... (risos) Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação ao final.

O Item 19 vou tirar de pauta, porque é Relatoria do Senador Heráclito Fortes, e ele faz questão de relatar. Então passaremos para o próximo... Próxima reunião.

Item 22 e 23. Um Senador que eu estava com uma saudade tremenda, e ao ligar a TV Senado já estava V.Ex^a na Tribuna com o Senador Azeredo presidindo a Sessão, matei a saudade porque estava atrasado o meu vôo, e hoje vou ouvi-lo aqui olho no olho, com diz em política, para relatar o Item 22 e 23. Item 22, Senador Flexa Ribeiro. Item 22 é o projeto terminativo 400/2007 que aprova o ato que outorga autorização a Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa, para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado de Alagoas, Senador Azeredo. Nós temos a Viçosa nossa lá que tem uma das maiores universidades ligadas a questões... Universidade de Viçosa. Onde o Casagrande é formado. Eu sabia que todo esse conteúdo de V.Ex^a, respeitando muito o Espírito Santo, mas grande parte veio de todo conhecimento adquirido em Minas. Não é Senador? É verdade. Por falar nisso, o Ministro Hélio Costa estava em Guarapari passando uma semana. Não visitou? Próxima vez vou comunicá-lo para que possa visitá-lo.

Item 23, também do Senador Flexa, aprova ato que outorga autorização à Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás. Seria Relatoria do Senador Marconi Perillo, mas está muito bem representado por um tu-cano também de alta plumagem como é V.Ex^a. Se bem que alta plumagem, como é V.Ex^a... Se bem que alta plumagem para V.Ex^a... Tem pouca plumagem. Mas com a palavra o Senador.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Presidente Senador Wellington Salgado, V.Ex^a como sempre discriminando as minorias. Porque V.Ex^a tem uma

vasta floresta adubada. Mas eu quero dizer da alegria de estarmos voltando nessa 2ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, e nessa 1ª Sessão da Comissão de Ciência e Tecnologia já termos o Requerimento que eu quero parabenizar o Senador Casagrande, e V.Ex^a, para que... traz ao debate dessa Comissão a questão que a mídia divulga de uma forma bastante enfática a compra da BRASIL TELECOM pela OI. Acho que isso fortalece a empresa brasileira no setor de comunicação, mas é importante que o Senado possa tomar as informações e ter... As informações a respeito desta aquisição, principalmente em defesa do consumidor. Que acho que esse que é a grande preocupação, com certeza, do Senador Casagrande e de V.Ex^a e de todos nós. V.Ex^a fez vários comentários a respeito do PSDB. Isso mostra que V.Ex^a está se chegando cada vez mais próximo do partido e eu quero iniciar o ano dizendo que a ficha de filiação está à sua disposição, como sempre esteve. Sérgio Mota foi um grande brasileiro e prestou serviços importantes à Nação. Em todas as áreas aonde atuou, e especialmente na área de telecomunicações, como V.Ex^a bem colocou aqui que o que foi feito na privatização das telecomunicações traz hoje a posição de destaque no Brasil, dando possibilidade a que todos os brasileiros, aqueles de menor poder aquisitivo possam ter hoje um telefone, seja ele fixo ou móvel.

Com relação às Relatorias, a primeira que trata da outorga de autorização da Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa, do Senador João Tenório, não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, o parecer do nobre Senador João Tenório é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos da Comunicação de Viçosa a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Viçosa, Estado do Alagoas, na forma de Projeto de Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. O Item seguinte.

O Item 23. Que tem como Relator o nobre Senador Marconi Perillo, que também vamos direto ao voto. Não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, é pela aprovação do ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Nova de Paz FM a executar serviços de radiodifusão comunitária na cidade de Cezarina, Estado de Goiás, na forma do Decreto Legislativo originário da Câmara dos Deputados. Tanto o Senador João Tenório, o Estado das Alagoas, quanto o Senador Marconi Perillo que já foi Governador do Estado de Goiás foram Relatores e dão o parecer favorável à concessão das outorgas aqui solicitadas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Não havendo quem queira discutir passaremos à votação de todos os projetos em conjunto.

Eu queria dizer ao Senador Flexa que uma das coisas que aprendi nessa Casa, Senador Flexa, foi que você pode perfeitamente ter um amigo e respeitar um político em posição contrária, e, ao mesmo tempo, ser um grande amigo, um grande admirador dessa pessoa. Acho que isso é talvez o Senado tenha me ensinado isso. Porque aqui no Senado nós tivemos momentos de grandes... Não vou chamar confronto, vou chamar conflitos, onde você muitas vezes tem amigos em posições contrárias, ideologicamente falando, não... E partidariamente falando, mas sem misturar a questão pessoal. Eu, por exemplo, tenho de repente com o Senador Azeredo um grupo diferente do Senador Azere- do, mas aprendi a respeitá-lo e admirá-lo aqui nessa Casa também como V.Ex^a, e claro em momentos de votações, em momento de discussão eu terei posições contrárias. Mas eu sinto em mim, na minha pessoa, a diferença muito grande de quando entrei nessa Casa e dois anos e meio depois. Eu acho que aprendi muito, talvez com o convívio com os senhores, políticos muito mais experientes, que muito caminharam caminhos longos, caminhos duros, e eu não entendia algumas coisas, como não conseguia... Você às vezes você pode ter um amigo e ter uma posição totalmente contrária e muitas vezes estar num embate político ferrenho. Mas isso não quer dizer que você não tenha respeito por esse político, por essa pessoa, por esse amigo. É isso que eu queria colocar.

Passaremos à votação então. Senador Marcelo Crivella, como vota V.Ex^a?

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)
– Com os Relatores. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Renato Casagrande. Senador Eduardo Azeredo, Senador Cícero Lucena. Senador Cristovam Buarque.

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE (PDT-DF)
– Com os Relatores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Expedito Júnior. V.Ex^a ao final do ano fez grandes vitórias nessa Casa. Como vota o Senador Flávio Arns? Senadora Rosalba.

SENADORA ROSALBA CIARLINI (DEM-RN)
– Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Flexa Ribeiro.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Com os Relatores, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Não falta mais ninguém? Aprovados. Passaremos agora aos projetos.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Pela ordem, Senador Flexa.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Pediria a V.Ex^a que submetesse ao Plenário a inversão de ordem na pauta para que nós pudéssemos discutir e colocar em votação o Item 8 da pauta. Trata de um Requerimento do Senador Marcelo Crivella.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em votação a inversão de pauta, passando primeiramente para o Item 8, um Requerimento de autoria do Senador Marcelo Crivella. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como se estão. Aprovado. Senador Marcelo Crivella presente, passaremos então ao Requerimento.

Item 8 da pauta. Requeiro na forma do disposto art. 58, § 2º, Item 05 da Constituição Federal, e nos artigos 90, V, e 93, II do Regimento Interno do Senado Federal seja realizado nesta Comissão Audiência Pública para debater a implementação do programa de biodiesel urbano para o País. Com os seguintes convidados: Item um, Dom Mauro Morelli, fundador do Instituto Harpia Harpyia; Dois. Prof. Antônio José da Silva Maciel, professor de tecnologia biodiesel da faculdade de Engenharia Agrícola da UNICAMP. Com a palavra o Relator do Requerimento, e depois passaremos à discussão. Senador Marcelo Crivella, autor do Requerimento. Item 8 da pauta.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, quero agradecer ao Senador Flexa Ribeiro pelo interesse de colocar em votação esse nosso Requerimento e dizer que a justificação é de que muito mais que a mamona, o biodiesel urbano é um nicho importantíssimo para a inclusão das pessoas. É estimado que mais de um milhão de empregos podem ser criados com essa nova tecnologia. No Rio de Janeiro há estudos, Sr. Presidente, de que o consumo mensal de óleo de cozinha é em torno de cinco milhões. Na cidade do Rio de Janeiro, na capital do meu Estado. Cinco milhões de litros por... Na verdade é no Grande Rio. O que dá mais ou menos meio litro de consumo per capita por mês. É possível reciclar 75%. Então podemos dizer que esses cinco milhões de litros, se fossem recolhidos, daria mais de quatro

milhões de litros de biodiesel. Dr. Mauro Morelli, e o Dr. Antônio, que é um professor estudioso da UNICAMP gostariam muito de vir aqui falar conosco da experiência que eles têm de terem adotado esse processo em cidades do interior de São Paulo. E com certeza para essa Casa da Legislação, muitos Senadores terão grandes idéias para formularem projetos, programas, e a gente ter esse recurso implementado no País. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Sr. Presidente, para discutir.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Primeiro o Senador Flexa Ribeiro para discutir.

SENADOR FLEXA RIBEIRO (PSDB-PA) – Eu quero parabenizar o Senador Marcelo Crivella que traz aqui à Comissão de Ciência e Tecnologia essa questão do Programa do Biodiesel Urbano. E gostaria de solicitar ao Senador que pudéssemos fazer esta audiência em conjunto com a Subcomissão de Biodiesel da Comissão de Agricultura, que tem como Presidente da Subcomissão o Senador João Tenório.

Então, que essa audiência pudesse ser feita com a Comissão de Ciência e Tecnologia em conjunto com a Subcomissão de Biodiesel da Comissão de Agricultura.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Cícero.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Sr. Presidente, apenas para dizer que concordo plenamente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Presidente, eu quero parabenizar também ao Senador Crivella, e dizer que peço também para incluir a Comissão de Resíduos Sólidos, a Subcomissão de Resíduos Sólidos.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Fazer uma audiência conjunta, então?

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Conjunta. Faríamos as três Comissões...

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Perfeito, Presidente.

SENADOR CÍCERO LUCENA (PSDB-PB) – Porque nós temos algumas informações em relação a esse assunto e acho que é fundamental a gente discutir e valorizar cada vez mais estudos e pesquisas que venham a ajudar a enfrentar um dos grandes problemas da humanidade que é o lixo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Como acha o Relator? Concorda? O autor do Requerimento.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Concordo, Presidente. Acho que será muito importante a colaboração dessas outras duas Subcomissões.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então em votação o Requerimento do Senador Marcelo Crivella. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Presidente, pela ordem. Se V.Ex^a me permitir, nós poderíamos passar à Relatoria do Item 1 e 2, um do Senador Casagrande, de autoria dele, e outra de Serys Slhessarenko. Não terminativo, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vamos ao Item 1 da pauta. Voltando à ordem aqui de organização. Item 1 da pauta, não terminativo, Projeto de Lei do Senado 220/07, dá nova redação ao art. 31 da Lei 8.078 de 19 de 1990. Para incluir o dever dos fornecedores de informar os consumidores no momento da oferta a respeito da eficiência e consumo energético de produtos e serviços colocados no mercado de consumo. Autoria do Senador Renato Casagrande, Relatoria do Senador Marcelo Crivella, a quem eu passo... é parecer favorável com a Emenda oferecida. Observação. A matéria é terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, CMA, e autoria do Senador Renato Casagrande e Relatoria do Senador Marcelo Crivella, a quem eu passo a palavra.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Vem a essa Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 220/2007, acima emendado, que V.Ex^a já leu a Ementa, de autoria do Senador Renato Casagrande. O projeto visa alterar esse art. 31 do CDC para incluir entre os dados que devem constar na oferta a apresentação de produtos ou serviços a eficiência de consumo energético. Na justificação da proposição seu autor argumenta que Relatório das Nações Unidas sobre mudanças climáticas provocou uma corrida mundial por fontes alternativas de energia limpa que preserva o meio ambiente e despertou uma consciência coletiva de respeito à natureza e que nesse sentido cresceu a importância de se buscar eficiência no gasto energético. Acredita que a informação sobre a eficiência e consumo energético levará os consumidores a escolher produtos menos danosos ao meio ambiente, e por consequência fará com que os produtores fabriquem produtos cada vez mais eficientes. O projeto ao qual não foram apresentadas Emendas

foi distribuído para decisão terminativa à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. Posteriormente foi aprovado Requerimento 697/2007 para audiência desta Comissão.

Análise. A finalidade do art. 31 do CDC é fornecer ao consumidor informações acerca dos produtos e serviços oferecidos no mercado. De forma que possa decidir com maior segurança sobre o ato de consumo. Ao determinar que da oferta devem constar entre outros dados já exigidos pelo CDC informações acerca da eficiência e consumo energético, o projeto não só assegura uma proteção mais efetiva dos interesses do consumidor, que certamente optará por produtos que em razão desses dados lhe proporcionem mais economia, como também contribui para um consumo mais racional de energia no País, tendo em vista que os fornecedores tenderão a fabricar produtos mais eficientes e que consumam cada vez menos energia.

Em vista do exposto, Sr. Presidente, manifestamos-nos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 220/2007 com a seguinte Emenda cuja finalidade é aperfeiçoar a técnica legislativa adotada na Ementa da proposição. Dê-se à Ementa do projeto a seguinte redação.

Altera o art. 31 do Código de Defesa do Consumidor para incluir entre os dados que devem constar na oferta e apresentação de produtos ou serviços a eficiência e consumo energéticos. Esse é o Relatório, esse é o voto, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Senador Azeredo com a palavra.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Eu quero chamar atenção porque hoje já existe orientação da ANEEL no sentido das empresas de energia fazerem essas campanhas. É importante o que traz aqui o Senador Casagrande porque aí nós estamos colocando a força da lei. E não apenas para despesas de energia, mas para os fabricantes de equipamentos elétricos. E muito por falta de conhecimento as pessoas acabam usando equipamentos, vendo a conta de energia aumentar sem saber por que é que é às vezes. Quando nós tivemos aí o problema da questão do racionamento, foi um lado muito positivo aquele lado educativo que as pessoas começaram a dar importância ao combate ao desperdício. Então esse projeto vem no mesmo sentido. A nossa empresa de energia lá de Minas, a CEMIG, que é uma empresa de excelência, ela até já se antecipou muito tempo fazendo essas campanhas. E veja como que é irônico, ela foi criticada porque tinha imprimido manuais de economia de energia atendendo a recomendação da ANEEL. Mas isso faz parte da vida política nossa. Mas é importan-

te, portanto, que esse projeto vem agora transformar em lei politicamente muito importante de combate ao desperdício.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Senador Casagrande.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Só para agradecer ao Senador Marcelo Crivella pelo seu relato, aprovando a proposta que nós fizemos a esta Casa, agradecer o acréscimo e a informação dada pelo Senador Eduardo Azeredo, e dizer a V.Ex^a que a busca por uma eficiência energética é fundamental por diversas razões. Pela razão da necessidade do consumo equilibrado e racional de energia porque consumo de energia gera efetivamente um consumo de recurso natural, e qualquer atividade que consuma energia provoca ou a grande... Grandes... As fontes de energia, mesmo a fonte hidráulica provoca emissões onde gás carbono ou de gás metano para a atmosfera, então ter racionalidade, ter eficiência no consumo de energia é fundamental. Nós estamos vendo isso em diversos setores, até nos automóveis nós estamos vendo que a cada dia se busca automóveis com eficiência maior para que possa rodar uma maior quilometragem pela mesma quantidade de combustível.

Então, a questão da eficiência, ela é uma palavra que deva estar colocada prioritariamente em todas as nossas ações. E esse objetivo, o objetivo de reduzir o consumo de energia, e efetivamente de num momento que nós estamos vivendo, onde o Brasil discute também o fornecimento e a geração de energia você tendo uma eficiência maior você diminui os investimentos ou diminui o risco que pode provocar um racionamento, antes do racionamento, caso exista 2001, 2002 tivemos problemas de fornecimento de energia. Se nós tivéssemos tido uma campanha de racionamento de eficiência energética talvez não tivesse tido o apagão que nós tivemos naquela época. Então, é com esse objetivo que apresento a proposta, Presidente, e agradeço o apoio dos Senadores.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado, Senador Casagrande. Ainda para discutir Senador Flávio Arns com a palavra.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu também só quero me associar aos argumentos apresentados pelos Senadores anteriormente, mas acrescentar que além dos aspectos do meio ambiente, que são fundamentais, porque um equipamento que economiza energia pode representar, assim, um decréscimo significativo na conta, mas isso também orienta o consumidor. Porque na verdade, não é só meio ambiente, é consumidor. Porque às vezes nós temos um equi-

pamento que custa 2 mil reais e outro equipamento custa 1500 reais, a pessoa compra o equipamento de 1500, mas com a diferença na economia de energia e em um ano os 500 reais estariam já compensados na conta do consumidor. Além de ser então favorável ao meio ambiente, é um processo de conscientização política e de economia para o meio ambiente no período difícil, como o Senador Casagrande colocou, de racionalização do uso de energia, e para o próprio bolso do consumidor. Então isto é muito importante e também voto favoravelmente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Muito obrigado Senador Flávio Arns. Alguém mais para discutir? Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, apenas para dizer que se pudesse passar para o Item 2... Não terminativo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Temos que votar o Item 1, de V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Por gentileza, ponha em votação, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Obedececi imediatamente. Os Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Item 2. Projeto de Lei não terminativo. Projeto de Lei do Senado 293/2007, acrescenta-se parágrafos ao artigo 37 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990. Que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para dispor sobre publicidade. Autoria da Senadora Serys Slhessarenko, Relatoria do Senador Marcelo Crivella. Favorável a matéria terminativa na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, CMA. Com a palavra o Relator Senador Marcelo Crivella.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Muito obrigado, Sr. Presidente. Relatório. Vem a essa Comissão o Projeto de Lei do Senado 293/07 que acrescenta parágrafos ao art. 37 da Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990 que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências para dispor sobre publicidade de autoria da Senadora Serys Slhessarenko. O projeto visa acrescentar parágrafos 5º e 6º no art. 37 no Código de Defesa do Consumidor para estabelecer que toda publicidade que se referir a fornecimento com pagamento parcelado ou financiamento deverá informar todos os encargos financei-

ros a serem pagos pelo consumidor, inclusive a taxa mensal de juros, o número e o valor das prestações, o montante do preço a prazo e o preço à vista, não podendo os caracteres utilizados para divulgar essas informações dificultar a leitura e a compreensão do seu sentido e alcance. Na justificação da proposição, seu autor alerta para o fato de que alguns fornecedores na publicidade de seus produtos ou serviços apresentam informações relevantes, tais como a taxa mensal de juros e outros dados essenciais para que o consumidor decida sobre o ato de comprar ou não. Mas, eles fazem isso em letra pequenininha, diminuta, ocultando o consumidor as reais condições de pagamento e induzindo ao erro. Essa prática segue argumentando a autora, fere o princípio da transparência das relações de consumo que conforme o CDC constitui um dos objetivos da Política Nacional das relações de consumo, motivo pelo qual propõe a alteração daquele diploma legal. A proposição certamente contribui para conferir mais transparência nas relações de consumo. De fato, muitas vezes o consumidor é levado a adquirir bens e serviços em razão de publicidade que indica valor de prestação acessível a seu orçamento levando a contratar sem observar, contudo, que os juros relativos a transação são elevados, fazendo com que concretize, ao contrário do que imaginava, um mal negócio.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho extremamente oportuno a proposição da Senadora Serys porque hoje o Brasil tem financeirizado a sua economia. É bom que se diga isso aqui, Sr. Presidente. 29% da renda nacional hoje são negócios de juros. 7% ficam com os grandes Bancos, 22% com as grandes famílias ricas brasileiras, que no setor privado, cobram juros de mais de 100%. Vai aí cartão de crédito, vai aí cheque especial, 32% no crédito consignado, de tal maneira que da renda disponível no País, hoje a agiotagem rola desbragadamente. Aliás, Sr. Presidente, faço aqui uma observação. Fico triste quando vejo que nas tardes de domingo, tanto o Faustão, que é um sujeito que admiro, que gosto dele, mas tem como seu principal anunciente uma loja de crédito, como o Gugu também, o BANCO PANAMERICANO, vendem ou passam às gargalhadas, no meio das brincadeiras, dos programas, a idéia de que comprar a crédito é sempre um bom negócio. É uma maneira de incentivar o consumo, enfim, das pessoas terem aquilo que desejam de uma maneira rápida. Porém, Sr. Presidente, era preciso alertar que um brasileiro com essa carga tributária que temos e com a renda do salário caindo a mais de 50 anos na economia na participação do PIB, o brasileiro, um trabalhador que atrasar uma, duas, três prestações, com a mora, com os juros de atraso, dificilmente vai conseguir se erguer, sair da lista de inadimplentes em menos de um, dois

anos. Isso terá consequências danosas à sua vida no lar, a sua vida com os amigos, a sua vida social, de maneira que a Serys tem razão de fazer com que na propaganda oficial as pessoas digam que os juros são esses 100%. Por exemplo, tenha um cartão de crédito. Ou, tenha um cheque especial. Porém, saiba que sobre o saldo devedor o senhor vai pagar 100% de juros ao ano. Teriam que ser colocados com letras grandes, não como ela cita aqui que são letras pequeninhas. 100% de juros ao ano. Para que as pessoas tenham consciências e não sejam vítimas dessas compras fáceis, dessas taxas de juros elevadas que no final acabam levando os brasileiros a uma situação de inadimplência, de vergonha, de humilhação diante da família, da sociedade, de si mesmo.

Então eu quero apresentar esse Relatório, Sr. Presidente, pedir o apoio de meus companheiros porque acho de grande relevância nessa fase que estamos da vida nacional. Muito obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Senador Marcelo Crivella, V.Ex^a colocou a situação de duas empresas, a Globo e o SBT, eu não tenho conhecimento porque eu assisto mais a Band e a Record. Então eu não acompanho bem essa questão dos patrocinadores.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Sr. Presidente, sem distinguir, mas são programas antigos, de auditório que levam as pessoas a comprar com crédito. Isso me preocupa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a tem razão. Concordo plenamente por V.Ex^a.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Porque é assistida por uma imensa multidão de brasileiros espalhados por este vasto território, e que sentem ali, vamos dizer assim, a indução, ou... Tem a impressão de que as coisas compradas a crédito sempre são um bom negócio. Quando, na realidade, muitas vezes não o é. Então isso me preocupa. Se tivesse aqui na Record, eu denunciaria da mesma maneira. No caso do Faustão...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Tenho certeza que lá ninguém falaria contra uma idéia de V.Ex^a. (risos)

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– Pois é, eu acho que é uma idéia que a gente tem que combater independentemente de qual meio de comunicação que se utilize, porque V.Ex^a deve conhecer, eu conheço, muitos brasileiros que hoje vivem em situação de penúria, de tristeza, de sofrimento por causa

das altas taxa de juros que são, eu diria, as maiores do mundo...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – V.Ex^a tem razão.

SENADOR MARCELO CRIVELLA (PRB-RJ)

– ...Sobre o maior período de tempo. Há mais de 20 anos o brasileiro paga as mais altas taxas de juros. Até tentou-se combater isso na Constituição, não se conseguiu, a taxa de juros é uma coisa de mercado, mas é preciso que o brasileiro esteja bem informado, porque senão ele cai numa arapuca com trágicas consequências para sua vida particular. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão. Senador Flávio Arns.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Eu só queria levantar também o interesse por essa discussão que quando o Senador Marcelo Crivella diz assim que tem que estar em letras garrafais que os juros vão constituir um percentual de 100% ao ano, quando a gente pensa nos 3%, 4% de inflação, 100% ao ano é uma... Antigamente a gente falava muito de agiotagem. Quer dizer, cobrar a mais, o dobro, o triplo. Hoje em dia a agiotagem se tornou oficial. Que mesmo nos Bancos cobrar 4% de juros, 3%, 5% de juros por mês, o que dá um total de 60, 70% ao ano, sejam Bancos oficiais, quer dizer, a agiotagem é oficial ou particular. Mas é um processo de agiotagem de exploração do povo extraordinário. E quando é um crédito consignado, quer dizer, a pessoa está lá...

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Estado autoriza.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – ...assina e não tem como fugir daquilo, porque vai sair da conta do salário o Poder Público... Sem risco nenhum. Não existe qualquer tipo de risco. E nós... Existe um... Quer dizer, está se festejando que o juros seja de 2% ou 3%. Eu digo 2 a 3%, dá 40%, é dez vezes a mais do que a inflação.

Então, a agiotagem está autorizada. Não é só que existe. Autorizada. Quer dizer, descontada a folha de pagamento... Quer dizer, eu fico imaginando 3%, 2% ao mês. E tem gente que cobra 4%.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – E quem não consegue pagar é bandido. Se você não consegue pagar vai para o SPC, vai para o SERASA. É impagável esse tipo de juros.

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Acho que essa agiotagem oficial, particular, autorizada, quer dizer, antigamente você falava: não, ele é agiota. Por

quê? Porque cobra o dobro do que o... Ou triplo, sei lá eu, do que está se cobrando. Hoje em dia perdeu-se a vergonha na cara. Então infelizmente essa agiotagem está autorizada em nosso País.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Em discussão ainda. Não havendo quem queira discutir, passaremos à votação. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Sr. Presidente, eu preciso me ausentar, mas tenho uma reunião de líderes com o Presidente. Mas eu gostaria de pedir vista no Item 4. Não chegamos lá ainda.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Vou ler já, Senador. Item 4, não terminativo, Projeto de Lei do Senado dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de analista de sistemas e suas correlatas. Cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de informática e dá outras providências. Autoria do Senador Expedito Júnior, Relatoria do Senador Azeredo, e que o Senador Casagrande pede vistas. Pedido vista.

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES) – Relatoria do Senador Eduardo Azeredo.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok, pedido de vista Item 4. Item 3. O Item 3 também é Relatoria. Desculpa, Senador Casagrande, nós temos um problema. Cometi um erro aqui. Tem que ler primeiro o Senador Azeredo para que V.Ex^a possa pedir vista. Vamos cumprir o regimento. Pode ser até um resumo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG) – Faço um resumo. Essa proposta que é também do Senador Expedito Júnior, ela dispõe sobre a regulamentação da profissão de analista de sistema e profissões correlatas. Eu sou analista de sistemas, sou engenheiro, mas depois fiz o curso de análise de sistema. E cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de informática. A criação de Conselho Federal e Conselho Regional é realmente uma questão que é mais polêmica, porque a iniciativa tem que ser do Executivo, porque os conselhos criam despesas. Porque um Conselho, ele é oficial. Mas, como a Comissão de Ciência e Tecnologia está analisando pelo lado da Ciência e Tecnologia, então esse ponto está... Estou deixando no parecer para ser discutido mais à frente, na Comissão de Constituição e Justiça, onde ele é terminativo. Aqui o meu parecer é favorável, considerando que realmente a profissão de analista de sistemas é uma profissão que tem uns 30 anos, mais ou menos, e ela efetivamente existe e ela deve ser regulamentada e da maneira que está o projeto, ele está cuidadoso, ele preserva todos aqueles que já exercem

a profissão sem ter tido curso superior análise de sistema, porque esse curso é posterior, eu mesmo fiz o curso, na época não existia curso de faculdade, era como se fosse uma pós-graduação nas empresas de tecnologia da época, na IBM, que eu fiz o meu, então o projeto ele é cuidadoso. Quanto à parte, portanto, de criar regulamentando a profissão de analista de sistemas não há nenhum óbice. Quanto à questão de Conselho, dou parecer favorável, mas deixando que esse assunto seja discutido na Comissão... Não é na CCJ, é na Comissão de Assuntos Sociais, cuja matéria é terminativa.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Diante do exposto...

SENADOR RENATO CASAGRANDE (PSB-ES)

– Peço vistas.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Ok. Pedido de vista. Item 3 da pauta. Projeto de Lei do Senado nº 398/2007. Altera o art. 141 do Decreto-Lei 2.848 de 7 de dezembro de 1940, Código Penal para prever o aumento da pena no caso de crime contra a honra praticado pela internet. O art. 14 do Decreto-Lei 3.689 de 3 de outubro de 1941. Código de Processo Penal para estabelecer que a autoridade policial deverá no momento da comunicação do crime acessar o sítio indicado e imprimir o material ofensivo, lavrando o respectivo termo em que certificará a consumação do delito. Autoria do Senador Expedito Júnior, Relatoria do Senador Eduardo Azeredo, parecer é favorável. A matéria é terminativa na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. CCJ. Observação dois: A matéria consta nas pautas das reuniões do dia 12/12/07 e 19/12/07. A quem eu passo a palavra. Senador Eduardo Azeredo.

SENADOR EDUARDO AZEREDO (PSDB-MG)

– Sr. Presidente, Senador Wellington Salgado, o projeto também de autoria do Senador Expedito Júnior ele já foi por V.Ex^a descrito, ele procura mostrar que o crime cometido via rede de computadores, via internet, seja ele um crime de calúnia, aqui no caso específico é de calúnia, mas os crimes cometidos pela rede tem realmente um potencial de dano maior, pela forma em que se alastrá a informação ou a fotografia, ou algum tipo de outra atitude irregular. Veja então que a proposta é de que o Código Penal tenha a alteração que a pena será aumentada em 1/3 caso a notícia injuriosa plantada criminosalemente realmente atinja a pessoa, a vítima. A notícia pode se alastrar com incrível rapidez, e hoje segundo pesquisa realizada pelo comitê gestor da internet do Brasil, 15% dos domicílios brasileiros estão conectados à internet. E 33% da população já

acessou a internet. Adicionalmente, o PLS resolve problema probatório uma vez que o conteúdo do site são modificados a todo momento. Assim tão logo a vítima tenha conhecimento da ofensa ela poderá se dirigir a autoridade policial para fins de impressão do material ofensivo e lavratura do respectivo termo. Ou seja, o PLS já atende o objetivo de preservação da prova, considerando a fé pública da autoridade. O acusado depois não poderá levantar suspeitas sobre a autenticidade do material. Trata-se como se vê de uma providência simples, mas que facilitará extraordinariamente a persecução criminal dos referidos crimes.

Não é novidade, Sr. Presidente, de que como tudo, o excesso acaba prejudicando. Então, a liberdade de informação, que é propiciada pela internet, pelos blogs em especial, ela é positiva. Mas por outro lado, o excesso acaba tendo um lado muito negativo. Alguns dos nossos blogs, os mais responsáveis, eles já têm hoje regras para que a pessoa possa se colocar. Mas, normalmente os blogs usam, as pessoas usam pseudônimos, usam nomes de fantasia, exatamente para se esconder atrás desse anonimato e fazer acusações levianas e destruindo mesmo a reputação de tantas pessoas pelo País afora. Eu não tenho nenhuma dificuldade em afirmar que o Brasil é talvez um dos países mais permissivos nessa área. É um País onde vale tudo. E nós precisamos de ter uma legislação que acompanha a evolução tecnológica.

No projeto que eu sou Relator, já foi aprovado nessa Comissão, que é o projeto que trata de maneira mais global dos crimes cometidos com as tecnologias em geral, ele muda, altera oito instrumentos legais, são criados 13 tipos de crimes que não estão definidos como crimes hoje, naquele projeto mais amplo essa questão também da calúnia de informação está presente. Mas como esse é um projeto específico e trata apenas desse assunto, meu parecer é favorável, relembrando ainda que a decisão final caberá à CCJ.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – O Senador Expedito Júnior queria participar dessa discussão, mas ele é o autor, não chegou, acho que é importante votar. Senador Flávio Arns deseja discutir?

SENADOR FLÁVIO ARNS (PT-PR) – Não, eu só quero dizer que eu concordo inteiramente com os argumentos do Senador Eduardo Azeredo, dizer que esta é uma preocupação, nós temos que nos debruçar sobre isto, sobre a questão do cometimento de crimes através da internet, e particularmente em relação a esse aspecto que está sendo discutido nesse projeto em termos de calúnia, difamação, crimes contra a honra, e a gente tem que aprimorar a legislação nesta área porque é o que a população, a sociedade vem usando

no dia de hoje. E eu confio muito também na experiência e no conhecimento do Senador Eduardo Azeredo, que pode contribuir com esta Comissão e com a sociedade de uma maneira bastante significativa para termos uma legislação mais adequada nesta área.

SR. PRESIDENTE SENADOR WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA (PMDB-MG) – Então, em votação. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

O Item 5 nós tiramos de pauta, transferido. O Item 6 também. O Item 7 é um Requerimento do Senador Tuma, que eu vou subscrever, onde o Requerimento nos termos do inciso II, art. 58 da Constituição Federal combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado requeiro a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Ciência e Tecnologia e Comunicação e Informática para debater sobre o tema os radiodifusores da TV Digital: Desafio e perspectiva de processo de migração. Deverão ser convidados, apresentar seus pontos de vista, expositores nominados a seguir: Representante da Rede TV aberta sem prejuízo da exposição de outros convites a critério dos membros da CCT. Um. José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, Boni, empresário de comunicações, Gilberto Verzoni, Diretor de Engenharia de Telecomunicações da Rede Bandeirantes de Televisão, Khaled Adib, Superintendente de Operações da Rede TV, José Roberto do Amaral, Diretor de Tecnologia da Rede Record de televisão, Roberto Franco, Presidente do Fórum Nacional TV Digital e Diretor de Tecnologia do SBT, meu grande amigo, Fernando Bittencourt, Diretor da Central Globo de Engenharia. Justificação: A TV Digital já é uma realidade e em breve estará disponível em todas cidades do País. Essa inovação permitirá uma série de melhorias e novas aplicações que modificam substancialmente a televisão tal como hoje é conhecida. Um dos grandes possíveis é chamada alta definição com o aumento exponencial da qualidade de imagem e som. Outra possibilidade aberta pela TV Digital é a chamada programação múltipla, ou seja, a transmissão simultânea de vários programas em um mesmo canal. Essa aplicação poderá permitir que na televisão aberta tenha-se uma oferta de programas semelhantes à televisão por assinatura. No transporte de dados também reside uma das grandes possibilidades

dessa nova tecnologia, pois permitirá a interação do telespectador com a programação. Além de abrir novas possibilidades por meio de aplicações comerciais. Podemos citar ainda a mobilidade como outro atrativo da TV Digital. Em breve será possível captar sinais de televisão em aparelhos móveis em ônibus, trens, táxi, além de dispositivos portáteis de pequeno porte para uso individual. É preciso lembrar, portanto, que a TV Digital não é apenas uma televisão mais sofisticada, com som e imagem melhores. Os novos serviços disponíveis fazem com que se tenha que redesenhar o modelo de negócios do serviço de radiodifusão, recepcionando todas essas possíveis aplicações.

Nesse sentido, tendo em vista os amplos efeitos econômicos, tecnológicos e sociais decorrentes da implantação da TV Digital, consideramos importante ouvir os representantes de maiores redes TV aberta do País sobre essas questões. Sala de Comissão, Senador Romeu Tuma, Senador Wellington Salgado.

Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado.

Extrapauta como último Item de hoje da nossa Comissão. Aditamento nº 1 ao Requerimento nº 38/2007. CCT. É um Requerimento de minha autoria. Requeiro nos termos regimentais aditamento no Requerimento no sentido de que seja também convidado o Sr. Marcelo Bechara, Consultor Jurídico do Ministério das Comunicações para participar da Audiência Pública que debaterá sobre a criação e implantação de TV Pública nos moldes da Medida Provisória de nº 398/2007 em conjunto com os demais convidados abordarem ainda sobre o princípio da complementaridade do sistema privado, público, estatal de radiodifusão conforme prevê o art. 223 caput da Constituição Federal. Sala de Comissões, 13 de fevereiro de 2007. Os Srs. Senadores que estão de acordo permaneçam como estão. Aprovado. Essa reunião acontecerá na próxima quarta-feira.

Algo mais a declarar, Senador Flávio Arns? V.Exª meu companheiro de final de Sessão, declaro encerrada, nada mais tendo a declarar nessa Sessão.

(Sessão encerrada às 11h08)



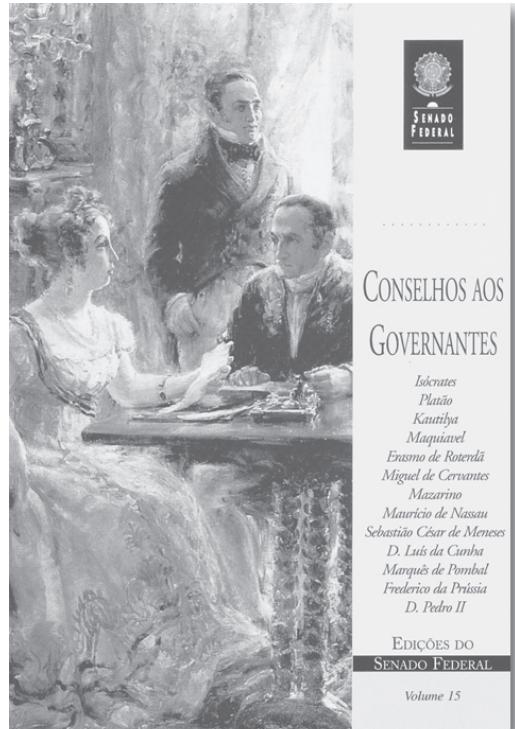
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu “Transferências”, escolher a opção “para Conta Única do Tesouro”, informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo “UG Gestão finalidade”, o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 212 PÁGINAS

10995/2008